



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Safar a vida: incerteza e sustento nos contextos piscatórios de Olhão e Setúbal

Vanessa Iglésias Calado Carvalho Amorim

Doutoramento em Antropologia

Orientadora:

Doutora Antónia Pedroso de Lima
Professora Associada com Agregação,
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Francisco Oneto Nunes
Professor Auxiliar
Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de Antropologia

Safar a vida: incerteza e sustento nos contextos piscatórios de Olhão e Setúbal

Vanessa Iglésias Calado Carvalho Amorim

Doutoramento em Antropologia

Júri:

Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Catedrático do Departamento de Antropologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Susana Narotzky, Professora Catedrática, Universitat Barcelona, Facultat de Geografia i Història

Doutor Luís Sousa Martins, Investigador, Instituto de Estudos de Literatura e Tradição

Doutora Patrícia Alves Matos, Investigadora Integrada, CRIA-Iscte Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Doutora Antónia Pedroso Lima, Professora Associada com Agregação do Departamento de Antropologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

“Toda a gente tem direito a ir ao mar – toda a gente tem direito à vida.”

Os Pescadores, Raul Brandão, 1923

A todas as pessoas com sal no sangue

Agradecimentos

“A maré é agora!”

Nunca se parte para o mar sem uma companhia que aguenta as vagas e que nos ajuda a segurar o leme. Esta tese foi feita de muitas marés, de muitas acostagens e de muitas estadias no estaleiro. Constantes foram todas as pessoas que, num momento ou noutro, fizeram-me lembrar que eu “não meti o barco ao mar para ficar pelo caminho”. Por isso os agradecimentos nestas linhas serão sempre insuficientes porque, de facto, sozinha nunca aqui teria chegado.

O primeiro agradecimento tem de ser dirigido à minha orientadora, Antónia Lima, que em 2016 me disse perentoriamente que eu tinha de seguir para doutoramento, embora fosse algo que estivesse longe dos meus planos. À Antónia agradeço este desafio, a generosidade e amizade com que orientou este trabalho bem como o encorajamento dado em todos os momentos. Ao meu coorientador, Francisco Oneto, por continuar a confiar no meu trabalho e cujo fascínio pela incerteza me motivou a trilhar este caminho.

Um agradecimento especial à Patrícia Alves Matos, pela ajuda na edificação do projecto e por todos os demais contributos e ensinamentos dados nas diferentes fases do doutoramento bem como pelos comentários sempre precisos e construtivos.

Ao CRIA e a todas as trabalhadoras que me fizeram sentir integrada num centro de investigação. A todas as trabalhadoras do Iscte, dos serviços académicos aos serviços de limpeza, porque uma universidade não são só docentes e discentes, pelo que não nos podemos esquecer de quem nela trabalha e a coloca a funcionar.

À minha turma de doutoramento, em especial, ao meu *irmão* Emiliano Dantas, à Mariela Silveira e ao Hanmin Kim porque, desde o primeiro ano, que me acompanham nesta jornada e me motivaram até a chegar aqui. Ao professor Miguel Vale de Almeida pelo seu sentido pedagógico e por me ajudar a pensar este projeto “a contrapelo” e ao professor Brian O’Neill por partilhar o entusiasmo do trabalho de campo e ajudar a refletir sobre as opções metodológicas. A todas as professoras e a todos os professores de Antropologia do Iscte porque me abriram as portas desta disciplina e mudaram a minha forma de ver o mundo. Quero agradecer, em particular, ao professor Pedro Prista que incentivou as minhas primeiras pesquisas sobre Setúbal e me tem acompanhado ao longo dos anos.

À Rede dxs Doutorandxs de Antropologia e a todas as pessoas que dela fazem parte, por darem corpo e forma ao poder do colectivo, e acreditarem na possibilidade de criar e comunicar Antropologia para lá das fronteiras das salas e dos auditórios: Emiliano Dantas, Afonso Bento, Rita Costa, Tathiane Mattos, Brenda Coelho, Joana Martins, Júlio Sá Rego, André Castro Soares, Cecília Menduni Luís, Aureliano Lopes, Thalles Amaral, João Mineiro, Gonçalo Salvaterra, Catarina Leal.

A todas as pessoas com quem me cruzei na Universitat de Barcelona, nomeadamente àquelas que pertenciam ao Grup d'Estudis sobre Reciprocitat (GER) e ao projeto Grassroots Economics (GRECO), pelos comentários à minha pesquisa. Um agradecimento especial à Sílvia Bofill por todo o carinho, incentivo e contributos durante a minha estadia em Barcelona.

A todas as investigadores pertencentes à COST Action OceanGov com quem pude discutir e aprender sobre a governança das pescas, nomeadamente: Alicia Said, Jose Pascual-Fernandez, Jerneja Penca e Cristina Pita.

Estou eternamente agradecida às investigadoras com quem tive oportunidade de privar e trabalhar e, em particular, a toda a equipa do projeto Livepolitics, nomeadamente à Catarina Fróis e à Simone Frangella. Um agradecimento especial ao Antonio Pusceddu por me apresentar à ecologia política e, sobretudo, pelos seus comentários durante o curso desta pesquisa. A todas as pessoas do LAE-CRIA.

À Joana Martins, a minha companheira do doutoramento e da Rede, minha amiga de todas as horas, por partilhar comigo esta viagem. À Joana Sá Couto, a minha companheira de trabalho de campo, que partilha comigo o amor que sentimos pelos pescadores de Setúbal.

Saltando o muro da universidade, tantos outros agradecimentos são necessários.

Ao Luís Martins pela amizade e generosidade sem precedentes desde o primeiro dia em que nos conhecemos e por me ter aberto o caminho à Antropologia sem amarras académicas.

A todas as pessoas com quem conversei e contactei durante o meu trabalho de campo e que confiaram em mim, a elas tenho a agradecer tudo o quanto sei sobre pesca, não as posso nomear a todas sob pena de ser injusta, mas cada página desta tese lhes é dedicada. Quero agradecer ao Vitor e à Rosarinha, a minha família de Olhão. Ao Carlos Pratas e ao Carlos Frutuoso da Bivalmar por me receberem sempre com um sorriso, confiarem em mim e partilharem informações valiosas no decurso da pesquisa. Ao Josué Marques, um exemplo de dedicação e

compromisso político com a pesca, cujas conversas me inspiraram a continuar a contribuir para um melhor entendimento do sector e da pesca em Olhão. Ao Miguel Cardoso da Olhão Pesca, por me abrir portas no terreno. Ao Daniel Ferreira e à Alexandra Manata da Setúbal Pesca, por todo o apoio e carinho. Quero também agradecer a todos os companheiros da Mútua dos Pescadores pelas inúmeras conversas com as quais aprendo sempre um pouco mais sobre a pesca, em especial: João Delgado, Arsénio Caetano, Jerónimo Viana, Álvaro Bota e Renato Rodrigues.

A todas as amigas, amigos e amigues por me animarem, ouvirem e, sobretudo, compreenderem as minhas contínuas ausências, em especial, à Rute Marques e ao João Santos, que acompanham a minha jornada desde o primeiro dia.

A todas as pessoas com quem me cruzei no teatro, uma bolsa de oxigénio que me fazia sentir viva e a criar. Em particular, quero agradecer à minha camarada Raquel Belchior por me levar a navegar pelas águas do mar.

À minha família, sobrinhas, sobrinhos, prima, tia e irmãs. Obrigada por me apoiarem incondicionalmente. Um agradecimento especial à minha irmã caçula Joana com quem eu ia desabafando e partilhando as alegrias e agruras de um doutoramento. Outro agradecimento ao Quim, meu interlocutor principal, e que tantas vezes trouxe o mar e a pesca até mim mesmo quando eu não estava a fazer trabalho de campo. À Gadocha e à Gaguinhas, as coautoras felinas desta tese.

Ao Nuno pelos abraços nos dias de tempestade, uma âncora que me segura perante o mar revoltado, mas que nunca deixa de me incitar a continuar a vogar.

E o agradecimento final e mais importante é dado à pessoa que me deu forma e força e que sempre me incentivou a prosseguir os meus desejos: a minha mãe Dina Paula. Este trabalho também é para ti, mulher-mestre que segura tantos barcos quantos houver para segurar.

Esta tese foi realizada com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela atribuição de uma Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/119788/2016, e integrada no projeto ‘Negotiating Livelihoods under Transformative Politics: Crisis, Policies and Practices in Portugal 2010–20’, com a referência PTDC/SOC-ANT/32676/20.

Resumo

Nos contextos piscatórios as populações estão expostas a constantes ameaças a curto prazo devido à incerteza e aleatoriedade endémicas da pesca. A conjuntura atual, marcada por uma crescente instabilidade global, tem tido impactos no sector, que está cada vez mais vulnerável às leis do mercado e às novas formas neoliberais de regulação pesqueira. Acrescem os efeitos das alterações climáticas e a presença da crise da sobre-exploração de recursos que tornam o futuro da atividade ainda mais imprevisível.

A partir de uma etnografia historicamente informada e com uma abordagem multi-escalar, esta tese pretende compreender como a incerteza se torna elemento constitutivo dos quotidianos nos contextos piscatórios de Setúbal e Olhão. Para tal, explora-se como os processos macroeconómicos, enquadramentos políticos e os conflitos socioecológicos influenciam as atividades produtivas e reprodutivas, as práticas de subsistência e as projeções de futuro a nível individual, familiar e coletivo. Analisa-se que estratégias são desenvolvidas, recursos mobilizados e relações estabelecidas para garantir meios de subsistência e como estão enredados em tensões entre sustento, mercado, Estado e sustentabilidade. Assim, argumenta-se que a expressão *safar* espelha um modo de vida adaptado a um contexto de múltiplas incertezas, mas revela, simultaneamente, uma atitude ativa para lidar, contornar ou evitá-las. Em suma, esta tese demonstra como o sustento e a necessidade de assegurar a reprodução social dos grupos e da atividade são os principais elementos que norteiam as práticas em contextos piscatórios.

Palavras-chave: incerteza; reprodução social; sustento; pesca; Setúbal; Olhão

Abstract

In the context of fisheries, populations face constant short-term threats due to the endemic uncertainty of the activity. The conjuncture with the accentuated global instability has impacted the experience of uncertainty in the fishing sector, which is now even more vulnerable to the laws of the market and new neoliberal forms of fisheries regulation. In addition, the effects of climate change and the crisis of resource overexploitation make the future of the activity even more unpredictable

Through a historically informed ethnography and with a multiscale approach, this thesis aims to understand how uncertainty becomes a constitutive element of everyday life in the fishing contexts of Olhão and Setúbal. To this end, it examines how macroeconomic and political processes and socioecological conflicts are experienced in everyday life and how they influence productive and reproductive activities, subsistence practices, and individual, family, and collective projects for the future. It analyzes the strategies developed, resources mobilized, and relationships built to sustain livelihoods, and how the processes are implicated in tensions between livelihood, market, state, and sustainability. Thus, the main argument is that “safar” is an expression that reflects a way of life that adapts to the multiple uncertainties in the context, but also expresses an active attitude to deal with or/and avoid these uncertainties. In summary, this work provides evidence that guaranteeing livelihood and social reproduction are the key elements that guide people's practices in the fishing context.

Keywords: uncertainty; social reproduction; livelihoods; fisheries; Setúbal; Olhão

Índice

Introdução.....	1
Um trabalho de campo com sabor a sal.....	4
Entralhar a tese	7
Capítulo 1 – Portos de abrigo e ancoradouros teórico-analíticos.....	11
“Disse-te aquilo que já sabes”: ao largo de Setúbal e Olhão.....	11
Ancoradouros teórico-analíticos.....	22
Setúbal e Olhão: um breve enquadramento	37
Capítulo 2 – Enquadramento histórico do setor da pesca	45
Até ao século XVIII.....	46
Século XVIII e XIX.....	47
Estado Novo, Corporativismo e “A Grande Família das Pescas”	54
Integração europeia.....	60
Novas narrativas, as mesmas miragens: a economia azul	64
O setor da pesca: alguns dados estatísticos	69
Capítulo 3 – Género e trabalho na pesca.....	77
As mulheres na história da pesca em Portugal	78
Espaços de trabalho, género e discursos.....	82
“Ele não se faz” — corpos e masculinidades	87
Mulheres na pesca: entre a invisibilidade e a interdependência.....	96
Capítulo 4 – “Na pesca, é preciso que três sortes se conjuguem”: A incerteza como elemento constitutivo dos quotidianos.....	111
O peixe de sorte	112
“A pesca é uma ilusão” — expectativas e futuro	125
Capítulo 5 – À deriva do mercado: trabalho e rendimentos.....	133
“Há as leis do mar” — trabalho na pesca e enquadramento legal	134
Relações laborais, regulação e fragmentação de classe.....	139

“A gente no mar ganha uma vez isto e outra vez aquilo” — A remuneração por partes....	142
“Nesta questão, o mercado é que age” — Estado, mercado e informalidade.....	150
A lota: onde o Estado e o Mercado se encontram	154
Os preços e os valores do pescado.....	168
À escapa ou à candonga: práticas informais e de subsistência.....	175
Capítulo 6 — “Éramos todos a trabalhar”: reprodução social e estratégias de sustento.....	183
Produção e reprodução social na pesca	184
Meios de vida: Interconexão e interdependência	188
Continuidades e discontinuidades entre os grupos domésticos e percursos laborais.....	197
Pluriatividade como estratégia de sustento.....	204
Capítulo 7 — Entre o sustento e a sustentabilidade na pequena pesca	213
Sustentabilidade(s): usos e tensões.....	214
Sobrepesca: crise dos oceanos e paradigmas científicos	219
“Nós levamos com ela” — a política comum de pesca em Portugal	223
“Então, os pássaros e os peixes têm mais valor do que as pessoas?” — entre o sustento e a sustentabilidade	240
Safar a vida — considerações finais	249
Referências Bibliográficas	255

Índice de figuras

Figura 1: Barco "Cidade de Setúbal" na doca de Olhão.....	5
Figura 2: Barco "Cidade de Setúbal" na doca de Olhão.....	15
Figura 3 Localização de Olhão e Setúbal.....	38
Figura 4: Número de embarcações por classes de GT (Fonte: INE).....	71
Figura 5: Número de pescadores matriculados 1985-2020 (Fonte: INE)	71
Figura 6: Pescadores matriculados segundo segmento de pesca no ano de 2020 (Fonte INE)	73
Figura 7 Mãos de Miguel	92
Figura 8: Licença de pesca de Maria.....	102
Figura 9: Cláusula de um contrato individual de trabalho	138
Figura 10: Excerto de um contrato de trabalho onde consta a forma de remuneração	143
Figura 11: Leilão na lota de Olhão em abril de 2019.....	158
Figura 12: Teresa a entralhar redes em casa	191
Figura 13: Companha e ajudas da embarcação “Estrela da Galé” a safar as redes.....	254

Glossário

Este é um glossário de cariz eminentemente etnográfico, sem pretensão de explicações linguísticas. Contém alguns termos que surgem ao longo da tese e que encontrei no decorrer do trabalho. Os significados aqui expostos não são absolutos nem uniformes, apenas aponta-se as suas principais utilizações nos contextos de interação observados. De notar que o vocabulário relacionado com a pesca tem a característica de ser polissémico e em constante atualização. Surgem aqui também os significados de diferentes siglas e acrónimos.

(as) pescas – termo utilizado para referir à DGRM.

[peixe] Ratado – peixes feridos por outros.

Alador – Aparelho que puxa as artes para dentro da embarcação.

Alar – Ato de Puxar a rede para dentro da embarcação, podendo ser feito manualmente ou com recurso a um alador.

Alcatruz – Armadilha para captura polvos, que tem a forma de um pote de barro.

Ancoradouros – local de ancoragem segura de embarcações.

Aparelho de anzóis, palangre ou espinhel – arte de pesca de fundo, constituída por uma linha de grande comprimento (madre), à qual se ligam numerosas linhas de pequeno comprimento (estralhos) na extremidade livre das quais se empata um anzol.

Armações – Arte de pesca que consiste numa estrutura fixa em mar aberto, constituída por redes verticais sustentadas por cabos e boias, fixadas ao fundo. Com esta estrutura consegue para intersectar as rotas migratórias do atum e outros peixes que entram nos canais de rede e já não conseguem sair. Podem ser mantidos dentro da estrutura entram e para crescimento e engorda.

Armador – Proprietário da embarcação.

Aviação – Lanche.

Bote – Pequeno barco de quilha usada entre Sesimbra e Sines.

Cacifos – Conjunto de pequenos armazéns de pesca num único edifício em Setúbal.

Camarada – Membro de uma companhia.

Candongal/ escapa – venda do pescado fora dos circuitos legais

Canilhas – Molusco, nome científico *Bolinus brandaris*.

Carcanhol(a) – variedade de ostra, também chamada “portuguesa”.

Chui – Palavra para se arrematar durante um leilão à voz.

Companha – tripulação matriculada numa embarcação.

Covos – Artes de pesca de armadilha nas quais os peixes, moluscos ou crustáceos entram e de onde a saída é difícil. Têm diferentes formas e entradas e são construídas com diferentes materiais.

Defeso – período de interdição das capturas para manter a reprodução da pesca, também conhecido como “paragem biológica”.

Desemalhar – Retirar o peixe das malhas da rede.

DGRM – Direção-Geral dos Recursos Marinhos.

Doca – Cais de atracagem dos barcos.

Dorna – Caixa isotérmica para acondicionar o peixe.

Empachar, (andar) empachado: atrapalhar uma tarefa a bordo.

ENM – Estratégia Nacional para o Mar.

Entralhar (as redes) – Fazer a ligação do cabo com chumbo e do cabo com cortiça aos panos de rede.

Escrita – termo utilizado para referir o trabalho administrativo e/ou contabilístico.

Ganchorra – Arte de arrasto de pequena e média dimensão em que a boca é composta por uma estrutura rígida e o saco é de rede ou constituído por uma grelha metálica e que captura bivalves em bancos de areia.

ICES/ CIEM – International Council for the Exploration for the Seas (ICES) Conselho Internacional para a Exploração do Mar.

INN – [Pesca] Ilegal, não declarada, não regulamentada.

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

ITQ – Individual Transferable Quota.

Lancha – pequena embarcação de boca aberta usada.

Lanço/ Lance – Ato de lançar/utilizar uma arte.

Lota – Local de 1ª venda do pescado, gerida pela Docapesca.

Maré – Período de atividade de um barco (desde a saída da doca à chegada).

Mariscar, mariscador: termos que apontam ou para uma identidade administrativa distinta da de viveirista.

Mestre/ arrais – Pessoa que dirige e governa uma embarcação.

OCM/CMP – Organização Comum de Mercado/ Common Market Organisation.

OP – organização de Produtores.

PCP/CFP – Política Comum de Pesca /Common Fisheries Policy.

Perfiar (as redes) – Juntar dois ou mais panos de rede.

Pesca de arrasto – qualquer técnica de pesca com recurso estruturas rebocadas que arrastam em mundos marinhos.

Pesca de cerco – arte de pesca que faz cerco ao peixe, existe com e sem retenida. Em Portugal a maioria usa de retenida na parte inferior da rede, que fechar a rede como uma bolsa de forma que as espécies fiquem cercada. Arte dirigida principalmente aos pequenos pelágicos.

Pesca Polivalente - pesca exercida utilizando artes diversificadas como por exemplo, aparelhos de anzol, armadilhas, alcatruzes, ganchorra, redes camaroeiras e do pilado, xávegas e sacadas-toneiras.

Popa – Parte de trás de uma embarcação.

Preia-mar/baixa-mar – nível mais alto da maré/nível mais baixo da maré.

Proa – Parte da frente de uma embarcação.

Quinhão – Parte das capturas de um barco que se destina à companhia.

Rapa – Embarcação de arte de cerco que opera uma rede de envolver e alar para bordo de pequenas dimensões.

Redes de emalhar – Rede de um pano fundeada ou de deriva, com diferentes malhas conforme a espécie-alvo.

Redes de tresmalho – Rede fundeada com três panos de rede sobrepostos: pano interior de malha reduzida, panos exteriores feitos de albitanas, malha mais larga, por onde o peixe entra e fica enredado.

Rio – nome muitas vezes utilizado para designar o sistema estuarino (Sado) e sistema lagunar (Ria Formosa).

RMS/MSY – Rendimento Máximo Sustentável / Maximum Sustainable Yield.

Safar - tirar o peixe, algas ou detritos das redes. Na pesca safar pode designar atos concretos como de limpeza, desembaraçamento e destrinçamento de uma rede e/ou estar pronto/terminar uma tarefa. Usa-se a expressão “está safo” para dizer que algo está pronto. “Safei-me” é uma expressão usada para se dizer que se escapou a algo/ que se ultrapassou uma dificuldade.

Sapal – nome dado a um terreno alagado/ temporariamente inundado pelas águas de um rio, de um lago ou do mar.

Seba – espécies diferentes de limos.

Sonar – Aparelho eletrónico que permite a deteção de cardumes pelágicos, principalmente utilizado nas embarcações da frota do cerco.

Sonda – Aparelho eletrónico que permite a deteção de peixe. Havia também a sonda de mão que permitia aferir o tipo e fundo.

Teias de covos – conjuntos de covos presos por cabos que se constituem como teias. É composta pela “madre”, que é o cabo principal comprido à qual se juntam em distâncias variáveis cabos onde estão os covos.

Tonelagem de arqueação bruta (TAB) - É o volume interno total da embarcação, ou seja, todos os espaços fechados e cobertos da embarcação do casco do navio e das super estruturas. Uma TAB é igual a 2,83 metros cúbicos.

Traineira – Embarcação usada para a pesca do cerco.

Vaga – mar agitado e elevado pelos ventos ou pelas marés,

Xalavar – saco de rede que pode ter forma cônica que serve para tirar o peixe da água.

ZEE – Zona Económica Exclusiva.

Introdução

Cresci num bairro piscatório em Setúbal com vista para o mar¹. Redes penduradas nas varandas, polvos no estendal, fumo e cheiro do peixe assado, estacionamento ocupados ocasionalmente por botes são alguns dos elementos que compõem a paisagem das minhas memórias de criança. De pequena, recordo-me de ficar fascinada com os homens de pele curtida pelo sol e olhar meigo ao contarem a experiência da pesca do bacalhau, de Marrocos ou até mesmo dos *sustos* que tiveram na barra. Peripécias e perigos, descrições vívidas do mar que iam transmitindo entre si e à criançada que quisesse ouvir. Também não faltavam as memórias das grandes pescarias e dos mestres considerados *campeões*. Em simultâneo, tenho vincadas memórias das mulheres que estavam quase sempre com pressa e quase sempre com bata vestida, e sempre com um sorriso disponível. A sensação que tinha era que trabalhavam muito e cuidavam de toda a gente, da família à vizinhança e até de mim e das minhas amigas², enquanto brincávamos na rua. Com estas vivências de infância, ficou-me marcada a instabilidade com que as pessoas ao meu redor viviam, inclusive a minha família, quer de quem trabalhava na pesca, quer as outras pessoas, que na maioria dos casos transitavam de trabalho em trabalho, naquilo que vim a saber ser uma contínua precariedade. Havia ciclos de maior ou menor prosperidade, que fui percebendo estarem associados a anos de melhor *sorte* nas capturas, mas também, profundamente, ligados ao contexto económico, que ia afetando o preço do peixe e dos fatores de produção, condicionando o acesso ao trabalho fora do setor e as respostas sociais do Estado e ligados à história recente do país.

Esta experiência de vida e as memórias, que assumo que possam ter uma certa dose de romantização, marcam o início da minha curiosidade sobre estes contextos. A formação antropológica permitiu-me tentar perceber os desafios que o setor piscatório e que a classe trabalhadora vai enfrentando. Quando me apercebi da incipiente pesquisa antropológica sobre estes contextos piscatórios em Portugal, e sobretudo em Setúbal, tornou-se claro que tinha de dedicar a minha investigação a tentar compreender como as pessoas ligadas ao mar e à pesca fazem vida com a instabilidade sempre à espreita.

¹ A construção deste bairro foi promovida pela Junta Central da Casa dos Pescadores, no período do Estado Novo, para albergar pescadores e as suas famílias. Foi sendo erigido em diferentes fases, entre as quais a fase que residi foi terminada já no pós-25 de abril com apoios da Câmara Municipal de Setúbal, mas, ainda assim, a maioria dos fogos foram destinados à classe piscatória (Amorim, Amorim 2021).

² Uma nota de estilo: esta tese adota alguns princípios do Acordo Queerográfico no que toca a questões de identidade de género utilizando-se tanto o duplo plural masculino e feminino bem como apenas o feminino plural, realçando a sua flexibilidade de acordo com o contexto (Coletivo Acordo Queerográfico 2012).

Esta tese explora, assim, a experiência quotidiana da incerteza em duas comunidades piscatórias, Setúbal e Olhão. Foca-se nas atividades produtivas e reprodutivas considerando o contexto histórico, económico, ecológico e politicamente mais alargado em que estão enquadradas. Pretende-se analisar como os processos macroeconómicos e políticos, nomeadamente os impactos do capitalismo neoliberal na forma das suas políticas, são experienciados pelas pessoas localmente, refletindo em paralelo sobre a instabilidade e a incerteza mais global e de que modo influencia as práticas quotidianas de sustento e condiciona as formas de projeção de futuro.

A incerteza tem vindo a ser um tema recorrente nos estudos sobre contextos piscatórios. Várias autoras demonstram como o risco tem representado a continuidade nas experiências das pessoas que dependem da pesca para sobreviver (Nadel-Klein, 2003:168) e que vivem numa incerteza endémica (Acheson, 1981; Breton, 1981). Os fatores que desenham o quadro de incerteza endémica são múltiplos, dos quais se destacam a aleatoriedade e imprevisibilidade inerente à captação de recursos, o modelo de organização laboral e de distribuição de rendimentos, que se baseia no volume de capturas e suas vendas (sistema de partes), entre outros. Mas a pesca na Europa enfrenta uma crescente instabilidade, que vai além das contingências estruturais e endémicas (Symes, Phillipson, Salmi 2015, p. 255).

Paralelamente, também à escala mundial, a consolidação do neoliberalismo parece intensificar o mundo como um “viveiro de incertezas” (Bauman 2007). Da chamada crise ambiental, as cíclicas crises do capitalismo, criam-se novos padrões de vulnerabilidade que são fontes de instabilidade (Scoones 2019, p. 27; Narotzky, Besnier 2014), nomeadamente a incerteza tem ganho destaque, no âmbito da reestruturação do Neoliberalismo e consequente financeirização do mundo. Pat O’Malley traçou uma interessante genealogia da incerteza e do risco do liberalismo ao neoliberalismo, argumentando que a racionalidade e calculabilidade características do liberalismo deram lugar à valorização da flexibilidade da incerteza como uma força criativa (O’Malley 2012, p. 59), no âmbito do mercado, com espaço para especulações, mas o risco é o instrumento que permite estimativas.

É possível estabelecer um paralelismo entre a instabilidade e incerteza características da pesca que têm vindo a ser associadas a uma ideia de permanente crise e decadência e o modelo económico hegemónico, que promove a fragmentação e a precariedade das condições de vida (Standing, 2011), e que condiciona as políticas para o setor, a economia marítima e a vida das famílias, promovendo ainda mais incerteza.

Este paralelismo foi um dos motores da minha investigação, que começou em 2014 na dissertação de mestrado. Quando iniciei o trabalho de campo e a revisão da literatura sobre o

tema, percebi que falar em incerteza é entrar num campo complexo de sentidos e significados que operam em diferentes escalas. As pessoas interlocutoras — quer em Setúbal quer em Olhão — não falavam muito diretamente de incerteza e, quando abordava, o assunto desvalorizavam frequentemente, dizendo estar acostumadas à instabilidade. No entanto, diariamente, apercebia-me que usavam outras formas para falar dessa incerteza e que as ações, decisões e os meios de sustento iam sendo articulados para responder a esse quadro.

O projeto de pesquisa foi orientado por três questões, que se desdobram noutras tantas: como a incerteza se torna constitutiva dos quotidianos destes dois contextos piscatórios e como influencia ou determina as atividades produtivas e reprodutivas? De que forma os processos macroeconómicos e as diferentes escalas de regulação (as decorrentes da Política Comum de Pesca, as nacionais, as regionais e as locais) podem proporcionar incerteza e como são vistos e experienciados pelas pessoas? Que mudanças e continuidades se verificam nestes contextos e como lidam as famílias com tais transições; que estratégias desenvolvem e que recursos mobilizam? Nesse seguimento, esta tese pretende analisar como as pessoas “fazem/ganham a vida” (Narotzky, Besnier 2014), ou seja, como asseguram um rendimento e a sua subsistência.

A expressão *safar*, que dá título à tese, sintetiza como se lida com um quotidiano atravessado pela incerteza. *Safar* é um verbo e um conceito polissémico e adaptável a diferentes situações, sendo muito frequentemente utilizado nos contextos piscatórios. Em primeira instância, *safar* pode ser um verbo utilizado para descrever o ato de tirar o peixe, algas e detritos da rede para que ela fique pronta a ser utilizada ou desembaraçar uma arte de pesca que estaria “empachada”, por exemplo, *safar* o aparelho de anzol significa destrinçar o emaranhado de linhas que o compõem. Quando uma tarefa de trabalho na pesca termina, os pescadores costumam dizer que estão *safos*, ou seja, estão livres da ocupação que lhes tomara tempo. Além de usos diretamente relacionados com a prática da atividade, o verbo *safar* e demais vocábulos relacionados são utilizados em um sem-número de outras ocasiões. Por exemplo, “já me safei” geralmente serve para enunciar quando se teve “sorte”, perante uma situação aparentemente menos favorável, mas essa sorte está associada a uma estratégia da pessoa que se *safa*. *Safar a vida* pressupõe a articulação de práticas, estratégias e *sortes*, porque, “no mar, o chão não é direito”³, ou seja, em *chão* que não é estável.

³ Esta expressão é bastante utilizada pelos pescadores para enunciar as dificuldades de trabalhar a bordo de um barco sobre uma massa de água em constante movimento e flutuação, ou seja, sem estabilidade por baixo dos pés. Simultaneamente, é uma metáfora para o trabalho e a vida sem estabilidade, ou seja, em incerteza.

Parto da ideia de que os contextos piscatórios são constituídos por relações sociais e económicas de produção e reprodução e por condições ambientais historicamente específicas. Nesse sentido, esta tese é resultado de uma investigação etnográfica centrada na articulação entre práticas produtivas e reprodutivas, tendo em conta onde são desenvolvidas e o contexto histórico em que estão enquadradas. Ou seja, a pesquisa empírica procurou ir ao encontro das experiências quotidianas das pessoas atendendo às condições localmente específicas e, simultaneamente, aos contextos ecológicos e aos fluxos e processos macroeconómicos que são produzidos historicamente (Narotzky, Smith 2006).

Apesar de a minha pesquisa de terreno se situar em Setúbal e Olhão, opto por situar a etnografia tematicamente, à semelhança de Howard (2012) e Nadel-Klein (2003), procurando analisar conexões, integrações e tensões existentes nestes dois contextos, mas também em outras partes do mundo, na medida que sejam consideradas esclarecedoras para iluminar os contextos de análise.

Um trabalho de campo com sabor a sal

Esta tese baseia-se no trabalho de campo etnográfico que decorreu de forma intermitente durante cerca de 18 meses, em Setúbal e Olhão, entre setembro de 2018 e março de 2020. Ainda foram feitas pequenas incursões no terreno, no período pandémico, entre setembro de 2020 e setembro de 2021.

Em Setúbal, o acesso ao terreno foi fluído, fruto de relações familiares e de vizinhança, bem como de relações que se estabeleceram no período de trabalho de campo e de colaboração com associações do setor⁴. Foi um trabalho de campo em casa (Jackson 1987), na medida que não implicou deslocação de residência e por ter sido feito junto de um contexto próximo. Por sua vez, fazer trabalho de campo em Olhão implicou uma mudança temporária de residência. Ainda assim, tanto em Setúbal como em Olhão, a minha estratégia principal no início da pesquisa empírica consistiu em mobilizar contactos resultantes de relações prévias com pessoas interlocutoras das duas localidades, como descreverei no capítulo 1, com quem tinha laços de parentesco e/ou vizinhança.

⁴ Entre 2015 e 2017, tive colaborações com organizações do setor, entre as quais, Mútua dos Pescadores; Setúbal Pesca, Associação da Pesca Artesanal e Bivalmar, Organização de Produtores.



Figura 1: Barco "Cidade de Setúbal" na doca de Olhão

O trabalho de campo realizou-se em três fases e intercalou estadas entre Setúbal e Olhão. Comecei em Setúbal, por já ter feito pesquisa de terreno e por não ser necessária a realização de incursões preliminares, devido à proximidade. A segunda fase decorreu em Olhão, onde foi realizada uma primeira estada exploratória, seguindo-se outras mais longas. Por fim, a terceira fase do trabalho de campo, já em período pandémico, decorreu com limitações e por um período curto, mas essencial para retomar algumas questões pendentes e analisar como uma conjuntura de incerteza mais generalizada estava a impactar um contexto de incerteza endémica. Em todas as fases, articularam-se estadas em Olhão e Setúbal, uma vez que esta última é o meu local de residência. Assim, ainda que nem sempre tivesse como objetivo realizar trabalho de campo em Setúbal, ele proporcionava-se quando regressava a casa, inclusive durante o confinamento ia tendo acesso às pessoas através da janela de casa⁵, de um familiar meu e de telefonemas.

A especificidade de cada local foi moldando a pesquisa e as dinâmicas proporcionadas por esses contactos prévios que permitiram chegar a outras pessoas. Os espaços de trabalho da pesca — doca, cais e armazéns de apetrechos — foram os locais primordiais da observação participante e os pescadores e seus representantes as primeiras pessoas com quem falei. À

⁵ O Bairro dos Pescadores em Setúbal é composto por casas geminadas e prédios de três andares. Há uma vivência de rua e interação entre quem passa e as janelas, varandas e quintais. Por isso, durante o confinamento, a partir da janela, tive oportunidade de conversar com vizinhos pescadores que passavam na rua vindos do mar ou que iam oferecer algum pescado do seu quinhão.

medida que as relações estabelecidas o permitiam, o trabalho de campo avançou para o domínio da unidade doméstica e dos locais de convívio, como cafés. As lotas também constituíram locais de observação informal, uma vez que não foi possível obter uma autorização formal. No entanto, com a presença contínua no terreno, os funcionários de cada uma das lotas facilitavam o meu acesso, desde que respeitasse as regras de circulação. Em paralelo, procurei uma aproximação à ação coletiva no setor, através do contacto com diferentes organizações (associações, organizações de produtores e sindicatos) frequentando as suas sedes.

De modo a analisar como a incerteza se torna um elemento constitutivo dos quotidianos, foi imperativo estar no terreno e acompanhar os quotidianos, inclusive em momentos de convívio. Encontrava-me com as pessoas nos seus locais de trabalho e nas suas casas e, muitas vezes, acompanhava-as ao longo do dia. Assim, fui observando, partilhando e participando em diferentes atividades, auxiliando durante o entralho/remendo de redes, limpeza das redes, carregamento de materiais para os barcos, escolha de peixe, idas a supermercados, etc. Realizaram-se algumas idas a marés de pesca⁶ que não constituíram, todavia, o grosso da pesquisa. Sempre que era convidada para partilhar refeições, quer em armazéns ou nas casas das pessoas, colaborava em todas as tarefas, se assim mo permitissem. Ou seja, a pesquisa consistiu na presença continuada no terreno, partilhando o dia a dia e, muitas vezes, conversas, atividades e silêncios.

Privilegiou-se a observação participante em paralelo com as conversas etnográficas (Devillard, Franzé Mudanó, Pazos 2012), que permitiram a aproximação a uma prática habitual quotidiana sem a isolar do seu contexto, como uma interação partilhada, voltada para temas do próprio dia a dia das pessoas (*ibidem*). Assim, estas conversas foram sendo realizadas individualmente ou em grupo e tinham lugar em contextos de interação que importava não perturbar ou quebrar, daí poucas vezes ter gravado ou direcionado o rumo da conversa. As conversas foram pouco dirigidas, privilegiando-se os temas que emergiam a cada dia por iniciativa das pessoas. Ainda assim, defini grelhas de análise e estratégias de conversação que informavam estas interações. Em certas circunstâncias, fazia perguntas mais específicas, sobretudo no início do trabalho no terreno.

A realização de entrevistas semidirigidas ocorreu pontualmente, porque as condições para gravação nem sempre eram as ideais, e, mesmo quando criadas, os testemunhos das pessoas perdiam o seu contexto. Assim, a maioria das entrevistas semidirigidas que conduzi foi a dirigentes do setor da pesca, acompanhadas por momentos de observação participante nos seus

⁶ Ida a marés de pesca consiste em embarques para acompanhar o trabalho a bordo de um barco de pesca.

escritórios. De forma a garantir a privacidade das pessoas, os nomes que utilizo no texto são pseudónimos, exceto no caso dos dirigentes associativos e daqueles que expressaram vontade contrária⁷. Todavia, há que mencionar que, apesar de tentar preservar o anonimato, quem conhece os terrenos terá certamente facilidade em identificar as pessoas.

Paralelamente à pesquisa de terreno, fiz o levantamento da documentação relativa às principais políticas prosseguidas pelas diversas instâncias de regulação, designadamente às provenientes de organismos de gestão e outras instâncias da administração pública, incluindo diplomas legais do setor da pesca entre os anos 2017 e 2021, e analisei as principais estatísticas que foram sendo divulgadas durante esse período. Além disso, sempre que possível, consultei a documentação das embarcações, nomeadamente os registos dos valores das descargas e vendas em lota, a fim de os comparar com os dados oficiais dos contratos de trabalho e outros documentos de pesca, como licenças, diários de bordo, etc.

A pesquisa que deu origem à presente tese foi construída de entrelaçamentos e de uma triangulação entre as opções teórica-metodológicas adotadas, a minha relação afetiva com os terrenos e as minhas convicções políticas.

A etnografia é resultado da relação social e do envolvimento pessoal que se estabelece com as pessoas interlocutoras, pelo que se torna relevante reconhecer e enunciar os laços interpessoais que nos ligam ao campo (Ellis 2007). Neste caso, esses laços influenciaram, inevitavelmente, o meu trabalho de terreno tanto em Setúbal⁸ como em Olhão, dada a minha proximidade com ambos. De igual modo, as abordagens teóricas, situadas num cruzamento entre economia, ecologia política e antropologia feminista, informaram e moldaram a tese, fornecendo um quadro teórico e conceptual que sustentou a pesquisa.

Entralhar a tese

A tese encontra-se estruturada em sete capítulos que, embora estejam encadeados de uma forma aparentemente linear, podem ser entendidos como uma rede entalhada. Esta metáfora haliêutica é mobilizada, nesta investigação, porque permite dar conta da complexidade analítica ao abordar processos sociais que não podem ser separados, uma vez que se articulam entre si nos quotidianos dos contextos das pessoas com quem efetuei a pesquisa. Por isso, há temas que são lançados num capítulo e são retomados noutros, como uma rede que é lançada e só passado umas horas é alada para bordo, depois de levada pelo mar para um local diferente.

⁷ Sempre que tal acontecer, haverá uma nota de rodapé a mencioná-lo.

⁸ Já explicitados na dissertação de mestrado (Amorim 2015).

O primeiro capítulo “Setúbal e Olhão: os portos de abrigo e a pesca” pretende fornecer um enquadramento e contextualização histórico-geográfica de Setúbal e Olhão, de modo a situar a leitora. De seguida, fornece uma breve caracterização da pesca em Portugal, nomeadamente nos contextos de pesquisa, discutindo sobre as diferentes formas de classificar o setor.

“A pesca em Portugal: passado e presente” dá título ao segundo capítulo. Nele, traço uma leitura histórica, das muitas possíveis, enfatizando períodos importantes no desenvolvimento do setor das pescas, as principais orientações da regulação e as representações da pesca e do mar até aos dias de hoje. Delimitam-se três períodos: Séculos XVIII e XIX; Estado Novo, Corporativismo e Estado Novo, Corporativismo e “A Grande Família das Pescas” e Integração europeia. Sigo com uma breve reflexão sobre as “Novas narrativas, as mesmas miragens: a economia azul”; e termino com um breve retrato do estado atual das pescas, a fim de dar a conhecer o setor em Portugal e as suas características principais.

O capítulo 3 “Género e trabalho na pesca” pretende analisar as relações de género na atividade, nomeadamente através de uma reflexão em torno dos corpos que pescam e como são construídas identidades de género a partir da interação com contexto ecológicos particulares (mulher-terra-rio/homem-mar). Em primeiro lugar, procedo a uma revisão sobre as representações das mulheres na pesca, para posteriormente abordar como o género influencia a divisão do trabalho. Em seguida, abordo as masculinidades socialmente dominantes na pesca e como estão ancoradas em perceções sobre o trabalho físico e o risco do mar. Para terminar, analiso como o contributo das mulheres no setor se situa entre a invisibilidade e a interdependência e de que modo é socialmente associado à esfera doméstica.

“Na pesca é preciso que três sortes se conjuguem”: A incerteza como elemento constitutivo dos quotidianos” é o título do capítulo 4. Nele, pretendo analisar a especificidade da incerteza na pesca, estabelecendo um paralelo com a instabilidade vivida à escala global, analisando a sua “normalização”. Em primeiro lugar, faz-se uma breve reflexão sobre o uso do conceito de incerteza e seus congéneres nas ciências sociais, particularmente na Antropologia, para assim definir o âmbito em que é utilizado na presente tese. De seguida, analisa-se como o idioma da sorte é utilizado para falar de inúmeras situações, nas quais há momentos de incerteza e/ou instabilidade, e como pode ter várias fontes, das quais destaco: ecológica, económica e política. Por fim, reflito sobre a relação entre incerteza e crise, a partir das narrativas de decadência que permeiam os discursos das pessoas interlocutoras. Este capítulo desenha, assim, as diferentes dimensões afetadas pela conjuntura de incerteza que são abordadas nos seguintes capítulos.

No capítulo 5, intitulado “À deriva do mercado: trabalho e rendimentos”, procuro abordar as práticas laborais e económicas em articulação com um quadro institucional em que se

desenvolvem, focando, nomeadamente, o papel do Estado na mediação trabalho/pesca/mercado. Começo por fornecer o enquadramento laboral do setor e as práticas de organização coletiva. Posteriormente, apresento a forma de remuneração da atividade, analisando as simultâneas instabilidades e possibilidades que oferece. De seguida, analiso como se procede à venda dos produtos da pesca, como se forma o valor do pescado e qual o papel da lota. Por fim, analiso práticas económicas informais de venda do pescado e que argumentos morais são utilizados para justificar essa prática que está ilegalizada.

Por forma a romper com a divisão produção/reprodução, no 6.º capítulo, proponho um olhar para a continuidade das relações entre atividades no mar e em terra, ou seja, entre ocupações laborais relacionadas com a pesca e outras fora do setor e/ou desenvolvidas nas unidades domésticas. Pretende-se explorar como as atividades produtivas e reprodutivas são informadas mutuamente e de que forma estão articuladas na busca por sustento e pela continuidade da própria atividade, tendo em conta características geracionais e de género.

O último capítulo da tese “Entre o sustento e a sustentabilidade” emerge da reflexão sobre a tensão entre o paradigma da sustentabilidade que orienta a gestão das pescas e a procura por sustento de quem depende da pesca para sobreviver. Analiso que perceção os pescadores têm das políticas públicas para o setor e os seus impactos nas práticas quotidianas de trabalho. Posteriormente, procurei, a partir de casos etnográficos, compreender como a fiscalização é um instrumento utilizado para a aplicação de medidas e que quadro moral é mobilizado pelos pescadores quando não cumprem exigências legais e como se dá uma luta sobre os valores. Por fim, procedo à discussão sobre as tensões entre de sustentabilidade e sustento.

Nas Considerações Finais, retomo o título da tese para discutir como o ato de *safar* é característica crucial em contextos de incerteza endémica, estrutural e conjuntural, e como as estratégias quotidianas são desenhadas de modo a acomodar, lidar ou ultrapassá-las.

Capítulo 1 – Portos de abrigo e ancoradouros teórico-analíticos e contextuais

“Disse-te aquilo que já sabes”: ao largo de Setúbal e Olhão

Na produção científica sobre contextos piscatórios, o termo “comunidade” é usado frequentemente e por autoras de diferentes disciplinas. Muitas vezes, ainda se nota que está subjacente o arquétipo que associa comunidade a ideias de coesão e homogeneidade interna⁹. Outras abordagens centram o debate na ideia de identidade ou comunidade ocupacional, colocando o foco nas práticas em torno da atividade da pesca (Amorim 2001; Nunes 2005; Lummis 1985). No entanto, nas últimas décadas, a pesquisa antropológica tem vindo a criticar o uso deste conceito, enunciando as suas limitações.

Não encontrei, nem em Olhão nem em Setúbal, um uso corrente comunidade¹⁰ por parte das pessoas com quem trabalhei, a não ser em momentos ocasionais, como em certas reivindicações políticas de representantes do setor, sobretudo em declarações para a comunicação social ou em algumas conversas dispersas. Tampouco encontrei uma noção clara de unidade associada a uma coesão interna; pelo contrário, antes eram mais visíveis os conflitos e a necessidade de demarcação dentro dos grupos. Também não defendo que os pressupostos clássicos do conceito de comunidade se possam aplicar aos contextos.

Pude observar, todavia, um sentido de pertença baseado na pesca e no mar, com características simbólicas e práticas. Com frequência, os discursos, quer de homens quer de mulheres com trabalho direto ou não na pesca, evocam um “nós” que se refere a quem trabalha na pesca por oposição ao Estado ou às “pessoas de terra”. Por vezes, havia uma evocação de um “nós” por demarcação de outros grupos piscatórios (por exemplo, Setúbal em oposição a Sesimbra, e Olhão em oposição à Culatra ou a Fuzeta). Paulo Mendes (2013) encontrou semelhante distinção na Azenha do Mar e defendeu que pode ser entendida como encapsulando uma noção semelhante à de comunidade. Se partirmos da ideia de Cohen (1985) da comunidade enquanto algo relacional e uma noção de pertença baseada na semelhança e diferença, a afirmação de Mendes aproxima-se daquilo que encontrei no terreno.

A noção de pertença tem um carácter subjetivo e tem a convivência com o mar e com a pesca como elemento central, não estando necessariamente delimitada geograficamente. Ou

⁹ Ainda se nota a influência de autores como Redfield (1955).

¹⁰ Como aconteceu com Paulo Mendes quando do trabalho de campo sobre a pesca na Azenha do Mar.

seja, as práticas de produção/reprodução a montante e a jusante da atividade piscatória e toda a teia de dependências constitutivas da pesca, em simultâneo com o legado histórico no qual o papel do Estado foi determinante, e a experiência de vida num ambiente e paisagem similares, podem permitir conceber contextos piscatórios partindo do seu âmbito relacional e ecológico. Poderá ser, então, interessante o conceito de “comunidades de práticas” por destacar a dimensão socialização através das práticas (Lave, Wenger 1991), elemento tão importante na aquisição de competências e conhecimentos na pesca (Palsson 1994). Ou o conceito de socialidade como proposto por Strathern (1996)¹¹, que pretende colocar a ênfase na “matriz de relacional que constitui a vida das pessoas”.

Fazendo críticas ao uso do conceito comunidade, Amit e Rapport (2002) ressaltam a ressonância emocional e potência afetiva da palavra através da sua capacidade de evocação de imagens que podem contribuir para a descrição etnográfica. Na mesma linha de argumentação, Paulo Mendes também advoga o uso de comunidade “mais como um instrumento e símbolo evocativo do que uma ferramenta analítica” (Mendes 2013, p. 194). Na presente tese, não recorro aos conceitos de comunidade numa dimensão analítica, uma vez que nelas encontro limitações, sobretudo por se dirigirem a quem tem um trabalho direto na pesca, deixando de lado todas as outras pessoas que compõem o grupo social mais alargado. Porém, essa palavra pode surgir devido ao seu valor evocativo e para referir grupos de pessoas que têm algo em comum, neste caso, a relação com a atividade piscatória, ressaltando a sua dinâmica relacional, aberta e porosa.

A tendência do “localismo” é longa na antropologia e foca-se na representação da identidade de um grupo por relação a um determinado lugar. A crítica a essa tendência é igualmente recuada e remonta às décadas de 70 e 80 do século passado. Por isso, a definição e delimitação de um terreno no trabalho etnográfico já não está circunscrita a pequenos grupos sociais e a comunidades associadas a um lugar, ou seja, não está tão dependente da metáfora espacial que foi caracterizando a disciplina, ainda que esteja presente a ideia de um trabalho de campo localizado (Caputo 2003). Desde os anos 1980, as etnografias começam a dar conta da mobilidade dos interlocutores (Knowles 2000), que circulam entre localidades e escalas. Será, por isso, premente questionar uma conceção geográfica dos terrenos de análise e tentar refletir como o terreno se estende para lá de um espaço circunscrito.

¹¹ Com esta proposta, Strathern pretendeu criticar a noção durkheimiana de sociedade. Assim, a antropóloga defendeu o uso do conceito socialidade em vez de sociedade, aplicando-o ao contexto melanésio e denunciando como a escrita etnográfica e as abordagens analíticas de então estavam impregnadas de conceitos ocidentais que não se aplicavam em todos os lugares.

Inicialmente, era meu objetivo fazer uma etnografia comparada entre aquilo que considerava serem dois terrenos — Setúbal e Olhão — e que concebia como estando histórica e socialmente conectados. Considerava Olhão como um segundo terreno e um termo de comparação com Setúbal, pois considerava que um terreno não familiar traria novos ângulos de análise e alargaria o âmbito da pesquisa. Caroline Knowles, num artigo sobre o seu trabalho de campo transnacional, diz que enquadrar a pesquisa em dois ou mais terrenos pode ser complexo, na medida que podem existir diferenças radicais que dificultam a comparação (Knowles 2000, p. 58). Não obstante as respetivas especificidades históricas e locais, Setúbal e Olhão partilham de uma série de características que permitiram adaptar a grelha analítica tendo como base uma abordagem comparativa. No entanto, como o terreno não é uma unidade estática (Jaramillo 2013, p. 15), foi sendo re-problematizado ao longo da pesquisa, e o objetivo comparativo acabou por se dissolver.

Ao recommençar o trabalho de campo em Setúbal — enquanto simultaneamente estava a frequentar outros portos de pesca para um outro projeto¹² —, apercebi-me de que as fronteiras daquilo que no projeto denominava de “comunidade” e o terreno “Setúbal” eram muito mais porosas. As principais pessoas com quem me cruzei, nomeadamente pescadores, embora vivendo em Setúbal e tendo os barcos registados no porto de pesca local, trabalham não só no estuário do Sado, como também em mares mais a Norte e a Sul, da Nazaré a Sines, circulando em vários portos de pesca noutras localidades. Iniciado o trabalho em Olhão, voltei a observar a mesma dinâmica. Os pescadores com quem convivi no trabalho de campo, embora sediados em Olhão, pescavam em toda a Ria Formosa ou mesmo ao largo da costa do sotavento algarvio. Outros que frequentavam o porto e lota de Olhão eram de outras localidades, como da Culatra, Fuzeta, Tavira, etc. Estas movimentações, resultado de estratégias de trabalho, levavam a que aquilo que ia observando, embora localizado em Setúbal ou Olhão, pudesse ser enquadrado numa escala geográfica mais regional. Estas características obrigaram a repensar a própria delimitação do terreno.

Há largas décadas que pesquisas em contextos localizados não significam necessariamente que se produz estudos de carácter monográfico desses mesmos contextos *per se* ou em estudos de comunidade. Já Clifford Geertz apontou que o lugar de estudo não é o mesmo que o objeto de estudo e que, em antropologia, não se estuda *sobre* locais, mas *nos* locais (Geertz 1973, p. 22), como as etnografias dos fluxos e conexões globais também demonstram (Tsing, 2011). O

¹² Projeto de teatro-documentário “Pelos que andam sobre as águas do mar”, coordenado por Raquel Belchior e baseado em *Os Pescadores* de Raul Brandão.

trabalho de campo foi conduzido em dois contextos geográficos localizados que, por fim, constituem, um mesmo campo de pesquisa. Tornou-se claro que, mais do que uma vontade de realizar uma etnografia clássica comparativa entre Setúbal e Olhão, que corriam o risco de correr em paralelo, interessava-me construir uma reflexão analítica comum que permitisse partir da especificidade de cada contexto para o diálogo com questões mais transversais à condição humana e social, na conjuntura atual. Não pretendi fazer uma etnografia comparativa no sentido estrito do termo, embora preste especial atenção às especificidades históricas e sociais que condicionam localmente os processos de incerteza, crise e precariedade para perceber continuidades, transformações e diferenças. Assim, concebo os dois contextos como um mesmo terreno, numa lógica de associação e conexão, entrançada nos conceitos macro teóricos e nas narrativas mais amplas do sistema-mundo (Marcus 1995).

Ao caminhar para a doca tornou-se claro porque escolhi Olhão. Inconscientemente, o meu olhar estava à procura da “Cidade de Setúbal”, uma traineira que foi vendida para Olhão precisamente no primeiro dia em que comecei oficialmente o trabalho de campo em Setúbal. Ainda hoje as palavras de R. ecoam na minha memória: “Espero que dê melhor sorte aos novos donos.” Foi em 2015. Encontrei-a, com molhos de redes de cerco à sua frente que dificultavam a minha visão sobre ela. Emocionei-me. Este momento teve mais significado do que aquilo que eu imaginava. Materializou a relação entre as duas cidades e marcou o início do meu trabalho de campo nos dois locais. Foi simbólico encontrar aqui, no meu primeiro dia, a mesma traineira que encontrei no primeiro dia lá e que estava de partida rumo a sul. Fiquei feliz. Foi como reencontrar uma velha amiga.

Diário de campo, Olhão, 17 de julho de 2018

O excerto do caderno de campo exposto ilumina a dimensão afetiva que atravessou e atravessa o meu terreno. A escolha de Olhão para fazer pesquisa resultou de diversos fatores, que adiante explicitarei, mas estava presente na minha memória o primeiro dia de terreno em Setúbal (Amorim 2015). Esse momento foi particularmente intenso pela emoção expressa quando o armador do barco me contou a sua venda. Era o dia que partia para sul, para outra casa, o barco ao qual escolheu dar o nome da cidade. A frustração era visível, mas algo o tranquilizava, porque o barco ia para Olhão, descrita por tantos interlocutoras como uma “cidade-irmã”.



Figura 2: Barco "Cidade de Setúbal" na doca de Olhão

Elaborei o projeto de doutoramento em 2016, com o desejo de continuar a trabalhar em contextos piscatórios e sobre incerteza. Em Setúbal, após o trabalho de campo no âmbito do mestrado (Amorim 2015), sucederam-se outras pesquisas em colaboração com as associações de pesca¹³. Sentia que havia chegado a um ponto de conhecimento e imersão que impeliam uma reflexão e análise que não tinham tido lugar na dissertação de mestrado. No entanto, a vontade era também de alargar o olhar e o contacto, pelo que o projeto foi desenhado tendo como terrenos de pesquisa Setúbal e Olhão. De certa forma, o terreno, à semelhança do que aconteceu à antropóloga Maria de Fátima Amante (2015), foi quase que *imposto*, na medida que as circunstâncias e motivações pessoais tiveram um peso decisivo.

No primeiro dia em que procurava o meu novo terreno, comparei a minha viagem à do barco. Passavam-se três anos e também eu procurava abrigo e casa — o meu terreno — numa

¹³ Estas pesquisas foram desenvolvidas com o antropólogo Luís Martins a pedido da Setúbal Pesca, associação da pesca artesanal e da Bivalmar, com o objetivo de desenvolver um jornal comemorativo do Dia Nacional do Pescador 2016, uma tertúlia e uma exposição, intituladas “Pescadores e Setúbal: olhares do passado, desafios do presente”.

doca mais a sul. Encontrar um barco que eu conhecia numa nova paisagem foi emocionalmente relevante e foi um gancho que me motivou para enveredar por um terreno aparentemente desconhecido.

A nossa biografia faz-se sempre presente no terreno e assume diferentes formas. Várias têm sido as antropólogas que demonstraram como o terreno não existe em si mesmo; tem de ser moldado por dimensões conceptuais, profissionais, teóricas, estando também enrustado na biografia da etnógrafa (Amit 2000; Faubion, Marcus 2009). No primeiro dia em Olhão, achei que iria fazer trabalho de campo num local onde não conhecia ninguém. Mas, ao chegar a Olhão e falar da minha origem, era ser imediatamente cunhada como uma “filha de Setúbal” e encontrar rapidamente familiares e amigos de interlocutores meus de Setúbal. Aqueles que não tinham essa ligação falavam com entusiasmo das relações entre ambas as cidades e mencionavam os barcos “Cidade de Setúbal” ou “Mãe do mar”. De várias formas, os laços familiares e de amizade que trazia de Setúbal espalharam-se para Olhão.

Desde a pesquisa que realizei no âmbito do mestrado, as relações pessoais foram várias vezes mobilizadas como veículos primários para a abertura do terreno tirando partido dessa proximidade. A antropóloga Sarah Pink já demonstrou as possibilidades que se abrem quando se constroem etnograficamente as relações pessoais (Pink 2003). Já várias autoras afirmaram que a etnografia é, antes de mais, uma experiência social, em que os etnógrafos exploram a intimidade como uma ferramenta de investigação (Amit 2000, p. 3) e tornam as experiências pessoais em recursos analíticos. Por isso, a subjetividade é sempre parte inerente da pesquisa de terreno, independentemente dos níveis de intimidade com as pessoas.

Na sequência de várias antropólogas que me antecederam, defendo que em qualquer trabalho de investigação se deve fazer uma reflexão sobre as condições de produção, expondo aquilo que potencialmente as condiciona. Assumo que a minha trajetória pessoal determinou o interesse pela pesca e que as minhas ligações afetivas e experiências moldaram o terreno. O engajamento pessoal e profissional com o contexto foi escolhido e deliberado. Admitindo que o trabalho das antropólogas não acontece num vácuo de relações nem de tomadas de posições político-sociais (Handler, 2004:4), a estratégia, na minha opinião, será enunciar as nossas convicções, objetivos e proximidades, para melhor enquadrar o trabalho, sempre fruto de um contexto, experiências e interações particulares. A subjetividade da pesquisa que se apresenta, em lugar de se ocultar, é trazida à tona para, a partir dela, se iniciar uma problematização e conceptualização da investigação e dos objetos que a constituem (Faubion, Marcus 2009, p. 7).

Numa manhã de setembro de 2020, encontrei-me com Nicolau, um pescador de 78 anos, para uma entrevista, no âmbito de um outro projeto em que participo¹⁴. Combinámos falar no jardim “Grito dos Pescadores”, mesmo nas traseiras da sua casa, no Bairro dos Pescadores, em Setúbal, onde também vivi grande parte da minha vida. Conheço Nicolau desde criança, mas até então as nossas conversas tinham sido breves. Após a entrevista, que se centrou nas suas memórias sobre o bairro, continuámos sentados a conversar sobre o estado atual das pescas. Nicolau sabia bem qual era o meu interesse e ia alimentando o nosso diálogo com as suas considerações ancoradas na sua experiência e capacidade de observação. Eu já havia terminado o trabalho de terreno e estava a definir um índice para organizar a escrita, pelo que este momento era uma ótima oportunidade para esclarecer e conversar sobre algumas questões que, entretanto, haviam surgido. Enquanto Nicolau enumerava os principais problemas do setor e defendia que, ainda assim, os pescadores são mais livres do que quem trabalha em terra, fui assolada por uma emoção que me dava a certeza de que a minha tese tinha razão de ser.

Falar com Nicolau trouxe à tona várias memórias da minha infância. Ao ver Irene assomarse à janela para chamá-lo para almoçar, lembrei-me dos *arreganhos* das mulheres que iam à janela quando as crianças faziam barulho pelas ruas do bairro, dizendo que estavam a acordar os seus maridos que perderam a noite no mar. Cresci rodeada de pescadores, peixeiras, antigas operárias conserveiras, calafates e outras pessoas ligadas à economia piscatória. Habituei-me ao vocabulário da pesca (mesmo quando me escapava o sentido), familiarizei-me com as constantes conversas sobre os peixes e o seu preço, fiz e faço parte da festa que marca o ano dos pescadores e das suas famílias, a Festa da Nossa Senhora do Rosário de Troia. Em suma, ainda que não sendo pescadora nem dependendo da pesca para viver, desde a infância que estive exposta às dinâmicas de uma comunidade piscatória, culminando num sentimento de pertença ao terreno em Setúbal, fator que deve ser alvo de reflexão.

A manhã com Nicolau passou rapidamente. No fim, agradeçi-lhe por ter partilhado comigo as suas considerações sobre a atividade piscatória, dizendo o quão importante foram para validar aquilo que estava a pensar escrever, ao que ele responde desvalorizando: “Obrigado o quê? Eu disse-te aquilo que já sabes!” Esta frase transportou-me para os primeiros dias de trabalho em Olhão. Num primeiro contacto com um grupo de pescadores — com quem vim a estreitar laços —, falámos dos diferentes tipos de pesca em Olhão e, após alguns comentários

¹⁴ No âmbito da recolha de memórias para um livro sobre o Bairro dos Pescadores e Grito do Povo, editado pela Câmara Municipal de Setúbal (Amorim, Amorim 2021).

meus enquanto entalhavam redes, um deles diz-me em tom de aprovação “estou a ver que és entendida!” e os restantes assentiram com a cabeça.

Estes comentários — replicados por outras interlocutoras em diversas ocasiões — expõem a minha familiaridade com o “idioma da localidade”, usando o termo de Cohen (1978), consequência de uma relação de proximidade com o terreno. Ou seja, o facto de dominar esse idioma resulta da partilha de uma origem e classe social semelhante que é rapidamente identificada pelas pessoas. A ideia de que sou “entendida”, ainda que possa ser visto como um reconhecimento do trabalho e do conhecimento adquirido, pode significar, no entanto, uma limitação, pois pode condicionar a interação, como aconteceu em alguns momentos em que não me contavam alguns detalhes por assumirem que já eram do meu conhecimento. Partindo desta posição, é importante reflexividade para pensar sobre os *perigos* de me tornar “home blindness” (Eriksen 1995, p. 30). Com um constante exercício reflexivo, a minha posição não impediu, todavia, uma análise isenta que foi enformada por um enquadramento teórico-metodológico que permitiu ultrapassar possíveis limitações.

O meu trabalho pode ser entendido à luz dos debates sobre “Antropologia em casa”, que se iniciaram nos anos 1980 (Jackson 1987) e que trouxeram uma reflexão sobre os limites, vantagens e desvantagens de uma antropóloga efetuar uma etnografia na sua própria sociedade, grupo ou cultura. Se, por um lado, a minha pesquisa pode enquadrar-se nesta categoria, por outro, o processo de pesquisa de terreno permitiu uma problematização do meu posicionamento, das noções de familiaridade, pertença e distanciamento.

A discussão sobre as vantagens e desvantagens de fazer “antropologia em casa” e as questões que se levantam de realizar uma investigação sobre um tema familiar e pessoal já foram abordadas noutra ocasião (Amorim 2015) e por outras autoras (Jackson 1987; Narayan 1993; Strathern 1987; Ellis 2007; Dyck 2003; Caputo 2003). Por um lado, uma pessoa familiar ao terreno pode ter um acesso facilitado, dominar o idioma da localidade e ter uma maior abertura das suas pessoas interlocutoras, sobretudo quando se falam de temas delicados como, por exemplo, práticas de pesca ilegalizadas (Ramsay 2006), ou seja, tendem a expressar-se mais abertamente quando conhecem e confiam nas pesquisadoras. Todavia, a situação nem sempre é vantajosa, podendo haver lugar a estranheza ou também desconfiança. Por exemplo, em alguns momentos, senti que as pessoas nem sempre explicavam tudo com detalhe por assumirem que eu própria conheço os assuntos e as opiniões. No âmbito das unidades domésticas, pairava inicialmente algum espanto por me interessar por questões mais do domínio privado e da intimidade, como a gestão dos orçamentos familiares.

O meu interesse sobre a pesca e a vida das pessoas, embora bem recebido, era com frequência alvo de uma ligeira estranheza¹⁵. Ao longo dos anos de pesquisa, essa estranheza foi sendo esbatida. Já não sou a *menina* de 22 anos que está a fazer um trabalho para a escola (Amorim 2015), uma vez que, desde a defesa de mestrado e a minha colaboração com associações de pesca em várias iniciativas¹⁶, o meu trabalho se tem tornado mais público e visível. Mesmo em Olhão, onde era uma desconhecida para a maioria das pessoas, as minhas ligações afetivas ao terreno emergiram várias vezes e foram, aliás, o motor da escolha deste segundo contexto de pesquisa. Mais recentemente, enquanto dirigente associativa de uma organização ligada ao setor, o meu papel também se transformou, ganhando maior visibilidade a nível nacional¹⁷.

No seio daquilo que ficou conhecido como “antropologia em casa”, algumas antropólogas problematizaram o próprio conceito de casa (Caputo 2003; Dyck 2003), questionando se antropologia em casa significa apenas fazer terreno no mesmo contexto geográfico onde se nasceu ou apresenta alguma ligação e pertença perante esse terreno? Esta última tem sido cunhada de antropologia nativa. A noção de pertença — embora aqui evocada — é muito heterogénea, por isso não basta que uma etnógrafa seja do mesmo local — geográfico — dos seus interlocutores para partilhar a mesma subjetividade ou dominar o conhecimento dessa realidade. Não podemos simplesmente assumir a existência de um “*continuum* entre o investigador e o contexto que procura compreender” (Lima 1997, p. 108). No meu caso, mesmo existindo laços familiares com o contexto em questão e partilhando uma mesma condição de classe de origem, não é possível assumir esse *continuum*, porque há várias dimensões que operam uma descontinuidade, nomeadamente o meu papel de etnógrafa e o aparato teórico-analítico que me guia (Strathern 1987). No caso, a minha formação académica permitiu um distanciamento necessário para o desenrolar da pesquisa.

Quando o trabalho de campo é próximo, a experiência consiste num movimento contínuo de idas e vindas, e o terreno pode tornar-se quase indistinguível de casa, tornando-se difícil de “sair” deste terreno (Caputo 2003, p. 28). De facto, várias foram as ocasiões em que ambas as dimensões se misturaram. Por exemplo, em celebrações familiares, muitas vezes, acabava por

¹⁵ Inicialmente, as pessoas estranham por não ser bióloga e por me interessar pelas suas vidas, o que pode ser entendido como “cusquice”, “bisbilhotice”.

¹⁶ Edição de dois jornais comemorativos do dia do pescador e curadoria de uma exposição no âmbito da Semana do Mar, eventos dinamizados pela Setúbal Pesa, associação de Pesca Artesanal e pela Bivalmar, Organização de Produtores.

¹⁷ Desde março de 2021 que sou membro efetivo do Conselho de Administração da Mútua dos Pescadores, a única cooperativa de seguros em Portugal, direcionada para o setor da pesca.

fazer trabalho de campo, porque a situação assim o proporcionava, uma vez que me relacionava com os pescadores e as suas famílias, pois tenho um familiar pescador. Na pandemia, esta proximidade tornou-se uma mais-valia, porque, através de familiares e vizinhas, ia tendo relatos do que se passava na pesca. Todavia, o trabalho de campo feito em contextos próximos implica a definição de limites entre a vida pessoal e o trabalho. Além disso, este tipo de trabalho de campo exige um grau elevado de autoconsciência, como defende Caputo, porque há a necessidade de mudança contínua entre situações relacionadas com campo, casa ou circunstâncias familiares (Caputo 2003) que deve ser balanceada. À semelhança de Kay Ramsay, que também trabalhou num contexto familiar piscatório, o processo reflexivo foi determinante para avaliar o compromisso, emoções e valores que ia mantendo em relação à pesca e aos locais (Ramsay 2006), questionando-me como agir de forma não predadora e com respeito pelas pessoas que me são próximas.

Mais do que os debates em torno da ideia de “antropologia em casa”, interessa resgatar para a reflexão a ideia de “outro significativo”, canonizada no manual coordenado por Richard Handler (2004), ou aquilo que Carolyn Ellis denominou de “outros íntimos” (Ellis 2007). É comum as antropólogas e os antropólogos desenvolverem relações simultaneamente profissionais e pessoais com as suas pessoas interlocutoras (Handler, 2004:4). Muitas vezes, essa relação é até familiar, como é o meu caso. Esses “outros significantes/íntimos” têm uma influência grande nas pesquisas, quer no decorrer do trabalho de campo, quer na conceção da problemática e na sua abordagem. Esta minha relação estreita com estes “outros significantes/íntimos” acabou por direcionar a minha investigação.

Assim, emergem inquietações éticas que têm de ser consideradas. Uma questão que me acompanhou ao longo de todo o trabalho de terreno: qual a minha responsabilidade ética com as pessoas com quem trabalho e com quem simultaneamente mantenho relações de proximidade e amizade? Não é possível haver um manual de procedimentos para estas situações, mas, como diz Ellis (2007), deve imperar o princípio de respeito mútuo e dignidade e de “não fazer mal” e é nesse seguimento que sugere os princípios da ética relacional que permitem assumir os laços interpessoais que nos ligam ao terreno, tomar responsabilidade pelas ações e possíveis consequências no decurso da pesquisa e pressupõe que a pessoa investigadora viva as responsabilidades de uma amizade (*ibidem*).

Nesse sentido, a ética da minha pesquisa passou por uma relação de partilha e compromisso que se espalhou para lá do trabalho de campo e consistiu em momentos de colaboração com as pessoas sempre que era solicitada, sobretudo no caso das organizações do setor que, várias vezes, me pediram apoio ou opinião sobre documentos escritos, por exemplo.

Dada a minha proximidade com as pessoas dos contextos em que fiz a pesquisa, foi necessário também fazer uma ponderação ética sobre as minhas questões e manter um contínuo respeito pela intimidade, privacidade e segredos das pessoas com quem falava e partilhava quotidianos. Na maioria dos momentos em que estávamos juntas, as pessoas não tinham grandes barreiras naquilo que me contavam ou faziam à minha frente, agindo como se eu subentendesse o que devia estar fora do escopo da minha pesquisa ou, se incluído, que de alguma forma as preservasse. Esta questão tornava-se particularmente importante quando me confessavam ou eu assistia a algumas práticas não legais. Assim, o recurso a pseudónimos foi uma estratégia utilizada, já que, ainda que não garanta o total anonimato das pessoas, protege-as e não as expõe diretamente. Em paralelo, procurei dialogar sobre aquilo que queria escrever e analisar e, assim, obter consentimento, ainda que isso não significasse total alinhamento de opiniões.

Se, por um lado, enquanto antropóloga, não tenho uma atitude neutra relativamente ao contexto de estudo, por outro, também as minhas interlocutoras não estão desfasadas da envolvência política¹⁸. A importância do reconhecimento político das pessoas surge premente sobretudo em situações em que as pesquisadoras formam parte dos contextos em que estudam, como Linda Tuhiwai Smith (1999) tão brilhantemente apontou¹⁹. Várias vezes senti que algumas pessoas projetavam em mim a responsabilidade de transmitir outra visão do setor da pesca. Como um pescador me disse uma vez: “Tem de haver pessoas como tu, que são das nossas que estudam, mas vêm aqui ver como a gente trabalha. Mas eles não saem dos gabinetes.” Associado a esta afirmação, em várias conversas, os pescadores veiculavam reivindicações que gostariam que tivessem maior alcance, solicitando-me que escrevesse sobre o assunto. A etnografia implica sempre processos de negociação, e, como notou Humberto Martins, as pessoas são agentes ativos das nossas pesquisas podendo ser, em certo sentido, coprodutoras do conhecimento “que influenciam continuamente os investigadores nas suas tomadas de decisão e nos seus posicionamentos éticos” (Martins 2012, p. 528). Ou seja, aquilo que as pessoas dizem e nos dão acesso condiciona a nossa compreensão sobre a sua forma de viver no mundo e o conhecimento que produzimos. Neste caso, sempre que possível, fui

¹⁸ Um caso particularmente ilustrativo e aquele descrito por West em relação a Rafael, interlocutor e interprete da equipa de Jorge Dias, que fez antiantropologia, não dando a conhecer o seu envolvimento político nos movimentos de libertação (West, 2006:159).

¹⁹ Esta afirmação não pretende fazer uma analogia entre a posição de Linda Tuhiwai Smith, antropóloga indígena, e a de Maori, que defende uma posição igual à minha. As suas reflexões sobre a necessidade de “descolonizar o conhecimento” são prementes na reflexão sobre quem escreve etnografia, para quem e em que contexto e de que modo pessoas de grupos subalternos e/ou outras classes sociais começam a integrar a academia, um espaço ainda elitizado.

discutindo e falando com as pessoas sobre as minhas reflexões e observações que constam no texto que agora se apresenta. Nesse sentido, as pessoas com quem trabalhei foram impulsionadoras de algumas questões políticas que levanto e da formulação de algumas reflexões que apresento, embora não sejam responsáveis pelas posições que defendo.

Concebo a etnografia como um modo de investigação, mas também uma forma de compromisso político (Narotzky, Smith 2006, p. 3), e que implica uma forma de consciência pública (Wacquant 2003, p. 5). Esta é uma dimensão central que norteia todo o meu trabalho, pois defendo que as pessoas que fazem pesquisa têm uma responsabilidade social que começa antes do trabalho de terreno, iniciando-se logo no próprio desenho do projeto de investigação. Não se trata apenas de uma opção acadêmica, mas também social e política, atravessada por questões subjetivas relacionadas com a experiência pessoal. Ou seja, a interação entre a minha experiência de vida, formação antropológica e abordagens teóricas moldaram as questões que analisarei, bem como a forma como conduzi o trabalho de campo. Se, por um lado, é assumido que a esfera pública da pesca teve efeitos na etnografia, será importante, no futuro, analisar que efeitos esta etnografia teve na esfera pública (Cunha, Lima 2010).

O processo de investigação é uma experiência social total que implica envolvimento, reciprocidade e que é atravessada por subjetividades (Martins 2012). O campo é constituído de “trajetórias que interconectam lugares, tempos, pessoas e objetos” e só pode ser feito e experimentado na primeira pessoa (Jaramillo 2013). Estando o meu trabalho de campo a paredes meias com as minhas relações pessoais e seguindo o processo de uma pesquisa anterior, é um desafio olhar em retrospectiva e compreender como o terreno se foi constituindo e como foi iniciado.

Ancoradouros teórico-analíticos²⁰

Em 1990, James McGoodwin apontava de que forma uma abordagem da crise das pescarias mundiais tinha de ser acompanhada por um reconhecimento de que não há pesca sem um esforço humano (McGoodwin 1990, p. 3), ou seja, realçava a importância de se humanizar as pescarias para melhor compreensão da conjuntura vivida. Mais recentemente, Svein Jentoft defendeu que, para assegurar a proteção da vida marinha, no âmbito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável²¹, é necessário redirecionar o olhar para o que se passa “acima da água”, ou seja, para os grupos sociais que vivem dos recursos marinhos (Jentoft 2019, p.

²⁰ Todas as citações de referências bibliográficas publicadas em outras línguas que não o português foram traduzidas livremente por mim.

²¹ Objetivo 14, em inglês, é denominado “Life below water”

135). Embora estas afirmações pareçam redundantes, urge reconhecer a pesca como fenómeno humano e social (McGoodwin 1990, p. 3) e trazê-las para o centro da reflexão, rejeitando abordagens estritamente focadas na biologia ou na economia.

Os contextos piscatórios são constituídos por relações sociais e económicas de produção e reprodução e por condições ambientais historicamente específicas (Campling, Havice, Howard 2012). A abordagem teórico-analítica adotada na presente tese parte deste entendimento, tendo um enquadramento historicamente informado e balizado pelos contributos da antropologia marítima, mas não só. Mobilizei contributos da antropologia económica, influenciada pela economia política e moral, da ecologia política, das abordagens da antropologia feminista, com foco na reprodução social. Desta forma, pretendo romper com uma tendência na literatura das ciências sociais sobre a pesca ser autorreferencial e marginal, no quadro mais amplo dos debates das ciências sociais (Penny McCall Howard 2012, p. 258). Embora com perspetivas e enfoques distintos, estas abordagens são convocadas para analisar o entrelaçamento entre ecologia, economia e reprodução social, porque as incertezas geram e são resultado de ecologias e economias políticas particulares (Scoones, Stirling 2020).

A contemporaneidade é atravessada pela incerteza, embora não sendo um fenómeno exclusivo deste tempo histórico, expande-se por todo o lado, com várias facetas e dimensões. Das implicações das alterações climáticas aos desastres naturais recorrentes, da instabilidade dos sistemas financeiros à iminência de crises globais, passando pelos impactos de novas tecnologias e pelas ameaças à ordem democrática. Todos estes fenómenos traduzem-se numa conjuntura incerta e fragmentada. As grandes narrativas hegemónicas perderam espaço mediático e deixaram de dar respostas perante a imprevisibilidade e imponderabilidade da vida (Eriksen 2016a). Deu-se, portanto, uma alteração epistemológica, mais do que uma alteração do mundo. A isto acresce que a incerteza é fator indispensável nos quotidianos (Bel, 1976:248; Dein, 2016; Narotzky & Besnier, 2014), sendo um elemento transversal à vida social.

Durante as últimas décadas, muito se tem escrito sobre incerteza, em contextos diversificados que englobam a investigação científica, o discurso político e a opinião pública. No entanto, e dado o seu carácter polissémico, incerteza parece uma palavra usada para abarcar e descrever vários fenómenos que podem ser muito diferentes entre si. Torna-se, por isso, relevante fazer uma reflexão sobre este conceito, de forma a clarificar o seu significado e importância na presente tese.

O campo semântico no qual a incerteza se insere é amplo. De acordo com vários dicionários da língua portuguesa, a palavra surge associada a vocábulos como: dúvida; inconsciência; imprevisibilidade; dubiedade; ambiguidade; aleatório; indecisão; hesitação; vacilante;

irresolução; contingência; incógnita. No uso coloquial, estas palavras são frequentemente relacionadas, mas cada uma contempla especificidades, pelo que não são simples sinónimos redutíveis entre si. Ao nível teórico e conceptual, também há um campo de incertas definições, porque o significado atribuído à incerteza e os seus usos têm sido igualmente plásticos e aplicados a situações díspares.

Todavia, a incerteza tem sido abordada, a partir do seu carácter excepcional. No âmbito desta tese, porém, interessa uma definição que permita compreender a sua expressão quotidiana. Embora se defina a palavra incerteza a partir de prismas diversos, em diferentes dicionários, ressalta-se precisamente a ideia de que pode ser estado, situação ou condição, o que serve o propósito analítico que aqui se pretende traçar. Ainda assim, é útil percorrer sumariamente os debates produzidos em torno de fenómenos sociais marcados por estados de incerteza, risco e contingência, a fim de fixarmos como aqui o conceito é utilizado.

Incerteza e risco são frequentemente usados como sinónimos e objeto de interesse de várias disciplinas, enquadradas num campo teórico vasto e muito reivindicado. Nas últimas décadas, também as ciências sociais se têm dedicado ao estudo do risco e da incerteza, a partir de diversas posições e abordagens teóricas e metodológicas, como, por exemplo, as abordagens probabilísticas (Knight 1921), as perspetivas individualistas, as teorias sociais (Beck 1992), as visões culturalistas (Douglas, Wildavsky 1983) e as perspetivas centradas na teoria da prática (Richards 2018; Samimian-Darash 2013)²².

No âmbito político, o debate público alicerça-se segundo um paradigma de gestão do risco. O risco permite antecipar possibilidades reduzindo a incerteza a um número estimado de probabilidades limitadas, ou seja, passíveis de uma previsão, abordagem desenvolvida a fim de tornar possível a sua governança (Schüll 2015, p. 47; Witte 2018)²³. A linguagem do risco representa um papel estandardizante e centralizador e são usados cálculos probabilísticos para domesticar aquilo que é incerto (Scoones 2019; Hacking 1990).

Uma das obras clássicas e pioneiras do estudo do risco e da incerteza é assinada pelo economista Frank Knight em 1921, que defende a importância da distinção entre incerteza e risco. Para o autor, a incerteza relaciona-se com a forma de enfrentar o futuro individualmente e não é passível de mensurar; e o risco é a redução da incerteza a um conjunto de probabilidades, passíveis de cálculo (Knight 1921), por isso, é importante destringir entre ambos que, embora estejam interrelacionados, não estão sobrepostos.

²² Para maior aprofundamento sobre estas abordagens, vide Scoones (2019)

²³ Note-se o papel central do princípio atuarial do sistema de seguros em que se estima probabilidade de ocorrer determinado sinistro.

Todavia, quer na literatura científica, quer nos discursos públicos, continua a perdurar a não distinção entre risco e incerteza. Nas ciências sociais, a obra de Ulrich Beck é talvez a abordagem mais influente a estes temas. Em 1986, o sociólogo descreveu aquilo que, para ele, era o advento de uma nova modernidade: a sociedade do risco, defendendo que, nesta modernidade, a distribuição de produção de riqueza é acompanhada pela produção e distribuição de riscos, que se tornam globais. Ainda que defenda que os riscos e perigos existam em todas as sociedades, Beck argumenta que a modernidade traz particularidades. Reflete sobre as implicações do risco na sociedade e na política, sobretudo por provocar alterações significativas nas instituições (Beck 1992). No entanto, na sua abordagem, não há distinção clara entre risco e incerteza. Estas reflexões influenciaram várias abordagens posteriores (Beck, Giddens, Lash 1994) e ainda hoje têm peso nos debates sobre o risco. Embora reconhecendo a importância teórica e analítica do conceito avançado por Beck, algumas autoras argumentam que as suas reflexões têm limitações, porque reduzem a incerteza ao risco e porque a sua tentativa de teorizar sobre a sociedade acaba generalizando e sem suporte empírico (Samimian-Darash, Rabinow 2015; Alonso Población 2014).

A proposta teórica de Beck parte de uma crítica à vertente culturalista que marcou a primeira abordagem antropológica ao risco e à incerteza, feita por Mary Douglas e Aaron Wildavsky. As autoras destacaram a forma culturalmente específica como os riscos são selecionados e avaliados (Douglas, Wildavsky 1983). Embora utilizem, por vezes, risco e incerteza de forma intercambiável, Douglas e Wildavsky definiram o risco como a probabilidade de um evento combinada com a magnitude de perdas e ganhos (Douglas, Wildavsky 1983, p. 40) e a incerteza como uma conjugação de fatores e circunstâncias que resultam numa condição. Ainda assim, perpassa uma abordagem que vê o risco e a incerteza como perda/dano (Alonso Población 2014, p. 62). Não obstante as limitações desta abordagem culturalista²⁴, Douglas e Wildavsky contribuem para a reflexão de que o risco e a incerteza não são fenómenos apenas típicos da modernidade, como Beck defendeu, mas sim omnipresentes.

A história da teoria antropológica foi dando mais primazia ao estudo da estabilidade e das regularidades dos quotidianos (Niehaus 2013; Griffiths 2013), ainda que, desde meados do século XX, várias teorias tenham começado a mudar o paradigma, com especial ênfase na Escola de Manchester e com o trabalho de Gluckman sobre o conflito social e a mudança, por exemplo. No entanto, estas dimensões não eram, então, formuladas como incerteza, mas não

²⁴ A abordagem culturalista ao risco e incerteza tem sido seguida e reformulada. Para discussão sobre as principais abordagens ao risco e ao perigo, vide (Alonso Población 2014; Granjo 2006).

deixavam de endereçar a instabilidade e a contingência na vida cotidiana. A mudança teórica e analítica da estrutura para a prática, nos anos 1980, veio possibilitar uma abordagem mais sistemática a eventos que rompiam com a estabilidade social.

São trabalhos mais recentes que, contudo, colocam a incerteza como um problema central da análise antropológica e do pensamento contemporâneo (Samimian-Darash, Rabinow 2015; Cooper, Pratten 2015). Por um lado, há quem se foque na incerteza, enquanto qualidade emergente das dinâmicas de interação social (Berthomé et al. 2012). Ainda há quem opte por definir a incerteza como uma condição ontológica. Embora agora se multipliquem abordagens que revelam diferentes perspectivas teóricas e analíticas, é manifesta a tendência de resgatar a incerteza para a discussão analítica (Samimian-Darash, Rabinow 2015).

No âmbito da antropologia, a relação entre risco e incerteza tem sido debatida. De acordo com esta posição, Boholm (2003) afirma que o risco é um dispositivo de enquadramento conceptual que traduz a incerteza num conjunto limitado de consequências. Ao contrário do risco, a incerteza revela-se como um campo aberto de possibilidades futuras (*ibidem*). Esta perspectiva concebe a incerteza como parte fundamental do risco. Witte, por seu turno, critica a análise da relação risco/incerteza de forma linear, argumentando que o risco não tem necessariamente de reduzir a incerteza e pode até produzir novas incertezas (Witte 2018, p. 227). Já outros defendem que a incerteza não deve ser reduzida ao risco e deve ser analisada em si mesma como um problema central da antropologia (Samimian-Darash, Rabinow 2015; Scoones, Stirling 2020).

A incerteza e o risco também são característicos presentes na pesca²⁵, sendo tópico recorrentemente abordado na produção científica sobre contextos piscatórios e emerge de dimensões ambientais, socioeconómicas e políticas que intensificam a endémica aleatoriedade ecológica e as recorrentes flutuações económicas, que fazem com que as unidades domésticas tenham de lidar com iminentes distúrbios e desequilíbrios, diários e/ou sazonais. Posto isto, embora reconhecendo que o risco e o perigo fazem parte da atividade piscatória e têm relação com a incerteza, afasto-me do uso do conceito analítico de risco e dos debates que envolve, para dar maior ênfase à incerteza.

A incerteza relaciona-se com a ausência de conhecimento sobre o futuro, ou seja, previsibilidade e, por isso, está orientada e relacionada com o futuro. Scoones e Stirling (2020, p. 4) defendem que existem quatro dimensões centrais da incerteza. Em primeiro lugar, afirmam

²⁵ A incerteza está também presente na agricultura, bem como em várias outras atividades, mas em cada uma dela reveste-se de particularidades e especificidades.

que a incerteza tem características concretas, ou seja, tem origens e efeitos materiais. Em segundo, sublinham que é um fenómeno que não é experienciado da mesma maneira por diferentes pessoas, sendo influenciada por particularidades históricas, sociais e culturais. Em terceiro lugar, destacam a dimensão incorporada da incerteza. Por último, frisam como as incertezas são refletidas nas práticas e na forma como as pessoas agem. Estas dimensões podem ou não coexistir, intersetando-se na prática, não podendo ser separadas, uma vez que se coconstituem.

Na pesca, a incerteza é estrutural e estruturante e, embora esteja em parte fora do controlo dos pescadores, ao longo da história, foram desenvolvendo processos de adaptação a fim de melhor acomodar os elementos incertos da atividade. Ainda assim, há sempre outros fatores externos que podem resultar numa conjuntura de incerteza radical, muitas vezes, traduzida em termos de crise (de L'Estoile 2014; Narotzky, Besnier 2014). Incerteza é, simultaneamente, um adjetivo usado pelas pessoas para caracterizar as suas experiências, um substantivo descritivo e um conceito analítico. Atendendo à sua característica multidimensional, engloba conhecimento, materialidade, experiência e prática (Scoones, Stirling 2020, p. xvi). Mais do que uma condição estática, a incerteza é relacional e apresenta características concretas e origens e efeitos materiais, não sendo experienciada da mesma forma (Scoones, Stirling 2020). Por um lado, é uma experiência individual e, por outro, está conectada com um processo coletivo e partilhado. Por isso, em lugar de destacar a incerteza endémica dos contextos piscatórios, pretende-se reconhecer os impactos da experiência quotidiana da incerteza, analisando os entendimentos e respostas à incerteza, como afetam as perspetivas de futuro e os horizontes de expectativas e, por fim, como estão intensificados numa contemporaneidade “aquecida” (Eriksen 2016a), também marcada por imprevisibilidade e incerteza.

O contributo da Antropologia para a pesquisa sobre a incerteza está relacionado com a sua capacidade para fornecer contexto, ou seja, através de estudos heterogéneos que atendem às especificidades históricas, sociais e culturais, a disciplina pode captar a complexidade da experiência da incerteza (Boholm 2003) e como esta se torna constitutiva dos quotidianos dos grupos e que efeitos materiais tem. Assim, situo o foco nas manifestações concretas e diversas da incerteza, abordando este fenómeno enquanto estrutura de sentimento (Williams 1977) e um elemento constitutivo dos quotidianos. Relaciona-se a experiência vivida de um sentido de instabilidade com a incapacidade alcançar estabilidade de vida no presente e projetar o futuro (Cooper, Pratten 2015), analisando as práticas de fazer vida numa conjuntura de incerteza radical (Narotzky, Besnier 2014). Fazer vida é sobre “fazer pessoas” nas suas diferentes dimensões e sobre as diferentes “formas de interação humana que tornam os recursos

disponíveis através de relações de produção, distribuição e consumo” (Narotzky, Besnier 2014, p. S14). Seguindo este quadro de Narotzky e Besnier, a análise centra-se não só nas práticas de fazer a vida como também naquilo que as pessoas consideram que faz a vida valer a pena ser vivida (*ibidem*).

A pesquisa etnográfica como metodologia central da antropologia tende a focar-se no particular e na pequena escala. No entanto, a pequena escala é atravessada por outras, sendo impossível dissociá-las analiticamente. Já Thomas Eriksen havia assinalado como os locais são essenciais para abordar questões mais globais, uma vez que o local acontece globalmente e vice-versa (Eriksen 1995). Analisando a produção antropológica desde os anos 1980, Sherry Ortner demonstra como a pesquisa não pode ser separada das condições do mundo real onde tem lugar, pois é moldada por circunstâncias sociais, políticas, económicas e pessoais presentes nos terrenos (Ortner 2016, 47). No seu estudo sobre as conexões globais na floresta do Bornéu Indonésio, Anna Tsing alerta para o facto de não conseguirmos, simplesmente, rejeitar o universal (Tsing 2011, p. 1). A forma como a incerteza se torna um elemento constitutivo dos quotidianos é também ela influenciada por diferentes escalas que afetam a vida das pessoas; e esses lugares não estão isolados de contextos económicos, ecológicos, políticos e sociais mais abrangentes também atravessados por incertezas. Os contextos piscatórios lidam com diversas pressões externas que emanam quer da integração da economia mundial quer da tão falada “crise das pescarias mundiais” (McGoodwin 1990; Clausen, Clark 2005) e o esgotamento dos *stocks* piscícolas, as políticas de sustentabilidade, os sistemas financeiros e de mercado, o quadro regulatório da atividade, entre outras, interferem nas práticas de fazer vida.

Vários são os modelos analíticos e teóricos que procuram captar a complexidade de interação entre circunstâncias mais locais e micro e fenómenos mais abrangentes²⁶. Strathern, falando das “conexões parciais” e dando conta de que o mundo é “ontologicamente múltiplo”, argumenta que as próprias pessoas acionam diferentes escalas nas suas vidas, em correlação com a própria prática do fazer antropológico e que, portanto, temos de estar atentas a essas conexões (Strathern 2005). Escala é uma palavra polissémica tanto no âmbito dos seus usos vernaculares como académicos e antropológicos (Godinho 2007, p. 68). Há abordagens que limitam a escala ao alcance espacial de um fenómeno (Xiang 2013), mas, na presente tese, escala não surge relacionada com apenas uma noção espacial, segmentada e gradativa e com o

²⁶ Por exemplo, etnografias multissituadas (Marcus 1995), o conceito de paisagens, o composições/asmblagens e a noção de fricções (Tsing 2011)

alcance espacial das ações, mas como um emaranhado de dimensões que se informam mutuamente numa base contínua e articuladas na prática (Narotzky, Besnier 2014, p. 13).

Estando consciente de que os contextos de pesquisa, Setúbal e Olhão, não estão isolados nem são independentes de contextos mais abrangentes, procurei sempre compreender como as diferentes escalas se articulam, se sobrepõem e/ou entram em tensão. Para tal, adotei uma abordagem multi-escalar aplicada à esfera produção/reprodução para analisar a vida das pessoas em função da sua experiência diária, mas tendo em conta fluxos e processos que operam em várias escalas e que interferem com essa experiência. Este tipo de abordagem permite delinear como a experiência quotidiana e localizada da incerteza é pelo *global* e como o contexto macroeconómico e político têm manifestação na prática da vida vivida. Partindo desta estratégia metodológica e teórica, pude iluminar como os projetos de vida localmente situados intersectam com a escala de governação estatal ou com a escala do mercado, por exemplo. É ao nível das práticas quotidianas e das relações sociais que as escalas se manifestam, por isso, são discutidas e perspectivadas através do material etnográfico (cf. Xiang 2013, p. 284).

A opção pela abordagem multi-escalar foi um importante alicerce da tese, sobretudo porque me forneceu uma alternativa à ideia clássica de definir o contexto de análise unicamente com base numa dimensão geográfica, uma vez que nele confluem questões e fenómenos de várias escalas, espaciais e temporais. Nesse sentido, embora a pesquisa tenha decorrido em Setúbal e Olhão, optei por definir tematicamente o contexto da investigação etnográfica, dando ênfase às conexões, integrações e tensões existentes nos contextos e a relação com a economia e ecologia políticas mais global.

Inspiro-me na já clássica descrição densa de situações de quotidianos (Geertz 1973) articulada com a narrativa das pessoas interlocutoras, explorando a forma como descrevem as suas vidas e vivências. Todavia, em lugar de elucidar apenas as especificidades, procuro explorar ângulos e perspectivas que têm relevância teórica e analítica além do próprio contexto em análise. Nesse sentido, aquilo que Don Kalb denominou de miniaturas antropológicas, ao reunir pessoas, ações e contextos nas suas articulações micro/macro, torna-se uma ferramenta metodológica que permite evitar reducionismos e reificações demonstrando como as “estruturas de grande escala” moldam “campos de força” e “teias de significado” dentro dos quais as vidas diárias são conduzidas (Kalb 1997, p. 19).

A abordagem multi-escalar permite também relacionar fenómenos imediatamente observáveis com outras configurações institucionais ou globais, pondo a descoberto as teias de relações entre pessoas, instituições, processos e discursos, articulando tempo e espaço (Xiang 2013). Nesta tese, procurei articular permanentemente a dimensão micro (unidade doméstica e

laboral); a meso (organizacional) e a macro (estatal, europeia e mercado global). A minha análise parte fundamentalmente da escala da unidade doméstica e laboral, integrando e enquadrando simultaneamente as suas atividades produtivas e reprodutivas nas suas interdependências. No quotidiano, a incerteza afeta as práticas de sustento e é ao nível do agregado que se verificam os emaranhamentos entre as diferentes escalas mais abrangentes, nomeadamente a escala organizativa do setor da pesca, a escala estatal, europeia e global. Ou seja, procura-se a dimensão processual, no sentido de Tsing, analisando a relação entre pessoas, grupos sociais, instituições e Estado.

As práticas económicas têm sido abordadas pela antropologia seguindo diferentes linhas teóricas. A própria definição de “economia” tem gerado múltiplos debates no seio da própria disciplina como, por exemplo, as tensões entre os modelos formalistas e os substantivistas. Não obstante as diferenças de análises, remonta a clássicos da antropologia a análise da economia para lá do mercado, com o trabalho de Bronislaw Malinowski e, posteriormente, de Marcel Mauss. Mas foi efetivamente com Polanyi que se iniciou uma crítica mais profunda ao modelo formalista denunciando a “falácia economicista” que identifica a economia apenas como o mercado (Polanyi 2012). Nesse sentido, distinguiu entre a economia formal — ligada ao mercado — e a economia real/substantiva, fruto das relações dos grupos humanos entre si e com o seu meio, a fim de alcançar bens ou serviços materiais para garantir a continuidade da vida. Estas abordagens, a par dos contributos feministas que desde os anos 60 têm vindo a defender a constituição, produção e reprodução, permitiram questionar a perspetiva neoclássica do “homo economicus” que coloca a centralidade no indivíduo em busca de resultados e maximizadores de utilidade, bem como a ideia da economia se reduzir a trocas de mercado e a circunscreve enquanto um domínio isolado de outras práticas sociais (Goddard 2016). Esta virada substantivista estabeleceu alicerces para muitos contributos da antropologia económica que, posteriormente, foram debatendo as ideias de Polanyi, articulando-as com outros debates da economia política e/ou da economia moral. Nesse seguimento, várias abordagens analisam como a interação entre pessoas e grupos sociais, com o ambiente do qual são parte constitutiva, tem como fim o acesso a bens e serviços necessários à reprodução social (Narotzky 1997). A reprodução social diz respeito às necessidades mais imediatas de manutenção da vida, manifesta obrigações morais definidas entre gerações e relacionadas com projetos de vida.

A *Grande Transformação*, descrita por Polanyi (2012 [1944]), consistiu na conversão dos humanos e natureza em mercadorias, estendendo “os sistemas de mercado a todas as esferas da vida humana”. Apesar disso, Polanyi demonstrou como no século XIX, mesmo nas sociedades marcadas pelo capitalismo industrial, em que a economia de mercado era hegemónica, as

práticas económicas estavam entrançadas noutras instituições sociais. Assim, defendeu que as práticas e decisões económicas estão enquadradas em obrigações morais, instituições locais e forças culturais (*ibidem*), mostrando que, além dos valores de mercado, há valores e práticas sociais baseados noutros princípios como, por exemplo, de reciprocidade e solidariedade. Nesse seguimento, Godelier, a partir da perspectiva substantivista, defendeu a economia como um conjunto de relações sociais que tomam forma quer na produção, distribuição e consumo de bens, quer noutros domínios das atividades humanas, chamando à atenção para a esfera da reprodução social (Godelier 1972).

Os contributos da economia política ajudam a situar as comunidades à luz da intensificação do paradigma neoliberal do capitalismo contemporâneo, com particular ênfase no setor da pesca, e como tal condiciona a busca pela satisfação das necessidades básicas e de bem-estar, assim como a relação com o ambiente. Esta perspectiva ajuda a compreender lógicas sistémicas que têm expressão nas práticas e relações sociais, tendo em conta o contexto histórico-cultural. Em paralelo, permite demonstrar os efeitos concretos das transformações do capitalismo neoliberal nestes últimos 40 anos.

Não se pretende fazer uma discussão e análise demoradas sobre o capitalismo neoliberal, pois já várias académicas o fizeram (Comaroff, Comaroff 2001; Harvey 2005; Hoffman, DeHart, Collier 2006), mas sim assinalar como tem expressão na prática. Todavia, torna-se relevante mencionar algumas das características deste processo.

Neoliberalismo tem sido um conceito utilizado para descrever a reestruturação do sistema capitalista nas últimas décadas, considerado simultaneamente uma teoria e uma prática com evidências concretas que não é, todavia, uniforme. Desde os anos 1970, temos assistido ao seu crescimento em vários contextos geográficos, tornando-se na forma hegemónica de capitalismo, com expressões distintas. O estudo sobre o neoliberalismo na antropologia tem tido várias abordagens, da perspectiva da economia política à abordagem foucaultiana da governamentalidade (Wacquant 2012).

Segundo Harvey, neoliberalismo é uma “teoria de práticas político-económicas que defende que a melhor maneira de promover o bem-estar humano consiste em não restringir o desenvolvimento das capacidades empreendedoras individuais dentro de um quadro institucional marcado pela propriedade privada e pelo mercado livre” (Harvey 2005, p. 2). Neste enquadramento, cabe ao Estado criar um contexto institucional adequado para garantir o funcionamento e desenvolvimento do mercado (*ibidem*), ou seja, o neoliberalismo pressupõe uma contínua redefinição da natureza do Estado (McCormack 2017). O capitalismo neoliberal tem várias características entre as quais destacam-se: reificação do mercado e crença na sua

autorregulação; financeirização; desregulação da economia; simultânea liberalização do comércio e privatização das empresas estatais; tempo-espaço marcado pela aceleração e compressão (Harvey 2005).

A economia política das pescas tem sido atravessada por este quadro, e várias autoras situam as pescas no contexto das relações capitalistas de produção enquadradas no processo de neoliberalização dos oceanos (Campling, Havice, Howard 2012; Penny McCall Howard 2018; Menzies 2002; Bresnihan 2017; Williams 2019). Esta perspetiva permite analisar a integração das pescas na economia mundial e nos sistemas alimentares globais, chamando à atenção para o modo de produção, distribuição e consumo do pescado, permitindo compreender como as pressões de mercado impactam na organização laboral, na intensidade das capturas e no acesso aos recursos. Em paralelo, permite desmontar como modelos de gestão baseados em supostos objetivos de sustentabilidade desenvolvem, paralelamente, instrumentos de mercado para a gestão dos recursos, resultando num “ambientalismo de mercado”, mais um passo no processo de mercantilização da natureza (McCormack 2017). Nesse contexto, a natureza tem sido reduzida a recursos e a serviços de ecossistemas quantificáveis (*ibidem*).

Embora este quadro mais abrangente seja essencial, pretende-se analisar os processos macroeconómicos, a partir da observação da forma como são experienciados a nível local, e, para tal, adota-se uma abordagem “grassroots”²⁷. Enfatiza-se a dimensão relacional das práticas económicas para analisar os recursos materiais e simbólicos que afetam a esfera da reprodução-produção e como as práticas económicas “são articuladas por meio de significados, valores e ideologias vinculados a processos de produção e distribuição desiguais, tanto local quanto globalmente” (Narotzky 2020). Em consequência, questiona-se a distinção entre a chamada economia formal e as economias informais, fazendo notar a sua interação e articulação. Por fim, reconhece-se que outras práticas de assegurar a vida, que não se enquadram na definição estrita de economia, manifestam diferentes regimes de valor (Narotzky, Besnier 2014, p. S6). Seguem-se os fluxos, movimentos e interações, traçando como influenciam as estratégias e projetos de vida. Ainda que o tempo-espaço no capitalismo neoliberal seja comprimido, as paisagens temporais não são únicas e intersejam-se, havendo diferentes ritmos humanos e não humanos e distintos modos de compreendê-los (Bear et al. 2015), pelo que é no domínio das

²⁷ Esta abordagem foi fundamentalmente inspirada por uma estada de investigação na Universitat de Barcelona, na qual contactei com a equipa do projeto *Grassroots Economics: Meaning, Project and Practice in the Pursuit of Livelihood* (GRECO), ERC Advanced Grant, coordenado por Susana Narotzky.

práticas e com um enfoque no trabalho e nas práticas de subsistência que se explorará essas interseções temporais e multi-escalares.

Em paralelo, mobilizam-se também os contributos da economia moral para colocar o foco nos valores morais que permeiam as práticas económicas das pessoas. E.P. Thompson (2008), precursor do significado atualmente atribuído a economia moral nas ciências sociais, analisou a economia moral numa conjuntura particular de expansão das relações de mercado. Por isso, e como nota Narotzky (2018a), o conceito não pode ser separado da sua emergência concreta. Além disso, a dimensão moral toma nova pertinência numa conjuntura concreta do capitalismo neoliberal que “parece ter quebrado um certo arranjo moral do capitalismo baseado em políticas de distribuição de riqueza relativamente keynesianas” (Narotzky 2018a). A perspectiva da economia moral permite, portanto, focar nas relações entre capital, classe e Estado, que ocupam a economia política, mas, simultaneamente, permite uma análise antropológica das normas, estratégias e expectativas das pessoas envolvidas nessas relações, no quadro de reprodução social. Esta perspectiva permite olhar para os diferentes regimes de valor além do valor de mercado (Narotzky, Besnier 2014; Graeber 2001; Collins 2016) e como estão associados a noções de justiça económica (Scott 1985; Homs, Álvarez 2021).

Como Pusceddu e Narotzky notaram, embora os respetivos quadros teóricos da economia política e da economia moral sejam muitas vezes colocado como excludentes, estes não têm de o ser, e, pelo contrário, a sua mobilização conjunta permite “sublinhar a lógica ambígua que sustenta a prática económica” (Narotzky, Pusceddu 2020). Ou seja, com este enquadramento pretende-se destacar a dimensão moral das práticas económicas como integrante dos processos de economia política, o que permite abordar a dimensão multi-escalar dos fenómenos.

No que toca aos contextos piscatórios, os aspetos morais são determinantes para entender diversos fenómenos como, por exemplo, o sistema de remuneração da pesca (Pinkerton 2015), bem como para enquadrar o surgimento de uma ética de subsistência, no sentido atribuído por Scott (1985). Além disso, permitem entender as tensões entre a conceção do pescado enquanto mercadoria e a sua conceção enquanto alimento.

Eric Wolf propôs analisar os contextos camponeses, a forma de propriedade da terra e o acesso aos recursos considerando as suas instituições locais, mas analisando como coexistem com forças exteriores, fazendo uma ligação entre a economia e política e a ecologia, propondo situar as práticas em contextos mais abrangentes. Nesse seguimento, Wolf propôs usar o termo de ecologia política, tornando-se um dos precursores desta abordagem na antropologia²⁸. O

²⁸ Ecologia política foi um termo cunhado por Frank Thone num artigo publicado em 1935 (Nature

trabalho de Wolf permite fazer a articulação com a economia política, atravessada por conflitos socioambientais, nomeadamente no que diz respeito ao mar. A ecologia política, enquanto campo interdisciplinar, tem sido muito rico e diverso nas suas abordagens, permitindo iluminar as inerentes relações de poder que medeiam a relação humanos-meio. Assim, a perspectiva da ecologia política é utilizada para abordar a dimensão ecológica das práticas laborais, económicas e de reprodução social.

Partindo destas referências, defendo que um estudo dos contextos piscatórios deve construir-se com base numa compreensão da relação humano-ambiente e das condições ecológicas particulares. É preciso reconhecer como a aleatoriedade dos recursos influencia os ritmos, práticas e modos de estar de quem nele trabalha. Além disso, a incerteza endémica da pesca tem sido agravada por conflitos socioecológicos, como a degradação de recursos e, concomitantemente, as tentativas pelos modelos regulatórios que os tentam solucionar e/ou minimizar. A relação com o meio pode ser fonte de incerteza e possibilidade de sustento. As reflexões de Karl Polanyi são, portanto, úteis para enquadrar os efeitos sociais do processo de neoliberalização e da mercantilização da natureza. Torna-se particularmente importante discutir estes processos, pois são desenhados instrumentos de mercado como solução para a degradação ambiental, o que tem grande expressão na gestão do setor da pesca, bem como analisar o modo como as políticas medeiam o acesso, distribuição e disputa aos chamados recursos e de que forma isso afeta os meios de subsistência. Esta perspectiva permite analisar como os conceitos de sobrepesca e sustentabilidade têm sido centrais na gestão das pescarias, como manifestam uma influência neomalthusiana e da tragédia dos comuns (Hardin 1968) e de que forma têm expressão concreta na vida das pessoas. Simultaneamente, abre a possibilidade de colocar a luz sobre outras formas de valores.

A relação humano-meio não está desgarrada de contexto e processos mais abrangentes, no âmbito do capitalismo neoliberal. A atividade da pesca baseia-se na captura de pescado e é afetada por pressões económicas e políticas que devem ser consideradas, por isso os contributos da ecologia política revelam-se tão importantes. Segundo Howard, a distinção entre o trabalho humano, enquanto processo ecológico, e a força de trabalho, enquanto mercadoria comprada, é central para a compreensão destas, no âmbito do capitalismo (Penny M. Howard 2018, p. 69). A tensão dialética entre os dois permite demonstrar como as pessoas são parte do ambiente,

Rambling: We Fight for Grass). Em 1957, Bertrand De Jouvenel retomou o termo (Jouvenel 1957), mas foi com Eric Wolf (1982) que ganhou espaço sobretudo na antropologia. Com o passar das décadas, este campo foi tornando-se muito diversificado e aberto, marcado pela interdisciplinaridade, agregando diferentes abordagens e temas. Talvez por isso é que não existe uma definição ou conceção consensual do que é a ecologia política.

mas dele estão alienadas, e como os seus trabalhos são simultaneamente produtivos e destrutivos (*ibidem*).

A lente da ecologia política introduz a possibilidade de pensar a ecologia e a economia no domínio das práticas de subsistência e de bem-estar (Pusceddu 2020). Nesse sentido, as abordagens da ecologia política permitem colocar a tónica na forma como as estruturas económicas e políticas são permeadas por relações de poder, como contribuem para conflitos socioecológicos e de que forma esses conflitos condicionam a reprodução social.

Grande parte destas perspetivas foram influenciadas pelos estudos feministas que, desde os anos 70 do século XX, têm questionado a economia enquanto fenómeno circunscrito à produção de mercadorias, colocando a tónica nas questões de reprodução social e do trabalho doméstico. Foram sobretudo as feministas marxistas que encabeçaram estas reflexões, nomeadamente os trabalhos de Mariarosa Dalla Costa e Selma James (Dalla Costa, James 1975; Dalla Costa 2007) e de Silvia Federici (2018), consideradas centrais para pensar o conceito de reprodução social, enquanto elemento gerador de valor e de mais-valia. Esta posição fez com que se iniciasse um debate sobre o trabalho doméstico e dos cuidados, enquanto elementos essenciais para a reprodução da força de trabalho (Federici 2018), e também para a reprodução da sociedade. Assim, demonstram como outras formas de trabalho, nomeadamente as atividades não remuneradas, geram valor económico (Dalla Costa, James 1975, p. 33; Salleh 2010). Deste modo, permite alargar o quadro analítico além da produção, concebendo também as atividades reprodutivas, como o cuidado e a gestão doméstica, para, assim, trazer à luz de que forma as mulheres dos contextos estudados participam na atividade, na medida que fornecem as bases de sustento e estabilidade da vida. Nesse seguimento, os contributos da economia feminista são também mobilizados, pois permitem uma abordagem aos processos económicos como processos de provisão social (Matos 2020).

A partir destes contributos, o próprio conceito de reprodução tem sido bastante debatido, no âmbito de várias disciplinas, podendo ser identificadas três dimensões: a reprodução biológica, a reprodução da força de trabalho e a reprodução social (Carrasco Bengoa 2017). Na presente tese, importa a reprodução social, como definida por Narotzky e Pusceddu: “uma forma de continuidade ligando gerações em torno de projetos domésticos de ganhar a vida e aumentar as oportunidades” (Narotzky, Pusceddu 2020, p. 143). É neste sentido que se mobiliza o conceito de reprodução social. Este conceito é, pois, a “condição de possibilidade da reprodução de qualquer sistema social” (Carrasco Bengoa 2017).

O potencial analítico relaciona-se com o facto de articular as dimensões económicas e sociais que não estão separadas. Ou seja, possibilita iluminar os diferentes trabalhos e práticas

envolvidas na sustentação da vida, observando processos e tensões emergentes e, simultaneamente, colocando a luz na forma como se reproduzem os grupos sociais.

Desde os anos 1970 que as teóricas feministas nos demonstraram que o conceito de trabalho e de reprodução social devem ser também pensados de forma articulada. Susana Narotzky defende que o trabalho ainda configura uma preocupação etnográfica, porque condensa a constante mutação da força sistémica do capital e a sua especificidade histórica, bem como a forma como é aplicada na prática ao redor do mundo (Narotzky 2018b). Todavia, na esteira das abordagens feministas, desafia-nos a alargar o conceito de trabalho para lá das tarefas produtivas e da relação salarial, para englobar outras formas de trabalho, como o reprodutivo (*ibidem*), destacando como são atividades que também produzem, ainda que fiquem invisibilizadas e, ainda mais, sujeitas a práticas de exploração. Nesse sentido, também advoga a análise do trabalho a partir do lugar multi-escalar que pode ter expressão, inclusive, na unidade doméstica, considerada a primeira “esfera da provisão”, no âmbito da reprodução social (Matos 2020).

Uma análise dos contextos piscatórios a partir da reprodução social — quer a quotidiana quer a longo termo — permite ampliar o quadro analítico, além da compreensão da pesca, como um processo exclusivamente produtivo, pensando-o em articulação com as atividades pré e pós capturas, mas também com o cuidado e gestão doméstica (Bear et al. 2015). Esta abordagem permite, assim, questionar o próprio conceito de pesca: “prática de apanhar peixe, moluscos, crustáceos, etc., na água, para consumo próprio ou com fins comerciais ou desportivos” (*pesca* / *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* [sem data]), classificação hegemónica que reconhece implicitamente como profissionais da pesca aqueles que embarcam e/ou apanham pescado/bivalves, na sua maioria homens. A frequente redução do setor à sua dimensão extrativa põe as outras dimensões num grau de menor relevância, sendo cunhadas como complementares e subsidiárias da produção, muitas delas encabeçadas por mulheres. Esta abordagem permite, simultaneamente, observar como se constituem as relações de género e como estão entrelaçadas e condicionadas pelo ambiente e pela economia no processo de reprodução social (Salmi, Sonck-Rautio 2018). Assim, ficam visíveis as interdependências entre diferentes formas de trabalho, formal e informal, (Alonso-Población, Niehof 2019) e como se constituem em diferentes contextos e com diferentes dinâmicas. A lente do género e a teoria feminista, enquanto categoria analítica, possibilita ampliar o foco de análise do papel das mulheres para a análise das interações de género e relações de poder (Frangoudes, Gerrard 2018).

No processo de continuidade da vida, as práticas e valores das pessoas unem dimensões mercantis e não mercantis, públicas e privadas (Narotzky, Pusceddu 2020). Assim, estes contributos são essenciais na presente tese, porque permitem integrar os processos reprodutivos e os processos económicos/productivos no mesmo eixo analítico, ou seja, permite analisar a relação dialéctica entre produção-reprodução na sua dimensão constitutiva e em tensão (Katz 2001, p. 711) relacionadas com a sustentação da vida humana e com a projeção de futuro.

Setúbal e Olhão: um breve enquadramento

Já abordei as motivações que impulsionaram a escolha destes dois contextos piscatórios: Olhão e Setúbal. Embora não se pretenda fazer uma monografia etnográfica clássica sobre estes dois lugares, é importante fornecer um enquadramento destas duas localidades, realçando diferenças e similitudes entre ambas.

Quando estava em Olhão e mencionava que o meu projeto de doutoramento incidia na pesca nas duas cidades, as pessoas expressavam com frequência: “É quase igual, Setúbal e Olhão são cidades irmãs.” Em Setúbal, as reações que obtinha eram semelhantes. Foram várias as histórias de profissionais que pescaram durante umas temporadas a partir de cada uma das cidades, nomeadamente os setubalenses, no período áureo da pesca em Marrocos, descarregavam com frequência em Olhão, e os olhanenses, numa época de maior abundância de marisco, rumavam a norte para pescar ao largo de Setúbal. Estas histórias logo me esclareciam que o modo de ser e de pescar não difere muito, devido a estes movimentos migratórios e às características dos portos. Apesar desta perceção de semelhança, são localidades diferentes em escala e com processos históricos que, embora se toquem em alguns pontos, são distintos noutros.

Olhão é uma cidade localizada no sotavento algarvio à beira da Ria Formosa e tem 44 643 habitantes (Instituto Nacional de Estatística 2021a). Setúbal é uma cidade — capital do distrito com o mesmo nome — situada na foz do Rio Sado na Península de Setúbal e população é composta por 123 519 habitantes (*ibidem*). Ou seja, a dimensão de ambas as cidades é um fator de diferenciação, sendo que Setúbal é capital de distrito, o que é revelador da sua posição de destaque a nível regional e nacional.

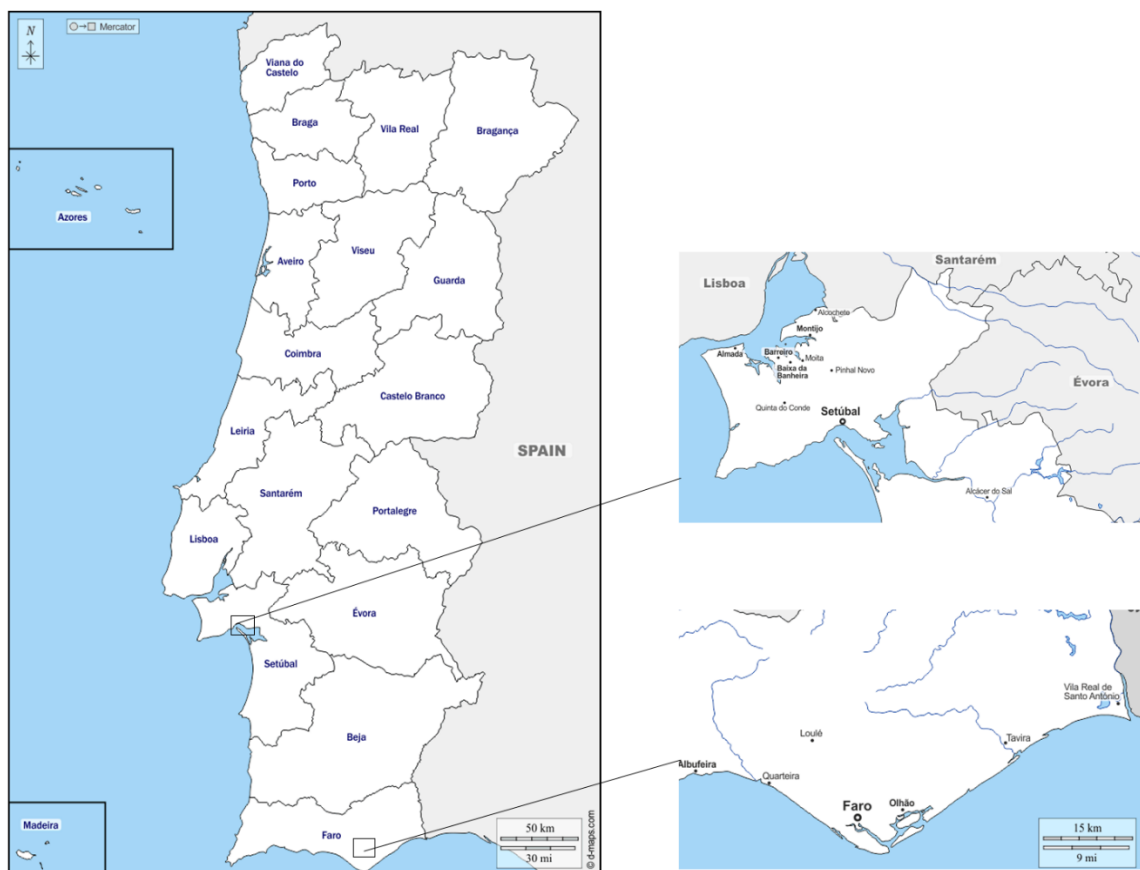


Figura 3 Localização de Olhão e Setúbal (Fonte: d-maps.com)

O contexto ecológico e a posição geográfica, no entanto, aproximam Setúbal e Olhão — embora estejam em regiões diferentes do país, Estremadura e Algarve, respetivamente — e foram determinantes na História de cada uma das cidades. As atividades piscatórias e suas congéneres, nomeadamente a salicultura e indústria de construção naval e conserveira, estiveram na génese do desenvolvimento destas localidades e têm influência, ainda hoje, nas economias locais.

A localização dos portos e comunidades piscatórias em Portugal é heterogénea, mas resulta da conjugação de diversos fatores. Em primeiro lugar, os aspetos ecológicos e geográficos, que condicionam a existência de condições (ou não) para a pesca. Depois, os aspetos históricos relacionados com o período em que se formaram e desenvolveram as localidades, bem como a sua localização relativamente a centros de poder político e/ou económico. E, por fim, há ainda a considerar os fluxos migratórios que também são condicionados pelos fatores anteriores (Nunes 2003).

Os locais de abrigo natural e com abundância de pescado foram sendo espaços por excelência da prática da atividade ao longo dos séculos, onde se desenvolveram os maiores portos de pesca e para os quais afluíram várias pessoas. É nesse enquadramento que se situam

Olhão e Setúbal. Ambas as cidades estão junto de “sistemas aquáticos de transição entre oceanos e continente” (Souto 2007, p. 41). Olhão está situada na margem interior de um sistema lagunar conhecido por Ria Formosa, no sotavento algarvio, e Setúbal encontra-se na margem norte do Estuário do Sado, no distrito de Setúbal e protegida pela cordilheira da Serra da Arrábida. Embora sejam ambientes aquáticos com características diferentes, o sistema lagunar é mais fechado que o estuarino, uma vez que, devido às suas ilhas-barreira, há menos troca e fluxo de águas, são ambientes únicos de mistura de água, com bastante riqueza biológica e que fornecem abrigo para humanos e não-humanos. Ambas as localidades estão situadas em áreas com algum grau de proteção ambiental, tanto no que diz respeito a Parques Naturais (Ria Formosa e Arrábida) como a Reservas Naturais (Estuário do Sado). Esta característica é expressão da riqueza do ecossistema em que estão inseridas e configura uma particular condição para as comunidades piscatórias. A definição destas zonas protegidas aconteceu a partir dos anos 1980, sendo um reflexo da penetração das ideias de preservação que entraram em Portugal a partir dos anos 1970 e começaram a ser traduzidas em políticas públicas a partir da década de 1980 (Ramos et al. 2003).

A Ria Formosa é um sistema lagunar com cerca de 10 000 ha de área e 60 km de extensão. Apesar de vários cursos de água desagüarem na ria, a proveniência da água é predominantemente do oceano, uma vez que os rios e as ribeiras dependem da pluviosidade, mais escassa no Algarve, sendo, por isso, sazonais. Apresenta uma grande variedade de *habitats*, entre os quais se destacam as quatro ilhas-barreira (Armona, Barreta, Culatra e Tavira), a extensa área de sapal e cinco barras. O sistema lagunar tem fundos irregulares e uma profundidade média de 2 metros, estando uma parte parcialmente submersa e outra visível aquando da baixa-mar (ICNF [sem data]). Atualmente, é considerada uma das mais importantes zonas húmidas no sul do país. É um ecossistema com grande diversidade e riqueza biológica da fauna e da flora. Caracteriza-se por ser uma zona de elevada reprodução e abundância de moluscos e crustáceos e por servir de abrigo a várias espécies de peixe.

A importância ecológica da Ria Formosa levou à criação, em 1978, da Reserva Natural da Ria Formosa (DL n.º 45/78) que passou para Parque Natural da Ria Formosa em 1987 (DL n.º 373/87, de 9 de dezembro). Além destas sucessivas classificações, é uma área que está abrangida por várias outras convenções internacionais de proteção do ambiente (exemplo: sítio Ramsar).

A Ria, fornecendo abrigo e recursos, apresenta-se como um local privilegiado para diversas atividades haliêuticas, desde a pesca ao marisqueio e viveirismo, sendo historicamente uma das áreas do Algarve com maior concentração de pescadores (Souto 2007, p. 89). No interior da

área lagunar da Ria, encontram-se várias localidades que beneficiam das características únicas que esta oferece, entre as quais Olhão, que se tornou, ao longo dos séculos, um centro de atividades haliêuticas, nomeadamente devido ao seu porto de pesca. Olhão está localizada numa planície litorânea de terreno arenoso (Brandão 2012), com um sistema montanhoso de baixa altitude situado a norte (Serra de Monte Figo, a nascente o concelho de Tavira e o concelho de Faro). A sul, toda a zona litoral da localidade, está virada para a Ria Formosa, fator determinante na evolução do povoado ao longo dos séculos. Além dos benefícios da Ria, Olhão está inserido na costa algarvia que, embora seja banhada pelo Oceano Atlântico, tem uma grande influência mediterrânica, fator que tem impacto nos recursos marinhos.

Setúbal encontra-se na foz do Rio Sado e em “contacto com naturezas diferentes — serra, ribeira, rio e mar” (Ribeiro 2004, p. 91). O Rio Sado percorre a distância de 175 km de sudeste para noroeste, nascendo na Serra da Vigia em Ourique e desaguando a Oeste da cidade de Setúbal, criando um estuário, o segundo maior de Portugal. A sua paisagem é bastante rica e diversificada com zonas de sapal recortadas em esteiros e canais, bem como praias e zonas dunares. Tem uma altitude média baixa que se reduz na baixa-mar. Todo o estuário é um ambiente único (Souto 2007), mas com uma localização privilegiada influenciada simultaneamente pelo clima Norte-Atlântico e Mediterrânico. Tal traduz-se numa riqueza biológica considerável, tanto a nível da flora como da fauna, sendo um local ideal para reprodução e/ou abrigo de várias espécies, dos peixes aos moluscos, passando pela avifauna. Devido a estas características, o Estuário do Sado é também uma das zonas húmidas mais importantes do país.

O estuário estende-se por várias localidades (Setúbal, Palmela, Alcácer do Sal e Grândola) e cada uma delas foi aproveitando o entorno. No caso de Setúbal, as atividades da pesca, portuária e salinicultura foram as que tiveram maior expressão, fenómeno que se deve não apenas ao estuário como também à costa da Arrábida, uma zona ecológica importante que permitiu que o porto de Setúbal estivesse situado numa zona de abrigo natural, mas já sob a influência do mar. Esta localização privilegiada criou condições para o desenvolvimento de um porto fluvial de fácil acesso, com vários cais de desembarque.

A poluição industrial e agrícola fustigou o estuário, nomeadamente durante as décadas de 60 e 70 do século passado, pelo que se tornou imperioso salvaguardar a sua biodiversidade. Nesse seguimento, a 1 de outubro de 1980, foi criada a Reserva Natural do Estuário do Sado. Na sequência, surgiu também a Reserva Botânica das Dunas de Troia. Além desta classificação, ainda foi classificado como Zona de Proteção Especial para as Aves e sítio Ramsar, como Área Importante para as Aves Europeias. Em 1976, foi criado o Parque Natural da Serra da Arrábida,

a fim de salvaguardar a flora única desta cordilheira, proteger a biodiversidade e os ecossistemas terrestres e marinhos. Mais tarde, em 1998, foi reconhecida a necessidade de criação de uma proteção especial para a costa que se estende da Arrábida ao Cabo Espichel, pelo que surge o Parque Marinho Professor Luiz Saldanha, com 52 km². O parque faz parte da rede europeia de zonas de conservação — Rede Natura 2000. A implementação do parque resultou em diferentes restrições para a prática da pesca.

Praça *et al.* usaram a expressão “territorialidades múltiplas” para descrever os níveis cartográficos dinâmicos que encontraram na área do Parque Natural da Ria Formosa (Praça, Sena, Tomaz 2001, p. 21). Ainda que se referissem apenas a uma zona da qual um dos meus contextos de pesquisa está inserido, este termo pode ser aplicado a ambos, como vimos, pois tanto Setúbal como Olhão situam-se em enclaves ecológicos de cruzamento e sobre os quais se sobrepõem cartografias, o que permite enquadrar as cidades.

Atualmente, Olhão e Setúbal já não são os maiores portos de pesca do território continental, tampouco são só localidades essencialmente piscatórias, embora a atividade continue a ter expressão. Olhão é uma cidade virada para o turismo, mas ainda tem duas fábricas de conservas de pesca a laborar. Setúbal começa a efetuar a transição para o turismo, sobretudo gastronómico, embora ainda tenha ainda um significativo tecido industrial, do qual não se encontra nenhuma unidade fabril conserveira²⁹. Não obstante as mudanças nas economias locais, as atividades com maior expressão a nível local continuam a ter grande relação com o contexto ecológico haliêutico.

Embora algumas correlações possam ser feitas, os portos de Setúbal e Olhão são hoje bastante distintos, ainda que em ambos a pesca polivalente tenha destaque. O número de pescadores é, desde logo, muito superior em Olhão. Em 31 de dezembro de 2020, estavam matriculados, na capitania do porto de Olhão, 1061 pescadores e, em Setúbal, 423 pescadores. O porto de Olhão está entre os principais cinco portos de pesca nacionais em termos de descargas. Esta diferença explica-se, essencialmente, devido à maior frota de cerco, armações e barcos de pesca de arrasto costeiro. Em Setúbal, pela sua dimensão e proximidade a Lisboa, existem mais alternativas laborais à pesca, o que fez com que a mão de obra no setor diminuísse, que aconteceu em simultâneo com o decréscimo a nível nacional e com a ascensão do porto de Sesimbra como um dos maiores portos nacionais. Atualmente, na cidade sadina, predomina a

²⁹ Desde o século XIX que a região de Setúbal tem sido marcada por diferentes processos de industrialização. Durante a década de 1980, assistiu-se, por seu turno, a um processo de desindustrialização na Península de Setúbal, marcada pelo fecho de várias unidades fabris, alteração da estrutura produtiva de outras consequências da introdução de inovações tecnológicas (Santos 2017).

frota de pesca polivalente mais dedicada às redes (emalhar e tresmalho), com um peso significativo das capturas de choco. Em Olhão, existe maior uso de armadilhas (covos, principalmente) para captura do polvo. A pesca da ganchorra, que pertence ao segmento da pesca de arrasto, tem expressão considerável nos portos onde foi feito trabalho de campo, considerada como uma pesca de pequena ou média escala. Geralmente, são barcos de pesca costeira com cerca de 9 a 12 metros. As tripulações são compostas por duas a três pessoas. Durante o século XX, ambos os portos foram os principais portos de pesca de cerco, cenário que já não se verifica. Em Setúbal, este tipo de pesca já está obsoleto, com apenas um barco a utilizar a arte. Olhão tem mais barcos de cerco, que tendem a descarregar noutros portos do Algarve, sobretudo em Quarteira.

Atualmente, existem em Olhão e Setúbal outras atividades económicas que dinamizam as respetivas cidades e que concorrem com a pesca, nomeadamente a indústria do turismo. Setúbal ainda tem um tecido industrial considerável, embora já não exista nenhuma fábrica de conserva de pescado, ao contrário de Olhão. Ainda assim, em ambas se mantiveram relevantes portos de pesca que foram sofrendo alterações nas últimas décadas, acompanhando a tendência do setor a nível nacional, como irá ser abordado na próxima secção.

Hoje em dia, tanto em Setúbal como em Olhão, as famílias ligadas à pesca já não são facilmente circunscritas a zonas específicas da cidade. Ainda assim, existem históricos bairros piscatórios em ambos os locais. Em Olhão, destacam-se o bairro da Barreta e do Levante, em extremos opostos da cidade, mas a escassos metros da frente ribeirinha. A turistificação e a gentrificação em Olhão tem invadido estes dois bairros, que têm cada vez menos famílias piscatórias, sendo que muitas optam por viver noutras zonas de Olhão em casas com maiores áreas. Além disso, já em Quelfes, situa-se o Bairro dos Pescadores de Olhão, erigido durante o Estado Novo. Em Setúbal, destacam-se as Fontainhas, Bairro Santos e São Domingos, na zona nascente, e os bairros do Troino, Fonte Nova, Casal das Figueiras e Viso, na zona poente, onde também está localizado o bairro dos pescadores construído pela Junta Central da Casa dos Pescadores. No entanto, estes bairros são hoje mais heterogéneos no que toca à população que neles habita, verificando-se, todavia, uma grande prevalência de descendentes de famílias de pescadores.

É, portanto, difícil descrever em poucas palavras o que serão os modos de vida dos pescadores e das suas famílias, já que atualmente vivem em diferentes bairros, trabalham em várias atividades, ocupam os seus tempos de uma forma diversificada e contactam muito mais com pessoas fora da atividade, ao contrário do que acontecia no período do Estado Novo. Ainda assim, há vários elementos comuns que unem as famílias do mar, nomeadamente a relação

direta ou indireta com a pesca e com a ria/estuário, como, por exemplo, as festas religiosas de cada um dos contextos, atividades de lazer marítimas, etc. Mas, sobretudo, a experiência da incerteza acaba por ser um elemento transversal, independentemente do segmento de pesca, da relação com os meios de produção e do capital disponível e do trabalho direto ou indireto da pesca. As pessoas que dependem total ou parcialmente da pesca vivem e lidam com a incerteza nos seus quotidianos, sendo os seus impactos materiais maiores ou menores.

Neste capítulo, procurei demonstrar como se desenhou e se foi redesenhando o projeto de pesquisa, através de uma descrição das articulações entre abordagens teóricas, estratégias metodológicas e posicionamento pessoal. Estas articulações e motivações contribuem para que a pesquisa seja mais transparente.

Afigurou-se relevante enunciar as razões que presidiram à escolha dos dois contextos de pesquisa, expondo as motivações afetivas e políticas. Nesse seguimento, procurei descrever como as relações afetivas foram cruciais para o desenrolar da pesquisa de campo, enquanto veículos de abertura do terreno bastante eficazes. Concordando com Pina Cabral (1991, p. 121), defendo que a posição das etnógrafas e, neste caso, a minha são parte integrante das situações sociais no decorrer da pesquisa e, como tal, devem ser especificadas. Tal impeliu-me, paralelamente, a uma problematização do meu próprio posicionamento, explorando a ambiguidade do conceito de “antropologia em casa”. Por fim, procedeu-se a uma discussão sobre algumas questões de responsabilidade ética que emergem dessa relação próxima com as pessoas interlocutoras.

Ao percorrer alguns debates sobre a relação micro/macro, local/global e a noção de escala, optei por desenhar uma abordagem multi-escalar, a partir da literatura da ecologia política, economia política e moral e teoria feminista, âmbitos teóricos que possibilitam a análise de como questões sistémicas mais abrangentes têm efeitos concretos na vida das pessoas na reprodução social.

Considero que a opção de seguir uma abordagem multi-escalar tornou-se o alicerce/ancoradouro da tese, sobretudo porque forneceu uma alternativa à ideia de campo unicamente na sua dimensão espacial. Não abandono o campo na sua dimensão localizado, mas procurei demonstrar como nele se confluem questões e fenómenos de várias escalas (espaciais e temporais). Nesse sentido, embora a pesquisa tenha decorrido em Setúbal e Olhão, optou-se por situar a etnografia tematicamente, dando ênfase às conexões, integrações e tensões existentes nos contextos e à relação com a economia e ecologia políticas mais global.

Este capítulo constituiu-se como a madre³⁰ da tese, por condensar as principais questões condutoras da pesquisa e as estratégias teórico-metodológicas adotadas. Na sequência da ideia de que os processos sociais não são ahistóricos e de que as escalas de análise são também temporais, o próximo capítulo apresenta um enquadramento histórico do setor das pescas, com maior ênfase no papel do Estado e na persistência de um registo de declínio e decadência.

³⁰ Nos aparelhos de anzol, existe a madre, linha de grande comprimento, à qual se ligam estralhos, numerosas linhas de pequeno comprimento (que podem ser vistos como os capítulos) na extremidade livre das quais se empata um anzol.

Capítulo 2 – Enquadramento histórico do setor da pesca

A pesca ocupa “um espaço saliente no imaginário português” (Garrido 2018a, p. 18), aparentemente favorecida pela posição geográfica do país e pela história recente do setor, sobretudo durante o Estado Novo, em que ganhou um destaque político particular. O consumo de pescado em Portugal tem um peso significativo, fazendo parte dos hábitos alimentares da população que vive em território nacional. No entanto, as pescas encontram-se atualmente sob uma nuvem de desafios que podem ser mais bem compreendidos através de uma contextualização dos processos históricos mais recentes.

A maioria das pessoas com quem estive em contacto, mesmo de diferentes gerações, reproduz, privada ou publicamente, memórias experienciadas na primeira pessoa e/ou memórias coletivas que se baseiam numa interpretação de eventos, episódios ou características do passado que servem de ponto de comparação com o presente e alicerçam as projeções do futuro. Servem-se do passado mais recuado com considerações sobre as navegações da expansão portuguesa e da experiência do passado mais recente do período da ditadura, para assim tecerem considerações sobre o presente. Nesse cruzamento, surgem metáforas de extinção, como já apontei noutras ocasiões (Amorim 2015), o que revela uma progressiva quebra de expectativas no futuro (Narotzky, Besnier 2014), que não se restringe a Setúbal, Olhão ou até ao território nacional.

O historiador Álvaro Garrido também identificou, nos registos históricos, um constante retrato de crise do setor da pesca em Portugal (Garrido 2018a, p. 18). Na mesma linha, Francisco Oneto Nunes destaca como discursos de decadência do setor têm uma continuidade histórica nacional (Nunes 2008). A esta tendência endógena soma-se a crise como elemento presente na história das pescarias à escala mundial (McGoodwin 1990; Clausen, Clark 2005).

A pesca interseta diversos domínios da análise histórica, o que, embora não seja o âmbito do presente trabalho, este enfoque permitirá compreender os contextos piscatórios num tempo longo. Uma leitura historicamente informada permitirá traçar o desenvolvimento recente do setor, identificando as principais mudanças e continuidades, desafios e temas recorrentes, enquadrando-o com outras dimensões à escala local, nacional e global, articulando com uma análise da intervenção do Estado no setor e da sua evolução recente.

Não se pode fazer uma análise dos contextos piscatórios sem um mergulho na sua História, atentando às particularidades de cada lugar de pesquisa. Não cabe aqui condensar a história nem a História do setor da pesca, mas será importante pontuar alguns aspetos relacionados com a atividade piscatória ao longo dos séculos. Não pretendo, por isso, fazer uma análise

historiográfica recuada e detalhada, mas sim evocar apenas alguns momentos da evolução da pesca para traçar um esboço da intervenção estatal e regulação do setor, enquadradas na história do país e do mundo, a fim de compreender como o papel do Estado, ainda que se transformando continuamente, foi sendo uma *presença ausente* no setor da pesca³¹. Além disso, pretendo assinalar como as populações que dependem da pesca estiveram vulneráveis à incerteza endêmica e influenciadas por contextos socioeconômicos mais abrangentes.

Até ao século XVIII

A relação de Portugal com o mar é secular, sendo a pesca e a extração de sal das atividades comerciais mais antigas na costa portuguesa³² (Stanislowski 1963, p. 88), tendo proporcionado o desenvolvimento de várias localidades e sido fonte central da sua subsistência, como no caso dos contextos de pesquisa. Várias autoras têm vindo a demonstrar como a pesca praticada em território português se confunde com a História do país, ainda que tenha ocupado uma posição de pouco destaque durante vários séculos (Santos et al. 2012, p. 406).

Em Olhão, os recursos marinhos foram determinantes para a ocupação humana no local. Embora não seja um povoado antigo, existem vestígios que dão conta da ocupação pré-histórica (neolítico) e evidências arqueológicas dos povos fenícios, cartagineses e romanos, nomeadamente instalações de salga de peixe ou cetárias romanas (Stanislowski 1963). À semelhança de Olhão, a ocupação humana no local onde é Setúbal também foi condicionada pelo estuário e pelo mar, remontando à pré-história (Quintas 1998) com vestígios que demonstram como a pesca era uma atividade praticada. Já no período romano, toda a baía de Setúbal — então denominada Cetóbriga — tornou-se num dos principais centros de salga de peixe, que praticamente desapareceu com a queda do império romano. Passou, assim, a ser um pequeno núcleo piscatório. Foi a partir do século XVI que Setúbal conheceu a prosperidade, devido, sobretudo, às primeiras exportações de sardinha, quer fresca quer em conserva (Ribeiro 2004).

Nos finais do século XV e início de XVI, começam a proliferar, no Algarve, as armações de atum — almadras —, determinantes no desenvolvimento da região, já que, à época, era o “centro da atividade atuneira no sul da Europa” (Castanheira 2021, p. 123). Mas, em Olhão,

³¹ A ideia “presença ausente” foi elaborada pelo antropólogo Luís Martins, aquando de uma conversa comigo sobre a história das pescas e o papel do Estado no setor. Dada a sua força expressiva, resolvi utilizar a ideia como elemento central deste capítulo, para a qual obtive autorização de Luís Martins, a quem agradeço.

³² Além destas, poderíamos mencionar as navegações e a atividade portuária, mas optou-se por destacar as atividades que têm lugar mais junto à costa.

esta pescaria teve menos expressão. Assim, somente no século XVII, é que se começaram a fixar mais pessoas no território onde hoje é Olhão, nomeadamente pescadores oriundos de Faro e que foram construindo as suas cabanas na então Praia de Olhão.

Até ao século XVIII, a pesca praticada em território nacional era de pequena escala, marcada por arcaísmos técnicos e um fraco desenvolvimento comercial, servindo sobretudo como fonte de subsistência de pequenas comunidades piscatórias ao longo da costa. Ocupava, ainda assim, um papel importante nas economias locais e regionais. O acesso aos recursos haliêuticos obedecia ao regime de direito senhorial, com aplicação de uma fiscalidade excessiva (Garrido 2018a, p. 22), que se tornou num entrave ao desenvolvimento do setor. A sardinha era a espécie mais importante no abastecimento alimentar do reino (Amorim 2001). Somente a partir do século XVII é que a pesca se tornou numa atividade económica com interesse para o Estado.

Século XVIII e XIX

A partir do século XVIII, o Estado começou a considerar as pescas como um domínio de intervenção e é então que se começaram a criar as primeiras infraestruturas de apoio (Amorim 2001; Santos et al. 2012, p. 410). O interesse do Estado no litoral estava relacionado com a “necessidade de controlar rendimentos gerados pelas atividades marítimas” (Freitas 2010, p. 80). No período pombalino, foi criada a Companhia Real das Pescarias do Algarve (1773) que, nas palavras do historiador Álvaro Garrido, é o “principal instrumento de organização e capitalização das pescas” (Garrido 2018a, p. 21), sendo, no entanto, uma exceção. Tal enquadra-se num interesse do Estado de “efetivar o seu domínio político-administrativo” sobre o litoral português (Freitas 2010, p. 80). Dado o desinteresse por parte do Estado, as populações da beira-mar organizaram-se em Confrarias de Mareantes, de cunho laico. Mais tarde, apareceram os Compromissos Marítimos, cujo objetivo último era o auxílio mútuo dada a perigosidade da profissão, comportando igualmente uma dimensão religiosa.

Em 1765, é edificado o Compromisso Marítimo de Olhão (Confraria Real do Corpo Santo dos Mareantes)³³, tendo sido uma instituição fulcral em Olhão, devido à crescente importância das atividades marítimas no local, baseado em princípios cooperativos para prestar auxílio social aos pescadores e suas famílias, nomeadamente no que diz respeito a assistência médica, apoio em caso de naufrágio e velhice (Brandão 2012). É uma das associações de classe mais antigas e importantes do país, revelando a expressão e peso que a pesca tinha à época.

³³ Para saber mais sobre o compromisso marítimo, vide (Brandão 2012).

No fim do século XVIII, Lacerda Lobo começou a escrever a *Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal* (publicada só em 1812), no qual dá conta do declínio do setor, devido a questões de ordem ambiental (escassez de recursos, assoreamento do litoral, vulnerabilidade perante o perigo do mar...), bem como de organização social e económica³⁴. Lacerda Lobo destaca como então já havia filhos de pescadores hesitantes em ingressar na atividade, porque eram testemunhas das dificuldades de subsistência pelas quais os seus pais passavam³⁵. Este documento histórico fornece um retrato dos principais problemas das pescas e sugere várias reformas para o seu desenvolvimento, nomeadamente maior intervenção do Estado e alívio da pressão fiscal régia e senhorial. O relatório de Lacerda Lobo revela bem o registo de decadência das pescarias portuguesas³⁶, ao qual se seguiram outros registos que traçavam o quadro de ruína do setor.

A indústria de extração de sal de Setúbal desenvolveu-se ao longo dos anos, até que, no século XVIII, começou a ser o mais valorizado na Europa formando parte das paisagens de sal (Freitas 2010). Setúbal, no fim do século XVIII, de acordo com o retrato traçado por Lacerda Lobo, tinha uma frota de tamanho significativo, associada à riqueza da costa em várias espécies de peixe, nomeadamente sardinha e cavala. A par, sublinhou também uma tendência para a “decadência” das pescarias devido à emigração e às violências dos rendeiros (Lacerda Lobo 1812). O crescimento do porto de Setúbal causou alguns problemas e, em 1887, a coroa portuguesa, a fim de ter “uma base oficial, científica e elucidativa para poderem resolver-se diversas dificuldades do regime de pesca nesta localidade”, mandou elaborar uma “Planta Hidrográfica da Enseada, Barra e Porto de Setúbal sobre a pesca marítima e fluvial desta cidade”, da autoria de Baldaque da Silva (1887). Este documento permite compreender a

³⁴ “O Miserável estado, em que se observão as nossas Pescarias he produzido por causas tanto físicas, como moraes” (Lacerda Lobo 1812, p. 356). No que toca às causas morais, Lacerda Lobo mencionou o papel dos oficiais de justiça, rendeiros e párocos como uma das causas da decadência das pescas em Portugal, pois limitava e dificultava o trabalho da pesca através de uma excessiva fiscalização e taxação e levava à emigração de muitos pescadores (*ibidem*:370). No que toca às causas físicas, além das mencionadas, o oficial da Marinha também ressaltou os defeitos ao nível dos aparelhos de pesca, sobretudo devido à existência de malhas pequenas que capturam peixes juvenis (*ibidem*: 375) e o mau estado das barras.

³⁵ “He quasi impossível , que os filhos dos nossos pescadores se persuadão , que da pesca podem tirar a sua subsistência quando vivem na companhia de pais , que sofrendo diariamente muitos trabalhos, lutando com as ondas, e metidos em hum continuado perigo de vida achâose reduzidos á maior pobreza, e miséria.” (Lacerda Lobo 1812, p. 360)

³⁶ Para uma leitura sobre o registo de decadência, vide o trabalho de Francisco Oneto Nunes (Nunes 2008). O autor demonstra como o registo de decadência está enquadrado numa série de acontecimentos em Portugal que alimentaram a ideia de ruína não só das pescas como de outras atividades económicas, marcado pelo período de mudanças consequentes das invasões francesas (Nunes 2005, p. 57).

importância das armações da sardinha e o progressivo peso da indústria conserveira em Setúbal, que, à época, já contava com 10 fábricas.

Lacerda Lobo descreveu Olhão, destacando a predominância de pessoas ligadas ao trabalho da pesca e tecendo grandes elogios aos pescadores, sublinhando também a sua superioridade na quantidade de pescado. Ainda assim, segue-se uma previsão fatalista do setor, pelo que denunciou os valores excessivos da dizima do pescado cobrada em Olhão, como um dos entraves ao seu desenvolvimento. À época, cerca de 88 % dos pais das crianças batizadas eram marítimos de profissão (Brandão 2012).

No início do século XIX, o crescimento das pescas e uma crise de abastecimento de bacalhau inglês tornou necessário uma maior intervenção estatal no setor, manifestando-se a “preocupação de transferir o setor do enquadramento senhorial, até então existente, para o do Estado” (Amorim 2001, p. 9). Em 6 de novembro de 1830, foi publicado o decreto que abole os direitos sobre o pescado e, no ano seguinte, o setor fica a cargo da Secretaria de Estados dos Negócios da Marinha (Martins 1997, p. 276; Nunes 2008, p. 132). Criaram-se, então, sociedades de comércio e indústria para favorecer a organização do setor. Esta primeira metade do século XIX foi marcada por eventos como as invasões napoleónicas e as Guerras Liberais que tiveram impacto na economia e política do reino de Portugal, criando um quadro de crise na pesca (Santos et al. 2012, p. 412).

Em meados do século XIX e na sequência das transformações e modernizações tecnológicas que a pesca conhecia, sobretudo pela introdução de novas artes como o cerco americano e pelo advento do barco a vapor, revelava-se a necessidade da sua regulação pelo aumento das práticas com impacto ambiental (Martins 1997), o que se deu no contexto da construção do Estado liberal, no âmbito da “desamortização do mar”, assumindo-se a sua natureza pública (Garrido 2018a, p. 22) e aplicando-se uma nova fiscalidade. Mais tarde, em 1878, é criada a Comissão das Pescarias com o objetivo de organizar a pesca numa “administração centralizada” (Martins 1997). É a partir deste período que começa a aumentar o consumo de pescado (Santos et al. 2012, p. 413).

O crescente interesse do Estado no setor esbarrou numa ausência de informação, razão que impulsionou o “frenesi de estudos e inquéritos naturalistas” (Garrido 2018a, p. 25), já no fim do século XIX, formando um “caleidoscópio de olhares” (Martins 1997, p. 280) que nos trazem luz sobre a configuração das pescarias nacionais na viragem do século.

Em 1890, o inquérito industrial dedicou um volume às pescas, apresentando informação estatística sobre a atividade de norte a sul do país, com as principais artes e capturas, sendo uma importante “radiografia das pescas” (Martins 1997). As primeiras estatísticas oficiais foram

produzidas apenas em 1896 pelo Ministério da Marinha. Entre 1896 e 1897, as campanhas oceanográficas do rei D. Carlos, a bordo do iate Amélia, também contribuíram para o conhecimento dos recursos da costa portuguesa (Santos et al. 2012, p. 412). O Inquérito Industrial de 1890 aponta que, em toda a costa da Arrábida, se praticava uma pesca muito ativa, mas que era em Setúbal que a indústria adquiria considerável importância e praticava-se tanto pesca local, como marítima, nomeadamente armações de sardinha e pesca do alto (anzol).

A mais emblemática obra é assinada por Baldaque da Silva, em 1891, intitulada “Estado Actual das Pescas em Portugal”, ao qual Luís Martins atribui um “olhar fundador do estudo das comunidades costeiras” (Martins 1997), revelando-se ainda hoje um dos mais ambiciosos e abrangentes estudos sobre a pesca praticada nas águas nacionais. Nesse relatório, Baldaque da Silva descreveu os pescadores olhanenses como “arrojados e vivos”, destacando o seu carácter “destemido para o mar, considerando-o como propriedade sua” (1891, p. 157). Olhão era, à época, um centro de pesca de grande atividade, comparável com vários outros portos de destaque, entre os quais Setúbal: “Olhão, Fuzeta e Tavira são centros de pesca de enorme atividade que em todo o continente somente podem ser comparados com a Póvoa do Varzim, Peniche, Lisboa, Sesimbra e Setúbal” (Baldaque da Silva 1891, p. 157). Sobre Setúbal, o relatório de Baldaque da Silva descreve: “Um centro de pesca de grande atividade, e a indústria da preparação de peixe em conserva tem aqui considerável desenvolvimento. (...) É por assim dizer uma cidade de pescadores.” (Baldaque da Silva 1891, p. 139).

A dimensão descritiva detalhada deste trabalho permitiu um retrato da dimensão das pescas em Portugal, demonstrando a importância da exportação e a sua relação com atividades subsidiárias, como a salinicultura, a construção naval, a indústria conserveira (que estava a começar a desenvolver-se). Além disso, Baldaque da Silva também identificou os principais problemas sistémicos e estruturais das pescarias, relacionados com a preservação das espécies e os impactos sobre comunidades locais, bem como os desafios à sua regulamentação (Baldaque da Silva 1891). No entanto, este relatório não dá conta das outras atividades desempenhadas pelos pescadores.

Noutro registo, o livro *Portugal nos Mares*, de Oliveira Martins, apresenta as dificuldades do setor da pesca no âmbito das atividades marítimas, dizendo que continua o “triste sudário” descrito por Lacerda Lobo (Oliveira Martins 1889, p. 255). Pese embora as especificidades históricas, esta obra representa uma continuidade no registo de decadência que “parece assombrar” o setor da pesca (Nunes 2008, p. 125). Paralelamente, à escala mundial, intensificou-se a exploração e começam a identificar-se os problemas decorrentes da pressão sobre os recursos, sendo que se aponta o século XIX como o início da sobrepesca.

Toda esta produção³⁷ dá-nos um vislumbre do que seria a pesca na transição do século e apresenta os principais desafios: introdução do vapor; a exploração de recursos; a jurisdição do acesso a águas territoriais nacionais e da soberania do Estado Português (Garrido 2018a). De facto, a partir de meados do século XIX, a introdução de novas técnicas de captura permitiu um aumento do volume de pescado que, por sua vez, tornou as cidades propícias ao desenvolvimento de uma indústria conserveira. Assim, no fim do século XIX, o setor da pesca conheceu um avanço, devido ao desenvolvimento e industrialização das tecnologias de captura. A pesca costeira e longínqua ganhou relevância, e a introdução dos barcos a vapor impulsionaram a pesca costeira. A par, deu-se a implementação das primeiras fábricas de conserva de pescado em muitas localidades, fazendo crescer uma indústria conserveira, sobretudo devido aos capitais de industriais franceses que, perante a escassez de sardinha na costa da Bretanha, passaram a investir em várias localidades piscatórias do território português, entre as quais Setúbal e Olhão. Dada esta conjuntura, a viragem do século ficou marcada pelo início de intensos movimentos migratórios ao longo da costa portuguesa que se iriam suceder nas primeiras décadas do século. Pescadores da zona da laguna de Aveiro (de Ílhavo, Ovar, Murtosa) ficaram conhecidos como os colonizadores/povoadores do litoral, pela constante movimentação que se iniciou muito antes do século XX (Nunes 2003).

O Estado tinha como principal objetivo dotar a administração pública de informação científica, por forma a melhor responder a estes problemas e aos desafios do desenvolvimento do setor (Garrido 2018a). No entanto, sendo a maioria dos estudos promovidos pelo poder estatal, focavam-se na documentação de técnicas e tecnologias da pesca e nas possíveis formas de regulamentação, controlo e taxação (Amorim 2005). Consequentemente, a informação sobre a organização social e a descrição das comunidades que dependiam da atividade estava praticamente ausente, começando a retratar-se a pesca como um domínio técnico e exclusivamente masculino. Pese embora parte desta produção dedicasse alguma atenção ao valor do pescado e aos impostos cobrados, não havia uma análise económica propriamente dita. Os estudos estavam inscritos numa preocupação naturalista e só a partir dos anos 30 do século XX é que se começam a articular os “dados biológicos com as variáveis económicas e temporais” (Garrido 2018a, p. 32).

A principal obra que traz alguns traços de descrição etnográfica sobre o tema surgiu em 1923 pelas mãos do escritor Raul Brandão. No seu livro *Os Pescadores*, traça a paisagem geográfica e humana que encontrara nas suas viagens pelo litoral português. Este texto ilustra

³⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre estas questões, vide Martins (1997).

a tensão então verificada entre “as velhas pescarias artesanais” e a pesca que se começava a industrializar, com a introdução do cerco americano e dos arrastos (Garrido 2018a). À semelhança de outros países, começava a emergir uma preocupação com a capacidade predadora dessas novas artes e suas consequências para a pequena pesca, sendo que ainda os governos da 1.^a República começam a “apertar os regulamentos que restringem os arrastos” (Garrido 2018a, p. 33). É precisamente em 1920 que Portugal adere ao Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM)³⁸, organização intergovernamental criada em 1902, na Dinamarca, para criar conhecimento sobre os mares e seus recursos, sendo ainda hoje a entidade científica que mais informa as estruturas de gestão da pesca.

Brandão também retrata os problemas do setor e continua com o mesmo registo de decadência, afirmando: “Todas as povoações de pescadores que conheço estão arruinadas” (Brandão 1923). Com o foco na regulamentação e controlo da pesca, as comunidades foram, no entanto, permanecendo à margem e fora de qualquer iniciativa de proteção social, como Raul Brandão descreve: “É a gente mais desprotegida do nosso país. O governo, que nada lhes dá — porque o mar só pertence a Deus —, exige-lhes, por intermédio do fisco, uma quota-parte das suas pescarias” (Brandão 2013, p. 252).

Fruto da conjuntura internacional e com o mercado das conservas a crescer devido à primeira grande guerra, deu-se um rápido desenvolvimento da indústria conserveira, o que impulsiona um crescimento exponencial da frota de pesca, sobretudo a dos cercos americanos que capturavam sardinha. Nos anos 1920, a indústria conserveira representava 20 % das exportações do país, mas o advento da República não trouxe necessariamente prosperidade para quem trabalhava no setor, mantendo-se muitos dos problemas estruturais já enunciados. Setúbal era um “centro fabril” (Pulido Valente 1981), devido a condições endógenas (como a abundância de sardinha, disponibilidade de mão de obra feminina, existência de caminhos de ferro) aliadas à demanda causada pela Primeira Guerra Mundial potenciaram o crescimento desta indústria até 1914 (Ferreira 2015). A cidade chegou a ter mais de 100 fábricas a laborar em simultâneo³⁹. Nesta conjuntura, também em Olhão, a pesca começa a prosperar e criam-se as primeiras parcerias e sociedades, o número de pescadores inscritos na capitania aumentou e implementaram-se as primeiras unidades fabris de conserva de pescado. Em 1936, existiam cerca de 62 fábricas de conserva. Neste período, a pesca e a indústria conserveira eram os motores de desenvolvimento e atração de população que Olhão conhecia. Já Raul Brandão

³⁸ Em inglês International Council for the Exploration for the Seas (ICES).

³⁹ De ressaltar que este crescimento foi desordenado e muitas unidades fabris tinham uma pequena dimensão e carácter familiar.

descrevera como Olhão “vivia só do mar” (Brandão 1923). As famílias nucleares tinham a composição clássica de pescador e operária conserveira, característica comum a várias localidades piscatórias. De uma pequena localidade de pescadores, Olhão foi consolidando-se como um centro económico importante ligado à pesca e a atividades congéneres, tornando-se um dos principais portos de pesca do Algarve (Macedo 2015).

Nos anos 1920, Setúbal e Olhão eram os maiores centros conserveiros e piscatórios do país e foi, então, que se deu o maior crescimento urbano de ambas as localidades, com população proveniente quer de zonas rurais quer piscatórias. Muitos pescadores e suas famílias da zona da Murtosa deslocaram-se para o centro e sul, onde se foram estabelecendo em diferentes núcleos. No movimento oposto, estavam os algarvios que se dirigiam a norte, em alturas de menor sucesso nas capturas, nomeadamente com o advento da indústria conserveira e suas consequências. Como defende Henrique Souto (2003), não é possível apurar as razões de todas estas movimentações, mas estão enquadradas na mobilidade constante da classe piscatória (à semelhança dos assalariados rurais) em prol da procura de melhores condições de vida e, no caso da pesca, tentando aproveitar melhor as próprias movimentações dos peixes e as oportunidades que daí pudessem decorrer. No caso da zona da laguna de Aveiro, a própria reconfiguração da linha de costa impeliu muitas famílias a encontrar outros portos de abrigo.

Em 1927, o I Congresso Nacional de Pescas e Conservas, que teve lugar em Setúbal, traçava, uma vez mais, um quadro de crise do setor (Garrido 2018a). Volvida a I Guerra Mundial, a indústria conserveira entra em retração, o que influenciou diretamente a pesca. Com a Grande Depressão Internacional, o mercado de pescado e de conservas sofre mais um grande abalo⁴⁰ com a desvalorização do produto, o que demonstra a fragilidade da indústria. Várias traineiras e outros barcos deixaram de laborar ou foram abatidos (Moreira 1987, p. 220). Acusando estes problemas, em 1931, teve lugar a “Greve dos 91 dias”, protagonizada pelos marítimos de Setúbal que trabalhavam nos vapores do cerco e que reivindicavam melhores condições laborais (Costa 2020a). Esta greve, embora tenha sido pautada por uma grande resistência e solidariedade, resultou numa derrota para os pescadores, que foram vítimas da repressão do Estado⁴¹.

Os ideais republicanos fizeram emergir uma consciência de classe entre marítimos, operárias conserveiras e pescadores que criaram várias associações e sindicatos. Setúbal tornou-se então um importante centro anarcossindicalista do país e albergou vários coletivos, dos quais

⁴⁰ Para mais informação sobre este período, vide Garrido (2018).

⁴¹ Vários pescadores foram presos, entre os quais Jaime Rebelo, conhecido como homem da boca cerrada, um dos líderes dos pescadores e importante militante anarquista.

se destaca a Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar⁴², que promovia na sua sede, entre outras atividades, serviços de escola e posto médico para os seus associados. A cidade foi palco de vários conflitos laborais, nomeadamente greves, que denunciavam que o regime republicano e seus sucessivos governos continuaram a pender para as classes dominantes (Quintas 1998) e contra o início do regime ditatorial iniciado em 1926.

Portugal chega aos anos 1930 com um défice da balança comercial dos produtos da pesca e com uma “desarticulação entre a pesca e a produção industrial”, pelo que, como afirma Garrido, o condicionamento industrial foi “precoce no caso das conservas e a cartelização estatal não tardou” (Garrido 2018a, p. 36).

Estado Novo, Corporativismo e “A Grande Família das Pescas”

A intervenção do Estado Novo (1933-1974) na pesca resultou de um projeto político, levando progressivamente ao atenuar das narrativas hegemónicas de crise, uma vez que o setor assumiu “uma centralidade política invulgar”, emergindo a ideia de “regresso de Portugal ao mar” (Garrido 2018a, p. 39). Para a sua concretização, o Estado Novo utilizou não só instrumentos legislativos como também uma forte propaganda e assistencialismo social, intercalando uma “retórica jurídica e etnológica” (Garrido 2012), criando uma “memória oficial” do setor (Santos et al. 2012, p. 414). Esta história recente dos contextos piscatórios permite-nos balizar algumas das questões estruturais da pesca atual e perceber que, ainda assim, a crise e decadência não deixaram de ser parte do setor da pesca, quer endógenas quer exógenas.

O quadro institucional das pescas pouco mudou durante as quatro décadas do Estado Novo (Garrido 2018a, p. 40). Aproveitou-se a conjuntura favorável de fins da década de 1930 para se implementar o novo modelo organizativo da atividade (Moreira, 1987, p. 221), com o objetivo de “organizar o ‘trabalho’; contê-lo dentro de instituições tuteladas pelo Estado” (Garrido 2012), a fim de evitar motivos para agitação social destes grupos que já tinham algum legado de ação coletiva. Na esteira do projeto nacionalista e protecionista, foi aplicada uma estrutura corporativa às pescas, baseadas na forte intervenção estatal. O sistema protecionista assentava numa ausência de concorrência de mercado, através do controlo do preço e da distribuição do peixe, da limitação à livre iniciativa empresarial (Garrido 2018a, p. 39) e da promoção de mão de obra barata. Em paralelo, criou-se uma estrutura assistencialista⁴³.

⁴² A cidade contava ainda com o Sindicato dos Pescadores de Setúbal, o Sindicato dos Marítimos e a Federação dos Operários Conserveiros.

⁴³ Para uma discussão aprofundada sobre o binómio assistencialismo/previdência, vide Álvaro Garrido (2012).

As pescas foram divididas, grosso modo, entre a frota longínqua do bacalhau (linha e arrasto), a pesca da sardinha (e outros pelágicos) e a pesca artesanal (dirigida a uma maior diversidade de espécies). Foram criados grémios de armadores com filiação obrigatória, sob tutela do governo através da Marinha (Garrido 2018a, p. 47), destinados à pesca do bacalhau e da sardinha⁴⁴. Havia diferentes Casas dos Pescadores⁴⁵, dirigidas aos trabalhadores da pequena pesca, coordenadas pela Junta Central da Casa dos Pescadores, que “relacionava as Casas dos Pescadores, os Grémios e o Estado” (Amorim 2001). Existiam ainda organismos de coordenação económica (por exemplo, a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau ou o Instituto Português de Conservas de Peixe). Para assegurar a proteção contra sinistros no mar, foram criadas várias mútuas adaptadas a cada pesca. A Mútua dos Pescadores, criada em 1952, era dirigida à pequena pesca, e os seus sócios pertenciam às Casas dos Pescadores. Além disso, havia também a Mútua da Sardinha e a Mútua do Arrasto. Em 1956, foi criada a Docapesca com o objetivo de controlar os desembarques de pescado e organizar a primeira venda.

O controlo da pesca e das comunidades que viviam da atividade era feito através das diferentes entidades mencionadas. O intervencionismo estatal concebia o setor da pesca como um modelo de corporativismo a seguir, no qual se ligavam “perspetivas tradicionalisto-conservadoras e modernas” (Martins, Leite, Caeiro 2014).

A década de 1930 foi um período muito intenso para a cidade de Setúbal no setor, com uma crise económica aguda (Costa 2020a). Em 1930, dá-se o lançamento da primeira pedra das obras no porto de Setúbal, que iriam dotar a cidade com mais estruturas portuárias adaptadas a cada atividade. Ainda assim, o setor atravessava vários desafios. Em 1931, apenas restavam 61 unidades fabris de conservas de peixe (Ferreira 2015), expressão do acentuado declínio da indústria conserveira. A política de condicionamento industrial do Estado Novo tentou resolver a situação através do controlo do número de novas unidades fabris, mas não teve efeitos para resolver a crise. Viviam-se, então, um clima de crise que afetava a classe trabalhadora, nomeadamente o operariado da indústria conserveira e os pescadores, o que culminou na greve dos marítimos em 1931, que afetou toda a atividade económica na cidade (Costa 2020a). Em 1934, a Greve Geral dos Trabalhadores teve uma grande adesão em Setúbal. Após este acontecimento de oposição ao regime, Setúbal passou por severas “dificuldades económicas, com uma crise brutal na indústria conserveira, o desemprego, a fome e a miséria a rondar milhares de famílias setubalenses” (Costa 2020b, p. 105).

⁴⁴ Decreto n.º 23.049 de 23 de setembro de 1933

⁴⁵ Criadas pelo Lei n.º 1953 de 11 de março de 1937. Existiram 28 Casas dos Pescadores ao longo da costa.

Apesar desta conjuntura, nos anos 1930, Setúbal ainda era o principal porto de pesca da sardinha (Ribeiro 2004). A pesca setubalense sempre fora diversificada e com diferentes escalas, da pesca mais local no estuário à pesca costeira — o setor conseguiu manter-se não obstante o declínio da indústria conserveira e da generalizada crise. Ainda assim, os profissionais do setor sofriam as consequências da crise.

Em 1937, e a fim de anular qualquer vestígio do associativismo de classe, decretou-se o fim dos compromissos marítimos e, em 1943, instituiu-se uma Casa dos Pescadores em Olhão, que tomou precisamente as instalações do antigo Compromisso Marítimo de Olhão (Macedo 2015). Joana Macedo nota que a demora na implementação da Casa dos Pescadores em Olhão se deu devido a alguma resistência da direção do Compromisso Marítimo que alegava que esta nova forma de associação resultaria na perda de regalias até então alcançadas (*ibidem*). Tal é revelador da sua força enquanto associação de classe e torna evidente o motivo para o estado fascista querer extingui-la. Na mesma sequência, o Estado Novo preocupou-se por controlar este legado associativista e de oposição ao regime que imperava em Setúbal, razão pela qual, em 1938, mandou instalar a Casa dos Pescadores na antiga sede da Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar.

O historiador Álvaro Garrido ressaltou como a implementação das Casas dos Pescadores resultou de uma “observação atenta do património mutualista que persistia em certas comunidades piscatórias”, cooptando essas dinâmicas a favor do Estado (Garrido 2012). Ainda assim, a resistência dos pescadores ao regime manifestava-se amiúde, que, por exemplo, em 1964, provocou uma greve dos pescadores da sardinha do Algarve que reivindicavam o aumento da sua soldada e durou 12 dias (Macedo 2015).

A figura de proa a quem o regime delegou o setor foi o Almirante Henrique Tenreiro, oficial da Marinha, conhecido como o “Patrão das pescas”. O seu papel foi nodular em tudo aquilo que se relacionava com as pescas definindo “diretrizes da política nacional de pescas” (Garrido 2001, p. 1849) e edificando a obra social das pescas. Tenreiro foi presidente da Junta Central da Casa dos Pescadores, assumindo, mais tarde, a presidência do Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca, em 1953, e, na era marcelista, presidiu à Junta Nacional de Fomento das Pescas (Garrido 2001).

A obra do Estado Novo para as pescas tinha a sua maior expressão nas Casas dos Pescadores e na respetiva Junta Central. As Casas dos Pescadores eram organismos de cooperação social e tinham “composição mista, onde patrões (sócios protetores/contribuintes, aos quais se associavam os voluntários) e empregados (sócios efetivos) se enquadravam no mesmo organismo, sendo a inscrição obrigatória para ambos, à exceção dos voluntários” e o

capitão do respetivo porto era a autoridade máxima (Macedo 2015, p. 110). Eram organismos antidemocráticos: não havia eleições nem Assembleia Geral. Com a sua criação, as associações de classe e sindicatos até então existentes tiveram de ser extintos.

Nestes edifícios, funcionavam escolas, postos médicos e serviços assistencialistas, das quais a pequena pesca e as famílias dos pescadores eram dependentes. A dimensão de folclorização era estruturante e promoviam-se vários rituais públicos baseados nos costumes dos pescadores e na estética das massas. Construiu-se, assim, a imagem da “Grande família das pescas” (Garrido 2008).

A obra social para as pescas passou também pela criação de vários bairros de habitação económica (Amorim, Amorim 2021). À semelhança de outros centros piscatórios do país (Ribeiro 2015, p. 36), também em Setúbal e Olhão, os bairros foram construídos numa zona periférica da cidade e distante dos respetivos portos de pesca, em terrenos relativamente isolados e baldios, indo ao encontro daquilo que Álvaro Garrido identifica como um dos objetivos dos projetos arquitetónicos: “Fixar e concentrar as populações em coletivos arquitetónicos aseados e pitorescos; deter a mobilidade dos pescadores e agregá-los em bairros cuja ordem do casario sugerisse que o Estado conseguira impor uma certa higiene social às populações marítimas” (Garrido 2008, p. 108).

Muitas das pessoas com quem contactei durante o trabalho de campo frequentaram as escolas e os postos médicos que tinham lugar nas Casas dos Pescadores e tantos outros viveram ou viveram nos diferentes bairros de pescadores, sendo ainda hoje estas iniciativas evocadas como um aspeto positivo do regime. Os meios financeiros da Junta Central permitiram a implementação, de facto, de um sistema de assistência que foi estrutural para a vida destes coletivos, todavia, subjugados ao poder.

Este enquadramento estatal fez com que, até à Revolução de Abril, os pescadores não tivessem qualquer autonomia profissional (Garrido 2018a, p. 48), estando a sua ação coletiva limitada aos órgãos aprovados e controlados pelo Estado e à mercê de um “severo regime disciplinar” (Nunes 2008, p. 137), o que irá influenciar estruturalmente o setor até hoje.

A nível económico, o principal objetivo era tornar a pesca num elemento central da autossustentabilidade do país (Amorim 2001; Garrido 2018a), motivo pelo qual se criou a Campanha do Bacalhau, a par com a Campanha do Trigo. O bacalhau era visto como produto estratégico no abastecimento alimentar (Santos et al. 2012, p. 414), pelo que houve um forte investimento na frota longínqua⁴⁶, mais industrializada, conciliando-se os interesses do Estado

⁴⁶ O autoaprovisionamento do bacalhau subiu de 16 %, em 1934, para 75 %, em 1966 (Santos et al.

com os interesses privados dos industriais que investiram nesta frota. Em 1958, Portugal era o maior produtor de bacalhau seco do mundo (bacalhau do atlântico - *Gadus morhua*). Todavia, a pesca da sardinha era igualmente importante, com grande expressão a nível do número dos pescadores e do volume de pescado. A sardinha constitui-se, a par do bacalhau, como uma das mais importantes fontes de proteína animal. A pequena pesca tinha pouca expressão económica, mas, ainda assim, era importante para a subsistência de vários núcleos piscatórios e um “reservatório de mão de obra” e fonte de trabalho para os pescadores da frota longínqua nos meses que não estavam embarcados ou em momentos de crise (Garrido 2010).

Beneficiando da conjuntura internacional durante a Segunda Guerra Mundial, na qual houve outra demanda por conservas de peixe, a indústria conserveira portuguesa entrou em expansão, o que impulsionou progressos técnicos e tecnológicos na pesca (Santos et al. 2012). Todavia, como afirma Fernando Rosas, à semelhança de outros setores, essa prosperidade não foi acompanhada por uma modernização técnica e económica estrutural (Rosas 1994), pese embora alguns esforços isolados. As indústrias subsidiárias da pesca, como a indústria conserveira, estavam enquadradas no “condicionamento industrial”⁴⁷, com arcaísmos técnicos que contribuíram para o seu progressivo declínio⁴⁸.

Foi nos anos 1960 que as pescas portuguesas conheceram o seu maior crescimento (Souto 2007; Garrido 2018a), sendo que, em 1964, registaram-se 578 toneladas de pescado desembarcado, o maior desde que há registos (Bjørndal, Lappo, Ramos 2015, p. 8). Este acréscimo deveu-se, sobretudo, à pesca do bacalhau que representava cerca de 40 % das capturas, o que acompanhou a tendência mundial. O aumento da produção não se traduziu na melhoria das condições de vida, uma vez que foi conseguido à custa da precarização do trabalho.

Embora já se começasse a debater mundialmente o problema da sobre-exploração dos recursos marinhos e Portugal tivesse assinado algumas convenções e participado em conferências contra a sobrepesca⁴⁹, a realidade é que, na prática, o Estado Novo não colocou restrições às capturas, incentivando, pelo contrário, ao aumento da produção. A aposta no conhecimento da atividade, que havia caracterizado o fim do século XIX, não teve continuidade neste período, havendo por isso menos informação sobre o impacto da pesca. Além disso, como

2012). Para mais dados sobre a Campanha do Bacalhau durante o Estado novo, vide Garrido 2006.

⁴⁷ Decreto n.º 19354, de 3 de janeiro de 1931.

⁴⁸ Para uma leitura do impacto do condicionamento industrial na Indústria Conserveira, vide o trabalho de Francisco Henriques (2019).

⁴⁹ Como, por exemplo, em 1948, a Convenção Internacional de Sobrepesca (Decreto-Lei n.º 36.785, de 9 de março 1948)

uma larga parcela da frota explorava pesqueiros distantes fora das águas nacionais, o problema da pressão sobre os recursos estava mascarado, uma vez que os barcos iam à procura de bancos de pesca menos explorados quando havia quebras na produtividade (Martins, Leite, Caeiro 2014). A nível da pesca local, apenas foram aplicadas medidas isoladas como o período de defeso da sardinha ou o controlo das malhagens das redes (Santos et al. 2012, p. 414).

Nos anos 1970, fruto de conjunturas endógenas e exógenas, de ordem política e ecológica, inicia-se o declínio do setor. Em primeiro lugar, como Boaventura Sousa Santos nota, a posição de Portugal no sistema-mundo começa a alterar-se a partir dos fins dos anos 1960 (Santos 1985). Também em 1968, o artigo de Garret Hardin *A tragédia dos comuns* (Hardin 1968) volta a colocar no debate internacional a questão do perigo de sobre-exploração dos recursos comuns. Posteriormente, os choques petrolíferos de 1973 têm consequências também em Portugal e, no que toca à pesca, atingiram sobretudo a frota longínqua, fazendo aumentar os seus custos de produção.

Em 1974, a Revolução de Abril acelera as mudanças em curso no setor e o papel do Estado sofre uma transformação. Inspirado por valores socialistas, dá-se a aplicação de medidas redistributivas e iniciam-se os primeiros ensaios de Estado Social. Este período de transição política eliminou o regime de acumulação e reprodução social da ditadura, com influências diretas no setor. Deu-se o desmantelamento da organização corporativa, sendo extintos os gremios, as Casas dos Pescadores e as oligarquias pesqueiras (Garrido 2006a). Este corte foi abrupto, sem período de transição. Assistiu-se a uma proliferação de sindicatos e associações livres, bem como de cooperativas. O intervencionismo protecionista do Estado diminuiu, o que expôs a estrutura já vulnerável do setor, quer porque as grandes empresas da frota longínqua estavam dependentes das injeções de capital do Estado, quer porque a pesca local estava obsoleta e a necessitar de modernização técnica e de melhor organização económica para lidar com a abertura do mercado. Álvaro Garrido defende que o contexto político não permitiu a criação de uma “nova governação institucional para o setor” nem uma nova aposta na “investigação integrada” para melhor conhecimento sobre a realidade da pesca (Garrido 2018a).

Em 1977, a criação das Zonas Económicas Exclusivas “altera o enquadramento externo das pescas” e limita o acesso a bancos de pesca internacionais (Garrido 2018a, p. 64), contribuindo para acelerar o declínio da pesca do bacalhau, segmento de pesca com maior expressão. Dá-se progressivamente um retorno à pesca mais local e costeira (Amorim 2001; Santos et al. 2012), que também estava em dificuldades dado o valor do peixe e a escassez de algumas espécies, e é nessa altura que o conceito de sobrepesca começa a entrar nas agendas globais.

Nos anos 1980, a frota longínqua já se encontrava em decadência e predominava a pesca local e costeira de cariz iminentemente artesanal e pluriorientada para várias espécies (Moreira 1987). As embarcações tinham uma arqueação bruta reduzida⁵⁰ e estavam demasiado envelhecidas e com deficiências tecnológicas e técnicas (Pinho 1998, p. 20). A organização laboral e empresarial era deficiente, com unidades de produção relativamente pequenas e de cariz familiar. A ação coletiva, que cresceu intensamente no pós-25 de abril, contraiu-se e os pescadores começaram a duvidar da sua capacidade de influência.

Portugal começou a enquadrar-se numa economia mais alinhada com a ordem económica desse período e, inversamente, o peso do Estado começou a diminuir, o que veio a ter impacto na economia da pesca. A estes problemas somavam-se os primeiros sinais de degradação de alguns recursos, como a sardinha, efeitos de anos sem que houvesse políticas efetivas de controlo do esforço de pesca (Pinho 1998, p. 21). Em paralelo, o país continuava em transição, desta feita preparando-se para a entrada na então Comunidade Económica Europeia (CEE), período marcado pela simultaneidade do Estado formal e do Estado informal, ou seja, por um lado, o Estado aumentou os meios de ação e, por outro, reduziu o seu raio de atuação em muitas áreas (Santos 1985, p. 891), nomeadamente na pesca.

Integração europeia

O pedido de adesão de Portugal à então CEE dá-se logo em 1977, tendo sido aceite em 1985 e efetivado em 1986, aquando do governo liderado por Aníbal Cavaco Silva. Ainda hoje, ao mencionarem a entrada para a CEE, os pescadores referem-se ao período do “cavaquismo” com tom pejorativo. Este foi um momento histórico decisivo para compreender o papel que o Estado passa a assumir na vida da população (Santos 1985) e na regulamentação da pesca e as mudanças daí decorrentes. No entanto, não cabe aqui fazer uma história do processo e das consequências imediatas da entrada de Portugal para a CEE⁵¹. Pretendo antes fazer uma leitura crítica de como a transição e a aplicação dos princípios da Política Comum de Pescas (PCP) impactaram o setor e voltaram a trazer à tona a ideia de crise e decadência.

A entrada simultânea de Portugal e Espanha “veio conferir uma nova dimensão e projeção” ao tema da pesca (Pinho 1998, p. 19), uma vez que, juntos, os dois países detinham metade do esforço de pesca da então Europa dos 12. Em 1985, a pesca tinha maior expressão em Portugal

⁵⁰ Ver glossário

⁵¹ Para tal vide Garrido (2018a, cap. 4).

comparando com os demais países da então CEE: em percentagem de mão de obra, peso económico e consumo de pescado (Souto 2007; Garrido 2018a; Pinho 1998).

A retórica da modernização e do progresso económico dominou os discursos das governantes portuguesas durante o processo de integração. Portugal, saído de uma longa ditadura e de intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha um tecido produtivo fragilizado, baseado numa mão de obra barata e no investimento do Estado. O setor da pesca, como foi demonstrado, acusou essa fragilidade e entrou em declínio durante os anos pós-revolução. A conjuntura externa também não era favorável, uma vez que as mudanças no Direito Marítimo Internacional e a aplicação da Zona Económica Exclusiva (ZEE) levou a uma contração da frota, voltada mais para a pesca em águas não nacionais, e a um aumento da concentração de trabalhadores na pequena pesca, com uma frota então obsoleta.

Durante o período da adesão à CEE, proliferava um discurso otimista entre as governantes que, perante a recessão do setor, apontava a integração europeia como a porta para o futuro da pesca, mas que “esbarrava com a realidade nua e crua, de quebras acentuadas nas produções” (Pinho 1998, p. 78). Este discurso parecia estar alheado das preocupações ambientalistas sobre os *stocks* piscícolas, que já chamavam à atenção para a crise das pescas à escala mundial. Destaque-se a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982, que declarou o Oceano como “património comum da humanidade” (United Nations 1982).

Vários eram os objetivos em agenda durante o processo negocial para fixar os termos da adesão portuguesa à CEE. Um dos focos estava relacionado com o acesso a águas territoriais nacionais e de terceiros, havendo o esforço por limitar a frota espanhola a operar nas águas portuguesas (Garrido 2018a, p. 102), o que foi alcançado. Outro importante objetivo relacionava-se com a possibilidade de melhoria das condições das pescarias portuguesas com o propósito de “modernizar a frota portuguesa, os processos de pesca, as condições de trabalho a bordo” (Martins, Leite, Caeiro 2014, p. 14). O historiador Álvaro Garrido argumenta que, embora a negociação tenha corrido bem para Portugal, a integração numa política comum resultou num “choque”, revelando os problemas estruturais do setor (Garrido 2018a, p. 103).

Na prática, a entrada para a CEE resultou num desafio para a administração pública, sendo necessário rever processos e práticas de gestão da pesca, para corresponder aos princípios orientadores da Política Comum de Pescas. Como Luís Martins sugere, deu-se então “uma revolução no processo legislativo”, com a necessidade de transpor regulamentos comunitários para o Direito Português. Também foi necessário iniciar o processo de articulação de níveis administrativos, de instância local e comunitária, como os de investigação científica (Martins,

Leite, Caeiro 2014, p. 15), com o objetivo da preservação de recursos, paradigma ecológico que baliza a PCP (Martins, Leite, Caeiro 2014).

Portugal iniciou, então, uma reestruturação da gestão pesqueira, para se enquadrar na Política Comum da Pesca, que entrou em vigor em 1983 (e sofreu sucessivas revisões desde então), com o objetivo de se constituir como um instrumento político e racional para a gestão de recursos, ancorado na teoria da propriedade comum e nas ideias de Garrett Hardin (1968). A conceção de Rendimento Máximo Sustentável⁵² é central na PCP — e noutros modelos de gestão das pescarias — e baseia-se no modelo de Beverton e Holt's, que defende que devem ser estabelecidos limites de captura para garantir a manutenção dos *stocks* piscícolas (Ramsay 2006, p. 89). Como argumenta Álvaro Garrido (2018), os princípios de gestão da pesca patentes na PCP são de difícil concretização, sobretudo devido à dispersão de normas, o que explica, em parte, a razão pela qual a legislação portuguesa se encontra desatualizada em relação ao quadro comunitário. Ainda assim, aplicaram-se regras de acesso a determinados recursos, sendo algumas espécies sujeitas a Totais Admissíveis de Capturas (TAC), na forma de quotas. Além disso, desenvolveram-se uma série de medidas adicionais para o controlo das artes de pesca e comercialização do pescado. Neste quadro, Portugal passou a adotar práticas apertadas de regulação, por forma a restringir o comportamento dos pescadores (Martins, Leite, Caeiro 2014), vistos como as principais ameaças aos ecossistemas marinhos (Ramsay 2006).

Aquando da integração, um dos eixos centrais da PCP estava relacionado com o controlo do esforço de pesca e incentivos financeiros para redução da capacidade de produção (Garrido 2006a, p. 150), através dos abates, exemplos hoje evocados como um dos principais “erros” da integração⁵³. Estava identificada a necessidade de redução do esforço de pesca, mas também de modernização da frota, dando-se incentivos financeiros para obras e aquisição de novos equipamentos ao nível das embarcações, dos aparelhos de captura — que se tornaram mais precisos — e de conservação do peixe⁵⁴. Houve uma melhoria das condições a bordo, nomeadamente no que toca à mecanização de alguns processos de trabalho, o que tornou a pesca mais segura e, muitas vezes, mais eficaz. No entanto, como alerta António Duarte Pinho, não

⁵² Em inglês: Maximum Sustainable Yield, sendo usado o acrónimo MSY.

⁵³ António Duarte Pinho (1998), subdiretor do Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas, enunciou os problemas durante este período, defendendo que houve uma manipulação estatística que permitiu o abate de “embarcações no papel”, ou seja, barcos que estavam registados, mas que, na prática, já não estavam a laborar. Como tal, chama à atenção para uma “aparente” redução do esforço de pesca.

⁵⁴ De notar que os incentivos financeiros para a modernização e a construção de novas embarcações foi superior ao montante alocado aos abates.

se iniciou, de facto, um processo estrutural de modernização da frota, resultaram apenas “remendos”, ausentes de um planeamento (Pinho 1998, p. 30).

Entre 1986 a 1995, registou-se uma quebra de 35,% na produção primária (Pinho 1998), que continua a decrescer até aos dias de hoje. Apesar disso, nesses anos, verificou-se uma valorização do preço do peixe (Pinho 1998, p. 137) que permitiu, numa primeira fase, que o rendimento dos pescadores aumentasse, contribuindo para minimizar os efeitos da inflação então vivida no país. No entanto, a abertura do mercado levou a uma maior flutuação dos preços na primeira venda. Acresce a internacionalização da economia que levou a que entrassem no mercado português mais produtos importados, que faziam concorrência direta com o peixe pescado pela frota portuguesa⁵⁵. No fim do século XX, o término dos acordos com o Reino de Marrocos foi o último golpe para a pesca longínqua que, a partir de então, perdeu expressão. A partir do ano 2000, deu-se uma estabilização do preço médio de venda do pescado em lota (Santos et al. 2012).

Esta quebra de produtividade levou a um défice comercial dos produtos da pesca: as importações aumentaram de 48 %, em 1986, para 70 %, em 1990, e, em 1996, a produção nacional cobria apenas 30 % do consumo (Pinho 1998). O setor continuou em declínio, não só no que toca ao volume de capturas como, também, ao número de pescadores e embarcações. A redução da capacidade produtiva da pesca, que aconteceu em paralelo com a da agricultura, levou ao aumento da dependência alimentar do país. Este processo coincidiu com a desindustrialização e com o crescimento exponencial do setor dos serviços.

A progressiva diminuição do peso do Estado, que se sentia desde a revolução, assumiu novas formas com a integração europeia, nomeadamente na comercialização do peixe, devido à liberalização do mercado. Embora Portugal tenha mantido sob a alçada do Estado a primeira venda do pescado, através da empresa estatal Docapesca, a sua intervenção direta na regulação do mercado contraiu-se. No entanto, como será demonstrado mais à frente, o Estado tornou-se mais musculado no controlo da atividade para garantir o cumprimento da legislação e evitar a denominada pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), bem como outras práticas transgressoras. Tal aconteceu no contexto em que o Estado se tornou veículo para reconfiguração da neoliberal da economia que se volta mais para os serviços, canalizando a retórica do “mercado livre” e, em paralelo, promovendo privatizações (Matos 2019, p. 23).

É comum os meus interlocutores terem um discurso misto sobre os efeitos da integração europeia, pois, se, por um lado, a existência de fundos permitiu melhorias na frota e nas

⁵⁵ Nomeadamente espécies como o salmão e a pescada (Pinho 1998)

infraestruturas e o preço do peixe valorizou, acompanhando a melhoria das condições médias de vida, por outro, a regulação da pesca passou a estar mais distante e burocrática, e a atividade tornou-se mais suscetível às dinâmicas do mercado. Além disso, ao nível económico mais lato, as famílias sentiram a inflação de um modo severo.

Novas narrativas, as mesmas miragens: a economia azul

Como vimos, se, por um lado, na história da economia marítima em geral e na das pescas em particular, paira uma constante ideia de decadência, por outro, o imaginário nacionalista de “grandeza ultramarina” é também um elemento presente. O mar (ou um *ethos* marítimo) tem sido o elemento-chave utilizado de um modo evocativo em diversas narrativas. A ideia de identidade marítima/maritimidade “resulta de evidências geofísicas” por Portugal ser um país litorâneo (Garrido 2010) — ainda que tivesse sido ao longo dos séculos um país mais rural e terrestre do que marítimo —, ancorando-se em momentos históricos específicos como, por exemplo, o período das navegações e expansão portuguesas. Todavia, como aponta Pedro Prista, há uma “relação paradoxal com o mar” que levou a uma “sociedade alheia ao mar e encharcada nele” (Prista 2019), submergindo e reemergindo desse “charco”. É na ideia de paradoxo que me quero deter. Ainda que não se possa simplificarmente dizer que a identidade nacional é eminentemente marítima, tampouco se pode negar a influência que o mar teve ao longo da História em várias localidades do litoral e, conseqüentemente, através de centros de poder como Lisboa ou Porto, influenciando todo o país.

Como sugeri, o Estado Novo mergulhou profundamente nessa retórica identitária e nacionalista de “tradição marítima”, e a pesca foi um elemento central na narrativa. Desde a revolução de 1974 que esta narrativa foi perdendo fulgor, e o mar e as pescas passaram a assumir um papel mais discreto na agenda política dos sucessivos governos, sobretudo devido ao declínio em que o setor estava mergulhado. Aquando da entrada para a CEE e perante todos os desafios que se colocaram, sobretudo no setor da pesca e nas comunidades marítimas, esta tendência acirrou-se, pois, como afirma Álvaro Garrido, “as vivências marítimas e o contributo das pescarias para a identidade cultural dos povos europeus são tópicos olvidados no projeto europeu” (Garrido 2006b). Assim, Portugal voltou-se para a União Europeia e, de certa forma, virou as costas ao mar, enquanto a pesca continuava em declínio com “perdas sociais” significativas (Garrido 2018a, p. 112).

O quadro de declínio das pescas entrou em contraste, na transição do século, com as narrativas que, embora sob uma nova roupagem, retomam ideias antigas de “regresso de

Portugal ao mar”. A Exposição Mundial de Lisboa, Expo '98, é disso exemplo. O tema “Os Oceanos, Um Património para o Futuro” demonstra uma articulação entre tradição e modernidade, através de retóricas sobre a expansão portuguesa e a tradição marítima, mobilizadas em simultâneo com uma projeção do futuro integrada em preocupações ambientalistas (Peralta 2003). Como coloca o historiador Álvaro Garrido, é um “axioma velho preso à retórica salazarista” que, a partir de “apreciações decadentistas”, regressa a uma ideia de que o mar é um elemento estratégico do país, ou seja, “a vocação marítima de Portugal como primeiro capital de futuro” (Garrido 2006b, p. 7).

Desde o fim da década de 90 do século XX, os diferentes governos tentaram conceder alguma centralidade política à questão marítima, mas tem havido uma “fragmentação das políticas setoriais para a economia do mar” (Garrido 2018a, p. 122) e nem todos os governos criaram um ministério dedicado à questão. Esta centralidade tem sido dada sobretudo ao nível comunicacional. Ainda assim, desde 2006 que se elaboram Estratégias Nacionais para o Mar, com horizontes temporais mais longos que as próprias legislaturas. Este movimento tem levado a que, no âmbito daquilo que comumente se denomina a “agenda dos oceanos”, Portugal tenha um papel de destaque quer ao nível comunitário, quer ao nível das Nações Unidas (*ibidem*).

Estas ideias emergem de uma nova narrativa de redescoberta do país, enquanto estado oceânico impulsionado pela euforia relacionada com a extensão da ZEE portuguesa e, mais recentemente, pela possibilidade de extensão da Plataforma Continental. Assim, surge a narrativa de regresso de Portugal ao mar em diversos contextos e com propósitos também distintos, mas quase sempre com projeções economicistas (Amorim 2015). Nesta tendência, expressões como “economia azul”, “economia marítima”, “*cluster e hypercluster* do mar” e “crescimento azul” começaram a ser predominantes quando se fala de mar em Portugal e têm como objetivo o aumento do peso da economia marítima no cômputo da economia do país.

Ainda que se viva à escala mundial uma crise de sobre-exploração dos recursos, projetam-se para o mar grandes empreendimentos, muitos dos quais de carácter extrativista. Esta tendência não é exclusiva de Portugal, ainda que tenha as suas particularidades. Em 2012, a União Europeia publicou a Agenda de Crescimento Azul da União Europeia que visa “apoiar o crescimento sustentável no conjunto dos setores da economia do mar, reconhecendo a importância dos mares e oceanos enquanto motores da economia europeia”. Embora encerre em si noções de crescimento, este crescimento azul é visto, não só pela EU como pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), como sendo uma abordagem sustentável. Neste seguimento, várias foram as políticas e instrumentos desenhados para esse fim. Ao nível

da União Europeia, toma particular destaque o Ordenamento do Espaço Marítimo com o objetivo da gestão das atividades humanas que ocorrem no mar, entre outros. Estas abordagens têm vindo a ser criticadas por várias cientistas que demonstram o conflito entre a inerente perspetiva *extrativista* destas narrativas com objetivos de sustentabilidade, argumentando para a necessidade de um “decrescimento azul” (Said, MacMillan 2020; Hadjimichael 2018).

A nível nacional, entre 2015 e 2021, os dois governos eleitos⁵⁶ criaram um Ministério do Mar, cujo objetivo era, entre outros, a promoção de uma economia do mar sustentável. A recente promulgada Estratégia Nacional para o Mar 2021-30 (ENM) (a terceira em vigor) tem como objetivo o “fomento da economia do mar”, enquadrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A economia marítima, de acordo com a estratégia, representou, em 2018, cerca de 5,1 % do Produto Interno Bruto e com valor acrescentado de 7,2 mil milhões de euros.

A primeira frase do documento afirma Portugal como um “país oceânico”, destacando a extensão da linha de costa, da ZEE e da plataforma continental. O segundo parágrafo advoga o já mencionado “regresso de Portugal ao mar”. Mais à frente, descreve-se “o mar como espaço de soberania”. Estas notas permitem enquadrar a ENM na tendência descrita que Álvaro Garrido denomina numa entrevista como “encantamento tecnocrata com a economia azul” (Coentrão 2018).

Na Estratégia, predomina uma linguagem no sentido do “paradigma ecológico” que entra em articulação simultânea com uma ideologia do crescimento, tendência que vai beber à estratégia de crescimento azul da União Europeia. Nesse seguimento, a estratégia segue a linha do “desenvolvimento sustentável”, advogando uma harmonia entre desenvolvimento económico e preservação ambiental, articulação já muito criticada.

Com o objetivo de “afirmar Portugal como líder na governação do oceano”, desenharam-se 10 objetivos estratégicos que são definidos como “desígnios nacionais” e 13 áreas prioritárias. Tendo como mote o peso do conjunto das atividades marítimas para a economia nacional, que, entre 2016-18, teve “melhor desempenho do que a economia nacional”, a economia azul é vista e projetada com potencial para crescer. Os discursos em torno da economia do mar e a própria ENM tendem a não valorizar a coluna de água, estando mais focados nas possibilidades oferecidas pelo solo e subsolo marinhos⁵⁷. Embora o conjunto de

⁵⁶ XXI Governo Constitucional (novembro de 2015 a outubro de 2019) teve como ministra do Mar Ana Paula Vitorino. Ricardo Serrão Santos foi o ministro do mar do XXII Governo Constitucional (outubro 2019 a 2021).

⁵⁷ Por exemplo, há um crescente interesse na mineração em mar profundo.

atividades em torno da fileira do pescado seja um dos que tem maior peso no total da economia marítima, esta estratégia tem um maior enfoque nos potenciais do solo e subsolo marinho, ainda que com reservas. Há também um claro destaque para atividades como a aquacultura.

A posição periférica das pescas no seio da economia marítima acentuou-se com o seu declínio, tendência visível nas anteriores estratégias nacionais para o mar. Ainda que se verifique o movimento que toma a seu favor a geografia do país e aposta numa “economia azul”, não parece haver forma de prever o crescimento do setor da pesca (Garrido 2018a). Além disso, não há política de investimento para o setor e são mobilizados poucos recursos institucionais e, quando são, a taxa de execução fica aquém, como é o caso dos fundos marítimos (*ibidem*: 127).

A redação da atual ENM torna evidente como a pesca continua marginalizada e secundarizada no seio da política marítima. Não existe nenhum objetivo estratégico voltado diretamente para este setor. Na maioria das vezes, as menções à pesca, além de sucintas, estão relacionados com a aquicultura e/ou setor da transformação enquadrados na “fileira do pescado”, termo que inclui atividades de pesca, aquacultura e transformação e comercialização do pescado⁵⁸. Em 2018, a fileira do pescado representou 1,8 mil milhões de euros do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Nesse seguimento, é definida uma área prioritária AI5 - Pescas, aquicultura, transformação e comercialização, que concerne às “Pescas, aquicultura, transformação e comercialização”, focada na cadeia de valor do pescado, mas advoga-se numa lógica de “economia circular e digital”. Pese embora este pressuposto, pouco se discorre sobre o seu significado e formas de implementação. O foco na cadeia de valor faz transparecer a secundarização da pesca, colocada em paralelo com atividades como a aquacultura ou a transformação do pescado, destacando-se a mercadoria em vez da prática produtiva.

No quadro da ENM, merece destaque o Objetivo Estratégico 2 intitulado “Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável”, no qual se menciona a necessidade de “manter o emprego no setor primário, nomeadamente na pesca” e o “reforço da atividade da profissão de pescador”, um dos principais desafios do setor. Além disso, no Objetivo Estratégico 3, coloca-se como prioridade “reconverter a pesca nacional num dos setores mais sustentáveis e de baixo impacto a nível mundial”, confirmando a tendência de predominância dos discursos de sustentabilidade no setor. Mais uma vez, são utilizados no documento vários conceitos “Buzz” que são pouco explanados.

⁵⁸ Este alargamento do escopo de atividades é expressão simbólica da redução do peso do setor da pesca

Ainda que o contributo direto da pesca para o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal seja modesto, o setor tem alguma relevância a nível comunitário, representando cerca de 10 % da frota da União Europeia em número (Pita e Gaspar, 2020). A PCP deixa, todavia, pouco espaço para os Estados-Membros gerirem o setor de forma autónoma, no âmbito das políticas públicas em Portugal, como é visível no contexto da Estratégia Nacional do Mar e, no sentido mais lato, no seio da economia e políticas marítimas do país. Isto deve-se a uma perda da “rendibilidade eleitoral”, o que tem resultado em poucas propostas políticas nos diferentes espectros políticos (Garrido 2018a, p. 125). Nesse seguimento, a tendência tem sido em “acomodar a questão das pescas em breves parágrafos de uma política marítima assente em artifícios comunicacionais” (ibidem: 127).

De notar que, no recente Plano de Recuperação e Resiliência da responsabilidade António Costa e Silva⁵⁹, o oceano é mencionado como um dos mais importantes ativos do planeta, no qual a posição de Portugal na bacia do Atlântico poderá significar um “renascimento comercial e energético”. No que toca às pescas, este documento, que condensa a visão estratégica para o período 2020-30, destaca igualmente a importância da exploração sustentável dos recursos, reforça a ideia de uma gestão baseada na ciência e foca-se na “fileira alimentar do mar”, tendo como objetivo “aumentar a produtividade e a cadeia de valor das pescas”, seguindo na esteira da ENM.

Traçou-se aqui uma linha de análise do setor na última década que poderá servir de base para compreender essa ausência. Embora a pesca portuguesa seja uma das mais diversificadas no seio da União Europeia em termos das espécies e das técnicas de captura, é também das mais limitadas no que concerne à produtividade, devido à escassa abundância de pescado. As espécies com maior expressão continuam a ser os pelágicos, nomeadamente a sardinha, carapau e cavala, mas também o polvo.

O mercado dos produtos da pesca é, ainda assim, relevante, devido aos níveis elevados de consumo de pescado no mercado interno, cerca de 55,3 kg *per capita*, o maior consumidor de pescado da Europa (Owen, Carpenter 2018). Esta característica é descrita por Álvaro Garrido como “uma força e uma fraqueza” (Garrido 2018a, p. 120). Em conformidade, a mudança de foco do setor produtivo para a mercadoria — o pescado — é expressão da consciência política sobre o peso económico desta cadeia de valor. Criou-se um “cluster” dos produtos da pesca. À

⁵⁹ António Costa e Silva é ex-gestor da petrolífera Partex e atual Ministro da Economia e do Mar. Com a tomada de posse do XXIII Governo Constitucional, foi criado este novo ministério que funde a pasta da Economia com a pasta do Mar. A pasta das pescas e a respetiva secretaria de estado foi alocada ao Ministério da Agricultura e da Alimentação. Esta mudança demonstra como a pesca não é um setor pensado no âmbito da economia do mar.

medida que se deu o declínio da produção pesqueira, o setor da transformação cresceu, devido ao aumento da importação de pescado, o que se tornou problemático para a pesca, porque torna difícil “o escoamento a preços razoáveis e compensadores para os produtores”, condicionados pelas importações (Pinho 2019, p. 39). Duarte Pinho defende ainda que este processo tem levado a que o eixo central do setor das pescas se altere: da pesca extrativa para a transformação e processamento do pescado — mas com 90 % das matérias-primas importadas de Espanha.

Neste quadro, Portugal está cada vez mais dependente das importações de pescado, quer ao nível do consumidor, quer para abastecer as indústrias de transformação, agravando o défice da balança comercial dos produtos da pesca que, em 2017, se situava em 1023 milhões de euros (Pinho 2019).

A economia do mar/economia azul centra hoje bastantes atenções, com o surgimento de novas narrativas ou, podemos dizer, miragens que projetam no mar a solução para os problemas económicos do país. O setor da pesca parece secundarizado neste paradigma. Se, por um lado, há uma projeção devido à cadeia de valor do pescado e aos níveis de consumo de pescado, por outro, há um condicionamento provocado pelos desafios ambientais que não permite que se aumentem capturas e uma narrativa de culpabilização da pesca pelo estado dos recursos. Surge, então, a aquacultura e a indústria de transformação como soluções para dinamizar a “fileira do pescado” e abastecer o mercado interno, o que acontece noutros contextos (Clausen, Clark 2005). Nesta dinâmica, o setor da pesca vai perdendo importância com inúmeras consequências sociais.

O setor da pesca: alguns dados estatísticos

O setor de pesca em Portugal pode ser caracterizado de várias formas. Embora se fale muito em pesca artesanal ou pesca de pequena escala, estas classificações não têm definição oficial, ao contrário de outros países. Há múltiplas formas de classificar a atividade, quer de acordo com a distância que opera da costa, quer de acordo com as artes que emprega ou, ainda, com a capacidade produtiva. Como defendem Campling *et al.*, “os barcos não são unidades de produção abstratas” (Campling, Havice, Howard 2012, p. 183) e, conseqüentemente, é necessário analisar as características que os diferenciam. Existe uma heterogeneidade de estruturas produtivas, espelhando as particularidades de cada segmento, porto de pesca e contexto ecológico e fisiográfico. Há várias características que as diferenciam como, por exemplo, o regime de propriedade da embarcação, o seu comprimento de fora a fora e a composição das tripulações (Pascual-Fernández 1999, p. 70), que, por sua vez, resultam de

adaptações tendo em consideração as espécies disponíveis, as características do mar e da costa e ao capital disponível. O contexto regional e social em que cada barco se insere também condiciona a própria atividade produtiva.

Oficialmente, as embarcações estão distribuídas em diferentes segmentos de pesca, que distinguem os barcos conforme as artes e aparelhos de pesca utilizados para capturar o pescado: pesca polivalente; pesca de cerco e pesca de arrasto. A frota divide-se entre pesca local, pesca costeira e pesca ao largo, e cada uma delas opera a diferentes distâncias da costa. Os barcos também podem ser classificados de acordo com a sua Arqueação Bruta, que permite aferir o seu volume total⁶⁰.

Existem 45 portos de pesca espalhados ao longo da costa portuguesa e ilhas⁶¹. Os principais portos são hoje: Sesimbra, Matosinhos, Aveiro, Peniche, Figueira da Foz e Olhão, havendo variações de ano para ano. Em termos de volume de pesca e de valor, as lotas de Peniche, Sesimbra e Matosinhos ganham destaque.

Em 2020, em Portugal, estavam licenciadas para pesca profissional 3880 embarcações do total de 7718 embarcações existentes na frota de pesca. Ou seja, apenas 50,3 % do número total de embarcações registadas na frota de pesca está licenciada, o que significa que quase metade das unidades produtivas estão paralisadas. Estes números expressam a tendência decrescente do número de embarcações desde a entrada para a CEE.

Das embarcações licenciadas, 84,4 % tinham menos de 10 metros (comprimento de fora a fora) e 83,9 % tinha menos de 5 GT (tonelagem de arqueação bruta), contribuindo com 9,4 % do total da arqueação bruta nacional (ver figura 4). Grande parte destas embarcações são da pesca polivalente, segmento de pesca com maior expressão e que envolve um maior número de trabalhadores (65,9 % dos inscritos). Este segmento é o mais diversificado, por usar uma grande variedade de artes e aparelhos de pesca, na maioria dos casos artes passivas, e dirigindo-se a várias espécies. As embarcações com mais de 100 GT correspondem apenas a 2,2 % do total, mas é uma frota que detém 64,1 % do total da arqueação bruta. Ou seja, podemos afirmar que predomina em Portugal a pequena pesca, definida, na Europa, como a “pesca praticada por navios de pesca de comprimento de fora a fora inferior a 12 metros e que não utilizem artes de pesca rebocadas” (Pita, Gaspar 2020, p. 284), mas que a maior capacidade produtiva está concentrada em poucos barcos. Olhão e Setúbal acompanham esta tendência, predominando

⁶⁰ Definida na Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios de 1969 e transposta para direito português, através do Decreto-Lei 245/94.

⁶¹ Além disso, existem muitos mais cais e ancoradouros, rondando o total de 164 (Pita, Gaspar 2020)

em Setúbal a pequena pesca local e polivalente, enquanto Olhão tem maior diversidade de segmentos (polivalente, cerco, arrasto e armações).

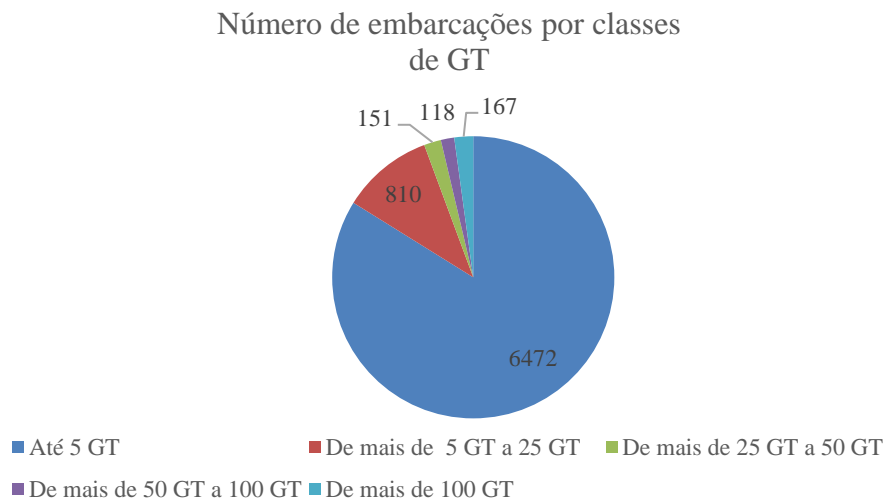


Figura 4: Número de embarcações por classes de GT (Fonte: INE)

Ao longo dos anos, o número de pescadores matriculados foi diminuindo (ver figura 5), verificando-se atualmente falta de mão de obra na maioria dos portos. Em 2020, estavam registados 15 324 pescadores e cerca de 56,7 % do total tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (Instituto Nacional de Estatística 2021b). As companhias estão envelhecidas e o ingresso de jovens é residual, apesar de todos os anos se formarem novos pescadores. Acresce o facto de, em muitos barcos, os pescadores reformados continuarem a pescar, agravando a média de idades.

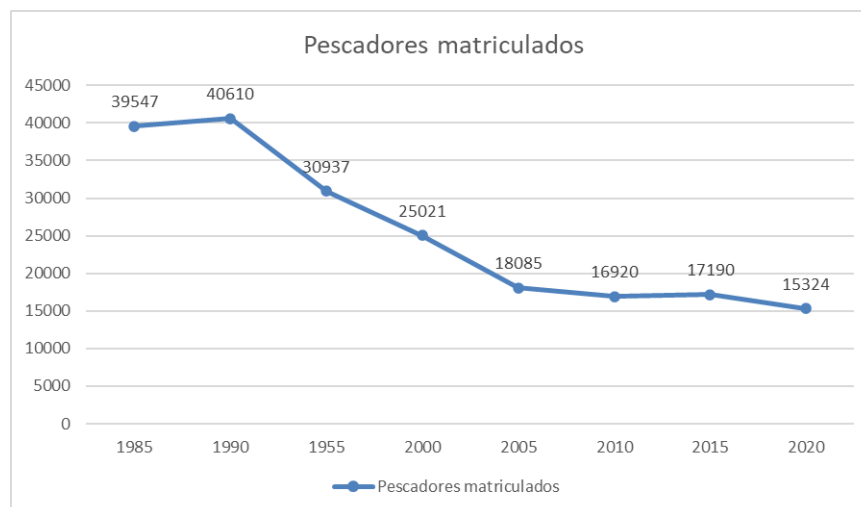


Figura 5: Número de pescadores matriculados 1985-2020 (Fonte: INE)

Cerca de 65 % dos pescadores estavam matriculados no segmento de pesca polivalente (ver figura 6). Na maioria destas embarcações, a atividade produtiva é de pequena escala, utilizando mais do que uma arte de pesca (como redes de emalhar e tresmalho, covos, alcatruzes e/ou aparelho de anzol) e dirigindo-se a várias espécies. As tripulações são compostas por um a cinco pescadores que fazem curtas viagens de trabalho, regressando no mesmo dia. A maioria dos processos de trabalho são auxiliados por meios mecânicos e/ou tecnológicos, mas ainda há um grande componente do trabalho mais artesanal. Neste segmento, é frequente haver uma relação entre o barco e outras atividades a jusante da cadeia de valor, nomeadamente na pequena comercialização, protagonizada por familiares, normalmente a esposas, mães e filhas do proprietário do barco. Todavia, é um segmento bastante diversificado e há já formas de organização mais empresarial. Ainda assim, além do tamanho das embarcações e técnicas de pesca, são estas características que colocam a pesca polivalente no âmbito daquilo que tem vindo a ser definido como “pequena pesca” não só na Europa mas no mundo (FAO 2015). Em Setúbal e Olhão, a pesca polivalente tem alguma expressão, principalmente os barcos com menos de 9 metros, que são de pesca local e, por isso, podem operar dentro de uma milha da costa e têm menos custos de manutenção.

A propriedade dos barcos é heterógena, bem como a forma de organização dos processos laborais, mas tem correlação com a sua dimensão e capacidade produtiva, como será visto ao longo da tese. Os barcos com maior capacidade produtiva são, geralmente, propriedade de empresas, enquanto na pequena pesca há ainda o predomínio de unidades de produção familiar. Ou seja, no segmento da pesca polivalente, a maioria das embarcações corresponde a uma pequena empresa de carácter familiar (Delgado 2017) ou a sociedades baseadas em laços de amizade, sendo recorrente o proprietário trabalhar a bordo, como mestre, liderando todo o processo produtivo. Já na frota da ganchorra e de cerco têm vindo a ser adquiridas por pequenos empresários do setor da comercialização e distribuição de pescado, porque são unidades produtivas um pouco maiores, com maiores possibilidades de lucro e mais adaptadas a um carácter empresarial, como acontece em algumas unidades produtivas de Setúbal e Olhão.

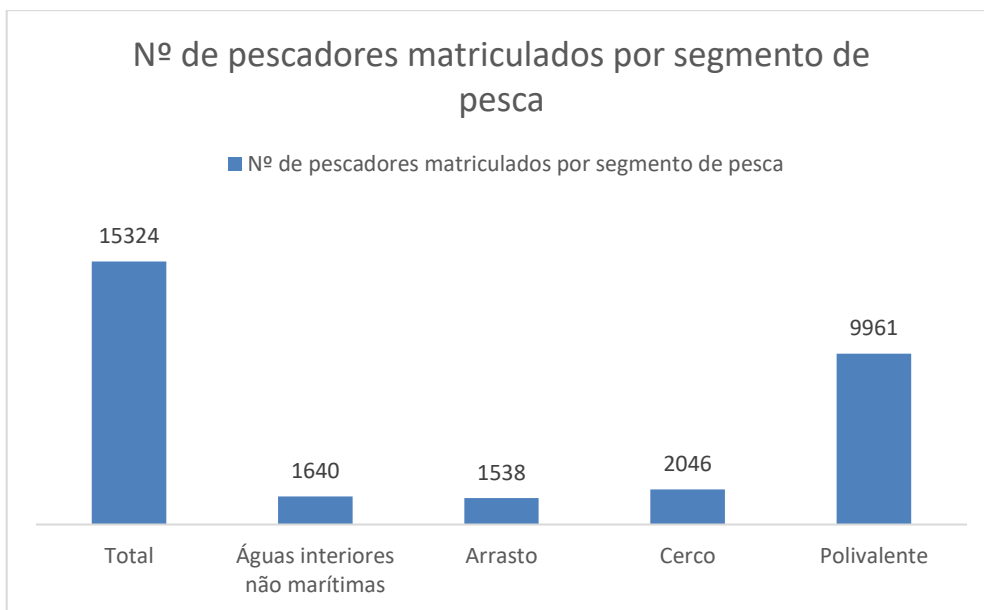


Figura 6: Pescadores matriculados segundo segmento de pesca no ano de 2020 (Fonte INE)

As principais espécies descarregadas nas lotas portuguesas são a cavala, sardinha, carapau e polvo. As três primeiras capturadas sobretudo pelas embarcações de cerco, e o polvo pelas embarcações da pesca polivalente. A pandemia COVID-19, em 2020, levou a que se desse uma redução de capturas (menor quantidade capturada desde que há dados estatísticos — 1969), mas por seu turno, o preço médio anual do pescado fresco ou refrigerado descarregado foi de 2,30 €/kg, sofrendo um ligeiro aumento. No total, o pescado transacionado rondou os 262 233 mil euros.

De mencionar a tendência de declínio das pescas portuguesas e, em particular, nestes dois portos. Ao longo das últimas décadas, o número de profissionais do setor e de embarcações licenciadas tem vindo a diminuir. Como consequência, também o volume de capturas tem vindo a decrescer. No entanto, a pesca, principalmente a pequena pesca, continua a ter uma relevância social e cultural importante, além de ser uma forte dinamizadora das economias locais (Pita 2014), não só pela comercialização de pescado, mas porque é também motivo de atração turística e gastronómica.

Este breve retrato permite aferir que, em Portugal, a pequena pesca assume maior expressão, mas que, simultaneamente e à semelhança do que se está a passar noutros países (Nadel-Klein 2003; Penny McCall Howard 2018), há uma tendência para a concentração da maioria da capacidade produtiva em poucas unidades de produção, o que se começa a verificar também nos contextos de pesquisa, devido a processos que tornam cada vez mais difícil pequenas unidades produtivas conseguirem competir no mercado e manter-se dados dos custos de produção. Esta tendência para a concentração da capacidade produtiva vai em linha com o

que se verifica no sistema agroalimentar global, também cada vez mais concentrado na mão de poucas empresas (Vivas, Montagut 2011).

Na sequência da ideia de que os processos sociais não são ahistóricos e que as escalas de análise são também temporais, ao longo deste capítulo, demonstrei como o setor da pesca atual foi moldado por uma conjuntura histórica específica e que deixou marcas estruturais que ainda hoje têm o seu peso num quadro de declínio acentuado. Identifiquei também as recorrentes fragilidades do tecido produtivo e a constância de discursos de crise e decadência, bem como a incapacidade do Estado de intervir no setor. Esta leitura permitiu perceber que aquilo que constitui a crise e a decadência da pesca difere entre os pescadores, políticos e ambientalistas.

As principais mudanças da pesca em Portugal acompanharam os momentos históricos de transição política do país. Optei por iniciar esta leitura histórica pelo período de criação do estado liberal e com a penetração do capitalismo no setor. O Estado começou a interessar-se pelos proveitos que poderia retirar da atividade económica, nomeadamente com a taxação dos produtos da pesca, mas sem grandes medidas de apoio e incentivo. Durante largos séculos, as comunidades dependentes de recursos ribeirinhos foram sendo deixadas à sua sorte, mas não poucas vezes perseguidas pelo Estado, o que levou à criação de alguns organismos de cooperação social, como a existência das confrarias, associações de classe, sindicatos, mútuas, etc.

O Estado Novo e a aplicação de um modelo corporativo ao setor (A. Garrido, 2006) deixou um legado até aos dias de hoje, ao nível estrutural. A pesca de então estava dependente e condicionada por um aparelho central estatal protecionista e controlador, que amputou as possibilidades de organização social e autonomia de classe e que promoveu os baixos rendimentos dos pescadores. O período da revolução foi de transição, no qual o setor acusou alguma da instabilidade vivida no país, agravada pela conjuntura externa. Estas duas ruturas de regime político revelaram projetos de Estado diametralmente opostos (Santos 1985).

Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, ocorreram novas alterações estruturais. Em primeiro lugar, com a mudança de paradigma, baseada no modelo bio económico da PCP. Em segundo lugar, à semelhança das mudanças introduzidas com a integração europeia nas restantes áreas de atividade, o papel e a atuação do Estado transformaram-se, reduzindo-se nas suas respostas sociais e abrindo caminho para a liberalização do mercado (Santos 1985), que agudizou o declínio que já se fazia sentir.

Em paralelo, no fim dos anos 1990, retomaram-se velhas narrativas maritimistas ancoradas numa leitura histórica do passado marítimo do país, e a economia do mar recolhe novas atenções, informando políticas públicas e instrumentos regulatórios. A pesca ficou, no entanto, arredada das projeções que se fazem neste âmbito, sendo evidente o contraste entre as narrativas expansionistas da economia do mar e a crise das pescas.

A evolução da legislação para a pesca, como defende o antropólogo Luís Martins, pode ser dividida através de dois paradigmas (Martins, Leite, Caeiro 2014). Como vimos, até à entrada na CEE, havia uma aposta no crescimento do setor, uma perspetiva expansionista que previa o aumento da produtividade. Após a integração europeia e acompanhando debates e convenções internacionais, inicia-se um paradigma ecológico, que limita a pesca, a fim de se alcançar uma gestão sustentável dos recursos (Martins, Leite, Caeiro 2014). Para tal, tornou-se objetivo reduzir-se a sobrepesca e controlar as práticas que faziam pressão sobre os recursos. Este paradigma, em vigor até aos dias de hoje, é muitas vezes questionado, porque amputa a capacidade produtiva da atividade, tendo impactos diretos na continuidade da atividade e na subsistência das famílias.

Este breve retrato do setor permite iluminar a fragilidade do tecido produtivo e como alguns elementos deste legado histórico, nomeadamente a intervenção estatal, se foram revelando insuficientes. Nesse sentido, a atuação do Estado tem sido percecionada de dois modos: “ora visto como intruso e indesejado fiscal, ora protetor e generoso financiador” (Garrido 2018b, p. 35). Não obstante as diferentes orientações ideológicas dos governos, o Estado foi fiscalizando a pesca e, simultaneamente, promovendo a sua renovação e evolução, ainda que com limitações inerentes aos objetivos das diferentes conjunturas políticas.

Como afirma Boaventura Sousa Santos, há uma importância central da atuação do Estado para a compreensão da História recente do país (Santos 1985). Esta resenha permite-nos notar que a intervenção do Estado tomou diferentes formas e teve propósitos distintos, sendo como que uma paradoxal *presença ausente*: presente para regular e taxar, mas ausente em estratégia e na concessão de apoios sociais e incapaz de responder às sucessivas fragilidades do tecido produtivo.

Demonstrei como reiteradamente ao longo da história das pescarias surgiram discursos de decadência, extinção e/ou crise que, embora sejam fenómenos com diferentes camadas, relacionam-se mutuamente e são ambivalentes quanto às circunstâncias às quais se dirigem. Por um lado, a sombra da crise e da decadência das pescarias portuguesas foi-se transformando ao longo da história, tendo na sua génese o desejo gorado de uma pesca para o abastecimento alimentar do país e de um aumento de capturas, que contrastava com as reais possibilidades dos

recursos em águas nacionais, marcados por episódios cíclicos de escassez e por uma plataforma continental com recursos limitados. Por outro, a estrutura produtiva quase sempre foi caracterizada por uma fraca organização laboral, arcaísmos técnicos e uma fraca capacidade de comercialização. Além disso, as condições deficitárias ao nível dos portos, cais, ancoradouros, desajustados e assoreados. Como pano de fundo, as características da própria atividade, pela dependência do meio natural, comportam riscos e vulnerabilidades. A este cenário, a regulação foi respondendo com um fraco conhecimento da realidade, pesando na carga fiscal e não respondendo aos problemas. Todos estes fatores foram alimentando os diferentes discursos de crise e decadência. A esta conjuntura soma-se a crise dos oceanos, relacionando-se, por seu turno, com o diagnóstico da sobre-exploração dos recursos, que tem promovido políticas para a redução das capturas e trazido a aquacultura como uma resposta às necessidades alimentares (Clausen, Clark 2005). A experiência da crise pode desmembrar o passado (Knight, Stewart 2016), sendo, por isso, importante considerar simultaneamente as suas especificidades históricas e locais como as manifestações mais abrangentes.

Capítulo 3 – Género e trabalho na pesca

Durante muito tempo, a literatura sobre a pesca retratou o pescador de forma isolada, como estando envolvido apenas no ato técnico de pescar (Pálsson 1991, p. 21). Ainda hoje, encontramos uma abordagem dominante que reduz a pesca ao ato de capturar peixe e que concebe os pescadores como “extrativistas atomizados a serem geridos” (McCormack, Forde 2020, p. 1). Esta tendência tem estado alinhada com as preocupações tecnocratas de gestão de recursos (Campling, Havice, Howard 2012, p. 178). Por outro lado, na literatura sobre o setor, predomina uma visão androcêntrica (Davis, Nadel-Klein 1988; Neis et al. 2005; Frangoudes, Gerrard, Kleiber 2019), que cristaliza o trabalho na pesca como uma atividade masculina, resumindo-o às capturas, invisibilizando e/ou secundarizando a participação das mulheres em diferentes esferas de ação da atividade. Porém, esta visão oblitera o conjunto de atividades, tarefas e relações sociais constitutivas da pesca.

À parte deste quadro dominante, várias autoras têm vindo a tecer uma análise crítica baseada na economia e ecologia políticas e nos estudos de género para enquadrar a pesca nas relações capitalistas de produção⁶², destacando a dimensão laboral, influenciada pelo meio e pelas forças de mercado e, também, por questões de género. A análise entre género e divisão do trabalho é um tópico central na teoria feminista, questão que está na base das grandes transformações epistemológicas pós década de 1970 e torna-se crucial para compreender os contextos piscatórios.

A pesca vai além da captura do peixe e é constituída por processos de valorização e, portanto, produtivos (Penny McCall Howard 2012, p. 228). Neste sentido, é necessário redirecionar o olhar para as diferentes pessoas envolvidas nas diferentes etapas desse processo de valorização e nas relações que estabelecem entre si. Uma das consequências do reducionismo económico é que as contribuições das mulheres na pesca são negligenciadas e/ou descontextualizadas das interações de género onde têm lugar. Por isso, é necessário repensar o conceito de pesca, alargando-o a toda a cadeia produtiva, mas também reprodutiva. Esta proposta já avançada por diferentes pesquisadoras (Gerber 2015) permite trazer à luz a heterogeneidade de ocupações desempenhados pelos homens e pelas mulheres, nas suas relações e interdependências. Neste capítulo, pretendo fazer uma reflexão sobre trabalho e género na pesca, através de uma abordagem integrada das relações de género, analisando a expressão quotidiana das *performances* de masculinidade e feminilidade e os ideais a elas

⁶² Vejam-se por exemplo os trabalhos de Campling, Havice e Howard, 2012; Davis e Nadel-Klein, 1992; Howard, 2018; Neis *et al.*, 2005

associadas, bem como a posição diferenciada que homens e mulheres ocupam e as implícitas relações de poder. Ao contrariar a predominante visão androcêntrica sobre o setor, esta reflexão permitirá discutir o próprio conceito de pesca. Num primeiro momento, analisarei os diferentes papéis historicamente desempenhados pelas mulheres nos contextos piscatórios e como se cristalizaram representações sociais tradicionais do feminino associadas à casa e à família. De seguida, explorarei as perceções em torno da divisão do trabalho baseada no género e a sua dimensão espacializada associada a dicotomias mulher-terra-rio/homem-mar-oceano. Após essa análise, procurarei compreender como se constroem e reproduzem as formas hegemónicas de masculinidade na pesca, frequentemente associadas à fisicalidade e ao risco da atividade, bem como a um sentido de autonomia e liberdade. Por último, e partindo da análise da etnografia, irei refletir sobre como se constrói o envolvimento efetivo das mulheres na pesca e de que forma é invisibilizado por estar associado à unidade doméstica, mas como é crucial na relação de interdependência que caracteriza a atividade.

As mulheres na história da pesca em Portugal

Ao longo de séculos, proliferaram em Portugal discursos políticos que exultam a vocação marítima do país e que estão alicerçados numa conceção masculina do mar e da pesca (Amorim 2005, p. 658). Por seu turno, os estudos sobre as comunidades piscatórias portuguesas têm sido deficitários em análise construídas a partir de uma perspetiva de género, o que tem contribuído para reproduzir a ideia de que a pesca é apenas uma atividade desempenhada por homens, acentuando a invisibilidade do papel das mulheres no conjunto de processos a constituem.

As atividades das mulheres em contextos piscatórios têm acompanhado as transformações que ocorrem no país e no setor. A historiadora Inês Amorim defende que a industrialização do país, na viragem do século XIX para o século XX, fez com que parte da mão de obra feminina transitasse para os setores a montante e a jusante, o que criou hierarquias de valores, “enaltecendo ou degradando os respetivos papéis, consoante se aproximam ou afastam do espaço de laboração masculino” (Amorim 2005, p. 661), fenómeno que ainda hoje encontramos.

Durante o século XX, assistiu-se a um crescente interesse artístico pelas comunidades piscatórias, produzindo-se registos literários, pictóricos, fotográficos e fílmicos que são hoje importantes documentos para compreendemos a história do setor e as representações sociais que se foram cristalizando⁶³. Estes registos demonstram que as mulheres sempre tiveram uma

⁶³ Não irei fazer uma análise exaustiva sobre esses registos, apenas pretendo evocar aqueles que

presença pública nos contextos piscatórios. Em *Os Pescadores* (1923), Raul Brandão coloca, pela primeira vez em Portugal, o papel das mulheres nas comunidades piscatórias em destaque. Ainda que limitado ao seu propósito literário, o livro fornece-nos descrições densas que contribuem para o conhecimento dos contextos haliêuticos no início do século XX, tendo um capítulo inteiramente dedicado às mulheres, focando-se nas múltiplas dimensões do seu trabalho: pesca, venda, cuidado e gestão doméstica. Nesta obra, Brandão distingue as diferenças entre o papel das mulheres do Norte e do Sul do país e descreve-as em movimento, elemento que esteve bastante presente na literatura sobre estas comunidades (Amorim 2005). Posteriormente, Maria Lamas, em *As mulheres do meu país*, publicada em fascículos entre 1948 e 1950, confere especial atenção às mulheres trabalhadoras da beira-mar, chegando a afirmar que as mulheres de Ílhavo, embora trabalhando em terra, são “mulheres de mar” (Lamas 1950).

No que toca à produção fotográfica, há uma simultânea visibilidade e invisibilidade do feminino (Martins, Furtado, Leitão 2016). A título de exemplo, um breve olhar para a produção de diferentes fotógrafos do século XX⁶⁴ traz à tona discursos imagéticos que vão ao encontro das representações mais comuns das mulheres da beira-mar, pois representam a mulher na praia, na linha de contacto entre a terra e o mar, bastante visível nos registos sobre a Nazaré (Santos 2013, p. 74). Os registos perpetuaram também a ideia de que as mulheres esperavam o regresso dos seus maridos, filhos, irmãos, pais do mar ou de viagens mais longas (na pesca do bacalhau, por exemplo) — uma forma de representação das mulheres que lhes atribuiu um papel de alguma passividade em terra, por comparação aos homens com uma vida agitada e perigosa no mar. Paralelamente, as imagens remetem-nos para a mulher cuidadora, as responsáveis pelo cuidado dos filhos, dos maridos e das gerações mais velhas. É na praia que se retratam as mulheres que *ajudam*⁶⁵, que esperam e que cuidam, mas também é nesse espaço que se torna visível a complementaridade dos trabalhos mar/terra (2013, p. 75).

Não sendo reconhecidas como pescadoras ou trabalhadoras da pesca, as mulheres foram sendo descritas como “ajudantes” dos pescadores: no fabrico e conserto de redes; na venda do peixe; marisqueio; produção de rendas de bilros; apanha de sargaço; etc. (Magalhães, Baptista 2007; Lima, Baptista, Lima 2016), atividades associadas às suas obrigações domésticas, sempre em movimento (Amorim 2005). Raul Brandão (1923) escreveu: “a mulher da beira-mar [...] logo que casa carrega com quase todo o peso do lar. [...] Ela, remenda, poupa e vai arrancá-lo

dialogam com o argumento deste capítulo. Para uma leitura mais aprofundada acerca da produção imagética e audiovisual sobre contextos piscatórios e representações do mar, vide o trabalho de Cunha (2001), Garrido (2008), Costa (2013), Santos (2020), Serra (2020).

⁶⁴ Como, por exemplo, Artur Pastor, Horácio Novais, Manuel Roque Arriaga, Álvaro Laborinho, etc.

⁶⁵ Ideia que mais à frente será problematizada.

à taberna.” Estas palavras, historicamente situadas, ainda têm eco atualmente em muitas comunidades piscatórias, nas quais a intervenção da mulher é associada à unidade doméstica. A partir de uma análise das descrições de Raul Brandão (1923), Inês Amorim desenha o perfil da mulher da praia no início do século XX “como o principal agente de organização de trabalho. Em todos os espaços descritos, a mulher representa não apenas uma força de trabalho no setor, claramente observada, mas, acima de tudo, uma agente determinante na sobrevivência familiar” (Amorim 2005, p. 671). Embora a afirmação de Amorim se refira a um período histórico particular, marcado por fortes mudanças nos modos e meios de produção, encontramos continuidade nas representações sociais do feminino ao longo do século: as mulheres enquanto elementos centrais na reprodução dos grupos, trabalhando diretamente na pesca ou não.

Durante o Estado Novo, verificou-se uma intensa produção⁶⁶ artística sobre a atividade, quer ao nível literário, cinematográfico, quer nas artes plásticas, com sentido propagandístico, com o objetivo da divulgação e exaltação da Obra Social das Pescas (Garrido 2018a), dando destaque à figura do pescador, e sendo as mulheres representadas sempre em segundo plano e associadas às atividades domésticas ou à indústria conserveira. Essa imagem era reproduzida também nos diplomas legais como verificamos, por exemplo, no facto de as mulheres dos bacalhoeiros terem um estatuto social diferente das mulheres dos pescadores locais (Costa 2009, p. 11). Uma vez que a pesca do bacalhau implicava a ausência dos homens durante metade do ano e perante as potenciais consequências para a sobrevivência destas mulheres, atribuiu-se soldadas fixas aos pescadores, de modo que o seu rendimento fosse suficiente “para evitar que a mulher e os filhos menores fossem obrigados a, diariamente, abandonarem o lar, para angariar o complemento que era indispensável para prover à modesta manutenção” (Amorim 2005, p. 661). Quanto às mulheres dos pescadores locais, o Estado Novo promoveu a sua participação na indústria conserveira devido à “situação precária e incerta do homem do mar”, como consta num discurso de Oliveira Salazar (Salazar 1932, p. 51). Ou seja, as mulheres das classes mais baixas eram incitadas a trabalhar, ao contrário das mulheres dos capitães das embarcações do bacalhau, criando ainda mais assimetrias.

A comunidade piscatória da Nazaré é, talvez, o exemplo mais emblemático e que concentrou as atenções de artistas e da propaganda do Estado Novo, criando-se um arquétipo associado ao mar (Serra 2020). Nas narrativas de construção identitária nazarena, que remontam ao século XIX, mas que ganharam maior expressão durante a ditadura, as representações das

⁶⁶ Poderíamos enumerar várias obras, mas seria sempre uma lista deficiente, pelo que apenas destacamos a produção audiovisual impulsionada pela Junta Central da Casa e realizada por António Veríssimo e, na pintura, os quadros de Domingos Rebelo, pela sua componente propagandística (Garrido 2008).

mulheres tiveram centralidade pela sua forte presença nos espaços públicos (Santos 2020, p. 69). Na base da construção dos estereótipos que se construíram sobre a figura da Nazarena, está o reconhecimento da grande importância social das mulheres na economia da pesca e na economia doméstica, descritas como os pilares na administração dos rendimentos das famílias (Escallier 1999).

Ainda que muitas vezes imbuídos por algum grau de romantização, estes registos artísticos instigaram representações sociais do feminino na pesca que ainda hoje permanecem no imaginário coletivo, como podemos constatar por comparação às representações que encontrei nos contextos sociais onde trabalhei, persistindo a ideia reificada que ao homem cabe o espaço do mar — tido como perigoso — e a atividade da pesca, enquanto à mulher é atribuído o espaço da terra, praia, rios e estuários, ambientes mais seguros (Magalhães, Baptista 2007). Este espaço da terra/praias era tido como contíguo ao de casa, e, por isso, as ocupações femininas eram pensadas por relação ao marido e às suas responsabilidades domésticas. Desde que se olhe para a atividade da pesca de uma forma mais abrangente e integrada, vemos como as mulheres surgem em diferentes etapas do trabalho produtivo e reprodutivo. Embora as mulheres da beira-mar tenham sido representadas por relação ao homem e à sua atividade produtiva (de extração de peixe, moluscos ou bivalves do mar e/ou dos rios), também os registos historiográficos, etnográficos e artísticos põem em evidência a constante presença das mulheres nos espaços da pesca e envolvidas em diferentes trabalhos.

No pós-25 de abril, estes registos artísticos sobre as mulheres da beira-mar diminuíram, devido a diversos fatores, entre os quais a mudança política que impulsionou uma transformação da estética e das práticas artísticas, já não controladas pelo Estado. Também a partir dessa época, e sobretudo a partir dos anos 1980, a reestruturação do modelo produtivo para uma forma mais empresarial, resultante de uma combinação de fatores exógenos e endógenos (Martins 2007, p. 211), teve impactos na organização da unidade doméstica (2007, p. 189), que até então era a base da pequena pesca, levando a que as mulheres fossem progressivamente “desaparecendo” das praias. As mudanças no mercado de trabalho no país permitiram que as populações encontrassem trabalhos assalariados fora do setor (Cole 1994, p. 146), pelo que os agregados familiares passaram, assim, a acumular diferentes fontes de rendimento, o que gerou impacto significativo na divisão do trabalho e nos papéis de género, começando o trabalho das mulheres na pesca a diminuir significativamente.

Espaços de trabalho, género e discursos

Várias autoras, inspiradas pela teoria feminista, têm denunciado que a invisibilidade feminina na pesca se deve ao facto de muitas investigadoras terem a tendência para centrar a análise na dimensão extrativa da pesca (tal como aconteceu com a pesquisa sobre outros setores produtivos até à década de 1960) e assim procurar preferencialmente interlocutoras nos espaços masculinos da atividade (Davis, Nadel-Klein 1992; Williams 2019; Davis, Nadel-Klein 1988; Neis et al. 2005). Na pesquisa que realizei para o mestrado, e perante o que era uma observação inicial sobre o tema, eu própria reproduzi esta ideia (Amorim 2015), não problematizando essa conceção. Como centrei a pesquisa nos locais de trabalho relacionados com a captura do peixe (doca e lota) senti-me, de facto, a entrar em espaços masculinos, onde encontrei poucas mulheres a trabalhar e apenas algumas a circular. Nos espaços de comercialização do pescado, que acabei por relegar para segundo plano, encontrei sobretudo mulheres, com quem então pouco falei por nessa altura não ter enquadrado essa atividade no setor da pesca. Optei por atentar apenas à dimensão extrativa da atividade. Atualmente, teria tido uma posição diferente, porque, depois de findo o trabalho de campo e com o aprofundamento teórico com base nas teorias feministas, percebi que estava a reduzir a pesca apenas às atividades relacionadas com a captura e a desconsiderar aquilo que estava aparentemente menos visível.

De modo semelhante, no início do trabalho de terreno para a pesquisa de doutoramento, as pessoas interlocutoras foram, na sua maioria, homens, por estarem mais presentes nos espaços públicos da atividade, nomeadamente, nas docas. Todavia, na esteira das abordagens dos contributos dos estudos feministas na pesca, procurei alargar o meu olhar e ampliar a análise e compreensão do papel das mulheres nas interações sociais e relações de poder nas comunidades pesqueiras (Frangoudes, Gerrard 2018). Assim, de forma a ter contacto com as mulheres dos contextos sociais onde fiz pesquisa, procurei conhecer os familiares do sexo feminino dos pescadores com quem contactei, independentemente do seu maior ou menor envolvimento no setor.

Perante a quase ausência de mulheres nos espaços públicos de trabalho da pesca (doca, lota, armazéns e estaleiro), ia perguntando aos pescadores que encontrava se havia mulheres na pesca. A resposta mais comum era negativa e acompanhada, frequentemente, por uma (ou mais) das três afirmações que se seguem. A primeira afirmação tinha uma dimensão temporal; diziam-me que, “antigamente”, as mulheres “ajudavam” os maridos e entalhavam redes, safavam o aparelho e algumas iam ao mar, mas só no rio/ria (sobretudo da comunidade varina). A segunda consideração, e perante o meu continuado interesse no tema, remetia para outro espaço: “Se

queres encontrar mulheres, vai à Gâmbia ou ao Faralhão⁶⁷. Lá elas pescam com os maridos no rio.” A terceira resposta que obtinha relacionava-se com as diferenças regionais: os meus interlocutores tentavam esclarecer-me dizendo que as mulheres do Norte é que estão envolvidas na pesca.

Com frequência, retomava a questão e procurava compreender se havia mulheres a fazer, em casa, trabalhos de manutenção das artes ou a tratar da “escrita” dos barcos. Mas recebia sempre a mesma e reiterada resposta, embora soubesse, por experiência pessoal, que as mães, esposas e filhas de pescadores exercem influência e contribuem para a pesca de diversas formas, ainda que possam ter uma ocupação profissional diametralmente distinta.

Quando cheguei a Olhão para iniciar a pesquisa etnográfica, percebi que também ali os espaços públicos de trabalho da pesca eram predominantemente frequentados por homens. Também aqui questionei os meus interlocutores sobre a participação das mulheres na atividade, quer a bordo, quer na manutenção das artes de pesca. Não raras as vezes, os mais velhos diziam taxativamente que isso não tinha lugar em Olhão nem no Algarve e, à semelhança do que ouvira em Setúbal, diziam que tal só acontecia no Norte. No início do século XX, Raul Brandão descreveu a mulher do Algarve, por oposição às restantes mulheres da beira-mar, como “a prenda da casa” (Brandão 1923), sendo uma imagem hoje presente junto dos mais velhos, um ideal-tipo que nem sempre tem correspondência com a realidade, mas é reproduzido verbalmente. Os pescadores da faixa etária de 60 anos ou mais diziam-me, com frequência, que as mulheres em Olhão ficavam em casa, embora muitas delas tenham trabalhado na indústria conserveira ou como vendedoras de peixe, como depois vim a constatar. Ouvei vários a orgulharem-se de dizer que as suas esposas deixaram de trabalhar quando eles conseguiram garantir o sustento da casa, muitas vezes simbolizado com a compra de um pequeno barco, o que também ouvi em Setúbal entre as gerações mais velhas. As gerações mais jovens de pescadores corroboravam a ideia de que as mulheres não pescam, mas falavam dos seus outros empregos em terra, descartando qualquer relação com o setor.

Com o decorrer do trabalho de campo, comecei a ver em Olhão várias mulheres com botas de água e fatos de trabalho a entrar em pequenos botes de fibra, sozinhas ou acompanhadas por homens. Quando indagava sobre o assunto, os homens esclareciam-me: “há algumas mulheres que vão à ameijoia”, que não é reconhecida como pesca e é vista como uma exceção e até alvo de alguma desvalorização social. Outras vinham em barcos carregados com redes e dirigiam-se

⁶⁷ Localidades na margem norte do estuário do Sado a entre 8 a 12 km de Setúbal, respetivamente, mas que pertencem administrativamente ao Concelho.

ao cais de descarga da lota. Aí diziam-me, novamente, que eram “filhas da Ilha”, da Culatra, porque lá “elas mandam mais que eles e muitas andam à pesca aqui na Ria”⁶⁸, sublinhando que não pescam em mar aberto, como os homens.

As respostas, que fui obtendo ao longo dos anos de trabalho de campo, ilustram várias dimensões que têm contribuído para a imagem da pesca como uma atividade masculina. Em primeiro lugar, há a ideia de que atualmente as mulheres têm menos envolvimento na pesca do que já tiveram no passado. Nas últimas décadas, deu-se uma contração dos espaços públicos ocupados pela atividade da pesca, ficando relegada a portos e armazéns, e a praia foi-se tornando espaço dos banhistas e turistas e, em simultâneo, diminuiu o número de embarcações de pesca. Em paralelo, a participação das mulheres na pesca foi diminuindo e acompanhada pela sua integração no mercado laboral. Consequentemente, a presença feminina nesses locais foi-se dissipando de norte a sul do país, com algumas exceções, criando a ideia de um setor exclusivamente masculino e consolidando uma invisibilidade feminina. Em paralelo, assume-se que, no passado, as mulheres estavam na pesca como “ajudantes”, ou seja, que o seu envolvimento se justificava por relação aos homens da família.

Em segundo lugar, as respostas indicam que apenas são reconhecidas socialmente as mulheres que ainda têm alguma relação com a extração de pescado, sendo, ainda assim, vistas como uma exceção. Essa exceção continua a ser socialmente justificada por uma relação com os maridos, filhos ou pais e por ser feito em ambientes estuarinos, ribeirinhos e fluviais considerados mais protegidos. Esta justificação é um eco dos padrões de masculinidade e feminilidade que associam a mulher à terra e o homem ao mar. Nesta perspetiva, o corpo da mulher não está equipado para lidar com o perigo do mar. As atividades de comercialização ou processamento do peixe não são contempladas nas definições locais de pesca.

As conversas sobre o assunto demonstram também a perceção de que os pescadores do centro sul e do sul têm das mulheres do norte⁶⁹, tipificadas culturalmente como mulheres “trabalhadeiras”, usando a expressão cunhada por Sally Cole (1994). Hoje, vemos como as mulheres das localidades piscatórias do norte tendem a trabalhar diretamente na pesca, nomeadamente como responsáveis por toda a atividade de gestão, desde o recrutamento dos

⁶⁸ Não fiz trabalho de campo junto desta comunidade, apenas travei breves encontros quando vinham à doca de Olhão, pelo que não posso aprofundar esta afirmação. Para um trabalho aprofundado sobre a Ilha da Cultra, vide Silveira (2021).

⁶⁹ Rose Mary Gerber, na sua incursão de terreno em Portugal, encontrou, junto de peixeiras do Norte, a mesma necessidade de demarcação das diferenças regiões por comparação ao sul (Gerber 2013, p. 132).

pescadores, contabilidade, manutenção de artes e limpeza da embarcação, transporte e venda do pescado (Pita, Gaspar 2020, p. 294), o que contribui para esta visão.

Estas respostas permitem ver como são cristalizadas e reproduzidas ideias sobre o trabalho de acordo com o género. A divisão do trabalho com base no género comporta um conjunto de ideias e representações sociais e simbólicas que reconhece habilidades e capacidades de cada género, podendo resultar numa hierarquização entre tarefas e a sua especialização. Assim, com base nestes pressupostos, alocam-se tarefas de forma exclusiva a homens ou mulheres. A imagem da mulher recolectora e do homem caçador está implicitamente presente nestas perceções. A mulher é associada à casa e às ocupações domésticas, e o seu corpo é visto como não estando preparado para embarcar. Também indicam que a divisão do trabalho existe e manifesta-se numa dimensão espacializada, criando locais onde se reproduzem relações assimétricas ou diferenciadas, com base em perceções sobre o tipo de corpos apto para determinado ambiente ecológico, criando a ideia de que a pesca é um domínio masculino. A naturalização de género e a continuidade dos estereótipos e ideais simbólicos leva a que, ainda hoje, exista implicitamente uma associação das mulheres à natureza e dos homens à cultura e, respetivamente, à esfera pública e privada, o que tem resultado em experiências diferenciadas para homens e mulheres em contextos piscatórios. Apesar disso, analisar apenas em termos de divisão sexual do trabalho, correria o risco de reforçar as perceções simbólicas dominantes, pelo que a participação das mulheres da pesca deve ser observada e interpretada, na prática, considerando as particularidades e o contexto em que tem lugar (Alencar 1993), uma vez que, nos quotidianos, esta divisão não é, no entanto, estrita e existe uma interdependência entre as atividades desempenhadas pelos homens e pelas mulheres.

O modelo analítico da divisão sexual do trabalho está relacionado com o conceito de divisão social do trabalho com raiz funcionalista e desenvolvido por Durkheim (1933) e foi utilizado um modelo em várias pesquisas para explicar a distinção das atividades realizadas por homens e mulheres e a segmentação espacial e ocupacional daí decorrente (Murdock, Provost 1973). Várias autoras têm vindo a denunciar a perspetiva dicotómica em que este modelo assenta e que conduz a generalizações espúrias e pouco relevantes do ponto de vista analítico. Aliás, tem uma índole de homogeneização, tendendo a considerar como algo excecional qualquer diferença que não encaixe no modelo. Assim, o modelo da divisão sexual do trabalho, que implicitamente considera apenas como trabalho aquele que é visto como produtivo e sob o regime assalariado, pode resultar na invisibilização das mulheres, um viés analítico que deve ser evitado, como várias autoras têm vindo a propor (Alencar 1993). Neste sentido, temos verificado nos últimos anos uma mudança de vocabulário, que recorre a termos como “divisões

sociais do trabalho com base em género”, por exemplo, que permitem atentar à variedade de experiências vividas, que não se encapsulam numa categoria estanque (Mills 2016). A utilização do termo género, em vez de sexo, aponta para o facto de a divisão não se prender com um determinismo biológico, mas com aspetos sociais e culturais que estão implícitos na categoria social de género.

Na pesca, a abordagem da divisão sexual do trabalho foi exaustivamente utilizada, sobretudo, na utilização da metáfora espacial homem-mar e mulher-terra que parece ser comum a outros contextos piscatórios. No entanto, várias autoras têm vindo a defender uma problematização desta metáfora, considerando que é um modelo analítico elaborado a partir de uma visão biologicizante de grupo (Alencar 1993). Distinguir apenas as tarefas de acordo com o espaço onde são praticadas é limitador, pois não reconhece que a oposição espacial não é simétrica, mas sim hierárquica e não tem em conta as particularidades da experiência, uma vez que esta resulta das expectativas e dos ideais sobre o que cada um e uma pode ou não fazer. Por isso, é uma metáfora que reifica a invisibilidade das mulheres e não contempla os espaços de transição, como as praias, onde a presença das mulheres foi constante.

Como foi descrito, nos portos e armazéns de apetrechos, encontra-se um ambiente marcadamente masculino, com poucas mulheres a circular e, menos ainda, em contexto de trabalho. Os principais dirigentes das Organizações de Produtores, das Associações e dos Sindicatos são, também eles, homens. No entanto, observei várias mulheres que pescam, outras que se dedicam à venda do peixe (atividade que agora não é contemplada social nem administrativamente como pertencente ao setor) e outras que trabalham na manutenção das artes de pesca. Além disso, há uma diversidade de outros contributos que não são diretamente relacionados com a pesca e que têm lugar dentro das quatro paredes da casa, mas que contribuem de forma decisiva para a prosperidade do setor, não estando, no entanto, incluídas nas representações e perceções dos próprios pescadores, como, por exemplo, a gestão administrativa das embarcações ou o remendo de redes.

Ainda que uma primeira observação pareça corroborar a ideia de que a dimensão extrativa da pesca é um domínio no qual há uma prevalência do trabalho masculino e que se verifique ainda uma importante divisão do trabalho com base no sexo, é necessário analisar a dinâmica relacional dos papéis de género e na interdependência do trabalho, para transpor as limitações analíticas de olhar apenas para o trabalho desempenhado por homens ou mulheres e de analisar apenas a dimensão espacializada da divisão do trabalho sem ter em conta como é constituída socialmente a divisão por categorias de género. Não o fazer constitui um perigo de generalizar as divisões sexuais do trabalho, que, na prática, são muito mais complexas e heterogéneas

porque resultam de relações dinâmicas constituídas no âmbito de categorias de género em permanente tensão, conflitualidade e articulação. É necessário evitar o que Woortman descreve:

"Não raro o discurso do pesquisador (...) replica o discurso público das comunidades estudadas, cuja identidade se constrói sobre uma atividade — a pesca — concebida como masculina, deixando de lado o discurso privado (...). O próprio discurso académico, pois, relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades das mulheres são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo" (Woortmann 1991, p. 2).

“Ele não se faz” — corpos e masculinidades

Por forma a combater a invisibilização das mulheres em contextos piscatórios e na sequência de uma reflexão da pesca enquanto um conjunto de processos, relações e dinâmicas sociais que não se cingem apenas à captura do pescado, os estudos etnográficos com uma perspetiva de género na pesca têm dado mais atenção à participação feminina no setor e/ou às diferenças dos papéis sociais de género. A masculinidade, enquanto expressão dos papéis de género, tem sido menos abordada. Nas últimas décadas, algumas autoras têm quebrado essa tendência e analisado a correlação entre as práticas de pesca e a masculinidade (Gustavsson, Riley 2019; Gerrard 2013), a fim de compreenderem como se constrói a ideia de pesca enquanto domínio masculino. As abordagens têm partido sobretudo do conceito de masculinidades hegemónicas (Connell, Messerschmidt 2016) e dos estudos das masculinidades rurais (Campbell, Michael 2000).

A pesca envolve o corpo e conhecimentos, técnicas e habilidades que devem ser convocados e colocados em prática tanto em terra como no mar. A experiência laboral está sempre sujeita a circunstâncias particulares, não sendo, por isso, homogénea e não existindo aquilo que convencionalmente se designa, no discurso público, “o pescador”. Todavia, existe uma noção hegemónica que distingue entre “verdadeiros pescadores” e aqueles que, embora pescando diariamente, não são socialmente reconhecidos, o que provoca eco noutros contextos piscatórios (Gustavsson, Riley 2019; Morey 2017) e se associa às competências que dispõe e que se relaciona com *performances* masculinas.

A pesca surge aparentemente como um “enclave masculino”, utilizando a terminologia de Ferguson para o contexto mineiro (1999, p. 188), onde predomina uma “ideologia da masculinidade” (Fabinyi 2007), construindo uma representação assente numa divisão do trabalho a partir de conceções naturalizadas sobre género, baseadas em diferenças biológicas.

Neste contexto, há uma masculinidade hegemónica implícita (Connell, Messerschmidt 2016), intimamente associada a concepções de trabalho duro e exposto aos elementos naturais, como irá ser analisado. Mas há também outras “masculinidades socialmente dominantes” que nem sempre correspondem à masculinidade hegemónica (Gustavsson, Riley 2019).

Durante o trabalho de campo, circulei num ambiente marcado por fortes expressões de masculinidade, quer discursivas quer performativas. Quando estava com um pescador ou grupo de pescadores pela primeira vez, estes demonstravam um grande cuidado em comportar-se e falar de uma forma considerada socialmente aceite na presença de uma “menina”, evitando, nomeadamente, conversas de carácter sexual e/ou o uso de linguagem obscena. Um dia, a conversar com um pescador olhanense, Virgílio, sobre o seu trabalho e as minhas incursões na doca de Olhão, ele ia fazendo piadas, mas parou de repente e disse: “Tu, de onde vens, já sabes como nós, os pescadores, somos. A bordo, convivemos com gajos brutos e aprendemos a lidar assim.” De facto, a linguagem e a gestualidade dos pescadores não eram elementos novos para mim, e eles rapidamente se apercebiam do meu à-vontade e, com o contacto prolongado, deixavam de lado a preocupação de adaptar os seus comportamentos. Emergiam então manifestações de uma masculinidade socialmente dominante em contextos piscatórios associada a aspereza do trabalho duro.

A pesca está ligada frequentemente a um “modo de vida” (Gustavsson 2016, p. 23), indo além da sua dimensão laboral. Todavia, é através das diferentes relações no processo produtivo que os profissionais do setor experienciam a sua atividade (Howard 2012, p. 212). Os pescadores com quem contactei, embora reproduzam a ideia de que a pesca é mais do que uma profissão, evocam permanentemente a sua atividade como um “trabalho”, realçando a sua dimensão produtiva. Mas é um trabalho que engloba as várias dimensões da sua vida. Para os meus interlocutores, a pesca marca identidades locais, porque, na maioria dos casos, é experienciada desde cedo, através de contactos familiares. Assim, não é só um trabalho, porque implica um conjunto de conhecimentos partilhados e veiculados entre gerações, um imaginário coletivo associado às atividades, *performances* específicas, símbolos e rituais próprios. Camilla Mevik também analisou como o trabalho marítimo é constituinte da perceção de identidade, expressando valor na sua dimensão económica de “ganhar a vida”, mas carregando uma formulação subjetiva (Mevik, 2016) que se relaciona com estas ideias de pertença que mencionei.

São os primeiros contactos com a atividade desde tenra idade que resultam no “vício da pesca”, expressão que escutei no decorrer do trabalho de campo⁷⁰. A maioria dos pescadores com quem tive contacto, por serem do género masculino, foi socializado desde cedo na pesca e, assim, “ganha-se o gosto”, que se torna em vício, porque, assim que “provam”, dizem-me que não passam sem a pesca e o mar. Relacionam esse “vício” com o facto de a pesca, com todos os seus desafios, proporcionar autonomia e independência — elementos centrais na autovalorização da atividade. As palavras de António, um pescador reformado que começou a pescar aos nove anos, expressam o sentimento de liberdade e independência associada à autoafirmação como pescador desde os tempos de infância:

“O outro é que diz: O mar é para os peixes. Eu nunca tive tanta liberdade como tive no mar. O mar não está aqui para nada. Isso é que era bom. É o que eu estava a dizer, desde os onze anos deixei de dormir em casa, porquê? Dada a liberdade que havia. E o mar não era assim como as pessoas também pensavam. Nunca tive ninguém a mandar em mim, que também vale muito, ninguém, até hoje.”

António, pescador reformado, 75 anos

O trabalho no mar é visto como um escape à monotonia e à temporalidade hegemónica, no sentido atribuído por E.P Thompson (1967), fazendo emergir um discurso de liberdade e de autonomia experienciado desde os primeiros contactos com a atividade. Assim, como o pescador Rui partilha, há um entendimento que “a vida no mar é outra coisa”:

“É uma vida completamente diferente. Não tenho horários. Hoje, tanto vou às seis da manhã como amanhã não me apetece ir, vou no outro dia às nove da manhã, vou no outro dia à meia-noite. Não tenho horários. Sou completamente livre de fazer o que eu quiser. (...) E as pessoas que trabalham em terra não são assim. É um carreirinho. (...) E andam sempre nestes horários, fazem sempre a mesma rotina. Eu não, nunca faço a mesma rotina. Eu hoje pesco aqui, amanhã pesco ali, é completamente diferente. Sou livre de fazer o que me apetece. E quem diz eu, diz os outros todos. Isso é o que dá mais ânimo. Não sei se me habituava a estar fechado dentro de um escritório oito horas por dia. Já viram, eu venho a navegar três horas, mas se for preciso venho três horas a conversar com um colega meu. É completamente diferente. A vida do mar é outra coisa. É uma vida completamente livre. De tudo o que possa imaginar.”

Rui, pescador e mestre de uma embarcação da pesca polivalente, 32 anos

⁷⁰ Também Luís Martins, entre os pescadores da Póvoa do Varzim (Martins, 2007, p. 235), e Oneto Nunes, junto das companhas de arte xávega no litoral central (Nunes, 2005, p. 216), observaram o mesmo.

A temporalidade aqui enunciada revela uma fluidez entre o trabalho e o lazer, marcada por irregularidades em vez de padrões, o que sustenta uma identidade de trabalho. A ausência de horários definidos é apropriada e interpretada por estes pescadores como uma forma de liberdade, uma vez que há a possibilidade de estar descontraidamente no trabalho e sem rotinas. E, apesar da existência de uma divisão social do trabalho marcadamente hierárquica, há, ainda assim, uma percepção de que ela não é imposta, pelo que é, por isso, passível de ser negociada. O mar é o referente-chave para esta construção de sentido. A dimensão do mar e a sua imprevisibilidade, pese embora o facto de trazer alguma instabilidade a estas pessoas, proporciona também, segundo as suas percepções, a possibilidade da não sujeição, uma vez que, no mar, consideram não estar subordinados às instituições e obrigações da terra. Como tal, é também frequente pescadores reiterarem que “galinha do campo não quer capoeira”, associando o trabalho de terra, fechado e num espaço delimitado, como uma forma de prisão. Já Carlos Diegues explora como na atividade da pesca há uma resistência a uma dominação da qual o trabalho assalariado em terra é o modelo do qual se tenta escapar: “Reside nessa arte de pesca, como meio de produção (característica do fator trabalho), um fator fundamental na compreensão da resistência à proletarização tantas vezes demonstrada pelos pescadores artesanais” (Diegues 1983, p. 202).

Como vimos através dos exemplos acima apresentados, os pescadores com quem contactei consideram que o trabalho em terra restringe as liberdades individuais, porque impõe ritmos e rotinas que vão contra o ritmo dos seus corpos, habituados ao ritmo da natureza, do mar, desde jovens. A liberdade percebida acontece e materializa-se no tempo e no espaço da e na pesca no mar. Simultaneamente, há uma consciência da posição subalterna quando se coloca os pés em terra e se sujeitam a outros ritmos. A terra é vista enquanto lugar de disputa de poder. É na terra que há a representação das instituições que regulam a atividade e com as quais os pescadores têm alguns conflitos, como veremos adiante. E se no mar a autoridade destas instituições se faz sentir, também é lá que existe uma maior possibilidade de escape, pois é o meio que os pescadores dominam, conhecendo bem as suas especificidades e códigos.

Poder-se-ia dizer que estes discursos e esta forma de conceber a sua ocupação são também uma forma de recusar um tempo controlado e, por isso, uma hegemonia das práticas e, assim, resistir. Lúcia Cunha notou um emergir de discursos de liberdade associados à temporalidade da pesca. Indo mais longe, defende que esse ideário de liberdade se constitui como “uma recusa,

mesmo que relativa e contraditória, em ingressar no tempo capitalista e industrial típico, enquanto cristalizado na disciplina do tempo fabril” (Cunha 1988).

A disciplina do tempo formou e moldou hábitos de trabalho e padronizou a sua contabilização (Thompson 1967). No entanto, ao longo do seu percurso de vida, os pescadores vivem outras temporalidades significativas para a sua experiência, que vão sendo construídas na relação com os outros e com o meio e orientadas pelas suas tarefas (*ibidem*). Nesse sentido, podemos compreender que o emergir de narrativas de liberdade apontadas por estes pescadores são uma forma de lidar com e de recusar a dominação do tempo do relógio, mas também uma manifestação de um dos alicerces da construção de uma masculinidade de pescador. O corpo é o principal agente da construção da identidade e, conseqüentemente, desta resistência. A masculinidade da pesca está alicerçada no corpo e como este é utilizado, o que, por sua vez, está relacionado com um sentido de independência, que se articula com o perigo e a fisicalidade envolvidos e com o meio onde a atividade tem lugar (Gustavsson 2016, p. 62).

O conceito de *habitus* de Bourdieu (1977) é útil para pensar a pesca, uma vez que é através de processos de incorporação, prática e da experiência vivida que uma pessoa se torna pescador (Gustavsson 2016; Morey 2017), como iremos ver no seguinte exemplo.

Miguel é mestre e armador de um barco de pesca local com 8,90 metros. Tem 51 anos. Há largos anos que a sua companhia é composta por ele e outro camarada, Zeferino. Zeferino já não tem a agilidade de outrora e os problemas na coluna cervical de Miguel não lhe permitem fazer esforços. Então, Miguel decidiu admitir um “puto”, ou seja, um jovem filho de pescador, mas sem experiência na pesca, para os auxiliar a bordo e, assim, “aliviar trabalho”. Ao falar sobre o novo tripulante, diz que “ele não se faz, lagartixa é lagartixa, jacaré é jacaré, já sabes. Não estou a ver ele fazer-se porque tinha de ter vontade para isso”. Mas admite que é um auxílio importante.

Como é visível nas palavras de Miguel, tornar-se pescador não é algo imediato e não se resume a ter uma cédula, estar matriculado num barco e exercer diariamente a atividade. O trabalhador tem de “se fazer”, ou seja, tem de passar por um conjunto de práticas e processos que o tornarão pescador e o farão ser socialmente reconhecido como tal. A vontade e a dedicação são características determinantes, mas a estas tem de se somar a aprendizagem das competências necessárias e o seu treino.

O processo de aprendizagem faz-se, sobretudo, através da prática, porque o conhecimento na pesca tem uma “natureza pragmática” (Martins 2007, p. 15). Traços como a robustez física, a coragem e a resistência são socialmente valorizados, mas não são suficientes, e requerem uma adaptação ao meio e à atividade. É a exposição aos elementos do meio e a prática continuada

no trabalho que transforma o corpo, em especial as mãos, e que faz desenvolver as competências necessárias. O corpo é “memória-instrumento de trabalho” (*ibidem*) e transforma-se com a prática da atividade e com as habilidades que se vão desenvolvendo, por isso é possível passar de “lagartixa a jacaré”, usando a metáfora de Miguel. Ou seja, a prática continuada da pesca pode permitir uma metamorfose. As masculinidades são configuradas também por relação a outras masculinidades (Gustavsson, Riley 2019). Neste caso, o referente de “jacaré”, ou seja, a referência de masculinidade hegemónica, é, de forma geral, o ideal de pescador-mestre com vários anos de experiência. Os “moços”, isto é, aqueles que estão a iniciar a atividade, almejam corresponder a esse “padrão”, ainda muito tipificado nas diferentes representações de pescador. Governar uma embarcação é a categoria que melhor permite a demonstração das competências masculinas no seio da atividade, como notou Fabinyi, não só devido às habilidades e competências técnicas, mas também cognitivas, tornando-se fonte de prestígio social (Fabinyi 2007, p. 519). Um pescador faz-se, em última instância, através da vontade de acumular conhecimento cognitivo e corporal. Assim, irá ter conhecimentos sobre quando e onde pescar e saber como o fazer, o que varia conforme a arte de pesca e as espécies às quais se dirige. O corpo torna-se, assim, “portador de valor simbólico para a formação da identidade masculina”, relacionado com o trabalho duro e físico (Gustavsson, Riley 2019). Mas não é só no mar que um pescador se faz: as atividades em terra são cruciais, como também observou Sá Couto em Setúbal (Sá Couto 2018), principalmente na conjuntura em que cada vez menos pessoas sabem construir e manter as artes de pesca.



Figura 7 Mãos de Miguel

Numa das primeiras manhãs que passei em Olhão, combinei encontrar-me com Virgílio na doca. Quando cheguei, vi que o seu bote não estava na amarração, pelo que tive de esperar o

seu regresso do mar. Em redor, havia o movimento normal de uma doca de pesca, com barcos a descarregar peixe e carrinhas a passar. Por perto, estava um pescador numa lancha a safar as redes. Visto que não os conhecia, mantive alguma distância e foi então que Júlio me interpelou, visivelmente intrigado com a minha presença ali. Quando expliquei que Virgílio era meu parente afastado⁷¹, abriu-se um sorriso e perguntou-me de imediato: “És de Setúbal?”, ao que assenti. Respondeu-me com visível satisfação: “Vivi muitos anos em Setúbal, a minha mulher é filha de Setúbal” e começou a falar com entusiasmo e a fazer-me muitas perguntas.

Júlio tem 59 anos, é mestre e armador de uma lancha com cerca de sete metros e pesca na Ria Formosa com redes de tresmalho, mas, por vezes, pesca também fora da barra. Enquanto falávamos, Júlio estava a safar as redes que tinham vindo com muito limo, conhecido como “casca de batata”. Reparei imediatamente que o seu barco não tinha alador e que, como tal, Júlio tinha de puxar as redes apenas usando a força braçal, sem qualquer ajuda mecânica. Apesar de ainda ser inverno, o sol estava muito quente e a temperatura ia aumentando à medida que a manhã avançava. A combinação de esforço físico e da temperatura elevada fê-lo tirar a camisa, como depressa esclareceu.

Setúbal foi o mote para a conversa, e Júlio comentou os vários barcos matriculados em Setúbal e que foram vendidos a armadores de Olhão. Diz-me que um deles “está a morrer no estaleiro”, depois de uma reparação estrutural não chegou “a ser posto a nado”, por razões não conhecidas. Então, Júlio começa a explicar-me os problemas das embarcações de madeira. Aponta em frente e diz: “Estás a ver aquele? O barco está todo empenado. A proa está torcida. É a velhice, começa a doer os ossos.” Enquanto me descrevia o estado do barco, ia fazendo movimentos com o seu corpo para exemplificar as partes do barco, às quais se estava a referir.

Procurei explorar a razão pela qual Júlio não usava alador. Riu-se perante a minha pergunta e respondeu que usa poucas redes, apenas as necessárias “para arrebanhar qualquer coisa”. Depois acrescenta com orgulho: “Prefiro alar as redes à mão, é o meu ginásio. Há dias em que cansa mais, mas não posso é chegar a casa e queixar-me, porque a filha de Setúbal [esposa] chateia-se.” Era um desses dias, a rede estava muito “suja” e o processo era moroso. Estava outra pequena lancha ao seu lado com um pescador com cerca de 40 anos que tinha alador, mas também não o estava a utilizar. Chama-me à atenção dizendo que o pescador, de nome Igor, também gosta de alar à mão, ao que o outro diz que só o faz quando leva menos redes para o mar. Quando terminou o trabalho, esticou os braços e confessou: “O pior são os

⁷¹ Primo do companheiro da minha mãe.

búzios que me esfolam as mãos”, mas encolheu os ombros e rematou: “Eu estou como aquele barco, pronto para abater, já vai doendo. É a saturação que isto é.”

Júlio descreve uma embarcação como sendo um organismo vivo, um corpo que se desgasta com o tempo. Faz um paralelismo com o seu próprio corpo, que acusa o desgaste físico do trabalho da pesca. O barco é o espaço central da *performance* de um pescador, que está associado à fisicalidade envolvida na atividade e às competências cognitivas para lidar com o risco e a imprevisibilidade do mar (Gustavsson 2016, p. 62). Tanto o casco de um barco como o corpo de um pescador estão sujeitos à erosão do tempo, no sentido cronológico, bem como meteorológico.

Campbell e Bell chamaram à atenção para o facto de o género e de as decorrentes relações de poder estarem incrustadas nos espaços onde têm lugar e, no caso daquilo que denominam por masculinidades rurais, como o “rural”, é uma entidade simbólica na construção das masculinidades (Campbell, Michael 2000). Embora os contextos piscatórios não possam, na minha opinião, ser considerados totalmente rurais, uma vez que muitos se situam no cruzamento entre o rural e o urbano, algumas reflexões sobre as masculinidades rurais podem ajudar a entender as manifestações de masculinidades encontradas no terreno. Várias pesquisadoras têm analisado como as expressões de masculinidade em áreas rurais e no setor primário/extrativista são associadas ao trabalho ao ar livre e aos efeitos que essa atividade provoca nos corpos (Gustavsson, Riley 2019; Morey 2017). Por exemplo, Miguel Vale de Almeida notou como o trabalho na indústria de mármore tem uma natureza extrativa que faz com que seja associada à terra e à natureza (Almeida 1995). Carri Yodanis, por seu turno, analisou como, no contexto da pesca de lagosta no Maine, o género é socialmente definido em relação à pesca e ao meio onde esta se desenvolve (Yodanis 2000).

Uma ocupação laboral em constante relação com meio natural imprime-se na corporalidade do pescador desde que começa a pescar e revela uma forma particular de perceber a atividade profissional, associada ao mar. Pierre Bourdieu (1977) destaca a importância da relação tempo-espaço e concebe-os por relação à corporalidade do indivíduo, integrando na sua noção de *habitus*. O conceito de ritmo proposto por este cientista social ajuda-nos a compreender como a experiência prolongada num meio ambiente específico, marcado por um grande grau de aleatoriedade e imprevisibilidade, por condições meteorológicas extremas e por um conjunto de atividades desenvolvidas ao longo de vários anos, imprime uma memória corporal específica.

A pesca é um ato em que o corpo é o instrumento central: envolve movimentos que empregam técnicas, tecnologias e conhecimentos num tempo e espaço específicos e sempre

com carácter relacional (Gerrard 2013, p. 314). É através do corpo que o trabalho da pesca se materializa, e a mecanização da pesca não correspondeu a uma desvalorização do saber empírico do trabalho (Martins 2007, p. 14). As *performances* de Júlio e de Igor demonstram como a força física e a robustez são socialmente valorizadas no contexto da pesca, o que tem sido apontado em outros contextos (Morey 2017). Essa valorização tem relação com a ideia de trabalho árduo e um sentido de estoicismo que requer força física, associada à força masculina. A ideia de que o trabalho na pesca implica força é considerado o motivo-maior para a exclusão das mulheres da prática da pesca (Gustavsson, Riley 2019), socialmente vistas como tendo corpos menos aptos para exercer essa força e desempenhar a atividade. Além disso, a força é ainda um elemento muito associado à virilidade. Por isso, quando uma mulher demonstra capacidades para exercer a atividade na pesca, é comum os demais pescadores dizerem “pesca como um homem”.

Em várias localidades piscatórias, o ideal de bom pescador está codificado em termos de corpo e *performances* masculinas (Gustavsson 2016, p. 267). Já Bourdieu (Bourdieu 2001) havia demonstrado como o consenso vivido sobre a dominação masculina está inscrito nos corpos. O corpo é, por isso, portador de um valor simbólico para a construção da identidade da pesca e tem relação direta com a noção e a *performance* de masculinidade, sobretudo no que concerne à identidade masculina como Gustavsson e Riley (2019) notaram no seu trabalho com pescadores do País de Gales.

Júlio está casado com Maria José que sempre trabalhou como administrativa. Quando decidiram mudar-se para Olhão, ela ficou desempregada durante um período. Júlio contou-me que, na altura, trabalhava embarcado na pesca em Marrocos e que “ganhava para os dois”. Ainda assim, ela não queria ficar dependente do marido, e, segundo as suas palavras, ele incentivou-a a procurar trabalho. Hoje, a mulher trabalha numa grande superfície comercial, da qual é gerente. Júlio organiza os seus horários de acordo com os sobrinhos que tem a cargo e com os horários da esposa (que trabalha por turnos). É ele quem garante o almoço e as deslocações casa-escola dos sobrinhos. Júlio fala muito das divisões das tarefas domésticas e demonstra-se orgulhoso por partilhar essa responsabilidade com a mulher. A flexibilidade da atividade da pesca permite a Júlio adaptar-se melhor e gerir as obrigações de parentalidade, como foi analisado por outras investigadoras (Gustavsson, Riley 2019).

Como pudemos verificar, atualmente, os pescadores cada vez menos encaixam na representação estereotipada, baseada na ideia de *macho* forte e solitário que enfrenta os riscos do mar, provedor da família e que não desempenha tarefas domésticas. As masculinidades na pesca não pressupõem uma *performance* única, em contante mutação e negociação, existindo

uma crescente participação dos pescadores mais jovens tanto nas atividades domésticas, como nas obrigações de parentalidade, e a partilha de rendimentos e de responsabilidades é cada vez mais frequente. Várias dimensões podem ajudar a compreender esta alteração, entre as quais, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho que, em muitos casos, acarreta horários de trabalho mais rígidos do que a pesca, a necessidade de a casa ter mais do que uma fonte de rendimento e as mudanças na sociedade no que toca à relação entre homens e mulheres, mas é na articulação delas que reside o cerne da questão. Assim, vemos como existem formas menos rígidas de masculinidade, que são porosas e adaptáveis às situações, ainda que partilhem elementos de uma ideia tradicional ideal de masculinidade. Estas considerações permitem notar a complexa relação entre *performances* e subjetividades de género.

Mulheres na pesca: entre a invisibilidade e a interdependência

O facto de os homens serem os trabalhadores formais predominantes do setor da pesca não deve levar à conclusão de que as mulheres não participam, trabalham e contribuem para a atividade.

A invisibilidade das mulheres na pesca não se dá apenas socialmente, mas também legalmente (Martins, Furtado, Leitão 2016), pois as entidades públicas tendem a reproduzir a ideia da pesca como um domínio do masculino ou são neutras em termos de género, não reconhecendo as desigualdades existentes. Atualmente, a regulamentação e gestão do setor tende a focar-se no trabalho extrativo, sobretudo realizado a bordo de uma embarcação, operando tecnologias especializadas (Harper et al. 2017, p. 92), relegando para segundo plano as atividades de pré e pós capturas, que nem sempre são reconhecidas como trabalho, sobretudo porque muitas têm carácter informal ou são realizadas a tempo parcial e/ou não são pagas. Nessas atividades, encontram-se muitas mulheres, que acabam por ser remetidas para um ciclo de invisibilidade⁷². A dicotomia mar-homem/terra-mulher e a divisão do trabalho continua na base destas questões.

Nas últimas décadas, as convenções internacionais para a pesca e as novas pesquisas científicas começaram a dar uma crescente atenção à dimensão de género. Nas Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável, é enfatizada a necessidade de “reconhecimento do papel crucial desempenhado pelas mulheres na pesca de pequena escala” (FAO 2017a, p. 2) e a promoção da igualdade de género. Apesar desta crescente atenção política ao tema, há ainda lacunas no que toca ao conhecimento da população que trabalha e está

⁷² Esta questão já está identificado pela FAO e outros organismos internacionais que, assim, começam a alertar para a situação (FAO 2017)

envolvida nos diferentes subsetores da pesca, o que influencia a forma como as políticas públicas são desenhadas.

Várias autoras da pesquisa qualitativa e quantitativa têm vindo a denunciar que há uma ausência de dados desagregados em termos género, sobretudo nas estatísticas (Alonso-Población, Niehof 2019; Frangoudes, Gerrard 2018; Salmi, Sonck-Rautio 2018; Harper et al. 2017; Pita 2014), o que alimenta o diagnóstico de uma aparente ausência das mulheres na cadeia produtiva da pesca. Ian Hacking chamou à atenção para o poder de inclusão/exclusão que a definição de categorias contempla (Hacking 1995, p. 353). No caso da pesca, esta categoria tem contribuído para a invisibilização das muitas mulheres que trabalham nesses ramos dos diferentes subsetores ligados à atividade.

Em 2012, o Banco Mundial, em parceria com a FAO, elaborou um relatório que pretendia trazer à luz aquilo que denominaram as “capturas escondidas”, alargando o escopo de análise para estimar todas as atividades que contribuem para a produção mundial de peixe⁷³. Esse alargamento permitiu estimar que as mulheres representam 47 % da força de trabalho da pesca a nível mundial, o que representa cerca de 56 milhões de postos de trabalho (The World Bank 2012, p. 9), tendo particular relevância na pequena pesca e nos países do Sul Global. Os indicadores deste relatório incluem dados sobre as atividades pré e pós capturas e contemplam o trabalho em tempo parcial ou inteiro. Os dados corroboram a ideia generalizada de que os trabalhos a bordo de uma embarcação são predominantemente realizados por homens e que as mulheres estão mais envolvidas nos subsectores de processamento e comercialização do peixe. Ainda assim, as autoras chamaram a atenção para o conjunto mais complexo de funções que não pode ser simplificado, dando o exemplo de vários países onde as mulheres pescam em barcos ou demonstrando o importante papel que desempenham como investidoras e gestoras das finanças, gestoras domésticas, administrativas, etc. (The World Bank 2012, p. 28).

A Direção Geral dos Recursos Marítimos (DGRM) é a entidade responsável por legislar e regulamentar a pesca em Portugal, com um enfoque na gestão de recursos. As atividades subsidiárias estão ausentes da legislação e os profissionais da pesca são aqueles que estão matriculados num barco ou que trabalham numa empresa de pesca ou cooperativa. Na sequência, as estatísticas e estudos oficiais em Portugal baseiam-se numa categoria da pesca enquanto atividade extrativa e/ou de recolha de peixes e moluscos em meio ribeirinho, estuarino e marinho. Esta conceção acaba por excluir outras tarefas que são apenas consideradas complementares e subsidiárias, onde têm lugar outros cargos e profissões — como armadores,

⁷³ Este relatório também contempla dados da pesca desportiva.

dirigentes associativos, comerciantes, administrativos, auxiliares de terra, intermediários, comerciantes, etc. —, com maior diversidade em termos de género.

O Instituto Nacional de Estatística, em colaboração com a DGRM, publica, anualmente, as Estatísticas da Pesca, com o objetivo de estabelecer um “retrato atual e o mais abrangente possível do setor nacional da pesca” (Instituto Nacional de Estatística, 2020). São estatísticas que apresentam poucos dados sociodemográficos, não se encontrando discriminadas informações sobre o género dos profissionais da pesca, embora sejam dados disponíveis nas Capitánias dos portos, o que leva a que não haja um retrato da participação feminina (Martins *et al.*, 2016).

Em 2002, o relatório *Mulheres na pesca* traçou o retrato da participação feminina no setor na União Europeia, estimando que, em Portugal, cerca de 19,53 % da força de trabalho do setor da pesca (incluindo pesca, aquacultura, processamento e transformação do pescado e administração e gestão) era realizado por mulheres. Passados dez anos, o relatório supra citado do Banco Mundial estimou que a percentagem de mão de obra feminina no setor da pesca em Portugal seria 30 % (The World Bank 2012, p. 29).

Outro relatório, este organizado pela Rede Europeia de Mulheres da Pesca e Aquacultura (AKTEA), em 2010, demonstra que, em Portugal, o trabalho das mulheres no setor não é representado nas estatísticas, porque muitas vezes não é pago (Quist, Frangoudes, O’Riordan 2010, p. 47). Este relatório contou com dados fornecidos pela Associação Estrela do Mar — Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca, que viria a ser formalizada apenas em setembro de 2014. Esta associação tem, entre outros, o objetivo de “promover a valorização e reconhecimento do trabalho e contributo das mulheres da área da fileira da pesca, atividades ligadas ao mar e ao espaço e cultura marítimo-fluvial”. O surgimento desta associação tem a particularidade de desafiar as categorias vigentes, alargando o conceito de setor da pesca e trazendo à luz a diversidade dos seus trabalhos para demonstrar como ainda é necessário um coletivo que dê visibilidade às mulheres.

Este tipo de estimativas, todavia, ainda está longe de ser preciso, uma vez que não há dados oficiais desagregados por género e há uma amplitude de atividades adicionais que são negligenciadas como, por exemplo, aquelas que as mulheres desempenham para apoiar as famílias e, conseqüentemente, as suas unidades de produção (barcos da pequena pesca). Nesse âmbito, tanto em Setúbal como em Olhão, é comum as mulheres envolverem-se informalmente na gestão administrativa do barco e/ou serem responsáveis pela sua contabilidade (Pita, Gaspar 2020). Além disso, o trabalho de cuidados é indispensável para a provisão diária da atividade de muitos pescadores (Harper *et al.* 2017, p. 100). Como pude verificar na maioria das casas

que frequentei, eram as mulheres que lavavam a roupa de trabalho dos pescadores, bem como preparavam a sua aviação (comida que levam a bordo), por exemplo, sendo estas tarefas de suporte à atividade que ficam remetidas à esfera doméstica, muito difícil de captar através de estimativas e estatísticas.

Acompanhando a literatura dos estudos de género e os movimentos feministas, desde os anos 1970 que alguma produção académica se tem focado nas tarefas desempenhadas pelas mulheres, tendo ganho destaque a partir dos anos 1990 (Gerrard 1995; Cole 1994; Davis, Nadel-Klein 1988). Porém, muitos estudos sobre os contextos piscatórios continuam a privilegiar o ator masculino da pesca, o que tem correlação com os ideais e valores veiculados nos discursos públicos.

Alonso-Población identificou três estratégias que académicas feministas empregam para contestar este enviesamento androcêntrico e desmontar a ideia da pesca enquanto uma atividade exclusivamente masculina. Em primeiro lugar, o autor nomeia a estratégia etnográfica, com a apresentação de casos do envolvimento direto das mulheres na pesca. A segunda estratégia que identifica é conceptual e baseia-se numa proposta de alargar o conceito de pesca a todas as atividades das quais depende. Por último, identifica a estratégia ontológica que parte da problematização da dependência mútua para demonstrar que, para alguns pescarem, há outros (neste caso, mulheres) a desempenharem uma série de tarefas crucias (Alonso-Población, Niehof 2019). Nesta secção, pretende-se mobilizar todas estas estratégias, articulando-as na análise.

Como foi mencionado, em ambos os contextos onde fiz pesquisa etnográfica, existe um discurso que concebe a pessoa que pesca como um ser masculino. As relações sociais e as categorias de diferenciação social manifestam-se na organização social do trabalho, sobretudo as categorias de género, o que é um fenómeno comum em diferentes contextos (Comas D'Argemir 1995, p. 34). O género é um critério recorrente na divisão do trabalho, devido à naturalização de certas características associadas a mulheres e a homens (Narotzky 1997, p. 30). Todavia, o trabalho de campo permitiu ver como a realidade não corresponde aos ideais e estereótipos de género, uma vez que encontrei mulheres que pescam.

Conheci Maria em 2016, no âmbito das comemorações do Dia Nacional do Pescador, organizado pela Setúbal Pesca, Associação da Pesca Artesanal, que iria prestar homenagem a alguns pescadores, entre os quais estava Maria, a única mulher⁷⁴.

⁷⁴ A iniciativa foi dinamizada e impulsionada por Carlos Pratas e Carlos Frutuoso, então membros da Setúbal Pesca, Associação da Pesca Artesanal. Neste âmbito, foi publicado um jornal intitulado “Pescadores de Setúbal: Olhares do Passado, Desafios do Presente”, com edição de Luís Sousa

Maria tem 75 anos e nasceu no Alentejo, numa localidade que faz fronteira com a península de Setúbal. Aos 7 anos, mudou-se para a Gâmbia⁷⁵ com os seus pais, que foram trabalhar para as herdades dessa região, em regime de *contrata*, seguindo o ciclo de produção agrícola. Começou então a trabalhar na monda do arroz. Com o crescimento da procura da ostra de Setúbal, Maria iniciou-se na apanha e, com 15 anos, conheceu Albano com quem viria a casar-se. Albano nasceu⁷⁶ e cresceu numa família de pescadores e apanhadores da região e que se dedicavam à exploração dos recursos do estuário. A partir do casamento, deixando o trabalho agrícola, Maria dedicou-se à apanha de ostras, sendo considerada uma das melhores, como ainda hoje se orgulha de mencionar. Entretanto, Albano foi convocado para a Guerra Colonial e Maria ficou a morar com os seus sogros, continuando na apanha da ostra até ao retorno do marido. Quando ele regressou, ela tinha conseguido poupar algum dinheiro fruto do seu trabalho e da pensão de guerra, o que permitiu a compra de uma pequena “casa abarracada”⁷⁷. Começaram os dois a viver e a trabalhar juntos na pesca e na apanha, trabalho que tiveram toda a vida, não parando nem depois da reforma.

Maria não se intitula como pescadora, embora não tenha conhecido outra ocupação, só se alguém a interpelar diretamente sobre isso. Sobre a sua ocupação, diz que “a minha vida foi o mar”. Quando a associação manifestou intenções de a homenagear, Maria revelou algum incómodo, pois não esperava esse destaque e, na cerimónia, recusou-se a falar, mesmo quando interpelada.

Atualmente, estão ambos reformados e pescam sobretudo a partir de fevereiro, quando começa a época do choco, e, no verão, apanham uns “peixes brancos” para comer. Durante o resto do ano, apanham caranguejos e remendam as artes. Embora pesquem em conjunto, quando Maria fala, demonstra que é Albano quem toma as decisões de como, quando e onde pescar. Ao contrário do que acontece noutras localidades em que os barcos são interditos à presença feminina, na Gâmbia, o barco é um espaço partilhado, não só na pesca como em atividades de lazer. No entanto, apesar de Maria e Albano terem comprado o barco com o dinheiro fruto do trabalho de ambos, apenas ele é visto como o seu principal proprietário, tratando da sua

Martins e Vanessa Amorim, após pesquisa e entrevistas com pescadores de Setúbal.

⁷⁵ A Gâmbia é uma localidade junto ao sapal do Sado, onde existiram e existem várias herdades de exploração agrícola e florestal. A povoação é resultado dos movimentos migratórios agrícolas durante o século XX, sobretudo para trabalhar nos arrozais da região.

⁷⁶ “quase nasceu dentro do barco”, como Maria diz.

⁷⁷ A localidade da Gâmbia era caracterizada por ter construções de arquitetura vernacular com materiais vegetais, mais precisamente, adobe e/ou caniço, à semelhança de outras regiões no Vale do Sado (ex. Carrasqueira) ou na costa de Setúbal e Santo André, como em 1969 Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamin Pereira já haviam identificado (Oliveira, Galhano, Pereira 1988).

manutenção. Assim, o barco é também “um lugar de poder”, o que, como nota Luís Martins, não significa necessariamente que as mulheres estejam totalmente destituídas de poder (Martins 2007, p. 185). Esta dimensão tem eco noutros contextos. Por exemplo, Munk-Madsen verificou que, na Noruega, após a crise nas capturas do bacalhau, as mulheres começaram a juntar-se às companhas como estratégia para reduzir os custos. Ainda assim, os barcos continuaram como um domínio iminentemente masculino (Munk-Madsen 2000, p. 341). O mesmo se verificou no Canadá, perante o declínio da pesca, as mulheres passaram a ter um papel mais ativo na atividade, ingressando em trabalhos a bordo dos barcos, o que, como nota Porter, não se traduziu em maior igualdade, uma vez que são vistas e percecionam-se como “ajudantes” dos maridos e associam o seu papel na pesca às suas responsabilidades domésticas (Porter 2012, p. 68).

Enquanto Albano trabalhou toda a sua vida com uma cédula de pesca⁷⁸, Maria fê-lo com uma licença especial atribuída pela capitania do porto de Setúbal (ver figura 8) que lhe permite “coadjuvar o arrais na faina de pesca”, ou seja, o marido. Nas comunidades piscatórias, mesmo quando as mulheres trabalham diretamente na cadeia produtiva, estão “aprisionadas na categoria de mulher de pescador” (Martins, Furtado, Leitão 2016, p. 216), até do ponto de vista legal, como demonstra o caso de Maria, em que a própria licença encerra-a na categoria de coadjuvante. Os cursos de formação para a pesca são abertos a qualquer pessoa e proliferaram aquando da entrada para a CEE. Maria podia ter feito um curso que lhe garantiria uma inscrição e cédula marítima. No entanto, não sendo reconhecida social e legalmente como pescadora, teve a possibilidade de pescar apenas com a licença mencionada, não havendo necessidade e motivação de ingressar no curso. Esta condição laboral impossibilitou-a de aceder a direitos legítimos enquanto trabalhadora do setor, além de ter impactado a sua pensão de reforma. Este fenómeno está generalizado e na raiz da falta de representatividade das mulheres da pesca (Alonso-Población, Niehof 2019).

⁷⁸ Qualquer pessoa que trabalha a bordo de um barco é obrigado a ter uma inscrição marítima e a possuir uma cédula de pesca que define a categoria de marítimo em que se insere e o autoriza a pescar.

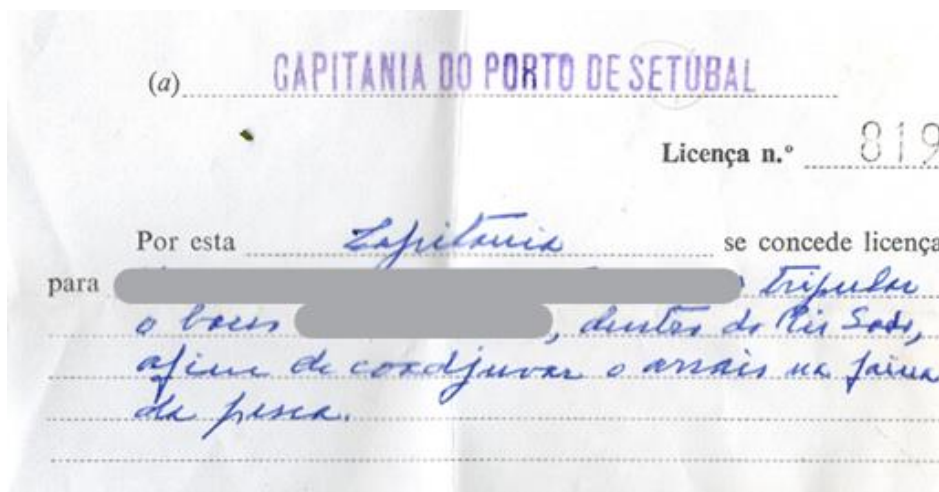


Figura 8: Licença de pesca de Maria

O trabalho a bordo não diminui, necessariamente, o trabalho doméstico e de cuidado a que as mulheres se dedicam, como é referido acontecer em vários contextos sociais (Harper et al. 2017, p. 100). A responsabilidade pela gestão doméstica, limpeza da casa, cuidado da filha e depois do neto, gestão de compras e contas foi recaindo sobre Maria. Hoje, é também a cuidadora formal de um irmão doente. Albano, por seu turno, a única ocupação que tem fora da pesca é a caça, que pratica como lazer.

Durante um fim de semana frio de fevereiro, fui mostrar o porto de pesca palafítico de Gâmbia a dois amigos e encontrei Albano com um grupo de pescadores, entre os quais o seu irmão, encostados a um carro a conversar. Embora várias mulheres pesquem na Gâmbia, raras vezes as vejo no porto de pesca, a não ser quando estão de partida ou chegada do trabalho, demorando-se pouco neste espaço. Aproximei-me, apresentei os meus amigos e fiquei um pouco a conversar com eles, sobretudo sobre o processo lento das reformas dos pescadores. Perguntei por Maria, ao que Albano me respondeu que ela ficara em casa a arrumar a louça do almoço, mas desafiou-me a ir lá lanchar, incluindo os meus amigos, até porque Maria gostaria que eu visse algo. Assim que entrei na casa deles adivinhei o que Maria me haveria de mostrar mais tarde: a página do jornal comemorativo do Dia Nacional do Pescador, onde figura a sua história, estava emoldurada e pendurada logo no *hall* de entrada. Assim que chegámos a casa, já Maria tinha tudo pronto para o nosso lanche. Quando os homens se sentaram, Maria puxa-me para o *hall* de entrada e, timidamente, explica-me que foi um amigo da família que lhe ofereceu a moldura com o jornal e que Albano achou que ficava bem ali, como que se justificando sobre o seu protagonismo.

Depois de lancharmos todas juntas à mesa, entre conversas sobre a pesca e a caça, protagonizadas por Albano, Maria chamou-me para junto da lareira para “deixarmos os homens

conversar”. É então que Maria me falou dos seus recentes problemas de saúde, do desgaste por cuidar do irmão e das suas preocupações com a família. Quando falou da sua relação com Albano, Maria mencionou “a sorte” que teve por ser um bom marido e não ser violento. Apenas falou da pesca depois de eu introduzir o assunto, dizendo que agora o marido tem ido apanhar caranguejos sozinho, porque já lhe custa subir para o barco, devido à sua condição de saúde⁷⁹.

Maria não se arrepende de ter escolhido a vida da pesca, embora já sinta desgaste físico. A *performance* de género passa pelos corpos, como e onde são utilizados (Gustavsson, Riley 2018; Gerber 2015). Maria frisa diversas vezes que nunca foi ao mar: “Não é como lá fora, sair à barra para fora, sair à barra para fora é mais complicado, não, só andei aqui no rio.” A dicotomia mar-homem; terra, praia, sapal-mulher entra mais uma vez em jogo, estando relacionada com interpretações sobre os corpos e suas competências. Os corpos femininos são frequentemente vistos como menos capazes de trabalhar num ambiente considerado mais desafiante, o mar (Gustavsson, Riley 2018). O rio/estuário é concebido como o contexto menos perigoso, mais abrigado dos ventos e uma transição entre a terra e o mar, por isso visto como um espaço onde as mulheres conseguem trabalhar. Está internalizada a pesca como um trabalho do corpo masculino, em que é preciso força e coragem, características atribuídas aos homens. Como observaram várias autoras, quando as mulheres pescam, os valores estão associados à masculinidade (Munk-Madsen 2000, p. 339; Cole 1994). Ou seja, pesca é vista como uma atividade que é bem desempenhada por um tipo de corpo, o masculino. Esta questão está na base da constituição social do género e na forma como atributos físicos e biológicos são remetidos para uma identidade de género e, quando a outra os manifesta, é entendido pelo prisma da primeira. Albano diz, com frequência, que Maria é o melhor camarada que podia ter arranjado, pois trabalhou mais do que muitos homens na Gâmbia. Também Rose Gerber notou como a *performance* das mulheres que pescam é avaliada por comparação aos homens (Gerber 2013, p. 120). Esta situação agrava-se quando o estado de saúde de Maria não lhe permite continuar com a sua ocupação, o que pode ser relacionado com a dupla jornada de trabalho⁸⁰. Podemos concluir como a hegemonia masculina se faz sentir, mesmo quando as mulheres rompem com padrões e estereótipos de género.

Casais de pescadores como a Maria e Albano são comuns na Gâmbia, o que é visto, pela comunidade piscatória de Setúbal (cidade), como uma exceção característica daquele lugar.

⁷⁹ Passados uns meses, encontrei de novo Albano e conta-me que Maria teve de ser operada devido ao agravamento da sua condição.

⁸⁰ José Colaço Neto observou que, na Carrasqueira (localidade situada no extremo oposto a Gâmbia), as mulheres dos pescadores ou mulheres pescadoras manifestam problemas de saúde mais cedo do que os homens (Neto 2012, p. 160).

Usam-se dois tipos de argumentos para justificar aquilo que é considerado uma exceção: primeiro, a ideia de que as mulheres só pescam para auxiliar o marido; segundo, porque trabalham no estuário, um ambiente visto como mais seguro. Já as investigadoras Katia Frangoudes, Siri Gerard e Danita Kleiber apontam vários casos em que a participação da mulher no trabalho embarcado é visto socialmente quase como uma “anomalia” (Frangoudes, Gerrard, Kleiber 2019, p. 244). No entanto, como atesta o antropólogo Luís Martins, esta composição em que “o grupo doméstico corresponde à unidade laboral” foi e é comum na pequena pesca com barcos de boca aberta em Portugal (Martins 2007, p. 225). Também em Setúbal, na comunidade varina⁸¹, o casal costumava pescar em conjunto, situação que diminuiu com a entrada das mulheres para trabalhos assalariados. O mesmo se verifica noutras localidades em Portugal, como é o caso da Carrasqueira, como observou o antropólogo José Neto (2012), ou na Póvoa de Santa Iria, observado por Rose Gerber (2013, p. 132).

Se há uma invisibilidade a partir do olhar externo, quer da sociedade quer das instituições, é comum as próprias mulheres interiorizarem essa invisibilidade (Alonso-Población, Niehof 2019; Frangoudes, Gerrard, Kleiber 2019; Gerber 2015; Porter 2012). A forma como Maria se subtrai voluntariamente ao não se intitular como pescadora nem se reconhecendo como proprietária do barco demonstra como o conteúdo das categorias de género é partilhado tanto por homens quanto por mulheres. Sendo a unidade doméstica uma unidade de produção relevante na pequena pesca, a participação das mulheres é tida como uma continuidade e consequência do seu papel como esposas, o que leva a que muitas mulheres, mesmo quando pescam, se sintam reticentes de reclamar para si a categoria de pescadoras, à semelhança do que se verifica em muitos outros contextos geográficos (Salmi, Sonck-Rautio 2018; Gustavsson, Riley 2018). Nesse sentido, muitas mulheres na situação de Maria não se veem como *verdadeiras* pescadoras, mas apenas como ajudantes, e a sua ocupação é socialmente vista como resultado de uma necessidade e não como uma escolha. Este caso etnográfico é pensado como sendo uma exceção. Embora tenha conhecido, durante o trabalho de campo, algumas mulheres como Maria, o fenómeno não é o mais recorrente. Todavia, se analisarmos este exemplo em toda a sua complexidade, vemos que, à medida que a participação de Maria no processo produtivo foi crescendo, foi também sendo invisibilizada, apesar de se ter tornando crucial ao longo dos anos para o sucesso da atividade de Albano para a unidade doméstica. Houve uma interdependência e apoios mútuos que permitiu que todos os ganhos da embarcação ficassem para a unidade doméstica.

⁸¹ Descendentes das famílias da região de Ovar e Murtosa.

Na cidade de Setúbal, fala-se de como, durante as décadas de 1930 a 1970, era frequente haver mulheres a entralhar e remendar redes junto aos portos de pesca, armazéns ou ruas e pátios dos diferentes bairros piscatórios⁸². Quando questionei os pescadores sobre se conheciam mulheres que trabalharam ou trabalham no entralho e/ou remendo de redes, muitos disseram-me que não, que isso era *antigamente* e sobretudo na comunidade varina, onde as mulheres dividiam o tempo entre a indústria conserveira⁸³ e o auxílio aos maridos. Quando perguntei o motivo de as mulheres deixarem de trabalhar na manutenção de artes, explicaram-me que as redes que hoje utilizam — denominadas localmente como rede de seda — não necessitam de tanta manutenção e, como são “baratas”, depois de inutilizadas são descartadas no lixo, já não havendo remendos. Atualmente, são sobretudo pescadores reformados que fazem o trabalho de entralho e desentralho de redes nos armazéns de pesca ou em anexos contíguos às casas. Este fenómeno põe em evidência as mudanças recentes na atividade, relacionadas com alterações técnicas e com o afastamento das mulheres da pesca e ingresso noutros mercados de trabalho. Destacando a transferência de ocupações, os homens passaram a assumir uma tarefa tradicionalmente representada como feminina, o que lhes permite complementar os rendimentos. Esta conjuntura dificultou o meu acesso a mulheres com essa experiência.

Como foi mencionado, durante o trabalho de campo em Olhão, sempre que introduzia assuntos relacionados com o envolvimento das mulheres na pesca, a resposta recebida era a mesma: no Algarve, as mulheres nunca trabalharam na pesca; no Norte, é que isso acontece. Alguns pescadores mais velhos iam mais além e diziam que os homens trabalhavam para conseguir que as esposas pudessem ficar em casa. Esta afirmação faz sobressair como o ideal de família tradicional, em que o homem é o provedor e a mulher doméstica, difundido largamente durante o Estado Novo, ainda está muito presente. Além disso, é uma afirmação que, por um lado, ressalta como está interiorizada a ideia de que a pesca é exclusivamente masculina, reforçando supostas diferenças geográficas, como o trabalho na indústria conserveira (mesmo quando emprega ainda hoje várias dezenas de mulheres em Olhão) e na comercialização de pescado, em que não é contemplado, e, por outro, como ainda há um ideal de mulher enquanto dona de casa. Todavia, tanto em Olhão como em Setúbal, encontrei uma heterogeneidade de ocupações femininas, umas mais envolvidas no setor e outras menos, como as seguintes vinhetas etnográficas pretendem ilustrar.

⁸² O espólio fotográfico da época permite materializar as memórias que nos surgem sobre o trabalho das mulheres na manutenção das artes de pesca (exemplo, Américo Ribeiro, Artur Pastor).

⁸³ Em Setúbal, já não existem fábricas de conserva de pescado. Mas, ainda hoje, a mão de obra feminina representa 85 % do total (Pita, Gaspar 2020).

Numa manhã em que fui à sede da Associação Setúbal Pesca, encontrei Afonso, um pescador de 71 anos, a tratar do seu processo de reforma. A sala de atendimento tinha, à época, uma exposição de fotografias de Américo Ribeiro, conhecido fotógrafo da cidade. Entre as fotografias, havia uma em que figuravam três mulheres a entralhar redes à porta de sua casa. Afonso reconheceu imediatamente de quem se tratava, pois havia sido vizinho daquela família, e lamentou nenhuma delas estar viva. Nesse momento, perguntei a Afonso se ainda existiam mulheres a fazer este trabalho, ao que me responde prontamente que não, quem o faz agora são sobretudo pescadores reformados para “ganhar mais qualquer coisita”. Passado algum tempo, Afonso disse-me que a sua esposa o fez durante muitos anos⁸⁴ para o ajudar, mas explicando que era diferente das mulheres da fotografia, que trabalhavam para a família, mas também para outros. Foi assim que cheguei até Teresa, uma mulher com 69 anos, que durante 20 anos teve como ocupação o entralho de redes e a construção de covos para embarcação propriedade do seu marido. Quando o barco foi vendido e, simultaneamente, Teresa teve de assumir mais responsabilidades em termos de cuidado (dos netos e da mãe), deixou de trabalhar no entralho de redes. Hoje, é Afonso quem assume esta tarefa, mas trabalha para outros barcos. Falarei mais do caso de Teresa e Afonso no capítulo 6, mas menciono aqui como o próprio marido contribui para a invisibilidade da esposa, ao olvidar uma ocupação que esta teve durante mais de 20 anos. Além disso, a distinção que faz do trabalho das mulheres da fotografia e da ocupação da esposa baseia-se numa inerente assunção de que a atividade que esta última fazia não era trabalho, por ser apenas feito na esfera familiar. Nesse seguimento, também Teresa não reconhece como trabalho e di-lo que o fez por um imperativo das necessidades da unidade doméstica. Quando são os homens que desempenham essa atividade, como Afonso, têm visibilidade e é considerado um trabalho extra, já no caso das mulheres não é visto como um trabalho. Além disso, com os pescadores reformados a assumirem estas tarefas, o acesso das mulheres a um dos trabalhos que realizavam no setor da pesca diminuiu.

A composição familiar homem-pescador e mulher-peixeira é ainda comum, tomando diferentes formas com as novas gerações. Por exemplo, Ivo tem 41 anos e é pescador e proprietário de uma pequena embarcação de boca aberta, em parceria com André. Casou com Anabela e tiveram três filhos. Como Anabela estava sem emprego, o casal decidiu abrir uma peixaria na cidade, oferecendo um horário mais alargado do que as bancas do mercado, numa

⁸⁴ O primeiro contacto com Teresa, esposa de Afonso, aconteceu no âmbito da comemoração do Dia Nacional do Pescador, em 2017. A iniciativa foi dinamizada e impulsionada por Carlos Pratas e Carlos Frutuoso, então membros responsáveis pela Setúbal Pesca, Associação da Pesca Artesanal. Neste âmbito, foi publicado um jornal intitulado “Setúbal: a pesca e a cidade”, com edição de Luís Sousa Martins e Vanessa Iglésias Amorim, após pesquisa e entrevistas com pescadores de Setúbal.

estratégia que permitiria captar mais clientes. Ivo vai todos os dias à pesca pela madrugada, quando o tempo assim o permite, e, durante a tarde, vai ao leilão da lota comprar peixe para ter maior diversidade na sua loja. Anabela é responsável por abrir a peixaria e servir os clientes. É Anabela quem escolhe as espécies de acordo com a procura, o que influencia as próprias capturas de Ivo, que adapta as artes às demandas. A peixaria é um ponto central no escoamento do pescado capturado pela embarcação de Ivo. O negócio é de ambos e reconhecem que, aliando os seus conhecimentos e competências, conseguiram estabilizar a vida e proporcionar um melhor bem-estar aos seus filhos. Este caso demonstra que, ainda que seja somente Ivo a trabalhar no setor da pesca, a sua esposa está envolvida na atividade, havendo uma interdependência e articulação entre as ocupações de ambos, como estratégia da unidade doméstica.

Morais tem 58 anos e é pescador, e Elisabete é operária e tem 55 anos. São ambos de Setúbal. Num primeiro contacto com Moraes, percebi que é mestre e armador de uma embarcação onde trabalha com um camarada, mas que trabalhou muitos anos “para outros”. Mais tarde, conheci Elisabete, de uma família de pescadores, mas que nunca pescou nem tem cédula marítima. Como pude verificar, é o trabalho assalariado de Elisabete que permite um rendimento estável da unidade doméstica, dadas as flutuações da pesca. Após o convívio com ambos, percebi que a compra do barco só foi possível quando Elisabete recebeu uma indemnização no trabalho. Decidiram comprar um barco em vez de usar o dinheiro para outro fim, porque o barco “alimenta”, ou seja, é fonte de rendimento. Falam do barco como sendo dos dois, embora para os restantes pescadores “é o barco do Moraes”. Elisabete gere também a “escrita” do barco, preparando toda a documentação para enviar à contabilista, além de tratar de todas as demais burocracias (seguros, rol de matrícula, farolagem, etc.).

Excluindo o caso de Maria, visto como uma exceção, estes três últimos exemplos mostram diferentes níveis de contribuição e envolvimento das mulheres na pesca. O primeiro demonstra um envolvimento mais direto no setor e o papel crucial de Teresa na manutenção das artes de pesca. O segundo, num nível mais intermédio, permitiu notar como Anabela, enquanto peixeira, é um elemento central no escoamento do pescado capturado pelo seu marido. O último caso permite ir além da aparente ausência de envolvimento de Elisabete na pesca, demonstrando que esse envolvimento se faz na invisibilidade, mas que nem por isso é menos influente ou determinante para a atividade.

Não basta reconhecer as tarefas desempenhadas por estas mulheres no domínio direto da pesca ou indiretamente no seio doméstico. É necessário compreender que, independentemente do que fazem, as mulheres procuram ativamente maneiras de garantir o bem-estar da sua família

e justificam o(s) seu(s) trabalho(s) a partir desse pressuposto. Esta procura parte sempre de relações de poder negociadas dentro da unidade doméstica (Gerber 2015).

Estes casos demonstram que, para resolver a invisibilização das mulheres na pesca, é necessário adotar um conceito de trabalho diferente, que integre as atividades não remuneradas, bem como se verifique a ampliação da definição da setor da pesca incluindo todos os subsetores e aqueles que contribuem direta e indiretamente para a cadeia de valor do peixe, para reconhecer a participação das mulheres e identificar a diversidade de tarefas e trabalhos que desempenham (Harper et al. 2017, p. 92). Esta mudança de abordagem permite trazer à luz o trabalho não remunerado, dando-lhe visibilidade enquanto trabalho que gera valor e oferece possibilidade para analisar a interdependência entre as diferentes dimensões que constituem a pesca e as interações de género que aí têm lugar, ultrapassando as dicotomias produção-reprodução.

A invisibilidade da contribuição feminina do setor resulta, como vimos, de vários fatores. Um dos mais recorrentes prende-se com o facto de as mulheres desempenharem tarefas de modo informal. Tal acontece mesmo quando as mulheres pescam a bordo, como a situação de Maria o demonstra. Além disso, muitas outras mulheres não são remuneradas, como o caso de Elisabete que está encarregue do trabalho administrativo do barco. O viés capitalista com foco no trabalho assalariado define o que é considerado trabalho e o que não é, bem como a influência patriarcal que leva a que tarefas das mulheres fiquem ofuscadas e remetidas para o domínio doméstico, ao nível dos discursos e perceções.

Nos contextos piscatórios, nomeadamente nos ocidentais, é frequente encontrarmos uma aparente especialização ocupacional masculina na pesca de captura, enquanto o trabalho das mulheres é marcado por um grau de diversificação dentro e fora do setor, sendo uma estratégia adaptativa crucial para complementar a renda familiar, como os diferentes exemplos permitiram analisar. Esta divisão do trabalho tem resultado numa diferente forma de valorizar socialmente as tarefas desempenhadas por homens e mulheres, conduzindo a uma hierarquização entre elas. As atividades pré e pós capturas, e até a participação direta nas capturas quando são realizadas por mulheres, são consideradas complementares e, muitas vezes, não são reconhecidas socialmente como trabalho, o que torna este trabalho não pago, pois é concebido como “ajudas”, embora cruciais para o desempenho da atividade. Estas representações escondem a importância determinante das tarefas desempenhadas pelas mulheres no sucesso das capturas realizadas pelos homens. A ideia de “ajuda” demonstra como o envolvimento das mulheres na pesca é visto como um prolongamento das suas obrigações domésticas. As tarefas não pagas que desempenham são estão dentro da esfera do que Salleh denominou “labors of love”, ou seja, trabalhos que são feitos em nome obrigações afetivas (Salleh 1995, p. 25).

Comas D'Argermir (1995) defende que o contexto rural mediterrâneo e a divisão do trabalho ainda está muito ancorada à associação da mulher, à reprodução e à esfera doméstica. Susana Narotzky também analisou a importância do trabalho doméstico e da sua relação com a organização produtiva em contexto rural, dando conta da transformação do conceito de casa que, ao distinguir-se a esfera da família e a esfera empresa, passou igualmente a criar uma maior distinção entre produção e reprodução (Narotzky 1988), o que contribui ainda mais para a invisibilidade. Estes contributos vão ao encontro do que foi observado no contexto piscatório, e, hoje, o trabalho fora do setor é arredado da sua função de elemento estabilizador, ainda que, em muitos casos, permita a continuação da própria atividade da pesca.

As representações sociais associadas às categorias género e à divisão do trabalho na pesca definem-se de forma recíproca e estão relacionadas com uma série de outras categorias binárias (natureza/cultura; público/privado). O género não pode ser pensado isoladamente, pois ele está imbricado com outras formas de diferenciação social que constituem as relações de poder, nomeadamente, classe, raça, idade, literacia, nacionalidade, etc., que se entrecruzam dialeticamente. No caso dos contextos piscatórios, muitas destas categorias articulam-se permanentemente e moldam a participação das pessoas no processo produtivo (Galappaththi et al. 2021). Embora o processo laboral cristalize divisões com base no género, como todo o fenómeno social, ele não é estático nem estrito. Ou seja, como Sally Cole demonstrou na sua etnografia sobre as mulheres pescadeiras e trabalhadeiras de Vila Chã, mulheres e homens têm desempenhado uma diversidade de trabalhos negociados e adaptados às necessidades locais, em que “não existe uma divisão rigorosa e consistente do trabalho nas sociedades marítimas”. Há, portanto, uma adaptação e/ou negociação dos papéis de género e, deste modo, torna-se imperativo abandonar os modelos explicativos, como o da divisão sexual do trabalho, e fazer a análise a partir da descrição etnográfica, por forma a integrar a complexidade e a dinâmica das relações.

Ao longo deste capítulo, mostrei como, apesar de representações históricas, simbólicas, sociais e culturais da pesca em Portugal a retratarem como um domínio masculino, as mulheres estão envolvidas em diferentes tarefas fundamentais para a atividade, mas que são invisibilizadas em resultado dessas representações. As perceções dominantes que descrevem uma ideal divisão sexual do trabalho, o que reifica a invisibilidade feminina, resultam em equívocos que não contemplam como outras dimensões afetam a organização do trabalho e a própria forma de pensar as pessoas e o setor. Certas ideias de masculinidade associadas ao perigo e à fisicalidade envolvidos na prática da atividade estão ainda presentes, configurando-

se como masculinidades socialmente dominantes que estão, todavia, em reconfiguração. A análise permitiu destacar como o gênero é relacional. Para ultrapassar as limitações analíticas, procurei assinalar como os conteúdos simbólicos e culturais das categorias sociais de gênero informam a organização social do trabalho na pesca, mas, em paralelo, tendo em conta a sua dimensão porosa e não estática, e como é, na prática. Ou seja, mostrei as contradições existentes entre o ideal e a prática e como, apesar de predominar uma visão androcêntrica do setor, as mulheres são essenciais para atividade. A análise procurou desafiar o que é considerado trabalho, questionando a sua definição muito assente na existência de uma remuneração e em categorias hegemónicas de gênero, mas também o próprio conceito de pesca. Defendi como há um conjunto de tarefas desempenhadas por mulheres que ficam invisibilizadas e fora da conceção do setor, em grande medida porque continuam a ser vistas como extensões do trabalho doméstico e/ou porque não são remuneradas, questão que se encontra em vários outros setores de atividade, o que reifica e reproduz a subalternização das mulheres. Vemos, portanto, como a articulação entre produção-reprodução é um elemento central para pensar as pescas, argumento que retomarei nos capítulos seguintes, em particular, no capítulo 6.

Capítulo 4 – “Na pesca, é preciso que três sortes se conjuguem”: A incerteza como elemento constitutivo dos quotidianos

“É incerto. Um dia, saís de casa para ir ao mar e não vais, porque o tempo não deixa; no outro, vais e ganhas; no outro, podes não pescar nada de jeito e não ganhar nada. É difícil fazer vida assim.” Foi deste modo que Catarina, com 35 anos e casada com um pescador olhanense, me falou da pesca e das razões pelas quais existem poucos jovens a seguir a profissão. Nos contextos piscatórios, as populações estão expostas a constantes ameaças a curto prazo, pois a pesca é uma atividade caracterizada pela imprevisibilidade. Por um lado, existe a aleatoriedade inerente à exploração dos recursos e a exposição ao risco, o que faz com que os resultados de uma pescaria sejam impossíveis de prever. Por outro, o retorno económico do processo produtivo depende diretamente dos resultados das capturas e das flutuações de mercado. Além disso, em cada dimensão da pesca existem várias fontes de instabilidade que criam um quadro de incerteza endémica (Bertolotti et al. 2008, p. 187). A conjuntura global também tem tido impacto nas topologias de incerteza, com o setor a ficar cada vez mais vulnerável à instabilidade do mercado e às novas formas neoliberais de regulação dos direitos de pesca. Acresce ainda os efeitos, cada vez mais sentidos, das alterações climáticas e a presença da crise da sobre-exploração de recursos.

Várias cientistas sociais definem a incerteza como elemento omnipresente e definidor da contemporaneidade (Scoones 2019; Bauman 2007; Scoones, Stirling 2020). Embora exista, desde os anos 1980, um paradigma hegemónico e tecnocrata global (Schüll 2015), que tem na calculabilidade um alicerce (Appadurai 2012) e uma pretensão de um ambiente e de uma economia estáveis (Scoones, Stirling 2020, p. 3), vivemos uma iminente instabilidade financeira, económica e social à escala mundial, uma crise climática e diversas ameaças à democracia. Mais recentemente, a crise pandémica acentuou um sentido de incerteza quanto aos modos de vida futuros. Estas mudanças aceleradas (Eriksen 2016b) têm levado a um agravamento da precarização das condições de vida, com uma dificuldade de planeamento, traduzindo-se numa vida sem promessa de estabilidade, como definiu Anna Tsing (2015, p. 2). Embora seja uma condição da humanidade e do conhecimento, a incerteza é, frequentemente, descrita como transitória, apesar de, em muitos contextos, não ser uma condição de exceção (Allison 2016), mas sim constitutiva da vida quotidiana.

Não tenho a pretensão de avançar com uma teorização sobre o conceito de incerteza. Penso, no entanto, que se deve analisar como é experienciada na prática. No presente capítulo, pretendo fornecer uma visão geral da forma como a incerteza se manifesta nos quotidianos, através de mapeamento das suas diferentes dimensões. Em primeiro lugar, analisar-se-á como o idioma da sorte revela a teia de instabilidades na pesca, das ambientais às políticas, económicas e sociais. Por fim, irei analisar como a sombra da incerteza paira no setor e afeta os horizontes de expectativas.

O peixe de sorte

Numa manhã no fim de maio, que trouxe consigo a intensificação do vento sueste⁸⁵ e consequentemente alguma vaga, estava muito movimento na doca de Olhão, com os pescadores a fazerem manutenção dos barcos ou das artes de pesca. Fui ao armazém de Jorge, 67 anos e mestre e armador de um barco com cerca de nove metros que pesca com redes de emalhar e tresmalho. Jorge estava a entralhar, pois teve de descartar vários panos de rede por estarem com buracos impossíveis de remendar. Nas últimas semanas, tinha pescado tamboris e, naquela manhã, estava a preparar uma nova arte, caso decidisse ir ao mar no dia seguinte, mesmo sendo sábado. As capturas dos “barcos das redes” não têm correspondido ao esperado: “Não há muito, está fraco”, diz-me Jorge. Aproximava-se o Verão, época do ano em que há uma quebra de capturas dos barcos que usam esta técnica de pesca, sobretudo porque as principais espécies a que se dirigem existem em menor abundância, pois, segundo Jorge, “o peixe faz o seu próprio defeso”.

Perguntei-lhe o que tinha acontecido às suas redes, se tinham ficado presas em alguma teia dos covos ou se foi alguma toninha que roubou o peixe da rede⁸⁶. Jorge pára o entralho, fitou-me e com um sorriso disse: “Não, não. Ontem, além de 70 kg de tamboris, apanhámos um peixe de sorte, o que a gente chama um peixe de sorte, que é um atum⁸⁷. Um atum grande. Com 200 kg.” Estava visivelmente contente e orgulhoso com o feito.

⁸⁵ O vento sueste, também conhecido como levante ou suão, é um vento que sopra na região do estreito de Gibraltar e que pode dar origem a ondulação até dois metros na costa algarvia, aumento da temperatura do mar e da atmosfera (fonte: IPMA).

⁸⁶ Os pescadores do Algarve quando vão alar as redes para bordo deparam-se muitas vezes com vários buracos e ausência de peixe. Dizem que as toninhas (espécie de cetáceos), que vão “roubar” o peixe à rede, acabando por rasgá-la, o que significa um prejuízo elevado. Perante estas situações, a Universidade do Algarve está a implementar um projeto a fim de desenvolver alarmes acústicos que afastem as toninhas das redes, de modo a evitar os prejuízos para os pescadores e a pesca acidental deste cetáceo.

⁸⁷ Refere-se ao atum rabilho (*Thunnus thynnus*), uma espécie pelágica migradora que passa ao largo da costa algarvia entre abril e maio em direção ao Mediterrâneo para desova e entre junho e julho no regresso ao Atlântico.

Depois decidi questionar sobre a licença para capturar atum — embora soubesse de antemão a resposta — e a sua expressão mudou imediatamente. Explicou-me com a voz embargada: “O problema é que não deixam a gente apanhar. Não se pode vender na lota. Isso é uma estupidez, destas leis, destas coisas. Só a armação é que pode vender atum. Podem vender tudo.” Em 1968, a última armação de atum⁸⁸ portuguesa no Algarve foi extinta. Nos anos 1990, foi criada a empresa luso-japonesa Tunipex que ficou com a licença de armação e com a quota atribuída a Portugal pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns no Atlântico (ICAAT)⁸⁹. Desde então, os barcos com outras artes de pesca, nomeadamente os barcos com licença de redes de emalhar e os barcos de cerco estão proibidos de capturar, manter a bordo e comercializar o atum rabilho⁹⁰.

A pesca é constituída por condições ecológicas historicamente específicas (Campling, Havice, Howard 2012). No caso, as capturas do atum rabilho têm tradição multiseular no Algarve, por ser uma espécie que existe nestes mares. As armações, conhecidas por almadras, ocupavam parte da costa algarvia e, durante os meses de verão, capturavam vários atuns que vinham para o Mar Mediterrâneo desovar (Costa 2000). No século XX, o atum era um recurso importante para a economia local e uma relevante fonte de proteína de várias pequenas localidades dependentes dos recursos haliêuticos. O legado histórico desta pescaria no Algarve tem um peso considerável no discurso de Jorge. Como foi uma espécie bastante capturada durante o século XX, está presente na memória coletiva de Olhão e é, ainda hoje, associada a momentos de prosperidade. Além das armações, contou-me Jorge, os pescadores da pesca artesanal apanhavam atuns com o anzol e até redes e podiam vender em lota. Histórias sobre o tamanho dos exemplares apanhados e sobre as peripécias das suas capturas são transmitidas entre gerações. A captura de um atum podia e pode contribuir para o aumento considerável do rendimento dos pescadores. O discurso de Jorge indica uma implícita reivindicação do direito histórico sobre esta pescaria. Outros pescadores com quem conversei sobre o assunto manifestavam a mesma indignação e diziam que não compreendem porque a quota só é atribuída às armações que são propriedade de empresas estrangeiras, sendo que tem a percepção de que os seus pais e avós eram “livres de pescar atum”.

⁸⁸ Arte fixa ancorada ao fundo, que inclui normalmente uma rede-guia que conduz o peixe até um cercado.

⁸⁹ Existe outra empresa, a Real Atunara, que tem duas armações perto de Vila Real de Santo António, mas utiliza licenças espanhola e italiana que não são utilizadas pelos respetivos países.

⁹⁰ O Regulamento (CE) 302/2009 estabelece o Plano de Recuperação do Atum rabilho do Atlântico Este e Mediterrâneo. Segundo o diploma, a cada ano, são atribuídas autorizações especiais de pesca do atum rabilho no Atlântico Este e no Mediterrâneo, sendo que todas as embarcações que não possuem essa autorização estão proibidas de capturar a espécie.

A sorte é já tema sobejamente debatido nas pesquisas sobre contextos piscatórios⁹¹, por ser um elemento que frequentemente permeia as narrativas dos pescadores e muito utilizado para justificar o êxito pesqueiro (Nunes 2005; McCormack, Forde 2020; Ramsay 2006; Martins 2007; Zulaika 1981; Alonso Población 2014). Várias pesquisadoras analisaram como a prática ritual está presente em situações onde predomina a dúvida e incerteza (Maldonado 2000). Por exemplo, já Bronislaw Malinowski defendia que a existência de rituais e magias na pesca marítima⁹² está relacionado com a ausência de controlo e risco que essa atividade acarreta⁹³, sendo uma forma de lidar com a incerteza e imprevisibilidade (Acheson 1981, p. 288). Este legado funcionalista de Malinowski, que teve eco até aos anos 1960/1970, colocava ênfase na relação entre a aleatoriedade ecológica e a necessidade de segurança (Lofgren, 1989, p. 36). No entanto, não cabe aqui fazer uma análise sistemática sobre os seus usos e sentidos no contexto estudado nem avançar com explicações teóricas sobre o conceito, como outros já fizeram (Alonso Población 2014). Antes interessa observar em como o uso da sorte está associado a momentos de incerteza, que se manifestam nos quotidianos e condiciona a atividade produtiva.

Em 2018, encontrei-me com Josué, o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, que é um pescador reformado com 80 anos⁹⁴. Como era a primeira vez que falávamos, Josué estava empenhado em fornecer-me um panorama geral da pesca, as suas características e desafios e, assim, traçou numa frase:

“Na pesca, é preciso que três sortes se conjuguem: condições climatéricas favoráveis, chegar ao mar e fazer uma boa pesca e chegar a terra e conseguir um bom preço. Parece que esta última é a mais difícil de conseguir.”

Josué, pescador reformado e dirigente sindical, 80 anos

Tive a oportunidade de ouvi-lo repetir a mesma ideia num plenário do sindicato, num lançamento de um livro sobre a pesca no Algarve e em inúmeras conversas comigo. Já no início do século passado, o escritor Raul Brandão descrevia a pesca utilizando a mesma metáfora: “Pesca é como o jogo, uma questão de sorte” (Brandão 1923). Mais do que concluir que a sorte é determinante para a pesca, interessa analisar como Josué mobiliza discursivamente a ideia de

⁹¹ Para alguns exemplos, vide: (Zulaika 1981; Nunes 2005; Ramsay 2006; Brøgger 1992)

⁹² “in the lagoon fishing, where man can rely completely upon his knowledge and skill, magic does not exist, while in the open-sea fishing, full of danger and uncertainty, there is extensive magical ritual to secure safety and good results.”

⁹³ “We do not find magic wherever the pursuit is certain, reliable, and well under the control of rational methods and technological processes. Further, we find magic where the element of danger is conspicuous.”

⁹⁴ Aquando do primeiro contacto Josué tinha 76 anos.

sorte para expor as principais dimensões que condicionam a atividade, que se articulam e se somam a outras e que estão fora do controlo de quem pesca, criando um quadro de incerteza.

Começo pela primeira sorte enunciada por Josué. A imprevisibilidade dos recursos marinhos, com períodos de escassez ou abundância, a sazonalidade devido às condições atmosféricas, que influenciam as migrações e movimentações da fauna marinha, elementos que condicionam a própria prática laboral e comportam um certo grau de instabilidade.

A extração do pescado está sujeita a um grau de aleatoriedade significativo, porque os recursos são móveis, de propriedade comum e afetados por condições climáticas e humanas. Atualmente, apesar de haver mais tecnologias de localização e captura do pescado, não são 100 % precisas, e, portanto, os pescadores nem sempre conseguem fazer uma estimativa do pescado que vão apanhar. Como o pescador César me explicou:

“Às vezes, a gente um dia vai lá e apanha três ou quatro quilos, cinco ou seis quilos, ou sete ou oito quilos ou dez ou doze, já se tem apanhado! E depois diz assim: “Vou lá outra vez, porque pode ser que tenha algum.” Mas a gente vai lá no outro dia e o que é que acontece? Se for preciso já apanha metade ou 1/4 daquilo, porque, como a gente costuma dizer, o peixe tem rabo e cabeça, uma vez está aqui e amanhã pode já estar mais acolá, mudam de sítios e *habitats*. E a gente tem de andar atrás deles. Ontem, apanhei mais alguma coisa do que hoje. Hoje, ia entusiasmado e já não apanhei tanto como no outro.”

César, pescador e mestre de uma embarcação da pesca polivalente, 62 anos

Com esta expressão, César sublinha que o peixe também escolhe como se movimentar e que cabe ao pescador desenvolver as suas artes e conhecimento para melhor entender o comportamento do peixe. De seguida, César falou como o peixe aprende a evitar as artes de pesca, dando o exemplo do caso dos polvos, que conseguem entrar nos covos para retirar o isco e voltar a sair, ou dos golfinhos, que roubam o peixe das redes sem nelas ficarem emalhadados, como anteriormente acontecia com mais frequência. Esta imprevisibilidade do meio e dos recursos, que são móveis, faz com que não exista uma certeza de que a atividade seja, de facto, produtiva. Portanto, uma jornada de trabalho tem uma duração e um resultado imprevisíveis, além de comportar vários riscos. Ainda que esses riscos possam ser predominantemente relacionados com fatores do entorno, não há aquilo que comumente se denomina de riscos naturais, pois estes são sempre coconstituídos com contextos sociais, ecológicos, políticos e económicos (Scoones 2019). Uma outra expressão de um outro pescador, Chico, pode ajudar a ilustrar a questão a aleatoriedade: “As redes quando são deitadas ao mar deixam de ser nossas”,

reforçando como o mar tem poder e força, sobre as quais os pescadores deixam de conseguir agir. A partir do momento em que uma arte de pesca é largada, já pouco está ao alcance do controlo dos pescadores.

As condições meteorológicas também não são totalmente previsíveis e podem impossibilitar a própria prática da atividade ou torná-la perigosa. O meio estrutura os quotidianos da pesca e leva a que não exista o garante de se conseguir pescar nem um horário de trabalho fixo. Existe uma hora de início, a *hora do aviso*, determinada pelas marés, normalmente, para estar no lugar de pesca ao raiar do dia ou ao pôr do sol, consoante a arte, a espécie-alvo e a estação do ano. No entanto, nada garante que se consiga exercer a atividade e, até, que se consiga pescar e, no caso em que se consiga ir para o mar, mudanças repentinas no estado do tempo ou do mar podem dificultar a faina.

As condições climáticas, tanto na região do centro sul como no Algarve, são relativamente favoráveis para a prática da pesca, pois são zonas que beneficiam de um clima ameno sem propensão a grandes tempestades, quando comparado com a costa norte de Portugal, mais aberta e recortada, com um clima atlântico. Durante o meu trabalho de campo, raras foram as vezes em que os pescadores ficaram impossibilitados de pescar durante mais de três dias seguidos⁹⁵, mesmo em meses em que os ventos se faziam sentir com maior intensidade. Além disso, tanto o porto de pesca de Setúbal como o de Olhão têm a vantagem de estarem localizados em enclaves naturais de proteção, um estuário e uma ria, respetivamente. Por isso, os barcos conseguem entrar e sair da barra com relativa segurança e laborar em pesqueiros protegidos. Apesar disso, o perigo na pesca é constante, porque, ainda assim, há eventos climatéricos mais extemos e imprevisíveis com a mudanças repentina de ventos, por exemplo. No caso do Algarve, o vento sueste é particularmente prejudicial. Além disso, na conjuntura atual, as alterações climáticas começam a fazer-se sentir, mudando aquilo que eram as recorrências meteorológicas bem conhecidas pelos pescadores.

Ir ao mar e conseguir fazer uma boa pescaria é uma questão de sorte, a segunda sorte mencionada por Josué, mas que está articulada com a primeira. Os pescadores estão sempre dependentes da abundância do pescado, que não controlam, mesmo quando há mais informação sobre os lugares de pesca, melhores aparelhos de deteção do peixe e instrumentos de navegação mais precisos (García-Allut, A. y Freire 2002). Ainda que as condições meteorológicas nem sempre impeçam a atividade, podem influenciar as capturas devido a vários fatores. Por isso,

⁹⁵ Vários dos meus interlocutores mencionaram como é um cenário recente, uma vez que têm a percepção de que, há 40 ou 50 anos, os invernos eram mais rigorosos.

não há um dia com os mesmos resultados: os pescadores podem usar as mesmas artes e técnicas, pescar no mesmo local e no mesmo horário, mas os resultados nunca serão iguais.

A sorte é uma categoria que surge nos discursos depois das capturas, em jeito de constatação (Martins 2007, p. 260). É comum, quando um barco retorna de uma maré de pesca, haver necessidade de enunciar aquilo que apanhou. Em Setúbal, quando um pescador chega do mar, há sempre quem pergunte: “Que peixe é?” (Amorim 2015). No caso de corresponder ou exceder o esperado, atribui-se o feito à sorte, por seu turno, quando as capturas são “fracas”, fala-se em azar. Esta característica é recorrente no contexto da pesca e relaciona-se com a ausência de uma explicação racional⁹⁶ para os resultados das capturas (Lofgren 1989).

Ainda que fale em peixe de sorte, Jorge atribui a captura do atum sobretudo à característica da sua arte. Apropriando-me de uma imagem que vários pescadores utilizam com frequência: as redes quando estão no mar “fazem uma parede” e, como tal, podem capturar qualquer coisa que “bata lá”, que, com frequência, trazem “lixo”, ou seja, diferentes objetos de terra que foram parar ao mar⁹⁷. Assim, na perspetiva de Jorge, não havia como escolher apanhar atum, episódio que às vezes acontece com outros pescadores. Jorge faz questão de sublinhar que nem ele nem nenhum outro mestre de barcos das redes escolhe dirigir a pesca a esta espécie, porque os riscos são vários. Em primeiro lugar, o seu barco não está devidamente equipado para capturar uma “besta daquelas”, ou seja, um peixe com dimensões consideráveis. O trabalho de alar um atum para bordo é uma operação que exige cuidado e pode ser perigoso. Em segundo lugar, há o risco latente de ser intercetado pelas autoridades e, conseqüentemente, autuado. Por isso, nenhum barco sem licença arrisca a dirigir a pesca a esta espécie. Contudo, como disse Jorge, às vezes, “a gente tem a sorte e apanha um peixe de sorte daqueles... Este ano, já apanhei dois, dois e fugiu um, à borda, escapou-se...” E nesses momentos em que a *sorte* bate à porta, ou seja, em momentos em que a casualidade e aleatoriedade jogam a seu favor, os pescadores têm de decidir se a *deixam entrar* ou não.

Este episódio é ilustrativo de como a sorte é evocada perante a imprevisibilidade da pesca e de como o seu retorno satisfatório é “um regulador de emoções e desejos” (Martins, 2007, p. 259). Ter sorte no mar tem relação com as expectativas de boas capturas, sendo uma “recompensa do esforço humano”, nas palavras de Joseba Zulaika (1981, p. 61), que considera que, em última instância, a ideia de sorte na pesca está relacionada com uma necessidade de

⁹⁶Além disso, perante um perigo iminente, por exemplo uma tempestade, um barco pode ter mais ou menos sorte na forma como se debate com ela.

⁹⁷ Pois trata-se de uma arte calada.

preencher uma lacuna entre o trabalho e as capturas onde as variações do acaso acontecem⁹⁸. Também o antropólogo Rob van Ginkel (2013a) considera as respostas do domínio da superstição ou tabu como uma forma de preencher lacunas de conhecimento em relação à incerteza da atividade. Já Francisco Oneto Nunes analisou como os discursos sobre a sorte, a má roda ou o azar na arte xávega emergem para lidar com o carácter imprevisível da pesca, evidenciando como a experiência vivida desses fenómenos é sempre diferente devido a diversos contextos de sentido das etnografias (Nunes 2005, p. 269).

Em várias latitudes geográficas é comum encontrarmos a sorte como explicação para o sucesso diferencial de capturas, sobretudo em situações em que há uma assimetria entre as competências humanas e os resultados alcançados. Nesses casos, é atribuído ao domínio do acaso uns terem melhores resultados que outros.

Ainda assim, existe um entendimento que as competências, o conhecimento e os recursos que cada um dispõe também contribuem para a *criação* da sorte (Ramsay 2006; Lofgren 1989; Brøgger 1992). A ausência de controlo sobre os recursos que exploram e consequente impossibilidade de previsão dos seus resultados é um cenário sobre o qual os pescadores foram desenvolvendo técnicas de adaptação, para criarem condições para aproveitar quando há uma conjuntura de sorte. Já Mary Douglas apontava que as pessoas, cujo sustento está dependente do tempo ou das marés, não só estão acostumadas com as suas inerentes flutuações, como também as têm em conta nas suas estratégias (Douglas 1992, p. 51). O idioma da sorte permite também falar de forma neutra sobre as diferenças de competências e, assim, manter uma certa ética de comunalidade (Byron 1988, p. 9). Por exemplo, Jan Brøgger, perante um episódio de uma grande pescaria na Nazaré, constata: “Todos os pescadores, sem exceção, consideram a sorte um fator essencial. Muitos argumentam que sem conhecimento e sem trabalho não pode haver sorte” (Brøgger, 1992, p. 186)⁹⁹. Ou seja, ainda que a sorte surja como uma explicação para os diferentes resultados das pescarias, há simultaneamente um entendimento que são necessárias condições para criar ou tirar proveito da sorte, nomeadamente através de competências e conhecimentos. Ao contrário do que algumas pesquisas sugeriram, a sorte e as competências não são substituíveis entre si, ainda que possa parecer paradoxal, ambos são vistos como condições essenciais para uma boa pescaria. Assim, por um lado, os pescadores

⁹⁸ Embora tenha dado um inestimável contributo para a análise da sorte na pesca, Zulaika acabou por reificá-la.

⁹⁹ Não obstante esta afirmação, o autor destaca como, ainda assim, há uma crença em “forças sobrenaturais” que estarão na origem da sorte e da má sorte, como, por exemplo, o caso do “mau olhado”. Também Francisco Oneto Nunes aborda a questão da inveja e mau olhado em companhias de arte xávega (Nunes 1999).

explicam o sucesso ou fracasso das pescarias mencionando competências e técnicas, mas, por outro, atribuem à sorte uma relevância explicativa em domínios em que não encontram uma explicação causal. Este caso etnográfico fornece um fresco dos quotidianos trespassados pela aleatoriedade da pesca.

Jorge reconhece que estar a pescar com redes para os tamboris contribuiu para ter capturado o atum. Pesca desde *moço* e conhece bem o trajeto que os atuns fazem para entrar no Mar Mediterrâneo. O conhecimento e a informação que dispõe são também instrumentos que podem ser utilizados no decurso do trabalho, para aumentar as probabilidades de uma boa pescaria. Embora seja um fenómeno muitas vezes visto e analisado nas suas conotações negativas, a dimensão produtiva da incerteza deve ser considerada. Se, por um lado, esta condição de incerteza pode colocar as pessoas em certo grau de vulnerabilidade, pela falta de conhecimento e/ou pela incapacidade de previsão, por outro, pode ser também um elemento criador de possibilidades. Neste exemplo, vemos como mesmo a circunstância de incerteza pode assumir contornos de insegurança, ainda que Jorge não tenha capturado o atum por iniciativa própria, essa possibilidade está sempre presente nesta altura do ano. As variações sazonais aliadas ao seu conhecimento e ao carácter sempre imponderável das capturas resultaram numa boa pescaria para Jorge. Nesse sentido, a condição de incerteza pode um ser espaço de criação de alternativas e esperança. Como várias autoras têm notado, a incerteza pode tornar-se um recurso social e criar “espaços para ação” (Scoones 2019; Cooper, Pratten 2015), englobando um potencial criativo nos imaginários e na tomada de decisão. Assim, podemos ver que a incerteza constituiu-se como o que Appadurai denominou “ética da possibilidade”, que aumenta horizontes de esperança (Cooper, Pratten 2015, p. 12). No entanto, a linha é ténue e, mesmo quando a incerteza cria oportunidades, não significa que não se experiencie vulnerabilidade perante a ausência de estabilidade.

Partindo do que propõem Scoones e Stirling (2020), as incertezas são sempre constituídas por contextos sociais, ecológicos, políticos e económicos, e a instabilidade não se cinge ao que se experiencia no mar, e, por isso, Josué adiciona mais uma sorte à sua equação: a sorte em terra.

Numa semana em que as capturas e as vendas não têm sido proporcionais ao trabalho e tempo investidos, apanhar um atum constitui-se uma janela de oportunidade para aumentar o rendimento, pois a sua venda “faz uma semana”. Perante isto, Jorge não hesitou ao trazer o peixe para terra e a vendê-lo. Dada a restrição, viu-se obrigado a vender fora da lota. Admite que, no caso do atum, não compensa fugir aos canais formais de venda, uma vez que “a malta que compra também se aproveita. Compram sempre pelo barato. E a malta para vender tem de

vender mesmo barato, senão não vende”. Durante a conversa com Jorge, entrou no armazém um homem, na casa dos seus 40 anos, e foi entregar-lhe um *maço* de notas. Explica-me depois que é a pessoa que comprou o peixe, um empresário, que tem viveiros e um restaurante. Revelaram uma grande intimidade que indica que já fizeram outros negócios juntos, pois Jorge não confirmou o dinheiro recebido. Embora haja uma demanda no mercado por atum fresco, Jorge não teve grande margem para negociar o preço do peixe. Não avançou o valor total da venda, mas disse-me que é um peixe que “por fora” [da lota, entenda-se] nunca vale mais do que 10 euros o quilo e que em lota podia ter tido valor muito superior, mostrando algum desagrado com esta constatação. Um dos maiores desafios para os pescadores, como Josué enunciou, é conseguir um bom preço para o peixe. Nesse sentido, também Trevir Lummis faz uma correlação entre “os domínios da superstição e o risco económico” (Lummis, 1985 apud Nunes 2005). Passados uns minutos, surgiu a companha do barco para receber, por ser o último dia da semana. Jorge distribuiu, então, a cada um dos tripulantes algumas notas dobradas, mas não deu nenhum recibo nem fez explicações sobre as contas.

A sorte no mar é momentânea e, neste caso, rapidamente podia ser transformada em azar se tivesse sido alvo de uma ação de fiscalização a bordo ou em terra. Embora se sinta afortunado, a alegria de Jorge é agridoce. Para tirar proveito da sorte — ou seja, para lucrar com a captura —, foi empurrado para uma prática hoje ilegalizada. Jorge não reconhece a regulamentação da pesca do atum rabilho como válida, sobretudo porque o exemplar que capturou já estava morto e porque não escolheu pescá-lo. Optar por transgredir uma lei acarreta riscos consideráveis, não sendo feito de ânimo leve e, em vez de lucro, podia ser traduzido em despesa, caso fosse alvo de uma ação de fiscalização e, conseqüentemente, autuado¹⁰⁰. Apesar de bafejado pela sorte, Jorge teve de lidar com a possibilidade/perigo de “ser apanhado” e com a dúvida de se ia encontrar um bom comprador para o peixe, além de que o valor conseguido foi menor do que aquele que ganharia através dos canais formais de venda. A forma como a incerteza e os seus efeitos materiais são experienciados pode estar diretamente relacionado com percepções de justiça/injustiça (Douglas, Wildavsky 1983). Jorge experiencia a incerteza a vários níveis, já que não pode retirar benefícios materiais daquilo que o acaso lhe proporcionou, porque existe um quadro regulatório que o impede, o que é visto como injusto. Noções de injustiça emergem em diferentes contextos, entre os quais a questão da distribuição no acesso aos recursos. Neste caso, o recurso está limitado às licenças das armações, criando assim uma

¹⁰⁰ Ademais, a possível acumulação de contraordenações poderia resultar na suspensão da licença de pesca da embarcação e a sua suspensão do exercício da atividade, uma vez que, na atividade, aplica-se o sistema de pontos (Decreto-Lei n.º 10/2017, de 10 de janeiro).

divisão entre a classe piscatória, os pescadores que trabalham na armação e os demais. Para os demais, há uma construção moral de injustiça, que é historicamente informada, e que faz com que a transgressão seja justificada pelo quadro de valores de Jorge e pelo não reconhecimento da legitimidade da medida.

Os rendimentos dos pescadores dependem diretamente da venda do peixe capturado¹⁰¹, valor sujeito às flutuações do mercado. Portanto, a fraca capacidade de negociação do preço do peixe tem impactos diretos na subsistência das famílias. Em terra, a força do mercado e os dispositivos normativos e regulamentares são fontes de instabilidade, na medida em que também estão fora do controle dos pescadores e podem ser imprevisíveis, o que já foi identificado por outras investigadoras (Johnson 1979; Acheson 1981; García-Allut, A. y Freire 2002). Por um lado, a regulamentação restringe o processo produtivo de Jorge, colocando-o numa situação de incumprimento. Por outro, ao não conseguir colocar sozinho o atum no mercado, Jorge teve de se sujeitar ao valor definido pelo intermediário, ou seja, mais uma vez, sem controle sobre a mercadoria que produziu. Para os tripulantes, embora esta venda possa ter sido a única possível dada a circunstância, torna mais difícil controlar o valor da venda, uma vez que não existem recibos. Assim, têm de acreditar na palavra do mestre/armador quando faz “as contas do barco”, ou seja, a divisão por partes. A responsabilidade da captura e venda do atum foi de Jorge, mestre e armador, mas a companhia concordou, ainda que fosse uma prática ilegal. Como irá ser visto ao longo da tese, a decisão de cometer uma prática ilegalizada passa por uma reflexão sobre o sustento, daí ser frequente uma aceitação generalizada sobre o assunto. Ainda assim, há sempre uma avaliação dos custos/benefícios a curto e a longo prazo, o que pode resultar em diferentes posições relativamente à transgressão.

Se, por um lado, como já referido, há uma aceitação da flutuação das capturas, por outro, os pescadores revelam-se menos compreensivos em relação à forma como a atividade é regulada e o mercado organizado, considerados fonte de instabilidade, o que ficou bem visível no episódio da pesca do atum¹⁰². A regulação criou incerteza ao alienar a relação primordial entre o pescador e o mar, o que tem particular importância neste caso, sendo uma relação que é mediada por diplomas legais que definem regras de acesso.

O episódio da pesca do atum mostra como o risco é um elemento constante no setor marítimo em qualquer contexto e também tempo histórico¹⁰³, desde o perigo físico que a

¹⁰¹ Na pesca, pratica-se o sistema de remuneração por partes, que será analisado no capítulo 5.

¹⁰² Esta questão será retomada no capítulo 5.

¹⁰³ Os primeiros seguros terão surgido com o Renascimento, acompanhando o desenvolvimento do comércio à escala mundial, sendo o seguro marítimo um dos primeiros a ser criado, dado o perigo

atividade comporta, ao risco económico e político. A pesca é praticada num meio inóspito, tendo desenvolvido estratégias de adaptação e modernização, a fim de lidar com esses riscos tangíveis. A Organização Internacional do Trabalho classifica a pesca como uma das atividades mais perigosa do mundo. Embora os processos laborais atuais tenham maiores normas de segurança, as capturas são mais eficazes e seletivas, nem sempre existindo estruturas sociais e políticas que minimizem a exposição às sortes/incertezas/riscos¹⁰⁴, que são só parte de um quadro de incerteza mais amplo.

A pesca é uma atividade marcada por um constante fluxo e mudanças a curto prazo, que tornam a incerteza uma experiência quotidiana. Relacionada com a aleatoriedade das capturas, Francisco Oneto realça a incerteza associada ao risco económico e físico que a atividade comporta (Nunes 2005, p. 6). Indo mais além, Carlos Moreira argumenta que “incerteza nos recursos prolonga-se na vida quotidiana das populações marítimas” (Moreira 1987). Estellie Smith mostrou como os pescadores estavam moldados para enfrentarem as constantes incertezas e riscos inerentes à sua atividade, no plano físico e económico, mas, na época, já havia um agravamento dessa condição (Smith 1977), o que também se verifica nos dias de hoje. Incerteza não é um elemento externo nem experienciado universalmente, já que está entrelaçado nas relações sociais e é informada quer pela conjuntura global quer pelas contingências locais e específicas da pesca, que, perante este quadro, molda formas de ser e de estar (Cf. Cooper e Pratten, 2015).

A sorte emerge como a causa do sucesso ou fracasso da atividade, mas sempre numa conjugação de fenómenos concretos. Assim, o uso discursivo da metáfora da sorte permite iluminar circunstâncias que estão fora do controlo de quem pesca e de como conjugadas criam um quadro de incerteza, experienciado de forma diferenciada, conforme a posição na hierarquia de bordo. Ou seja, a forma como cada unidade de produção está organizada e é gerida pelo respetivo armador pode tornar-se ou não fonte de incerteza. Assim, mesmo em condições de incertezas objetivas, podem ser experienciadas de maneira diferente e ter efeitos distintos. O acesso aos recursos e ao conhecimento pode determinar essa capacidade de adaptação. Por exemplo, encontra-se um maior impacto da instabilidade em processos produtivos menos capitalizados, sobretudo na pequena pesca, na qual os pescadores são simultaneamente proprietários dos seus pequenos barcos e não dispõem de capital para resistir a temporadas de

que a atividade de navegação comportava. As primeiras companhias de seguros só irão surgir no século XVII.

¹⁰⁴ Por exemplo, a pesca continua a ser uma das profissões onde existem mais acidentes de trabalho, sendo considerada pelas seguradoras como uma atividade de alto risco.

escassez de peixe ou de desvalorização do seu valor. A situação agrava-se junto dos *camaradas*, ou seja, daqueles pescadores que não dispõem dos meios de produção¹⁰⁵, o que é particularmente visível no caso das embarcações de cerco. Durante o inverno e primavera, a impossibilidade de captura da sardinha leva a que direcionem a pesca para espécies menos valorizadas¹⁰⁶, o que se traduz numa quebra nas vendas do barco e, conseqüentemente, nos rendimentos. Os tripulantes estão menos preparados para lidar com essas flutuações, pois, mesmo durante a época alta, não conseguem ter rendimentos suficientes para compensar meses em que podem auferir menos que o Salário Mínimo Nacional, uma vez que “as cartas para pagar chegam todos os meses”, como me disse um pescador¹⁰⁷. Com frequência, é a venda do quinhão que permite que estes pescadores consigam completar o rendimento. Além disso, em algumas embarcações, os tripulantes nem sempre têm acesso à informação clara sobre a quantidade exata de peixe capturado e/ou das vendas, não podendo, assim, certificar-se de que as partes foram bem distribuídas. A forma como as pessoas lidam e respondem aos efeitos da incerteza depende do acesso a bens e meios materiais, que não estão igualmente distribuídos, e da capacidade de desenvolver estratégias para melhor lidar com o fenómeno, sendo muitas dessas estratégias concertadas ao nível da unidade doméstica.

Por um lado, a experiência da incerteza também se agudiza quando há maior foco na sua superação: “A experiência da incerteza parece ser tanto mais intensa quanto maior for a expectativa depositada na sua superação” (Nunes 2005, p. 6). Por isso, no trabalho da pesca, é necessário que os pescadores tenham a habilidade para aceitar e adaptar-se a um contexto em que não há certezas e garantias (Penny M. Howard 2018, p. 72).

Por outro lado, a exposição a diferentes tipologias de incerteza pode levar à sua normalização. Benoît L’Estoile mostra como os trabalhadores rurais assalariados, na zona da Mata de Pernambuco no Brasil, vivem numa condição de precariedade estrutural, que os coloca ao nível da sobrevivência, e como a incerteza daí decorrente é normalizada por ser experienciada quotidianamente (de L’Estoile 2014). Entre os pescadores, encontrei a mesma normalização, sobretudo quando a instabilidade sentida é a curto prazo e está relacionada com a aleatoriedade das capturas. Durante o trabalho de campo, ao abordar a dependência de fatores que não são previsíveis e o carácter incerto da atividade, recebi várias respostas que encerravam o assunto ao dizer-me: “A pesca é assim”, revelando conformidade e adaptação a estas

¹⁰⁵ Assunto irá ser retomado no capítulo 5.

¹⁰⁶ Sobretudo cavala e carapau.

¹⁰⁷ A forma de remuneração dos pescadores, as suas dinâmicas e especificidades será aprofundada no capítulo 5.

características endêmicas. Como apontam Ian Scoones e Andy Stirling, a incerteza incorpora-se, toma parte de quem as pessoas se tornam, como sentem e como pensam (Scoones, Stirling 2020). Esta incerteza endêmica é marcada por um sentido de continuidade, pois é atribuído ao mar uma força que está para lá de qualquer controlo humano e que, apesar de instável, é um facto aceite por quem nele faz vida. A expressão “os peixes também têm rabo e cabeça”, que ouvi várias vezes no terreno, sobretudo em momentos de capturas mais fracas, demonstra como os pescadores enfatizam a “inteligência” dos peixes e como aceitam que há dias que apanham peixe e outros não. A própria noção de sorte enunciada também demonstra como há uma experiência rotinizada que condiciona o tipo de imaginários sociais que são criados (Scoones, Stirling 2020). Ao atribuírem à sorte os resultados das capturas, Jorge e Josué estão, de certa forma, a reconhecer a imprevisibilidade e a sua incapacidade para as controlar.

O processo de normalização da incerteza não significa que exista uma passividade ou aceitação simples e resignada. Como Francisco Oneto Nunes demonstrou, os pescadores questionam frequentemente os próprios significados da sorte, por beneficiar mais vezes uns do que outros (Nunes 2005, p. 261), bem como das políticas que regulam o setor e que parecem intensificar esta experiência. Além disso, todo o processo adaptativo na pesca, marcado por constantes inovações e estratégias, também demonstra como os pescadores procuram melhorar as condições de trabalho e, assim, reduzir a incerteza. Há uma tentativa permanente de “ordenar a desordem”, através de recursos sociais e materiais que se tornam moldados para a incerteza (Vigh 2008, p. 12).

O mosaico de fatores enunciados gera um quadro de incerteza que faz parte da forma como se constitui vida no mar e em terra. Scoones e Stirling argumentam que a incerteza é mais bem compreendida se for pensada como um conjunto de “lacunas, rugas e emaranhados confusos”. É, como vimos, fruto de contingências e relações sociais, políticas e económicas e tem inerentemente uma dimensão temporal que articula passado, presente e futuro. Ou seja, a experiência da incerteza existe numa especificidade histórica, política, social e económica que deve ser considerada. Nesse sentido, deve-se igualmente contemplar o seu enquadramento histórico e político (Scoones 2019, p. 27) e as suas formas de governação (Samimian-Darash, Rabinow 2015, p. 201; O’Malley 2012).

Na pesca, há uma incapacidade de previsão sobre as capturas e várias lacunas de informação e/ou limitado controlo sobre os mecanismos regulatórios ou de mercado, o que condiciona a tomada de decisões estratégicas para resultados satisfatórios que garantam um sustento. Se, por um lado, como Benoît L’Estoile apontou, a incerteza é uma característica da vida camponesa em qualquer lugar, sobretudo devido à influência direta das condições climáticas, tendo uma

dimensão estrutural, por outro, ela varia e pode estender-se para outras áreas da vida (de L’Estoile 2014, p. 566), tendo efeitos materiais concretos. As tipologias de incerteza assumem várias configurações e expressões no quotidiano, sendo que é diluída a fronteira entre aquilo que é tido como certo e incerto, característica que é, aliás, transversal à condição humana (Boholm 2003). Dependendo das circunstâncias, a incerteza pode assumir contornos de insegurança, mas também de esperança e oportunidade.

Seguindo a proposta de Elisabeth Cooper, penso na incerteza como estrutura de sentimento: uma experiência vivida de vulnerabilidades, ansiedades, esperanças, mas também possibilidades (Cooper, Pratten 2015, p. 1) em relação ao devir. Estrutura de sentimentos foi um termo cunhado por Raymond Williams em 1954, tendo sido revisitado pelo próprio autor (Williams 1977), que destacou o seu lado histórico, social e material. O termo foi sendo apreendido e reformulado também nas ciências sociais pelo seu potencial analítico e carácter paradoxal e em tensão, que permitiu gerar uma reflexão sobre a estrutura, a experiência social vivida e a subjetividade, para compreender de que forma são constituídas a uma escala simultaneamente íntima e institucional. O conceito de estrutura de sentimentos, mesmo com as suas ambiguidades, permite capturar o carácter emergente da incerteza e como se torna um elemento constitutivo dos quotidianos, de que forma afeta a reprodução social e como está associado e é produzido em diferentes escalas. Nesse sentido, possibilita uma reflexão da incerteza, atendendo às condições materiais que a engendra, enquanto, ao mesmo tempo, permite abarcar a subjetividade da experiência, percebendo como é uma condição que interfere diretamente com o planeamento da vida, podendo condicionar a capacidade de projetar expectativas de um futuro digno de ser vivido.

“A pesca é uma ilusão” — expectativas e futuro

A incerteza resulta da experiência de um estado/situação quando há falta de informação sobre o mundo (Cashdan 1990), o que tem uma relação com as perceções de futuro (Boholm 2003; Samimian-Darash, Rabinow 2015), condicionando e moldando paisagens e horizontes sociais, a curto e a longo prazo. Elisabeth Cooper defende que a experiência rotinizada de incerteza é frequentemente traduzida em discursos de crise (Cooper, Pratten 2015). Susana Narotzky e Niko Besnier demonstram como a capacidade de fazer futuro — e imaginá-lo no presente como possível — depende da experiência material de incerteza (Narotzky, Besnier 2014, p. 11), que não só estrutura expectativas diárias, como também a longo prazo. Para estas autoras, a crise é a condição de incerteza radical (*ibidem*). Embora os pescadores lidem permanentemente com

ameaças, a curto prazo, à sua subsistência, a conjugação de fontes de incerteza têm feito reduzir a ideia de continuidade desta atividade, o que resulta na proliferação de discursos de crise, revelando uma incapacidade de produzir “expectativas razoáveis” (Bourdieu, 2000).

Numa manhã soalheira de fevereiro, fui à doca de Setúbal a fim de reencontrar alguns interlocutores, depois de um período de trabalho de campo em Olhão. Estive com António, um pescador reformado com 78 anos, que não costumo encontrar com frequência. Como já não falávamos há largos meses, aproveitámos os bancos que têm vista panorâmica para a doca e sentámo-nos a conversar. António contou-me que ainda está matriculado num barco, mas quase há um ano que não vai ao mar, porque o mestre está doente. Entretanto, continua a trabalhar no entralho de redes, mas fá-lo a partir de um pequeno armazém que tem em casa. O sol trazia a sensação de primavera e havia um considerável movimento junto à lota. Vários barcos estavam a chegar e a descarregar o peixe. António aponta para um barco de madeira de cerca de 9 metros, vermelho, com ponte de leme e convés e diz-me: “Aquele era o meu barco” e imediatamente os seus olhos ficam marejados. O barco hoje tem outra cor e outro nome e, na visão de António, não está bem estimado. “Então, fui obrigado a vender o barco, pronto, porque já não me safava.” Embora a idade já fosse avançada, António crê que vendeu o barco dadas as dificuldades que enfrentava. Contou-me, com frustração, que não há “malta nova” interessada na pesca e aqueles que ingressam na atividade é porque “não têm mais nada”. Admite, no entanto, que “a coisa não estava a correr bem”. Na pesca, partilha, sempre sentiu liberdade, mas nos últimos anos sentia-se “mais preso”, devido a todas as exigências do “Estado” e à escassez de peixe. Diz-me categoricamente que hoje está pior, pior do que “no tempo do outro” (do Salazar). Lamenta-se, olha para o cais de descarga e diz: “A pesca hoje é uma ilusão.”

A ideia de ilusão atravessa gerações e regiões. Em Olhão, numa manhã de maio, juntei-me a André, um pescador com 40 anos, que, enquanto safava as redes, afirmou: “Com o tempo, esta vida tem tendência a acabar. Arranjam outras maneiras, com arrastos e barcos industriais, esses barcos têm tudo, é tudo hidráulicos e quase não precisam de mão humana.” A afirmação de André demonstra como um dos principais desafios da pesca se relaciona com a questão laboral. A crescente modernização dos barcos, à primeira vista, parece induzir que a necessidade de mão de obra irá diminuir¹⁰⁸, o que é percebido como mais uma ameaça a este modo de vida, ou seja, mais um fator que limita os horizontes de expectativas.

¹⁰⁸ Se analisarmos comparativamente, os barcos de pesca industrial empregam menos pescadores do que os barcos de pesca local ou costeira.

A idade avançada de António talvez explique, em parte, a sua visão mais pessimista sobre a atividade. Para ele, a pesca já não comporta futuro. Mas as suas afirmações não são apenas considerações individuais. Quando fala em ilusão, refere-se à continuidade da pesca. O passado baliza e informa esta projeção que António faz. Assistiu a várias mudanças no setor e na cidade e, hoje, olha para o movimento da doca e diz-me que “não é nada”. A paisagem da doca e da lota de Setúbal transformaram-se. Quando começou a pescar, a cidade tinha dois portos de pesca e “as caixas de peixe na lota eram tantas que não conseguimos andar”. O movimento, que naquele dia me havido parecido considerável, para António, é também parte da ilusão que me descreve.

André representa uma geração mais jovem, mas carrega um discurso semelhante, sempre informado pelo que as gerações anteriores lhe transmitiram. A falta de jovens para ingressar em companhias materializa a afirmação de que não há futuro e é justificada pela falta de condições que a pesca oferece a quem quer dedicar-se à atividade. Olhão também não tem o movimento que outrora tinha, sobretudo com o fim da pesca em Marrocos. No entanto, paradoxalmente, André continua a investir na atividade. Fala de uma ausência de futuro, mas projeta o seu através da pesca. Neste caso, há uma tensão entre as expectativas pessoais, a possibilidade de as concretizar e as expectativas mais gerais sobre o setor.

Várias interlocutoras demonstram a mesma visão cinzenta para o futuro do setor da pesca. Esta quebra de expectativas materializa-se quando manifestam o desejo: “Não quero que o meu filho ande nesta vida”, tantas vezes escutado durante o trabalho de campo. De uma forma geral, pais e mães parecem querer arredar os filhos do setor, tentando proporcionar alternativas, ainda que simultaneamente se lamentem da falta de futuro. De facto, a falta de mão de obra é um dos problemas maiores do setor. Há umas décadas, a continuidade da atividade era assegurada pela rede familiar e de vizinhança, mas está cada vez menor. As gerações mais novas não seguem as pisadas dos pais e praticamente não há ingresso no setor de pessoas sem qualquer relação prévia com a pesca. Assim, há barcos que começam a ficar parados no cais por falta de mão de obra. Em algumas zonas do país e em alguns segmentos de pesca, o recurso a mão de obra estrangeira tem sido a solução. Os pescadores dizem com frequência que é impossível fazer-se vida na pesca, que as famílias não conseguem lidar com esta instabilidade e que, portanto, a pesca vai acabar.

O facto de os discursos de crise e de decadência transmitirem um senso de urgência (Scoones, Stirling 2020) talvez explique porque são tão constantes na pesca e veiculados tanto por representantes dos poderes públicos como pelos agentes do setor. Mas, na prática, os

pescadores mobilizam estes discursos, enquanto desenvolvem estratégias a fim de fazerem vida, como irei demonstrando ao longo da tese.

Refletindo sobre os efeitos da crise financeira de 2008, Daniel Knight demonstra como os momentos de instabilidade levam as pessoas a contemplar as condições do seu presente através de um repensar da periodização histórica, evocando, ativando ou esquecendo episódios ou eventos selecionados do passado, chamando a atenção para o facto de a memória poder ser reconfigurada de acordo com parâmetros do presente, quer ideológicos ou simbólicos (Knight 2012, p. 357). Os discursos de António e André demonstram como, perante esta crise de expectativas, o passado serve de baliza ou ponto de comparação com o presente. Enunciam a sua experiência e das gerações que os antecederam, atravessada por uma contínua deterioração das condições de vida que influencia a forma como se projetam futuros (Vigh 2008). Hoje, as condições de vida já não são paupérrimas como eram ao longo do século XX, mas a percepção da deterioração relaciona-se com um sentimento de vulnerabilidade e com uma ideia de possível perda não apenas do trabalho, mas das conexões a um lugar e ao passado, sendo uma ameaça a um modo de vida coletivo, fenómeno que outras autoras também encontraram (Ramsay 2006; Nadel-Klein 2003).

O discurso decadentista tem, assim, nova expressão na contemporaneidade. Se, por um lado, é influenciado pelas escolhas pessoais, enquadradas nas circunstâncias locais, por outro, relaciona-se com a conjuntura específica do setor da pesca e, em paralelo, com uma conjuntura social que restringe a projeção do futuro, na qual se podem destacar as iminentes crises financeiras.

Koselleck notou que a noção de crise, sendo um elemento constituinte da História, se tornou um aparelho conceptual e político muito utilizado a nível mundial e local (Koselleck 2006, p. 371). Na pesca, podemos verificar que a crise formou parte da retórica endossada pelo Estado, ainda que, por vezes, mascarada, e por outras instituições que influenciam a regulação. A História do setor foi sendo marcada por alguns períodos de aparente prosperidade, que na maioria das vezes não se traduziram na melhoria das condições de vida das populações, seguindo-se de declínios longos que acusam as fragilidades estruturais da atividade. As sucessivas crises, pese embora nem sempre seja utilizado este termo, foram alimentando as narrativas de decadência que fatidicamente sentenciam o setor até aos dias de hoje¹⁰⁹.

“Dossier atrás de dossier, quando se realiza um balanço do ano pesqueiro português, a pergunta assume quase um tom de desafio: Será possível um cenário pior da próxima

¹⁰⁹ Estas narrativas estão enunciadas no capítulo 2.

vez? E todos os anos pensamos que não, dado que a pesca portuguesa está sempre na linha tangencial do colapso, e só a férrea vontade de homens e mulheres que mantêm de pé um setor como este evita o pior.”

Industrias Pesqueras, 2006

Essa linha tangencial é sentida pelas pessoas e talvez explique a ideia de a pesca não ter futuro e ser uma ilusão. Apesar disso, as razões que foram alimentando essas sentenças são diversificadas e, embora se denotem padrões e continuidades, não se pode assumir uma continuidade histórica e inequívoca. As pescarias portuguesas acusaram várias mudanças provocadas pelos diferentes regimes políticos, pelas alterações técnicas e bio económicas a nível mundial.

A crise não é somente uma característica das pescarias nacionais, pois está incorporada na História das pescarias mundiais, assumindo centralidade desde os anos 70 do século passado (McGoodwin 1990). A depredação dos recursos marinhos, a sua sobre-exploração e as alterações climáticas trazem desafios sem precedentes para as pescas. A ideia de crise no setor parece ser recorrente em diferentes contextos e está fortemente influenciada pela ideia de crise mundial das pescarias (McGoodwin 1990; Clausen, Clark 2016). É possível encontrar o discurso de declínio e extinção em outras latitudes, pois, em situações em que o presente é vivido com um agravar das condições de vida, os discursos sobre o fim são enunciados com frequência. Por exemplo, a antropóloga Karen Hébert traça o declínio das pescarias do salmão no Alasca e como os pescadores enfrentam um “medo de extinção”, que leva a uma dificuldade de visualizar o futuro (Hébert 2015, p. 39). Por sua vez, entre os pescadores escoceses, a ideia de crise crónica, associada a uma forma de vida precária, leva a uma sensação de ameaça à forma de vida coletiva na pesca (Nadel-Klein 2003; 2000, p. 366). Também na Escócia, como Alison Ramsay apontou, a pesca não é mais considerada capaz de fornecer qualquer tipo de segurança futura, devido à crise generalizada do setor a nível mundial (Ramsay 2006, p. 71).

Em jogo, entram também as cíclicas crises do sistema económico mundial, que influenciam o valor de mercado dos recursos marinhos e as condições socioeconómicas em que as pessoas vivem. A crise financeira, iniciada em 2008, levou à implementação de medidas de austeridade que afetaram a população portuguesa, nomeadamente com o aumento do desemprego, o corte de salários e pensões, fatores que limitaram o poder de compra, e, conseqüentemente, a diminuição do consumo de pescado. Além disso, aquando da intervenção do FMI em Portugal (2011), a falta de empregos em terra levou a que houvesse momentaneamente o ingresso de novos profissionais na pesca, tendência que cessou quando a conjuntura começou a mudar

(Delgado 2017). A mais recente crise pandémica também teve impacto no setor (Pita et al. 2020) e na vida das famílias a vários níveis, não só em termos de saúde pública como ao nível da economia. Nas últimas décadas, estas crises enunciadas e outras, ou interpretações desses fenómenos, foram assumindo centralidade discursiva, servindo como elemento legitimador de projetos políticos distintos, como o projeto de austeridade (Bordonaro et al. 2009).

Perante este mosaico de fatores sumariamente evocados, a palavra “crise” na pesca tem um amplo espectro de significados e refere-se a situações díspares que, neste caso, não se reduzem ao setor nem ao tempo presente, mas que configuram o quadro de incerteza. A plasticidade do termo torna-o apelativo para ser utilizado para descrever uma multiplicidade de episódios (Leidereiter, 2019, p. 7), não sendo passível de ser condensada num episódio único e historicamente delimitado.

Nos meus dois contextos de pesquisa, embora a instabilidade e a incerteza sejam endémicas na atividade, a sua intensificação leva a que exista uma ameaça constante à forma de vida coletiva, havendo uma crise da reprodução social, que influencia profundamente a forma como se projeta o futuro. Carmen Leidereiter cita Kosseleck para notar que, em situações de crise permanente, oxímoro, a certeza é que o futuro vai ser diferente (Leidereiter 2019; Koselleck 2006).

Além de uma categoria conceptual e de um instrumento político, a crise é uma realidade experienciada (Narotzky, Besnier 2014, p. S8), informada pela história e estando encrustada nas narrativas pessoais e nas memórias coletivas (Knight 2012, p. 354). Em contextos de populações em situação de vulnerabilidade económica, social, ambiental ou outra, a crise nem sempre é um fenómeno excepcional (Knight 2017). Nestas situações, o antropólogo Henrik Vigh propõe compreender e analisar a crise enquanto contexto, ou seja, a crise enquanto condição endémica em vez de episódica, acoplada a uma possibilidade sempre presente de fragmentação e desordem (Vigh 2008, p. 9), o que se articula com a ideia de incerteza enquanto estrutura de sentimento.

Na crise como contexto, o estado de contingência está normalizado (Sarkis, Amarianakis 2020), neste caso, o uso de expressões como “vai-se vivendo como se pode” ou “tem de ser” são frequentes. A certeza passa, precisamente, por saber que a vida é atravessada por dinâmicas incertas. A experiência de crises recorrentes, que se sobrepõem e revelam uma ausência de controlo sobre o futuro, tornou-se numa condição de vida (Vigh 2008), ou seja, a crise, à semelhança da incerteza, vira vida normal (Bordonaro et al. 2009). No entanto, a linha entre a crise e a incerteza normalizada, e enquanto elementos agudizantes das condições materiais de vida, é ténue. Por um lado, pescadores e suas famílias normalizam a experiência destes

fenómenos, uma vez que não são novos nem exclusivos aos contextos piscatórios. Por outro, discursos de crise e decadência são utilizados como ênfase, para destacar as novas formas ou outros impactos da incerteza. A crise surge como um outro idioma que nem sempre é possível destrinçar da sorte e da incerteza nem estabelecer relações causa-efeito.

Atualmente, os contornos da incerteza formam uma malha complexa que junta questões endêmicas e normalizadas, sobretudo relacionadas com a natureza (aleatoriedade, alterações climáticas, etc.), com questões de mercado e político-governamentais. A estas somam-se expectativas pessoais e de grupo e a possibilidade de as alcançar.

Crise contrasta com estabilidade (Narotzky, Besnier 2014) e crises recorrentes podem partir de ou produzir e intensificar incertezas já existentes. À incerteza endêmica e experienciada de forma rotinizada, somam-se discursos de crises que, por sua vez, também se tornam um elemento constitutivo dos quotidianos e que se articulam com desafios relacionados com a incapacidade de projetar um futuro que valha a pena viver ou que seja possível alcançá-lo (Narotzky, Besnier 2014). Ou seja, os diferentes contornos de incerteza e crise enquadram a vida quotidiana, mas também os horizontes de expectativas são influenciados pelas condições materiais, a partir dos quais são experienciados.

Nesse sentido, há uma relação com os horizontes de expectativas articulada com a noção de esperança e dúvida, que Mathijs Pelkmans e Cooper e Pattern definiram como “as incertezas ativadas” (Cooper, Pratten 2015; Pelkmans 2013). Esta noção “ativada” é aqui mobilizada, porque permite captar a dimensão dinâmica e processual da incerteza, remetendo para as suas diferentes formas, contrapondo, assim, as abordagens mais estáticas sobre o fenómeno. Outro aspeto importante desta abordagem é a relação entre incerteza e esperança como dimensões fundamentais da experiência vivida.

Neste capítulo, descrevi o uso de explicações relacionadas com o idioma da sorte e como estas revelam a forma de perceber e lidar com fatores fora do alcance dos pescadores e que são marcados por incerteza, imprevisibilidade e falta de conhecimento.

É na prática e no quotidiano que a incerteza e os entendimentos que dela existem se manifestam, porque não se trata só de ausência de conhecimento sobre o que vai acontecer, uma vez que, como foi visto, a incerteza tem contornos materiais concretos e diversos, podendo potenciar ou amputar modos de sustento, como foi visível no caso da pesca do atum. Assim, foi necessário analisar a relação entre incerteza, sorte e previsibilidade na sua imbricação com o quotidiano de quem depende da pesca para viver, fazendo notar como o quadro de incerteza que se constitui no quotidiano se adensa e condiciona horizontes de expectativas. As diferentes

dimensões e fatores enunciados são fontes de instabilidade e, articulados, levam a que a incerteza se torne constitutiva dos quotidianos. Todavia, estes fenómenos nunca são experienciados de forma separada e são condicionadas também por circunstâncias locais.

A relação entre incerteza e crise na pesca é mutuamente constitutiva e interrelacionada. A crise é incerteza, mas radical, e que se torna contexto e condição de vida, informa o conhecimento, a prática e a experiência, tendo expressão quotidiana. Torna-se um elemento constitutivo dos quotidianos e as pessoas agem intencionalmente para minimizar, contornar, evitar ou aproveitar esta condição, recorrendo e mobilizando relações pessoais e recursos, como analisarei nos capítulos seguintes. É este o enquadramento dos diferentes diagnósticos do setor das pescas que baliza os horizontes de expectativas não só individuais, mas também coletivas, tendo expressão em discursos de decadência.

Voltando ao início do capítulo que começou com uma frase de Catarina desabafando como é difícil viver “assim”. De facto, assegurar uma vida nestes contextos implica acomodar e lidar com o emaranhado de incerteza nos quotidianos, o que se torna desafiante e pode fazer arredar jovens da prática da atividade.

Capítulo 5 – À deriva do mercado: trabalho e rendimentos

“Se o mar é amargo, o mercado é cruel”

Visconti, *A Terra Treme*

Nas últimas décadas, a integração das pescas na economia mundial deu-se a diferentes compassos, mas acompanhou o modelo hegemónico do capitalismo neoliberal. A modernização dos processos laborais e de extração do pescado alterou o quadro da produção e intensificou a exploração dos recursos. A partir dos anos 1970, assistiu-se a novas formas de mercadorização do pescado, a par da sua liberalização comercial, o que provocou uma desregulação da produção e do trabalho (Neis et al. 2005, p. 1). Ao mesmo tempo, proliferaram acordos comerciais, orientados para a exportação, e estabeleceram-se regimes de propriedade e de acesso aos recursos marinhos, que levaram ao desmantelamento de sistemas de direitos de uso comum (Symes, Phillipson, Salmi 2015, p. 245), através de medidas como a extensão das ZEE ou a implementação de ITQ¹¹⁰ (McCormack 2017, p. 3), por exemplo. Estes processos deveram-se, em parte, aos avanços tecnológicos na captura, mas também na conservação do pescado (refrigeração e congelação) e às melhores condições de transporte, que contribuíram para uma reconfiguração das pescarias à escala mundial (Bestor 2004, p. 35). No entanto, há também causas estruturais que se relacionam com as mudanças nos sistemas alimentares globais, configuradas pelas políticas neoliberais, que procederam a alterações na produção, distribuição e padrões de consumo (Vivas, Montagut 2011).

As pescas em Portugal têm acusado estas transformações macro que provocaram impactos concretos nas práticas económicas, nos processos de trabalho e da subsistência. Portugal tem uma balança deficitária ao nível dos produtos da pesca, uma vez que a produção não cobre o consumo e, embora se tenha verificado uma valorização relativa do preço do pescado, esta não colmata o decréscimo da produção que se iniciou a partir dos anos 1970.

Neste capítulo, procura-se dar conta das relações laborais e das práticas económicas dos membros do setor da pesca, analisando o quadro institucional no qual são desenvolvidas, nomeadamente, do papel do Estado na mediação pesca/mercado. Inicia-se com uma breve descrição da organização laboral no setor e o particular sistema de remuneração por partes. Em seguida, o foco muda para o mercado enquanto local que determina o valor do trabalho dos pescadores, a partir de uma exposição da organização da venda em lota e da cadeia de valor do pescado. Por fim, faço uma análise das estratégias económicas dos pescadores.

¹¹⁰ Individual Transfer Quota.

“Há as leis do mar” — trabalho na pesca e enquadramento legal

O quadro legislativo do setor da pesca em Portugal tende a focar-se mais na regulação da atividade em si mesma do que em questões de condições, de direitos laborais e de segurança, o que é comum em vários países (Nakamura, Chuenpagdee, El Halimi 2021). As embarcações e os aparelhos de captura são os meios de produção da pesca, mas apenas constituem uma parte do processo produtivo. Estes instrumentos necessitam das técnicas, no sentido atribuído por Campling *et al.* (2012), isto é, da força de trabalho para operar essas tecnologias, a fim de produzirem e criarem valor. Nesse sentido, é importante atentar no processo de trabalho e na diversidade de relações na produção, começando pela forma como o trabalho é regulado.

A pesca está inserida naquilo que comumente se designa de “trabalho marítimo” e, portanto, enquadrada em vários instrumentos do direito marítimo. Traçar a regulação do trabalho neste setor, sobretudo as atividades laborais que se praticam a bordo, é desafiante pela dispersão de diplomas e porque “em nenhuma outra profissão se repercutem com tanta intensidade as mudanças de carácter tecnológico, jurídico, económico e político, como na profissão marítima” (Decreto-Lei n.º 280/2001).

Um marítimo é aquele que possui uma cédula marítima válida, na qual estão registados todos os embarques e desembarques, e que pode trabalhar de acordo com as categorias nela averbadas. Para o trabalhador da pesca proceder à inscrição marítima na capitania do porto onde trabalha, tem de apresentar documentos que comprovem a sua aptidão física e psíquica e a formação adequada legalmente exigida para a categoria pretendida.

As categorias constam no Decreto-Lei n.º 166/2019 que estabelece o Regime Jurídico da atividade do profissional marítimo¹¹¹. Este diploma promove uma revisão legislativa com o objetivo de transpor alguns dos regulamentos comunitários para o Direito português — sobretudo no que toca à formação e avaliação médica — para uniformizar o regime legal que estava “incompleto e fragmentado”. É um instrumento legal que abrange profissionais de vários setores de atividade ligados à chamada “economia do mar”, nomeadamente aqueles que trabalham a bordo de embarcações de comércio, de pesca, de tráfego local, auxiliares, de reboque e de investigação ou plataformas de exploração com bandeira nacional. Este diploma divide as categorias de carreira em três: oficiais, mestrança e marinhagem. Ao contrário do regime jurídico anterior, já não existem categorias específicas para a pesca. Por exemplo, até 2019, havia as categorias de “marinheiro pescador” e “arrais de pesca local” que agora estão

¹¹¹ Em maio de 2022, este regime jurídico ainda não tinha sido transportado para a oferta formativa do FOR-Mar.

englobadas na categoria de “marinheiro”. Não obstante os detalhes da carreira de marítimo, que não irão ser explorados aqui, este regime jurídico permite compreender as especificidades da carreira, mas, ao mesmo tempo, a sua heterogeneidade. A anulação de categorias relacionadas com a pesca é expressão da perda de destaque que a pesca paulatinamente tem vindo a sofrer.

Outro diploma crucial para o enquadramento laboral é a Lei n.º 15, de 31 de maio de 1997, que estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca. Esta lei resultou de um projeto-lei proposto pela bancada parlamentar do Partido Comunista Português nos anos 1990. O partido destacava a importância de estabelecer legalmente a obrigatoriedade de um contrato de trabalho na pesca, algo que não era prática comum na época. Aliás, naqueles anos, não existia nenhum diploma que garantisse direitos laborais aos trabalhadores do setor.

A criação deste regime jurídico é também uma manifestação destas particularidades, pois estabelece um regime especial de contrato de trabalho, com diferenças relativamente ao Código do Trabalho (CT) (em matérias não reguladas, aplica-se as gerais do CT). Vários países da Europa, como Espanha, França ou Itália, também colocam o trabalho a bordo de embarcações de pesca num regime particular. A jurista Isabel Esteves destaca várias das especificidades deste trabalho, entre as quais, a forma de remuneração e o facto de o horário ser flexível (Esteves 2012).

Segundo o documento, o contrato de trabalho pode ser celebrado sem termo, a termo certo ou incerto e deve ter a forma escrita, podendo ser individual ou coletivo¹¹². Cabe ao armador fixar os termos do trabalho, sendo os limites do trabalho a bordo acordados entre ambas as partes, desde que respeitando os limites legais discriminados no diploma. Embora não seja prática generalizada, existem alguns contratos coletivos de trabalho acordados entre os Sindicatos e as Organizações de Produtores. Esta forma de contrato é mais utilizada na frota de cerco ou na pesca industrial. Na pequena pesca, predominam contratos individuais de trabalho.

A lei n.º 15, de 31 de maio de 1997, teve como objetivo “diferenciar as situações de trabalho em terra ou no mar” (Esteves 2012, p. 73), definindo que “a prestação de trabalho do marítimo ocorre a bordo de embarcações de pesca e, em terra, na execução de tarefas específicas da atividade da pesca ou relacionadas com a embarcação”. Esse trabalho é efetuado pela pessoa que se denomina de tripulante, que é “qualquer pessoa contratada, seja a que título for, ou que exerça uma atividade profissional a bordo de um navio ou embarcação de pesca, incluindo as

¹¹² Embora não seja prática generalizada, existem alguns contratos coletivos de trabalho acordados entre os Sindicatos e as Organizações de Produtores. Esta forma de contrato é mais comum em pescarias de média dimensão, nomeadamente na frota de cerco ou na pesca industrial.

peças que trabalham a bordo e que são remuneradas com base numa parte das capturas, excluindo pilotos, pessoas em terra a efetuar trabalhos a bordo de um navio ou embarcação de pesca e observadores do pescado” (Lei n.º 15/97). Mais uma vez, expressa-se a diferenciação entre o trabalhador da pesca que realiza a atividade a bordo e aquele que a realiza em terra. Segundo este diploma, além do trabalho a bordo, a outra característica desta ocupação laboral é a forma de remuneração. Este enquadramento legal permite, de facto, que, além da remuneração pecuniária, sejam dados outros complementos em género, nomeadamente o quinhão¹¹³. Além disso, o documento estabelece outros pressupostos do trabalho da pesca, nomeadamente a isenção do horário de trabalho, o descanso mínimo diário e semanal, o direito a férias e respetivo subsídio, bem como o direito ao subsídio de Natal. Desta forma, foram fixados alguns direitos laborais que não tinham expressão prática e transportadas para a lei algumas práticas comuns no setor, nomeadamente no que toca à retribuição.

Em 2020, foram transpostas as diretivas da UE relativas ao trabalho a bordo, que eram também reflexo da Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Convenção sobre o Trabalho no Setor das Pescas, de 2007. Com esta transposição e reconhecendo a pesca como uma das atividades mais perigosas do mundo, criaram-se mais cláusulas focadas nas questões de segurança e saúde no trabalho, “com vista a assegurar que os trabalhadores tenham condições de trabalho dignas a bordo dos navios ou embarcações de pesca, nomeadamente no que diz respeito aos requisitos mínimos em matéria de trabalho a bordo, condições de serviço, alojamento e alimentação, segurança no trabalho e proteção da saúde, assistência médica e segurança social” (DL N.º 101 – F/2020, de 7 de dezembro).

Volvidos 25 anos da publicação da lei n.º 15/97 e com as devidas atualizações que foi tendo, as condições de trabalho melhoraram. Todavia, a prática ainda está longe de muitos princípios e regras do que a lei define, nomeadamente na pequena pesca, uma vez que este instrumento legislativo está mais voltado para processos laborais que incluam embarques de médio e longo curso. Como verifiquei no terreno, muitos pescadores assinam contratos de trabalho genéricos e poucos possuem a sua cópia, porque o patrão não tenha dado cópia e/ou por desinteresse e/ou perda. Na maioria dos barcos da pequena pesca, o vínculo laboral principal e mais comum é a inscrição do pescador no rol de matrícula da embarcação, documento validado pela Autoridade Marítima Nacional, que identifica nominalmente todos os elementos constituintes de uma tripulação, o que não significa que não exista contrato de trabalho. Esta prática é herança do

¹¹³ Ver glossário.

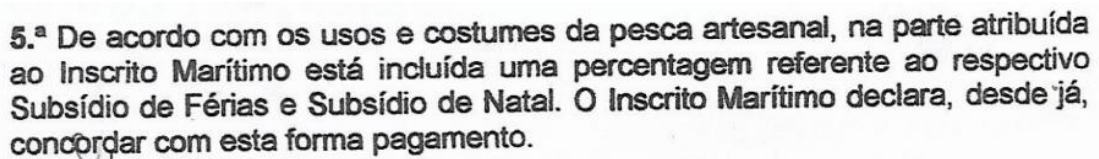
Regulamento de Inscrição Marítima (Decreto-Lei n.º 104/89 já revogado) que estabelecia a possibilidade de “contratos-matrícula”. Aquando da fiscalização, muitas vezes, basta apresentar o rol de matrícula para demonstrar que o trabalhador tem uma relação laboral dentro da legalidade. Nos barcos de cerco, com a transição para uma organização mais empresarial, há mais casos de contratos e inclusive enquadrados nos contratos coletivos de trabalho, em que estão discriminados os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que toca aos períodos de descanso, folgas e férias. Além disso, perante a dificuldade de mão de obra na pesca, atualmente, é comum pescadores reformados trabalharem a bordo dos barcos, mas estarem matriculados como observadores.

A pesca é vista como um domínio laboral de exceção pelos próprios e os direitos dos trabalhadores são reduzidos a um conjunto de práticas. O mar define os horários e a exigência das tarefas a bordo, e a existência de pescado determina as horas de trabalho, podendo não cumprir com o descanso mínimo. O estado do tempo pode levar a que se trabalhem vários dias seguidos sem folgas, ao contrário do que está previsto na lei. Muitas vezes, as férias são vistas como o período de paragem dos barcos para manutenção ou por causa do defeso de alguma espécie e/ou consideradas os dias em que os barcos não trabalham por conta do mau tempo. Em muitos casos, não são remuneradas.

Telmo é um pescador com 33 anos, descendente de uma família de pais e irmãos pescadores. Desde os 20 anos, trabalha de forma intermitente em diferentes barcos de pesca como pescador. Entretanto, matriculou-se como pescador num pequeno barco de boca aberta de sete metros, onde trabalha com Dário, mestre que é simultaneamente armador e dirigente do setor. No primeiro ano de trabalho, quando Dário lhe pediu para que lhe indicasse o período em que queria gozar férias, Telmo desconfiou, dizendo: “Isso não existe no mar.” Ao que Dário replicou que “existe sim, está na lei”, ao que Telmo disse: “Não. Há as leis do mar, e as leis de terra.” Posteriormente, Telmo partilhou que tinha receio que fosse uma forma de o convidarem a sair do barco, temendo “ir de férias” e nunca mais voltar. Dário e a sua esposa Alice explicaram-lhe que os pescadores têm os mesmos direitos laborais que qualquer trabalhador, momento em que a situação ficou resolvida, embora com alguma desconfiança. Essa desconfiança e estranhamento poderão justificar-se pela própria experiência de Telmo, que trabalhou em vários barcos, mas nunca usufruiu de qualquer direito laboral, nomeadamente no que concerne a férias e ao respetivo subsídio.

A regulação laboral no setor das pescas é ainda deficiente e com várias imprecisões, perpetuando algumas práticas do setor, que enfatizam a sua especificidade e, à bolina, coloca-o à margem de alguns direitos laborais. As “leis do mar”, mencionadas por Telmo, colocariam

a pesca à margem da lei nacional geral e, neste caso, do código do trabalho. Ou seja, podem ser vistas como um conjunto normas consuetudinárias tacitamente aceites fruto, como consta num contrato de trabalho a que tive acesso (ver figura 9), “dos usos e costumes da pesca artesanal”. Esta expressão, patente num contrato escrito, demonstra como ainda está implícito que a pesca é regida por um conjunto de normas que são consequência de “usos e costumes”. No entanto, a verdade é que o mar e a pesca, no último século, têm sido alvo de intensa produção legislativa formal e objeto de políticas públicas e de gestão, que podem gerar tensão com as práticas e perceções locais.



5.ª De acordo com os usos e costumes da pesca artesanal, na parte atribuída ao Inscrito Marítimo está incluída uma percentagem referente ao respectivo Subsídio de Férias e Subsídio de Natal. O Inscrito Marítimo declara, desde já, concordar com esta forma pagamento.

Figura 9: Cláusula de um contrato individual de trabalho

Em todos os segmentos, há um número considerável de pescadores que não possuem a propriedade dos barcos e/ou aparelhos de pesca. Ou seja, são “os camaradas”, aqueles que não possuem os meios de produção nem perspectivas de os possuir no futuro, que são, nas palavras do dirigente sindical de Josué, equivalentes aos “sem terra”¹¹⁴. Existe um grau elevado de mobilidade laboral entre embarcações, pois os pescadores camaradas muitas vezes não se sentem vinculados aos barcos onde trabalham e vão transitando entre eles. São várias as razões que motivam esta prática comum, entre as quais destaco as condições laborais, as capacidades dos mestres, o ambiente de trabalho e os rendimentos. Ainda como uma herança do passado, deixar o local de trabalho é um processo simplificado pela anulação de matrícula num barco para ingresso noutra. Em casos de despedimento, na maioria das vezes, não são cumpridos tramites legais como me explicou o sindicalista Josué, situação que presenciei no terreno: “Dizem vai buscar as tuas coisas e salta para a terra, estás despedido. Era fácil ganhar esses processos em tribunal.” No entanto, poucos são os casos que optaram por seguir uma disputa judicial. Josué diz que se deve ao medo de não conseguir ingressar em mais nenhum barco.

A regulação laboral no setor das pescas é ainda deficiente e com várias imprecisões, perpetuando algumas práticas que enfatizam a sua especificidade e, à bolina, coloca-o à margem de alguns direitos laborais. A questão da remuneração é uma delas, uma vez que a lei não estabelece a obrigatoriedade de retribuição mínima, deixando os trabalhadores da pesca numa

¹¹⁴ Em referência aos trabalhadores rurais que não possuem propriedade.

situação de instabilidade económica eminente. Além disso, na prática, a implementação do que está consagrado na lei é ainda alvo de diferentes interpretações e/ou não cumprido, devido a um grau de informalidade e de práticas internalizadas.

Relações laborais, regulação e fragmentação de classe

João Delgado observa, na Nazaré, uma fragmentação de classe que se relaciona com a forma como os pescadores experienciam o processo de trabalho, algo que também encontrei nos portos de pesca onde fiz pesquisa. Como é evidente em vários portos ao redor do mundo, nas tripulações maiores, a divisão do trabalho a bordo é também maior. Nesses casos, os pescadores estão mais distanciados da propriedade dos meios de produção e há maior propensão para conflitos internos (Pascual-Fernández 1999, p. 71). Ainda assim, são várias as divisões internas em todos os segmentos, mesmo na pequena pesca, muitas vezes influenciadas pelas contingências históricas do setor (Delgado 2017) e pelas características das unidades produtivas. Esta fragmentação influencia as formas de organização coletiva e as ações políticas.

Quando iniciei o trabalho de campo em Setúbal, ainda no âmbito da pesquisa de mestrado, já tinha informações prévias acerca das formas de organização coletiva do setor na cidade, mas não tinha detalhes sobre a sua atuação nem sobre o envolvimento dos pescadores. Por isso, comecei por questionar se os meus interlocutores pertenciam a alguma organização e as respostas que obtive inicialmente eram algo genéricas. Alguns pescadores nomeavam-nas, mas utilizavam, sobretudo, o nome daqueles que a encabeçavam “a associação do X ou do Y”. Poucos pareciam ativamente envolvidos e/ou interessados. Com frequência, diziam-me quase em tom de lamento que “já não há sindicatos ou cooperativas”, de certo modo desvalorizando a existência das associações e Organizações de Produtores (OP) por comparação às mencionadas. Em Olhão, a questão surgiu de novo. Quando questionados, os meus interlocutores falavam do “sindicato do Josué”, alguns falavam-me da OP, nomeadamente os pescadores-armadores. Em alguns casos, teciam críticas à OP e elogiavam outras associações das localidades vizinhas.

Este breve relato é ilustrativo de como a organização coletiva do setor é residual e “atomizada” (Delgado 2017). Os sindicatos foram perdendo expressão ao longo dos anos, com raras exceções, e, hoje, a organização coletiva no setor resume-se, essencialmente, às associações de armadores ou Organizações de Produtores. Estas entidades são diversas, têm um número variável de membros e representam diferentes interesses: tanto as Associações como

as OP representam os proprietários dos barcos e defendem, apesar de tudo, os “interesses do capital”, segundo Josué, destacado o dirigente sindical do Algarve.

As Organizações de Produtores foram criadas no âmbito da Política Comum de Pescas e são um dos instrumentos enquadrados legalmente na Organização Comum dos Mercados dos Produtos da Pesca e da Aquacultura¹¹⁵. Estão registadas, em Portugal, 14 Organizações de Produtores, a maioria sob a forma de cooperativa. Têm como objetivo “a concentração da oferta e a colocação no mercado da produção dos seus membros” (Portaria n.º 298/2019). Já as associações de armadores têm como principal função prestar apoio burocrático aos seus associados e representar os seus interesses. As diferentes associações estão cada vez mais ativas a nível nacional, tentando fazer *lobby* e participar mais nos processos de tomada de decisão na gestão das pescas (Rangel et al. 2019).

Amiúde, existem iniciativas que tentam criar união e concertação entre diferentes entidades, para terem maior expressão nacional e peso político. Por exemplo, algumas associações juntaram-se no Movimento Associativo da Pesca Portuguesa (MAPP), que chegou a fazer pedidos de audiência na Assembleia da República sobre vários assuntos. Algumas OP da pesca de cerco são associadas à Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca de Cerco (ANOPCERCO), que se tem focado nos problemas desta frota, com destaque para as capturas da sardinha. No que concerne aos sindicatos, existe a Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca, afeta à Intersindical CGTP. Apesar de tudo, a ação coletiva do setor acaba por ter pouca força mediática e política.

As sucessivas reformas da Política Comum de Pesca têm sido efetuadas com o objetivo de melhorar os sistemas de governança, em particular, a fim de envolver mais as partes interessadas. No entanto, a sua estrutura *top-down* restringe esse envolvimento. Embora se afirme que há uma crescente participação dos representantes do setor da pesca na definição de políticas e da sua gestão, essa tem sido feita a diferentes níveis de intensidade e com formas de envolvimento díspares (Rangel et al. 2019). Além disso, embora muitas almejem ter um papel político mais ativo, os órgãos de decisão acabam por restringi-las ao seu papel consultivo. Neste quadro, são as OP que têm mais instrumentos para desempenhar um “papel mais significativo na gestão corrente das pescas, agindo dentro de um quadro definido pelos objetivos da Política Comum das Pescas” (Regulamento (UE) N.º 1379/2013), podendo desenvolver planos de produção e comercialização, muitas vezes descritos como uma forma de cogestão (Abreu 2012).

¹¹⁵ Regulamento (UE) n.º 1379/2013 — organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura.

Em Setúbal, existem duas Organizações de Produtores, a Bivalmar e a Sesibal. A primeira representa as embarcações que operam com ganchorras e capturam bivalves, e a segunda os barcos de cerco (Setúbal, Sesimbra e Sines). Existe também a Setúbal Pesca, Associação da Pesca artesanal, que representa os armadores da pequena pesca. Em Olhão, a Organização de Produtores denomina-se Olhãopesca e representa os vários segmentos da pesca. O Sindicato dos Pescadores do Centro e Sul está sediado em Olhão, mas a sua atuação é mais abrangente, cobrindo toda a região (de Setúbal ao Vila Real de Santo António), mas mais concentrada no Algarve.

Tanto em Setúbal como em Olhão, assiste-se a um desencontro entre o discurso e a prática, que era transversal a pescadores e armadores relativamente às associações e OP. Na prática, ambas as formas de organização têm um peso significativo nos quotidianos dos profissionais da pesca, delegando-lhes várias tarefas relacionadas com processos administrativos e burocráticos ou de representação da atividade. No entanto, simultaneamente, encontrei um constante questionamento da sua legitimidade. A isto soma-se a ideia de que estas formas de organização não têm capacidade de ação política.

Este quadro talvez explique porque há pouco envolvimento dos pescadores nestas entidades. Cláudio é um antigo sindicalista que hoje trabalha numa das organizações de produtores mencionada. Antes disso, esteve na fundação de associações de armadores da pesca. No entanto, profissionalmente, só esteve ligado ao setor através destas formas de organização coletiva. Várias vezes me disse que esta sua posição de *outsider* tem vantagens e desvantagens. Em primeiro lugar, diz que não está a representar os seus próprios interesses porque não tem nenhum barco de pesca nem trabalha para um, mas tal também pode ser visto com desconfiança e levar ao questionamento da sua legitimidade para representar o setor. Ainda assim, os seus anos de experiência permitem-lhe ter uma visão alargada dos problemas do setor. Quanto às razões pelas quais os pescadores armadores não têm uma participação associativa mais ativa, o dirigente pensa que isso se relaciona com a “forma de ser do pescador”, defendendo que o facto de os pescadores passarem muito tempo no mar e com horários diferentes aos de terra os coloca menos predispostos para participar ativamente, sobretudo por falta de tempo. Além disso, Cláudio sublinha que são pessoas que não têm experiência e formação políticas e diz, em tom de ironia, que não é por acaso que várias associações de armadores e OP são lideradas por pessoas afetas ao Partido Comunista Português.

Não irei detalhar as razões que conduzem a uma fraca afirmação de classe; importa afirmar o peso do legado histórico corporativo com forte controlo estatal que amputou o sindicalismo livre, o que “moldou o *habitus* das gentes da pesca” (Delgado 2017), bem como as

características intrínsecas da atividade e também um ideário de liberdade que perpassa a experiência dos pescadores.

Por todas estas razões, o setor da pesca é hoje atravessado por vários desafios que resultam em novos discursos de crise e decadência associados à falta de perspectivas de futuro, havendo pouca ação coletiva concertada a nível local e nacional que consiga reivindicar mudanças e ter uma intervenção política efetiva.

“A gente no mar ganha uma vez isto e outra vez aquilo” — A remuneração por partes

A atividade piscatória tem vários custos principais, sendo a mão de obra um dos mais relevantes, estimando-se que represente 36 % do total dos custos na frota da União Europeia, em 2012 (Pinello, Gee, Polymeros 2018, p. 226). Estes custos sobem na pequena pesca, uma vez que os processos de trabalho estão menos mecanizados e dependem mais da força de trabalho.

O valor do trabalho dos pescadores é, em última instância, determinado pelo valor do pescado, pois na maioria das embarcações pratica-se o sistema de partes. Várias autoras, da economia à antropologia, têm demonstrado que este é o meio de remuneração mais utilizado nas pescarias ao redor do mundo em vez do regime assalariado¹¹⁶ (Pinello, Gee, Polymeros 2018, p. 227; Pascual-Fernández 1999; van Ginkel 2013b), sendo difícil encontrar um sistema comum noutros setores de atividade¹¹⁷. Este sistema implica o seguinte: um barco captura pescado, coloca-o no mercado e, do valor dessa venda, o dinheiro é dividido entre o barco (meio de produção) e a tripulação, sendo a proporção variável (van Ginkel 2013b). Geralmente, há mais partes do que membros da companhia para distinguir as diferentes posições hierárquicas. Do “monte maior”, podem deduzir-se as despesas da viagem e depois retirar-se uma parte previamente acordada para as despesas de manutenção do barco e lucro do armador. O restante é dividido em partes de acordo com o número de tripulantes (ver figura 10).

¹¹⁶ “Share system” em inglês; “sistema de remuneración a la parte” em castelhano; “système de parts” em francês; no português do Brasil “sistema de cotas”.

¹¹⁷ Várias autoras comparam o “share system” da pesca ao “sharecropping” na agricultura (Campling, Havice, Howard 2012; Pascual-Fernández 1999); o primeiro está organizado relativamente ao acesso ao barco e aos aparelhos de pesca e o segundo é relativo à terra. Ainda assim, defendem que não há, em nenhum outro setor, um regime de remuneração tão predominante como o sistema de partes.

O produto líquido da pesca obtém-se, abatendo ao produto bruto as despesas efectuadas com gasóleo, óleo, desperdícios, lubrificantes, descontos da Segurança Social, despesas da Capitania, Junta Autónoma e comida quando fora do Porto de matrícula e ordenado _____ EUR do motorista.

O produto líquido da pesca é distribuído da seguinte forma:

Para o Armador.....	Partes _____	50%.
Para o Arrais.....	Partes _____	} 50%.
Para o Motorista.....	Partes _____	
Para cada tripulante (companheiro).....	Partes _____	

Figura 10: Excerto de um contrato de trabalho onde consta a forma de remuneração

Este sistema tem princípios comuns, mas sofre variações, como tem sido demonstrado por outras autoras que trabalham em diferentes contextos geográficos (Pinello, Gee, Polymeros 2018; van Ginkel 2013b; Penny Howard 2012; Pascual-Fernández 1999), pelo que não se pode assumir uma uniformidade na experiência dos pescadores ao redor do mundo. Também se encontram variações em Setúbal e Olhão e até entre o mesmo segmento de pesca. Mais do que detalhar essas variações, procura-se dar conta de como é experienciada esta forma remuneratória pelos pescadores e de que modo é fonte de incerteza e de trabalho casual, mas, simultaneamente, associada a ideias de igualdade, porque a ausência de salário é vista como ausência de subjugação a um patrão, ainda que, na prática, as situações sejam mais complexas.

Tanto em Setúbal como em Olhão, tive oportunidade de conversar com vários pescadores e armadores sobre este sistema. Todavia, a informação mais detalhada sobre como funciona em cada barco era pouco desenvolvida. Em parte, os pescadores preferem resguardar essa informação. No entanto, e nas companhias maiores, é comum não saberem muitos mais detalhes do que aqueles que me deram, compreendendo a divisão geral, mas sem saber como são imputados os custos dos barcos. Os pagamentos geralmente são feitos em dinheiro, à sexta-feira ou ao sábado, nos armazéns ou até a bordo, como pude presenciar. Não é frequente encontrar-se registos de transferências bancárias, cheques e recibos de vencimentos. Além da remuneração em dinheiro, cada pescador tem direito ao seu quinhão, parte do pescado capturado, que pode ser para consumo próprio ou para venda a familiares e amigos, constituindo-se, por isso, como um pagamento em género.

Podem fazer-se alguns paralelismos entre o sistema de partes e o *piecework*, analisado por Marx, pois ambos os sistemas de remuneração estão diretamente relacionados com os resultados do processo de trabalho, ainda que, no sistema de partes, não haja acordo prévio do valor relativamente ao que é produzido (Pascual-Fernández 1999, p. 74), uma vez que depende das flutuações do mercado. Esta questão coloca os pescadores que não são proprietários dos

meios de produção numa situação de vulnerabilidade em relação ao mercado, mas pode também trazer benefícios para as estruturas produtivas familiares, dependendo da conjuntura.

Paulo tem 56 anos. É mestre e armador de uma barca com 7 metros, com convés. Trabalham também a bordo os seus dois filhos, Luís e Miguel, de 31 e 23 anos, respetivamente. Enquanto Paulo e Miguel pintavam a barca, falámos da forma como é definida a remuneração, ao que Paulo enuncia com certo orgulho mirando um dos seus filhos: “Eu nunca ganhei mais do que ninguém, ganhei sempre o mesmo. Ando com os meus dois filhos, a divisão é: uma parte para a barca, uma parte para mim e uma parte para cada um deles. Eles moram comigo em casa, só que a parte deles dou na mesma, como se fossem um camarada e eles fazem o que quiserem. A minha é para a casa, agora a deles não sei para onde vai!” e ambos se riem.

Evelyn Pinkerton propõe uma análise do sistema de partes na pequena pesca de cariz familiar, nos termos da economia moral, colocando o foco no requisito moral da igualdade através da partilha, dizendo que um sistema de remuneração que implica uma “ordem moral que permite que uma pessoa possa acumular meios para se tornar autossuficiente” (Pinkerton 2015). Neste caso, a aplicação deste sistema respeita o seu princípio basilar: a partilha dos riscos e lucros entre os membros da companhia, estreitando os interesses comuns e encorajando a uma “ideologia da participação” (Pascual-Fernández 1999). As relações familiares têm um papel preponderante nesta forma de divisão entre as partes, informando a decisão do mestre de não ganhar mais do que os seus filhos. Nos casos em que a companhia é constituída por elementos de uma mesma unidade doméstica, a estratégia frequente é tornar a remuneração mais igualitária, permitindo que a acumulação de capital fique nos elementos do agregado, evitando conflitos e tensões. Nesse sentido, uma análise das estratégias produtivas deve englobar sempre um estudo das estratégias reprodutivas, como mostrarei no capítulo seguinte de forma mais detalhada.

Se, em barcos com uma companhia reduzida, as relações laborais estão entrançadas com os laços familiares e de amizade, influenciando a forma como as partes estão divididas; em unidades produtivas maiores, o esquema de remuneração torna-se mais estratificado, o que demonstra a adaptabilidade deste sistema.

Firmino tem 68 anos, está reformado, mas é mestre-terra de um barco de cerco de Setúbal, onde trabalha há vários anos. Teve várias ocupações profissionais, inclusive em terra, mas voltou sempre à pesca. Chegou a ser proprietário de pequenas embarcações, todavia, trabalhou a maior parte da sua vida por conta de outros. Num almoço com outros pescadores, Firmino estava a tecer duras críticas ao barco onde trabalha. A companhia a bordo do barco é composta por 12 pescadores e o mestre é filho do proprietário do barco. Em terra, a tripulação é composta

por três profissionais responsáveis pela manutenção das redes de pesca. Aqueles que trabalham a bordo não têm uma jornada de trabalho fixa, uma vez que “a hora do aviso”, ou seja, a hora de início do trabalho, é decidida tendo em conta a estação do ano, o estado do tempo, o pescueiro e a espécie a que se dirigem. A duração da jornada de trabalho é sempre uma incógnita, porque depende de vários fatores, nomeadamente do sucesso das capturas¹¹⁸. Por isso, a quantidade de horas que se trabalha pode ser muito diferente de dia para dia. Aqueles que trabalham em terra têm um horário mais estável, das 8 às 17h, com pausa para almoço. No entanto, caso o barco regresse do mar com a rede a precisar de remendos, o tempo de trabalho pode estender-se.

Firmino contou-nos, num tom perplexo, que os “moços novos não prestam atenção às contas”, tecendo duras críticas ao armador e denunciando as diferentes estratégias utilizadas para a empresa ter mais lucro: “Ele hoje mal ganhou, levou mil euros para casa, ganhou 200 contos como tu ganhaste o almoço, entendes?” Firmino desempenha uma tarefa crucial no barco, numa ocupação em que há falta de mão de obra qualificada, ainda assim, lamenta-se por não ser valorizado por isso: “Se eu tivesse um ordenado fixo, tinha direito a férias. Não há ordenado fixo por isso não tenho direito a férias. Se não for trabalhar, não ganho. O direito era termos um ordenado fixo, mas ninguém tem direito a um ordenado fixo nesta vida.” Esta tem sido uma das bandeiras levantadas pelas estruturas sindicais, mas é algo pouco abordado abertamente pelos pescadores e sobretudo armadores, podendo ser motivo de conflito. Em vários fóruns em que se discute o estado atual das pescas, sempre que a questão surge, as salas são ocupadas por um burburinho, e alguns armadores indignam-se dizendo ser impossível e/ou argumentando que assim os pescadores iriam ganhar menos. No entanto, o sindicalista Josué colocou a questão nestes termos:

“Nenhum jovem se sente motivado a ir para uma profissão de trabalho duro e desgaste físico com o salário igual a 0. A pesca, em alguns dias, é igual a 0. Por que carga de água é que não há de haver o Salário Mínimo Nacional para a pesca? E os armadores podem pagar?, perguntam. Então e o gajo que tem a loja e o funcionário que vende calças e camisolas, se não vender nada, não ganha nada naquele dia, é?”

Josué, pescador reformado e dirigente sindical, 80 anos

¹¹⁸ A rede de cerco é considerada uma arte de pesca móvel, que vai em busca do peixe. Há marés de pesca em que a rede nem é largada da água quando não se encontram os cardumes.

Uma das propostas de vários sindicatos é a existência de um ordenado fixo, mas manter uma parte variável, a fim de se manter alguns princípios base deste sistema. Há uma aceitação generalizada destes horários incertos e das longas horas de trabalho, apesar destes protestos e reivindicações. Vários fatores sustentam este fenómeno, entre os quais o facto de o sistema de partes relacionar o aumento da intensidade do trabalho com o aumento do rendimento dos profissionais (Pascual-Fernández 1999). Ou seja, os pescadores têm a percepção que quanto mais trabalharem mais poderão ser recompensados. Todavia, não existe uma relação direta entre o trabalho e a remuneração como verifiquei durante a pesquisa, questão que não é recente, como Twig Johnson também observou nas companhias de pesca do Algarve, nos anos 1970 (Johnson 1979), o que leva a que nem sempre o esforço do trabalho se traduza em rendimentos satisfatórios. A não proporcionalidade entre esforço de trabalho e remuneração prende-se com a dependência da abundância ou escassez do pescado, bem como das condições específicas de oferta-procura nos mercados.

Dando um novo exemplo, António tem 62 anos e pesca com o filho Vítor, de 39 anos. Numa semana de agosto, chegaram quase todos os dias a terra com as redes cheias de algas e, a cada dia, apanharam pouco “peixe mistura”, isto é, várias espécies, mas em pouca quantidade cada uma (um ou dois quilos), sendo que a maioria eram espécies pouco valorizadas, por exemplo, charroco, fataça, pata-roxa, etc. As vendas não compensaram as despesas do barco, nomeadamente o gasóleo e, sobretudo, não pagaram o trabalho, porque, quando as redes vêm com muitas algas, o trabalho em terra a safar as redes é mais longo. Nesse seguimento, António disse-me: “Trabalha-se doze horas, quinze horas, em vez de apanhar dez quilos apanha-se vinte. Vai-se trabalhando e vai-se apanhando. Mas é assim. Às vezes trabalhamos muito e não temos lucro nenhum, como é o caso desta semana.” Ou seja, esta afirmação demonstra como não há necessariamente uma correlação entre o esforço de trabalho despendido e os resultados obtidos. Estes aspetos e a sua articulação constituem o núcleo duro da incerteza nestes contextos: a incerteza inerente à própria captura, uma vez que não há o garante de uma boa pescaria dado o carácter aleatório dos recursos, e a incerteza do valor que poderá gerar no mercado, que, conseqüentemente, torna os rendimentos incertos.

Apesar das diferenças na carga horária e de outras relacionadas com os próprios processos laborais, a remuneração de todos segue o sistema descrito, sendo que a percentagem varia de acordo com a ocupação de cada um na hierarquia. O próprio Firmino explicou-me o seu funcionamento sem grandes pormenores. Disse que o valor total da venda, após retiradas as

respetivas despesas e contribuições¹¹⁹, é dividido ao meio, sendo que metade fica alocado ao barco para as despesas de manutenção. A outra metade é dividida entre a companhia. Sabe-se, embora não seja assumido, que as esposas do amador e do mestre (filho do armador) estão matriculadas no barco, embora não auferam remuneração. É uma prática comum para efeitos contributivos, mas que não é bem acolhida por Firmino: “Ele está a descontar para elas com dinheiro meu, nosso. Mas ninguém liga a isso.” Nenhuma delas tem uma ocupação laboral na empresa, apenas auxiliando em alguns aspetos burocráticos e de forma ocasional, nomeadamente fazendo a ponte com a “escrita”, ou seja, com o contabilista, o que não é reconhecido como trabalho, como veremos no capítulo seguinte. Em barcos desta dimensão, é frequente as contas serem mais confusas, tornando-se difícil para a companhia deslindar como a distribuição é feita e aperceber-se deste tipo de estratégias, que podem reduzir a remuneração dos pescadores (Penny McCall Howard 2012). Quanto maior a divisão do trabalho a bordo, mais as remunerações entre a companhia variam, podendo ser motivo de tensão. Além disso, é frequente haver conflitos com a forma como “as contas” são feitas, podendo originar desconfiança e a ideia de que são feitas para benefício do armador, como Firmino denuncia.

Em 2018, em Setúbal, um barco de cerco emblemático da cidade foi vendido a uma empresa familiar de Sesimbra. A empresa tem a propriedade de duas traineiras, um centro de transformação, preparação e congelação de produtos da pesca e dois lotes de piscicultura no estuário do Sado. A tripulação manteve-se a mesma e teve de se adaptar às novas dinâmicas, nomeadamente a trabalhar a partir do porto de pesca de Sesimbra e a receber a remuneração ao fim do mês em vez de ser à semana, como é prática generalizada na maioria dos portos de pesca de Portugal. Chico tem 67 anos e está reformado, mas continua a exercer funções de mestre no barco, embora matriculado como “observador”¹²⁰. Governou várias traineiras e *rapas* ao longo da sua vida. Chegou a ser armador de uma embarcação, que acabou por ser abatida na década de 1990. Por ter uma longa experiência no setor e ter trabalhado em diferentes categorias, compreende as diferenças entre trabalhar para um armador-pescador ou antigo pescador e trabalhar para uma empresa desta dimensão. Nos primeiros meses, foi difícil à tripulação adaptar-se aos pagamentos mensais, sobretudo, porque, no início da primavera, as capturas estavam a ser modestas, muito prejudicadas pela interdição da pesca da sardinha. Neste contexto, o dono do barco estava a pressionar Chico devido aos resultados insatisfatórios,

¹¹⁹ Despesas de combustível, taxa de serviço da Docapesca, Seguro e contribuições para a Segurança Social.

¹²⁰ Para uma pessoa ingressar numa maré de pesca, tem de estar matriculada na embarcação, segundo a carreira de marinagem, ou pedir uma autorização especial na capitania de registo como “observador”.

tentando sugerir estratégias, o que não foi bem acolhido, por ser visto como uma interferência à autoridade do mestre. A arte de cerco é uma técnica de pesca ativa que implica a deteção de um cardume e posterior largada de rede para cerco ao peixe, que nem sempre é bem-sucedido. Uma maré de pesca pode resultar em capturas nulas, ainda que o trabalho tenha sido intenso. Aquando deste episódio da companhia, estava com rendimentos muito baixos que não perfaziam mensalmente o valor do Salário Mínimo Nacional, embora as jornadas de trabalho a bordo excedessem as 10 horas, pois era necessário andar “à procura do peixe”. Ao explicar-me a situação, Chico diz: “O meu patrão é o peixe. Se eu não apanhar peixe, não recebo, eles não me pagam nada. O peixe é que é meu patrão.”

Ricardo tem 61 anos e é mestre de um barco que opera com artes de ganchorra na costa algarvia. A bordo trabalha o seu filho Tiago, de 41 anos. A embarcação em que trabalham é propriedade de uma empresa de comercialização de peixe e marisco, produção e depuração de bivalves. A empresa, que se autointitula de “pequena empresa familiar”, detém mais 5 embarcações de pesca e vários viveiros, na Ria Formosa. Os bivalves produzidos são comercializados na loja de venda ao público e no mercado interno, mas, sobretudo, exportados para Espanha e Angola. Numa das conversas com Ricardo, perguntei-lhe como eram as relações com o patrão e rapidamente corrigiu-me: “Ele não é meu patrão, não me paga o ordenado. Eu ganho se apanhar, se não apanhar não ganho nada. Ele só era meu patrão se me pagasse um ordenado e eu já lhe disse isso na cara.” Depois, explica-me que não gosta de controlo nem de ser controlado, razão pela qual decidiu deixar de trabalhar no barco em que estava matriculado há duas dezenas de anos. Ricardo explicou-me como são feitas as “contas do barco”: “Metade [das vendas] fica para o dono, para as despesas e lucros. O resto é dividido. Como somos dois... se o meu moço recebe 200€, eu recebo 300€, imaginando uma venda de mil euros.” Explica-me que as “contas” são feitas pelo proprietário do barco, mas que ambos estão sempre atentos ao resultado das vendas, para garantir que recebem o que é suposto. Ricardo, por ser mestre, recebe o equivalente a uma parte e meia, enquanto o seu filho, por ser camarada, recebe uma parte.

Inês Salema Meneses e Paulo Mendes encontraram na Azenha do Mar uma ideia semelhante: “O único patrão é o mar” (1996). Estes casos espelham essa mesma metáfora simbólica, mas demonstram como pode ser mobilizada num quadro de alterações da estrutura produtiva. As características do sistema de partes permite que o proprietário “meça” o desempenho dos trabalhadores sem uma excessiva supervisão, também verificado no caso da pesca nas Ilhas Canárias, por Jose Pascual-Fernández (Pascual-Fernández 1999, p. 76). Nestes dois casos, uma vez que o proprietário não é pescador — como era frequente até há uma década

—, há uma maior tentativa de interferência que rompe com este *acordo* inerente entre as partes. Os mestres têm consciência de que, sem o seu conhecimento e competência, os seus respetivos barcos não irão produzir nem ter rentabilidade. Nesse sentido, embora nem sempre sejam proprietários dos meios de produção, sabem que detêm também um capital que lhes fornece estatuto e poder de negociação (Johnson 1979, p. 246), o que também está na base da questão da independência, autonomia e liberdade que associam ao trabalho, como já foi abordado.

A inexistência de um salário garantido pelo proprietário da embarcação é parte integrante da perceção de ausência de uma autoridade patronal. Chico e Ricardo argumentam que os seus rendimentos dependem mais de si e das capturas (e posteriores vendas) do que do armador. Estes fatores resultam numa resistência ao assumirem-se subjugados a um “patronato” proprietário dos meios de produção, mesmo que nem sempre seja uma resistência aberta e declarada (Scott 2013).

É comum que os custos de trabalho sejam subestimados, porque nem sempre são reportados oficialmente. Por exemplo, no caso de Ricardo, apesar de a pesca se dirigir aos bivalves, a ganchorra traz arrasto uma série de outras espécies que não podem capturar e comercializar. Ainda assim, trazem sempre a bordo, escondidos no convés. Habitualmente, dão esse pescado, bem como o seu quinhão, a familiares e amigos, reforçando assim laços de comunalidade, troca e reciprocidade. Ricardo diz que dá e depois recebe sempre algo em troca, como, por exemplo, ao seu fornecedor de ovos e legumes. Ricardo dá-lhe peixe e quando vai fazer compras não paga grande parte do que adquire. Diz que não gosta de vender. No entanto, o seu filho Tiago vende a conhecidos para conseguir um extra, porque, segundo o seu pai, “tem uma filha pequena a cargo”. O sistema de partes não permite uma mensuração convencional da remuneração dos pescadores (Pinello, Gee, Polymeros 2018, p. 226) e, como há várias dimensões da atividade que são conduzidas de modo informal, como a venda do quinhão que é transacionado fora do mercado formal, a dificuldade acresce.

Não obstante o ideal de igualdade que atravessa a pesca, existe sempre uma estrutura hierárquica, em que o mestre detém o poder efetivo a bordo e o dono da embarcação, em teoria, o poder absoluto — poderes que se podem concentrar e que têm expressão no rendimento que auferem, que pode chegar a ser o triplo dos restantes tripulantes. Em muitas situações, as relações entre a companhia, os mestres das embarcações e os donos das mesmas podem tornar-se “lugares de luta” (Menziés 2002). Estas tensões radicam nas possíveis contradições existentes entre as necessidades dos tripulantes, os interesses dos proprietários dos barcos e a forma como as recompensas pelos trabalhos são distribuídas. Nesse seguimento, o sistema de partes é “reflexo das relações de propriedade através das quais excedentes são formados, transferidos e

transformados e através das quais relações de classe se desenvolvem” (Penny McCall Howard 2012, p. 232).

Em teoria, este sistema, por um lado, permite a partilha do risco entre o armador do barco e a companha, sendo reflexo do próprio carácter imprevisível da produção. Por outro, pode ser um incentivo aos pescadores para terem uma melhor *performance* a bordo, uma vez que a companha fica com parte do rendimento gerado pelas capturas (Pinello, Gee, Polymeros 2018, p. 228). Ou seja, há um ideal de aparente igualdade neste sistema remuneratório, associado a uma ética de cooperação por não haver essa estrita divisão do trabalho a bordo (van Ginkel 2013b, p. 22). Ainda assim, é importante mencionar que, no barco, seja de forma mais ou menos rígida, há sempre uma hierarquia que entra em tensão com a ideia de igualdade, o que tem reflexo claro na própria remuneração.

Várias autoras defendem que o sistema de partes é resultado de uma adaptação à incerteza e à natureza aleatória das capturas, porque pressupõe um sistema de partilha que espalha o risco financeiro e a responsabilidade, tanto quanto possível (St Martin 2007; Acheson 1981; Lummis 1985). A ausência do sistema salarial no setor da pesca faz com que muitas académicas não reconheçam a existência da produção capitalista no setor, sendo o sistema de partes visto como uma “reliquia do passado” e um obstáculo ao desenvolvimento capitalista do setor (Pascual-Fernández 1999, p. 65). Ainda assim, este é um modelo que tem como característica principal a sua adaptabilidade não só à incerteza, como a diferentes tipos de unidades produtivas, da pequena pesca à pesca industrial, permitindo a distribuição dos custos e dos proveitos e a acumulação de capital, sendo por isso utilizado também em grandes unidades produtivas. Assim, o sistema de partes é flexível num quadro de incerteza, mas, por seu turno, também acaba por ser gerador de incertezas, na medida que os pescadores não dispõem de um rendimento certo e ficam sujeitos às flutuações do valor do pescado.

Se, por um lado, o sistema de partes pode ser visto como uma forma de adaptação à aleatoriedade e instabilidade características da atividade e de benefício dos pescadores tripulantes em alturas de melhores vendas; por outro, soma mais uma instabilidade, relacionada com o rendimento, que não é garantido, fazendo com que o sustento esteja exposto às dinâmicas do mercado. A tensão entre a produção pesqueira, isto é, as capturas, e a remuneração dos pescadores, através do preço dessas capturas no mercado, merece uma análise, agravada à medida que a pesca fica mais dependente do mercado.

“Nesta questão, o mercado é que age” — Estado, mercado e informalidade

Com frequência, argumenta-se que as pescarias mundiais estão em processo de transformação e reestruturação, acusando simultaneamente uma pressão competitiva para aumentar a produção no seio da economia capitalista neoliberal (Penny McCall Howard 2012) e uma pressão para adotar práticas, com vista à proteção dos recursos, o que parecem ser demandas contraditórias.

Este processo pode ser analisado através de vários prismas, entre os quais se destaca a transição capitalista no setor e as mudanças nos sistemas de produção alimentar. A pequena pesca era, historicamente, uma atividade de subsistência, mas, atualmente, tornou-se uma indústria que produz mercadorias para o mercado internacional. Ou seja, agora é aquilo que se tem denominado por “pequena produção de mercado” (Rubio-Ardanaz 2011), em que predomina o processo de reprodução simples, porque as práticas não estão orientadas para a acumulação de capital, e baseado, sobretudo, em trocas simples voltadas para o autoconsumo e subsistência. Esta afirmação não é sinónimo, todavia, de que as unidades produtivas às quais me refiro sejam vistas como tendo características “pré-capitalistas” e que o mercado não esteja presente ou que não haja, em certos momentos, alguma acumulação de capital. Embora seja frequentemente analisada como uma atividade ainda com características da economia recolectora (Neto 2012), por capturar recursos selvagens, a pesca nunca esteve dissociada das dinâmicas da economia mercantil. É um setor integrado nos ciclos de produção capitalistas e na economia de mercado, com relações de propriedade e hierarquia, ainda que o peixe seja “a última mercadoria do mundo a ser ‘caçada’” (Campling, Havice, Howard 2012, p. 179). A alteração da conceção da pesca, enquanto atividade de subsistência e, simultaneamente, que produz mercadorias, de pequena escala ou mais industrializada (MacDonald 2002, p. 21), permite ver como ambas as formas de produção são articuladas numa mesma economia mercantil, pese embora as suas diferentes escalas.

Philip McMichel aponta como a produção agroalimentar mundial não é determinada pelas necessidades humanas por comida, mas guiada pela circulação e acumulação de capital e como, assim, se torna um aspeto fundamental da configuração da economia capitalista (Homs, Álvarez 2021, p. 15; McMichael 2009). Nesse sentido, a comida é um eixo interessante para analisar cadeias de produção, distribuição e consumo no quadro da economia capitalista e como estes diferentes processos se ligam entre si. Por conseguinte, é importante reconhecer a pesca enquanto parte integrante do “regime alimentar mundial” e como sendo influenciada por este. Além disso, seguir as cadeias de mercadorias permite, como notou Narotzky, observar o aspeto alienável do trabalho (Narotzky 2018b), o que se torna particularmente premente neste contexto, em que o valor do trabalho depende do valor do pescado enquanto mercadoria.

O pescado tornou-se parte do processo identificado por Karl Polanyi (2012) de “mercadorização (fictícia) da natureza”¹²¹ e do processo de “mercadorização da subsistência” (Bernstein 2010)¹²². Ou seja, elementos foram tornados em mercadorias a ser vendidas no mercado. Em paralelo, o pescado faz parte do processo do terceiro regime alimentar, descrito por McMichael, devido a uma industrialização alimentar crescente, associada a uma neoliberalização da natureza (Homs, Álvarez 2021, p. 8). Esta mercadorização da comida levou à transferência de conhecimentos e recursos para as grandes empresas (Neis et al. 2005, p. 5). Nesse sentido, as massas de água doce e salgada e os seres vivos que nela habitam passaram a ser vistos como “recursos com valor económico” (Stensrud, Eriksen 2019), o que acompanhou a crescente dependência das pescarias em relação ao mercado e às suas dinâmicas, que se tornaram um dos setores económicos mais globalizados e com lugar de destaque na economia mundial, com cerca de 40 % da produção a ser comercializada no mercado internacional (Le Sann 1998).

A partir dos anos 1950, a modernização e o aperfeiçoamento das técnicas de captura, os melhores métodos de conservação do pescado, a par do crescimento da população mundial, permitiram o aumento do total de capturas à escala global (Dalla Costa, Chilense 2015, p. 29). Estima-se que, no início do século XX, as capturas de pescado tenham rondado as 94,8 milhões de toneladas. Em muitos países, o setor da pesca é uma das atividades económicas mais relevantes, com destacada importância no abastecimento de proteína animal e como fonte de

¹²¹ Polanyi identificou processos nos quais elementos são produzidos e obtidos da troca de mercado, prestando principal atenção à mercadorização de três fatores de produção: dinheiro, trabalho e natureza, descrevendo-os como fictícios. No que toca à *natureza*, Polanyi fala da apropriação material que torna a *natureza* em elementos a serem explorados e trocados no mercado: “Commodities are here empirically defined as objects produced for sale on the market; markets, again, are empirically defined as actual contacts between buyers and sellers. [...] Labor is only another name for a human activity which goes with life itself, which in its turn is not produced for sale but for entirely different reasons, nor can that activity be detached from the rest of life, be stored or mobilized; land is only another name for nature, which is not produced by man; actual money, finally, is merely a token of purchasing power which, as a rule, is not produced at all, but comes into being through the mechanism of banking or state finance. None of them is produced for sale. The commodity description of labor, land, and money is entirely fictitious.” (Polanyi 2012)

¹²² Na sequência de uma abordagem marxista e no legado de Polanyi, Bernstein, focado nos pequenos produtores agrícolas, analisou os processos através dos quais a subsistência humana está sujeita às dinâmicas do mercado, identificando como, no sistema capitalista, a reprodução parece não poder acontecer fora das relações de mercadoria: “the commodification of subsistence, through which once largely self-sufficient farmers come to rely increasingly on markets (commodity exchange) for their reproduction. In effect, they come to depend on a money income: to pay taxes and/or rent in cash (rather than in kind or in labour service); to buy consumption goods they can no longer supply from their own labour or source from the local economy; and to buy their means of production — fertilizers, seeds, tools and other farm equipment. [...] Rather it signifies the commodification of subsistence: that reproduction cannot take place outside commodity relations and the disciplines they impose.” (Bernstein 2010, pp. 65, 102).

rendimento. Atualmente, os desembarques da frota na União Europeia rondam as 5 428 570 toneladas, sendo a UE o 5.º maior produtor a nível mundial (dados 2017). No que toca à pequena pesca, estima-se que os desembarques gerem 2 bilhões de euros/ano (Pascual-Fernández et al. 2019). Todavia, torna-se difícil fazer uma estimativa, uma vez que o pescado nem sempre é comercializado nos canais formais. A montante e a jusante da pesca existem várias atividades que dinamizam a economia e que operam nos interstícios da economia formal e informal.

O pescado transacionado na primeira venda em lota¹²³ correspondeu a 262 233 mil euros, em 2020, e 295 341 mil euros, em 2019. Portugal tem um consumo de cerca 55,3 kg de pescado *per capita* (Owen, Carpenter 2018, p. 8) e está entre os países que mais consome este produto. Simultaneamente, desde os anos 1980 que se regista uma tendência decrescente na produção. Esta situação tem sido compensada com o aumento das importações de pescado, quer para abastecimento do consumo interno, quer para a indústria da transformação (Pinho 2019, p. 11). A pesca representa apenas 0,13 % do Produto Interno Bruto Nacional (Pinho 2019), mas o seu peso é significativo, porque contribui direta e indiretamente para outras atividades subsidiárias, como a indústria de transformação do pescado, sendo também uma importante fonte de rendimento e trabalho nas economias locais (Pita 2014). Assim, o setor encontra-se deficitário em cerca de 1023 milhões de euros, segundo dados de 2017, uma vez que a produção não consegue cobrir o consumo (*ibidem*).

Vários tópicos perpassam quotidianamente as conversas dos pescadores e seus familiares, mas os mais comuns são o estado do tempo, o pescado capturado e o preço do pescado em lota, como descrevi noutros lugares (Amorim 2015), todos temas que abordam dimensões de incerteza, mostrando como esta dimensão está sempre presente. A recorrência e a importância destes tópicos está relacionada com a relação entre a comercialização do pescado e os rendimentos dos pescadores, uma vez que o sistema de partes implica uma dependência em função dos resultados da venda do que conseguiram capturar. Vemos aqui as implicações de a pesca estar, atualmente, totalmente integrada numa economia de mercado: o valor do pescado é reduzido ao seu preço e o valor do trabalho dos pescadores também. O preço, todavia, não encerra o valor, pois, como sublinhou como Collins, “o valor está ligado ao preço por meio do mecanismo de troca, mas o preço é apenas um dado num conjunto complexo de relações entre conveniência, escassez, custos de produção e outros fatores” (Collins 2016, p. 105). E nesse

¹²³ Primeira venda é o termo legal para o momento em que o pescado é transacionado pela primeira vez, ou seja, quando se transforma em mercadoria. Segundo pressupostos legais, salvo exceções, a primeira venda tem de ser feita através da lota.

conjunto complexo de relações encontra-se o trabalho e outros regimes de valor que não são definidos por um preço.

Quando os pescadores contestam o valor de mercado de determinada espécie, estão a evocar outros regimes de valor. Em primeiro lugar, nos contextos piscatórios, o peixe é, antes de mais, um alimento pelo que, independentemente do seu preço de mercado e das questões oferta-procura, tem valor, porque, em teoria, serve para alimentar qualquer pessoa. Além disso, o peixe tem implicitamente valor, porque é fruto da força de trabalho, força essa que, na aceção dos pescadores, deve ser compensada. Seguindo as abordagens marxistas, é precisamente o trabalho que acrescenta valor aos bens e mercadorias (Collins 2016). No caso do pescado, há outros fatores em equação que se relacionam com regimes de reciprocidade e troca não comercial entre familiares e vizinhos, por exemplo.

A ênfase diária no valor dos produtos da pesca revela como o sustento depende da comercialização do pescado e dos constrangimentos que produzir para um sistema mercantil acarretam, influenciando as experiências subjetivas dos profissionais da pesca, bem como as suas práticas diárias, podendo impelir práticas com maior impacto nas espécies, por exemplo, o aumento do número de artes de pesca. Ou seja, ao contrário do que tem sido dito, não é uma característica intrínseca dos pescadores relacionada com a competitividade e individualismo que os leva a pescar mais, mas sim a lógica mercantil que impele que se produza mais, podendo contribuir para o problema da sobrepesca.

Sendo assim, é importante analisar como e onde se formulam os preços, ou seja, analisar a economia da pesca enquanto processo institucionalizado, através da cadeia de valor do pescado, no qual operam dinâmicas de mercado e instituições, prestando atenção à forma como condicionam os rendimentos dos pescadores e a exploração dos recursos haliêuticos, sendo parte da incerteza constitutiva destes contextos, a partir da experiência dos pescadores. Esta análise revela-se ainda mais premente, uma vez que os mecanismos de mercado têm sido palco da distribuição dos direitos de pesca (McCormack 2017).

A lota: onde o Estado e o Mercado se encontram

A cadeia de valor do pescado é, com frequência, uma estrutura complexa pelo carácter contingente da mercadoria em questão e passa por várias fases que influenciam o processo de formação de valor, que vão desde a captura à comercialização e/ou transformação e distribuição (Bestor 2004). Hoje em dia, a comercialização do pescado está dependente de requisitos técnicos inerentes ao comércio de produtos perecíveis e está, igualmente, moldada pelos princípios gerais do capitalismo, designadamente o funcionamento dos mercados (Bestor

2004). Deste modo, os pequenos produtores têm dificuldade em comercializar sozinhos os resultados das suas capturas, o que se deve a um conjunto complexo de fatores, entre os quais se destacam a incompatibilidade entre os horários da pesca e dos mercados locais, os longos períodos no mar, a ausência de infraestruturas próprias e, mais importante, a inserção da pesca numa economia de mercado, com esquemas de comercialização cada vez mais globalizados. Assim, em vários países, surgem instituições e/ou empresas que visam garantir e facilitar a comercialização dos produtos da pesca, enquanto asseguram questões como a segurança e o abastecimento alimentar.

A comercialização do pescado na União Europeia tem um enquadramento na Organização Comum dos Mercados dos Produtos da Pesca da UE, um dos pilares da Política Comum de Pesca. Os Estados-Membros podem definir as regras concretas de venda do pescado desde que em harmonia com a Organização Comum dos Mercados (OCM), que tem como objetivo “proteger os produtores e assegurar a sustentabilidade ambiental e a viabilidade económica dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura” e, como tal, estabelecer normas para controlo do que é pescado e de como é distribuído, garantindo-se condições sanitárias e de sustentabilidade de recursos. Em Portugal, todas as embarcações licenciadas para a pesca profissional que hasteiem a bandeira portuguesa têm de cumprir com a obrigatoriedade de descarga do pescado¹²⁴, nas diferentes lotas espalhadas na costa continental portuguesa¹²⁵.

A lota é a entidade principal nas pescas portuguesas, porque centraliza praticamente toda a informação sobre a produção pesqueira em águas nacionais, pois é aí que se dá o desembarque do pescado, registo da produção da frota nacional e se procede à primeira venda do pescado, vedada ao consumidor final. É através da lota que se pode ter acesso aos dados sobre as capturas, permitindo aferir as condições para a renovação das licenças de pesca e ainda constituir-se como um mecanismo para garantir o pagamento das contribuições ao Estado (impostos e Segurança Social).

A primeira venda do pescado pode ser feita por meio de leilões ou de contratos entre o produtor e o comerciante, se devidamente enquadrados no Decreto-Lei n.º 81/2005 que estabelece os Contratos de Abastecimento de Pescado. Depois de ser vendido em lota, o pescado pode ser comercializado em mercados abastecedores, diretamente ao consumidor através de peixarias, mercados ou cadeias de supermercados. Este seria o circuito expectável que os produtos da pesca fizessem. No entanto, existem múltiplas formas de serem comercializados e,

¹²⁴ Ao contrário de Portugal, há vários países em que não existe obrigação de declaração de descargas ou diários de pesca para os barcos da pequena pesca.

¹²⁵ As regiões autónomas dos Açores e da Madeira têm instituições autónomas para a gestão das lotas.

ainda neste circuito, verificam-se várias nuances que devem ser contempladas. Embora a Docapesca já disponha de leilões *online* que abrangem o pescado das lotas de Matosinhos, Peniche, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão (aquelas com maior expressão a nível do volume de pescado e preço), o local físico onde se dá a venda é ainda primordial. Como notou Bestor, na sua análise do mercado de peixe Tsukiji no Japão, uma das características das transações dos produtos do mar é o facto de elas dependerem, em grande medida, da presença física de quem compra para poder avaliar o estado do produto que irá comprar (Bestor 2004, p. 18). Nesse sentido, o autor destaca que o mercado do peixe, ainda que possa ter um alcance global, por ser condicionado pela perecibilidade do produto, toma forma numa localização particular onde as pessoas se dirigem (*ibidem*), neste caso, numa lota.

Em Portugal, existem lotas e postos de vendagem espalhados pelos diferentes portos, cais e praias onde se pratica pesca e cada lota tem as suas especificidades, condicionadas pelas características da pesca. Os produtos da pequena pesca, de uma forma geral, abastecem mercados de peixe fresco. Por isso, a existência de mercados na proximidade que escoem os produtos é também crucial, daí que a localização de cada doca seja tão importante¹²⁶, e influencia o preço do peixe. O antropólogo Jose Pascual-Fernández, na sua monografia sobre a pesca nas Ilhas Canárias em 1994, já havia destacado como a existência de mercados próximos aos portos para o escoamento dos produtos era decisiva, mas ressaltou que a diferença se faz na capacidade de penetração em mercados mais longínquos. No trabalho de campo, encontrei poucos casos em que os próprios produtores tivessem essa capacidade, a não ser no caso da OP dedicada aos bivalves.

Ao regressarem de uma maré de pesca, os pescadores dirigem-se para a lota ou posto de vendagem para deixar o pescado capturado. Habitualmente, na pequena pesca, o pescado é selecionado e dividido em caixas ainda a bordo da embarcação, de modo a facilitar o procedimento aquando da chegada à lota. Chegadas à lota, as caixas são transportadas para a zona de pesagem onde se efetua o registo, classificação e pesagem das capturas. Os funcionários do leilão coordenam esse processo e, no final, dão um talão ao responsável da embarcação com a informação que ficou registada.

¹²⁶ No Algarve, o peso do turismo e as condições ecológicas explicam em parte a razão da concentração de lotas, com destaque quer ao nível do volume de pescado transacionado, quer ao nível do seu valor. Além do exemplo mencionado, de referir a lota de Olhão, Portimão, Quarteira e Vila Real de Santo António. As restantes lotas mais importantes a nível nacional (Sesimbra, Peniche, Figueira da Foz e Matosinhos) estão junto aos maiores portos de pesca nacionais, e a sua proximidade a aglomerados urbanos permite um contínuo escoamento do pescado, além das características especificadas de cada porto, que aqui não serão exploradas.

A quantidade de peixe em cada caixa varia de acordo com vários fatores, entre os quais se destacam a espécie e a quantidade capturada e a estratégia adotada por cada barco. Em espécies de maior abundância, as caixas podem equivaler a um “cabaz”, ou seja, a 22,5 kg. Esta divisão reflete as estratégias que os pescadores/armadores desenvolvem, de acordo com as informações do mercado e dos produtos que estão disponíveis em determinados dias. Após esse processo, as caixas são levadas para as câmaras frigoríficas até ao horário do leilão ou, no caso da existência de contratos, até ao seu levantamento pelo comprador. A partir desse momento, os trabalhadores da pesca deixam de ter intervenção direta no produto do seu trabalho.

A maioria das lotas em Portugal é gerida pela Docapesca – Portos e Lotas, SA, empresa do Setor Empresarial do Estado, sob tutela do Ministério do Mar, responsável pelo “serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Setor da Pesca e respetivos portos”. A empresa gere todos os portos de pesca — de Vila Praia de Âncora até Vila Real de Santo António —, 22 lotas, 37 postos de vendagem de pescado e armazéns de aprestos de pesca¹²⁷. É uma das maiores empresas europeias no setor da pesca (Lobão 2020).

A venda do pescado em leilão obedece a várias regras definidas por diferentes diplomas legais, dos quais se destaca o Decreto-Lei n.º 81/2005 e o regulamento interno da Docapesca. No leilão, só se pode vender pescado proveniente das embarcações de pesca profissional e adquirir por comerciantes devidamente cadastrados e que respeitem os requisitos¹²⁸. As condições mais específicas do funcionamento do leilão são definidas pela entidade exploradora da lota.

Os contratos de abastecimento de pescado são permitidos apenas a membros das Organizações de Produtores e desde que estejam devidamente enquadrados nos respetivos planos de comercialização e produção. Esta forma de comercialização consiste no seguinte: o pescado é registado em lota e vendido, através de uma OP, a um comprador por um valor pré-estabelecido em contrato. A pesca de cerco e a pesca de ganchorra são os segmentos de pesca que adotam com mais frequência esta forma de comercialização. Em Setúbal, toda a frota de ganchorra, constituída por 21 embarcações e cerca de 150 pescadores, está afeta à Organização de Produtores Bivalmar e através dela escoam o seu produto sem passar pelo leilão. O planeamento desta Organização de Produtores, os seus planos de gestão de recursos e comercialização têm dado resultados e a frota de ganchorra tem vindo a prosperar, impulsionada

¹²⁷ A Docapesca gere também algumas marinas e docas de recreio.

¹²⁸ “Os produtores, organizações de produtores, grossistas, retalhistas, industriais de pescado, industriais de hotelaria e de restauração ou respetivos mandatários que exibam cartão de identificação válido” DL n.º81/2005.

pelas exportações para o mercado espanhol. Assim, através da Bivalmar, os armadores estabelecem acordos de comercialização com diferentes empresas, pelo que as capturas são feitas para corresponder à encomenda diária, já com um valor definido em contrato.



Figura 11: Leilão na lota de Olhão em abril de 2019

Os leilões, ainda assim, constituem-se como a forma mais comum de venda do pescado em Portugal e à escala mundial, sobretudo na pequena pesca. Cada lota tem o seu horário de leilão, que pode ser fragmentado em diferentes momentos. O horário é definido pela direção da entidade que gere a lota, embora não sejam conhecidos os critérios subjacentes a esta definição e pode causar tensões entre lotas próximas. Em Olhão, há dois horários de acordo com as artes de pesca utilizadas na captura do pescado: o da pesca artesanal, que inicia às 14h, e o do cerco que pode ser às 5h30 e às 14h. Em Setúbal, só há um momento de leilão, que inicia às 20h, sendo “o último leilão do país”, o que é visto com uma desvantagem competitiva. Outro aspeto que deve ser sublinhado: em Setúbal, num edifício ao lado da Lota, todas as noites, há o mercado de 2.^a venda (grossista), com pescado de diferente proveniência e que já passou por mais etapas na cadeia de comercialização.

Enquanto caminhava para o edifício da lota de Olhão, encontrei a habitual azáfama de carrinhas frigoríficas a circular e a estacionar nas imediações. No

cais de descarga, vi dois barcos acabados de chegar a tirar apressadamente as caixas de peixe, a fim de chegar a tempo do início do leilão. Quando entrei, vi pescadores a pesarem as caixas. Mas, na zona da venda, já estava tudo a postos e, na bancada, já estavam muitos compradores, sobretudo homens. Observei muitas pilhas, mais do que nas últimas semanas que aqui tenho vindo. Segundo um dos funcionários, é um dos maiores leilões dos últimos tempos: “Há muito tempo que não havia tanto peixe aqui, hoje é até desmaiar.”

Às 14h em ponto, como habitualmente, começou o leilão: ouviu-se um apito e o funcionário a gritar “à venda!”. O sistema é igual em todas as lotas: eletrónico com o auxílio de ecrãs onde está disponível a informação do peixe a ser vendido. O “chui” hoje é dado através de um comando de infravermelhos, ou seja, é através desse dispositivo que os compradores arrematam os peixes que desejam comprar, que estão distribuídos por caixas. Hoje havia muito choco, polvo, pescada, linguados, línguas e raias. São espécies bastante valorizadas, mas, como havia em quantidade, quase todas baixaram significativamente o preço à medida que o leilão decorria (algumas baixaram para metade), à exceção do polvo e do choco, cujo valor baixou apenas ligeiramente (em cerca de dois euros).

O leilão ia decorrendo e o movimento não cessava, os empilhadores faziam viagens entre a câmara frigorífica e os postos de vendagem e as pilhas de caixas não diminuían. Como tenho observado continuamente, quer aqui quer em Setúbal, os compradores falam entre si em tom jocoso e com piadas, fazendo comentários sobre o peixe, os barcos e outros assuntos não relacionado com a venda. Quando conversam sobre o valor do pescado, o tom muda, torna-se mais baixo e discreto. Comando numa mão e telemóvel na outra: as chamadas telefónicas e a troca de mensagens são constantes. Assim, recebem informação e vão comentando os leilões e o pescado disponível nas outras lotas. Tive a impressão de que eram poucos compradores para a quantidade de peixe disponível, mas, depois de conversas e da observação, apercebi-me de que vários eram aquilo que se chamam “grandes compradores”, geralmente representantes de cadeias de distribuição de pescado e de grandes superfícies comerciais, que compram um maior volume de pescado. Estes compradores e compradoras licitaram o pescado e, muitas vezes, saíram das bancadas para ir para a zona de venda averiguar o estado do peixe. Depois disso, havia trabalhadores seus a

postos para levantar o recibo e levá-las para as respetivas carrinhas frigoríficas. Alguns pequenos compradores queixaram-se, porque nem sempre conseguiam licitar o peixe ou porque cada caixa tinha muitos quilos de cada espécie, o que não é compensatório já que muitos não têm forma de acondicionar o pescado e compram o peixe diariamente. Foram três horas de leilão, com muita agitação e várias tarefas a decorrer em simultâneo.

Diário de campo, Olhão, 17 de abril de 2019

Não obstante este excerto do diário de campo, aqui não cabe uma descrição densa das dinâmicas do leilão que poderão ser encontradas em alguma bibliografia existente (Amorim 2015; Lobão 2020). O leilão é feito maioritariamente de forma presencial, mas utilizando um sistema informatizado. Além disso, algumas lotas já dispõem do leilão online em tempo real. Como o excerto do diário de campo faz notar, o leilão é um momento de grande movimento e articulação entre diferentes tarefas, envolvendo diferentes pessoas. Os compradores registados dirigem-se à lota munidos do comando de infravermelhos, que permite licitar o pescado, e sentam-se em bancadas disponíveis para o efeito. A distribuição dos compradores nas bancadas não é aleatória e resulta de uma escolha criteriosa por parte de quem vai licitar. Como pude observar tanto em Setúbal como em Olhão, corroborado pelo que Júlio Lobão observou em Matosinhos, há localizações estratégicas em termos de visibilidade e/ou sociabilidade (Lobão 2020). As caixas de pescado são colocadas numa passadeira rolante e o leilão inicia nos ecrãs. O funcionário da lota vai enunciado as espécies para venda, embora a informação esteja acessível a todos. O preço vai baixando até algum dos compradores licitar. Posteriormente, segue para a zona de entrega do pescado onde irá ser levantado por quem o licitou.

Em todo este processo, os trabalhadores da pesca, ou seja, pescadores, auxiliares e armadores, não estão presentes e são os funcionários das lotas que gerem as dinâmicas do processo e as estratégias que os compradores podem recorrer para obter um melhor preço. Como descrevi, o comprador pode pedir para observar de perto o pescado colocado para venda antes, durante ou depois do decorrer do leilão. Há casos em que dessa observação resulta uma reclamação sobre a classificação e/ou estado do pescado, o que pode anular a compra para voltar a ser colocado em leilão e, assim, baixar de preço. Todos os leilões são caracterizados por estratégias e expectativas, e o leilão de pescado não é exceção (Lobão 2020). Assim, entre todos/as aqueles/as que participam direta ou indiretamente (compradoras e produtoras, respetivamente) existe uma “aceitação tácita das regras” (Lobão 2020). Ao deixarem o pescado

para irem para o leilão, os pescadores deixam de ter participação na formação do pescado como mercadoria.

Há um conjunto de regras estabelecidas por escrito sobre o funcionamento do leilão e, embora nelas não esteja discriminado o formato em que a entidade exploradora da lota deve adotar, existem outras condutas subentendidas. Em Portugal, o formato seguido é o estilo holandês, ou seja, é feito de forma decrescente, com o preço a reduzir conforme os segundos que passam. Este modelo remonta ao século XVI, quando foi desenvolvido para a venda de flores na Holanda, e tem vindo a ser muito utilizado para a comercialização de mercadorias perecíveis, por ser visto como um mecanismo eficiente para escoar produtos (Lobão 2020).

A escolha por um modelo de leilão decrescente acarreta, desde logo, implicações na formulação do preço que resulta num quadro de desvalorização dos produtos colocados para venda. Apesar de não ter realizado uma observação sistemática dos leilões, pude verificar que a descida dos preços é mais rápida em espécies mais valorizadas (por exemplo linguados, salmonetes, etc.), enquanto nas espécies que iniciam o leilão num valor inferior, a descida é mais lenta. Ainda assim, apesar destas diferenças, a velocidade é bastante significativa, o que faz com que o preço do peixe desvalorize de uma forma quase imediata. Após uma observação e análise ao leilão da lota de Matosinhos, Júlio Lobão também notou aquilo que eu observei, embora não lhe tenha sido facultada a informação estatística sobre o assunto — o percurso de descida dos preços é sempre semelhante: nas espécies de valores superiores, a descida é mais rápida, enquanto nas espécies com um valor de partida mais baixo, esse movimento decrescente é mais compassado (Lobão 2020). Da sua análise etnográfica e da revisão de literatura, Lobão concluiu que “a velocidade de diminuição dos preços é uma variável crítica na construção desses mercados” (*ibidem*:83).

A flutuação do preço do peixe no mercado afeta diretamente a remuneração dos pescadores e os meios de subsistência das famílias. Além disso, a venda em lota significa associar mais despesas de produção, não só de obrigação contributiva e de seguros, mas também outras taxas (Taxa de Cedência de Caixas; Taxa de Fornecimento de Gelo; Taxa de Armazenamento em Frio, etc.). Ainda que o serviço prestado pelas lotas seja crucial para garantir o escoamento do pescado perante a dificuldade de alguns armadores/pescadores de o comercializarem, a obrigatoriedade de registo das capturas em lota constrange a atividade, nomeadamente na presença de pequenos negócios familiares.

Jose Pascual-Fernández demonstrou como existem contextos piscatórios ao redor do mundo em que as formas de comercialização ficam sob o controlo das unidades domésticas a que pertencem os pescadores, mas que, ainda assim, não quer dizer que estejam imunes à lógica

mercantil ou que consigam regular os preços (Pascual-Fernández 1999). Ou seja, como verifiquei, mesmo quando são as próprias famílias a transacionar comercialmente o pescado, por exemplo, aquele que provém do quinhão, o valor é definido avaliando o preço que foi em lota e o preço que está à venda para o consumidor final. Para conseguirem facilmente escoar o pescado, é necessário que o valor esteja nesse intervalo de preços, mas, na lógica das famílias, é um pescado que vale mais, porque veio diretamente do barco para o comprador final, sem intermediários e com pouco manuseamento, conferindo-lhe maior frescura. Assim, embora consigam definir um preço, essa definição é sempre influenciada pelo mercado. Além disso, neste caso, como está fora dos circuitos e canais formais de venda, o consumidor espera um valor mais baixo, uma vez que não é sujeito a taxas e impostos, mas as famílias esperam que seja mais compensatório do que se tivessem optado por colocar em lota.

O Secretário de Estado das Pescas em funções em 2020, José Apolinário, numa participação num *webinar*, mencionou que as lotas têm características particulares, fruto do enquadramento geográfico e ecológico em que estão inseridas: “O Algarve é um bom exemplo. Sagres tem condições de peixe mais nobre na região. É por isso que a tendência é para haver menos lotas em menos pontos. O preço da lota de Peniche, se tiver muitos compradores, aumenta. Numa pequena lota, se houver poucos compradores, o preço baixa. Mas também é difícil de uma associação dessa zona montar um cabaz. Nem todas as lotas têm a qualidade e diversidade de peixe que tem a lota de sagres.” Nestas declarações, José Apolinário resumiu, em poucas palavras, os fatores que afetam as dinâmicas das lotas e os leilões: o número de compradores que variam de acordo com demandas do mercado, que, por sua vez, estão enquadradas na abundância e/ou escassez de determinada espécie, o que condiciona diretamente a formação do preço do peixe.

De uma forma simplista, poder-se-ia resumir a questão que preside à formação do preço do pescado em lota da seguinte forma: quanto menos quantidade de um determinado peixe, maior a probabilidade da valorização do seu preço; por seu turno, quanto maior quantidade, o movimento é inverso e o preço tende a baixar. Todavia, existem nuances que se prendem com a valorização de cada espécie, pelo que existem espécies cujo valor não aumenta significativamente mesmo em escassez.

Ainda que, atualmente, existam formas de transporte refrigerado, quanto maior a distância da lota ao mercado em que vai ser vendido, menor tende a ser o seu preço na primeira venda. Todavia, há alguns produtos que, pela sua menor perecibilidade ou facilidade de acondicionamento, como polvos e bivalves, fazem viagens mais longas e são alvos de exportação. Por isso, a rastreabilidade do pescado tem sido colocada na agenda quando se fala

em comercialização do pescado e tornou-se um dos objetivos das políticas pesqueiras nas últimas décadas. A Docapesca desenvolveu o Comprovativo de Venda em Lota (doravante CCL) com o objetivo de “contribuir, decisivamente, para a valorização qualitativa e quantitativa do pescado transacionado nas lotas do continente português e, conseqüentemente, para a sustentabilidade e rentabilidade do Setor das Pesca em Portugal, através da identificação e diferenciação do pescado das lotas junto do consumidor final” (Docapesca Portos e Lotas S.A. 2022).

A 15 de março de 2020, promulgou-se o Estado de Emergência que ditou o confinamento geral da população, com o encerramento de vários serviços. O setor da pesca continuou a trabalhar e as lotas a funcionar, garantindo o abastecimento de pescado. Os primeiros tempos de pandemia foram, no entanto, os mais desafiantes para o setor e tiveram vários impactos a diferentes níveis, variando de acordo com o segmento de pesca. Em primeiro lugar, 2020 foi o ano com menos desembarques de pescado desde que há registos (1969), a quebra acentuada na produção rondou os 19,8 % (DGRM 2020). Ainda que o setor tenha continuado a laborar, várias embarcações viram-se obrigadas a parar pela contração nos proveitos. A desvalorização do preço do pescado ocorreu principalmente entre março e abril de 2020. Apesar disso, o ano de 2020 acabou por ser um ano de aumento do valor médio da primeira venda, em cerca de 0,22 €/kg, o que não compensa a elevada quebra da produção (DGRM 2020). Assim, verificaram-se fortes impactos nos rendimentos. As espécies mais desvalorizadas foram a sardinha, lula, polvo, carapau e peixe-espada preto. Além disso, os barcos são espaços confinados onde não é possível cumprir muitas das recomendações de segurança, nomeadamente a distância física, e a necessidade de meios de proteção fez aumentar os encargos dos barcos.

Nas primeiras semanas do Estado de Emergência, assistiu-se a uma desvalorização do pescado na primeira venda em lota. As espécies que registaram maior desvalorização foram os peixes considerados mais nobres pelo seu valor económico (eg. linguados, pregados, robalos etc.), os bivalves e o marisco. Esta desvalorização deveu-se à queda na procura com o encerramento dos estabelecimentos do canal HORECA – Hotelaria, Restauração e Cafés (Pita et al. 2020). As embarcações do segmento da pesca polivalente foram as mais afetadas, bem como o segmento de pesca de ganchorra, devido à diminuição das exportações de bivalves e do marisqueio (*ibidem*). A maior percentagem de pescado vendido efetuou-se através das grandes superfícies, no entanto, algumas lotas perderam compradores (*ibidem*). Por seu turno, peixes como o carapau e a cavala sofreram uma ligeira valorização, por serem mais acessíveis à compra individual, o que beneficiou a frota do cerco. Além disso, verificou-se uma diminuição do número de capturas, uma vez que vários barcos pararam devido à perda de receitas que se

estava a verificar (Pita et al. 2020). Ainda que se tenha verificado uma quebra nos preços da primeira venda, os preços ao consumidor revelaram um aumento nas primeiras semanas do Estado de Emergência, o que foi denunciado de imediato pelo setor.

Até meados de abril de 2020, eram quase inexistentes as medidas de apoio económico ao setor. As principais medidas relacionavam-se com a contenção do contágio, pelo que a Docapesca elaborou um plano de contingência para garantir o abastecimento de pescado em condições de segurança sanitária. Paralelamente, decidiu-se a redução do número de leilões nas lotas com mais do que um e procedeu-se à disponibilização gratuita dos leilões *online*. O governo decidiu suspender por 90 dias a cobrança da taxa de acostagem das embarcações de pesca. No que toca ao apoio económico efetivo, foi criada a “linha de crédito até 20 milhões de euros, a cinco anos, permitindo a contratação de empréstimos e a renegociação de eventuais dívidas, com o pagamento dos respetivos juros pelo Estado” e a possibilidade de os pescadores requererem o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, aquando de paragens devido à COVID-19. Além disso, no âmbito do Programa Operacional Mar 2020, foi aprovada uma portaria para apoio à aquisição de equipamentos e materiais de proteção individual. Ainda assim, o próprio Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, admitiu que não estavam em andamento mais medidas, porque era necessário “desbloquear questões burocráticas” ao nível da UE, a fim de canalizar verbas do orçamento comunitário (do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas) para apoiar a paralisação temporária da atividade. Revelou aquilo o que já se sabia: em breve iriam ser abertas novas linhas de crédito de apoio ao setor, com juros bonificados apoiados pelo Estado.

No início de abril, numa entrevista dada à Antena 1¹²⁹, Ricardo Serrão Santos confirmou este cenário e fez um apelo para o consumo de pescado nacional. Quando questionado sobre a desvalorização do pescado que estava a ter impacto sobretudo na pequena pesca e sobre as reivindicações dos pescadores para estabelecimento de um preço mínimo de venda em lota, respondeu, num tom exasperado, que o Estado não podia fazer nada e que “está nas mãos das OP” tentarem intervir na regulação dos preços com as ferramentas que têm à disposição para o efeito. Disse que as OP “têm toda a liberdade para comprar e depois armazenar o peixe”. Por fim, rematou: “Nestas questões, é o mercado que age”, mas “o Estado está atento às especulações”.

As palavras do então Ministro Ricardo Serrão Santos tiveram eco em intervenções do seu Secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, que também rejeitou qualquer possibilidade

¹²⁹ <https://www.rtp.pt/play/p517/e465784/entrevistas-manha-1>

de intervenção direta do Estado na regulação do mercado. A 23 de abril de 2020, num *webinar* intitulado “Pela boca morre o pescador artesanal”¹³⁰, José Apolinário, um dos convidados, foi questionado sobre a possibilidade de o Estado intervir no mercado, ao que respondeu: “Não basta dizer o estado intervém. Como? Compra? Diz: a Docapesca compra? Pois e comercializa? Coloca onde? Quem paga? A única forma do Estado intervir é dizer que a margem de lucro não é mais do que X. Ora bem, o produto da pesca não é apenas retirá-lo da lota e colocá-lo na mesa do consumidor. Há um conjunto dessa cadeia que tem de ser ponderado. Tem custos.” Depois, deu os exemplos dos cabazes do peixe, dizendo que a solução para a questão passaria por “reforçar o papel das organizações de produtores e das associações e dinamizar uma rede de pesca de proximidade. Digamos, de peixarias de proximidade. Se houver mais compradores, o preço tende a aumentar”. Sobre o assunto mencionou que o estabelecimento das margens de lucro entre a primeira e a segunda venda era o que se fazia “antes do 25 de abril” e que esse cenário mudou com a entrada na Comunidade Económica Europeia.

Uma vez mais, surge na memória a existência de taxas de lucro, desta vez evocadas pelo Secretário de Estado, que se demonstra consciente de umas das reivindicações mais reiteradas dos profissionais do setor. Em debates sobre o papel do Estado em relação a dinâmicas de mercado, é frequente que quem o representa faça uma associação direta ao período do Estado Novo, deslegitimando, assim, qualquer reivindicação nesse sentido. A vontade de libertação do protecionismo económico, herdado do Estado Novo, remonta a 1976 e está associada a uma promessa de modernidade e progresso económico, através da almejada integração europeia, que também colocou maior ênfase no mercado livre (Matos 2019). A reação do Secretário de Estado deve ser enquadrada nesse contexto quando evoca as práticas associadas à ditadura, comparando-as com aquilo que mudou com a integração europeia. No contexto da lógica neoliberal que impera, o argumento ideológico da diminuição da regulação protecionista está relacionado com a competição (Narotzky 2020, p. 5). Hoje, parece que qualquer narrativa que questione as dinâmicas do mercado é vista como radical, ou até inconsciente, uma vez que predomina a ideia de que não há alternativas a este modelo e de que qualquer menção a uma forma alternativa de regulação é associada a regimes protecionistas autoritários e à ideia de que a criação de regras de controlo de mercado amputa a sua competitividade. Esta lógica torna-se

¹³⁰ Organizado por ACTUAR, FIAN Portugal e FIAN Noruega, enquanto promotoras do projeto “Alimentação é Direito” — Fortalecimento da implementação do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas em Portugal”, e com a colaboração da REALIMENTAR — Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

mais uma peça que compõe a incerteza do quotidiano, porque perpetua e potencia as flutuações dos preços, o que tem impacto no sustento das famílias.

A resposta do governo a este assunto incidiu na regulação da pesca e na criação de apoios que, quase todos, passavam pela facilitação de acesso a linhas de crédito aos armadores. Com esta posição, o Estado contribuiu para a lógica neoliberal de financeirização da vida, impulsionando as pessoas a contrair créditos, ainda que fossem com juros bonificados. Em 6 de abril, foi publicada a Portaria n.º 88-B/2020, que determinou a suspensão da pesca aos fins de semana na divisão 9 definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar. A justificação para esta suspensão é dada logo no preâmbulo da portaria, no qual se afirma: “Com vista a garantir melhores condições para a valorização do trabalho das frotas pesqueiras, neste momento particularmente difícil para o país, cumpre regular a sua atividade de forma a otimizar as condições para uma maior valorização do pescado, nas quais se inclui a suspensão da atividade da frota durante o fim de semana, melhorando a regulação da oferta e o preço de primeira venda no início da semana.” Esta medida, com efeitos desde 6 de abril até 31 de maio de 2020, foi aplicada, segundo consta no diploma, após ouvidas as associações representativas do setor da pesca. No entanto, no terreno, encontrei uma narrativa diferente sobre esse processo de diálogo entre as partes. O projeto de portaria foi enviado por *e-mail* aos Dirigentes Associativos com quem tive contacto no dia 1 de abril solicitando os seus contributos, que deveriam ser remetidos no mesmo dia até às 17h. A justificação do prazo apertado residiria na tentativa de ter a portaria promulgada antes do fim de semana seguinte. Este prazo curto tornou praticamente impossível que as associações e OP pudessem preparar qualquer contributo, concordando ou não com o teor da portaria. Esta abordagem causou, desde logo, tensão e uma das Organizações de Produtores, com quem tenho mantido contacto, decidiu partilhar a situação numa rede social. Por outro lado, a maioria dos profissionais com quem contactei acharam que essa era uma medida irrelevante. Como me disse um pescador, a medida só significa que o peixe vai “estagiar durante o fim de semana”, ou seja, ficar armazenado, para ser colocado em lota à segunda-feira, como habitualmente. Sendo assim, previram que à segunda-feira houvesse maior quantidade de peixe na lota, o que teve como consequência uma baixa de preços. A medida foi criticada, já que, na prática, não mudaria nada para os pescadores que teoricamente pretendia proteger. Ainda que tenham sido estes os ecos do terreno, acompanhando pelas notícias e redes sociais, pude constatar que esta opinião não era consensual, e outras associações e OP consideram uma medida eficaz.

O objetivo principal da portaria seria “uma maior valorização do pescado”. Todavia, o Governo não fez nada que diretamente endereçasse a questão, pois, evocando de novo as

palavras do Ministro do Mar: “Nessa questão, o mercado é que age.” As reações de ambos os representantes do governo ilustram o desconforto que sentem quando confrontados com a questão.

O papel dos Estados é sempre heterogéneo, mas, numa lógica neoliberal, cabe ao Estado criar e preservar um contexto institucional que garanta o correto funcionamento do mercado e comércio livre (Harvey 2005). No contexto da economia da pesca, ainda que os governantes sugiram que o Estado é impotente para agir no domínio do mercado, não questionam que seja o próprio Estado, através da Docapesca, a assegurar o funcionamento do mercado do pescado. Se partirmos da abordagem de David Harvey ao neoliberalismo, podemos ver como a atuação do Estado (ou ausência de) é limitada e contrai-se quando se faz sentir o domínio do mercado. Em consequência, reduzem-se ou anulam-se medidas protecionistas, a fim de criar um “bom clima” para o mercado.

Atualmente, são necessárias infraestruturas institucionais para enquadrar o mercado que, no caso português, é o Estado, através da Docapesca, que configura o mercado ao criar condições para as transações comerciais do pescado. Ou seja, enquanto instituição, a Docapesca canaliza as transações comerciais e, além disso, cria também as condições para que o mercado se materialize. A centralização, por parte do Estado, da primeira venda do pescado dá algumas garantias aos profissionais do setor, pois cria as condições para que estes tenham acesso ao mercado, através de instalações adequadas e processos de venda. Ainda que possa ser uma vantagem, na medida em que os produtores primários têm algumas dificuldades para comercializar o que capturam, as regras de comercialização do pescado restritas à lota amputam a possibilidade de venda direta do produtor ao consumidor, criando dificuldades, nomeadamente no estabelecimento do preço do peixe e alienando a relação dos pescadores com produto do seu trabalho, vendido segundo lógicas mercantis e não de acordo com as suas necessidades nem com as necessidades humanas de alimentação. Apesar de a COM criar algumas condicionantes à comercialização do pescado, no que toca à venda direta, abre um enquadramento institucional que o permite desde que em quantidades reduzidas, mas, ainda assim, não tem sido aplicado em Portugal nem em Espanha (Pascual-Fernández et al. 2019). Desta forma, salvo algumas exceções¹³¹, qualquer venda de pescado que não passe pelo registo em lota é considerada ilegal e, portanto, alvo de coimas.

¹³¹ Segundo a Portaria n.º Portaria n.º 247/2010, a primeira venda fora de lota pode ser autorizada em condições que acarretam excessivas dificuldades na deslocação à lota mais próxima. Neste caso, a autorização pode ser concedida a titulares de licença de apanhador de animais marinhos e de pesca apeada e a titulares de pesca profissional, para operar no Rio Minho. Quem pretende comercializar moluscos bivalves, gastrópodes marinhos, equinodermes e tunicados, vivos têm de ser alvo de

António Duarte Pinho defende que a Docapesca “tem sido um pilar e uma âncora na sobrevivência das pescas e, se não fosse esta estrutura, a pesca estaria mais vulnerável aos mercados e aos comerciantes” (Pinho 2019, p. 11). Ainda assim, apesar de o Estado ter um peso na comercialização dos produtos da pesca e facilitar o escoamento diário do pescado, este papel não deve ser entendido como um intervencionismo económico, à semelhança do que aconteceu no período do Estado Novo, quando a Docapesca foi criada. Wacquant rejeita uma visão do neoliberalismo exclusivamente centrada no mercado e defende que é uma conceção sociológica densa centrada na capacidade de o Estado permitir o domínio do mercado (Wacquant 2012), ou seja, neste processo, o Estado passa a aplicar políticas neoliberais, a fim de criar condições e estrutura institucional para o funcionamento do mercado. A lota é disso exemplo: apesar de ter enquadramento institucional estatal, o mercado continua a funcionar de acordo com as suas inerentes dinâmicas de autorregulação, como adiante veremos.

De acordo com a teoria neoliberal, a liberdade individual é garantida através do mercado e, simultaneamente, o indivíduo é responsabilizado pelas suas próprias ações, como tal, o seu sucesso ou falhanço é analisado sobre o prisma das suas competências. Com este postulado, perante um momento crítico como a crise pandémica, em que há um conflito relacionado com a valorização do pescado, impactando diretamente o rendimento dos pescadores, o Estado sob lógica neoliberal, na pessoa dos seus governantes, tende a responsabilizar os próprios produtores pela inversão da situação. Nesse sentido, defendem que cabe aos profissionais, através das OP, intervir no mercado. Ou seja, defende-se que o setor, na pessoa dos dirigentes associativos, armadores e trabalhadores, tenha maior capacidade empreendedora, ainda que seja um pouco irrealista, uma vez que o contexto de desvalorização do preço do pescado transcendia o limite de qualquer ação dos profissionais do setor.

Os preços e os valores do pescado

De uma forma geral, o pescado da pequena pesca tem uma qualidade superior e um grau de frescura maior, devido ao menor tempo de viagem entre o lugar de pesca e o porto e às técnicas mais artesanais. Ainda assim, esta característica nem sempre se reflete no preço do pescado. Em Portugal, o preço do pescado na primeira venda quase triplicou desde os anos 1980¹³², o que permitiu equilibrar a quebra na produção. Ainda assim, como notou António

depuração. Além disso, embarcações licenciadas com arte de Xávega também entram no rol de exceções (Portaria n.º 172/2017), assim como embarcações de pesca licenciadas exclusivamente para operar no Rio Guadiana (Portaria n.º 36/2019).

¹³² Há que equacionar, neste aumento, os impactos da introdução do euro.

Duarte Pinho, este cenário tem tido impactos negativos, nomeadamente ao nível do “escoamento a preços razoáveis e compensadores para os produtores”, pois são condicionados pelas importações (Pinho 2019, p. 11). Além disso, há uma diferença considerável entre os valores da primeira venda do pescado e o preço pago pelo consumidor final, havendo uma inflação considerável em muitos casos. A esta questão soma-se, sobretudo, o aumento dos custos de produção com o aumento dos combustíveis.

Em Olhão, há um marco histórico que, na perspetiva da maioria dos meus interlocutores, é sentido como um embate sofrido no setor: o fim dos acordos de pesca com Marrocos¹³³. Quando os barcos de aparelho de anzol podiam laborar nos bancos de pesca dos mares de Marrocos, o movimento na lota de Olhão era incomparável ao de hoje, dizem-me com frequência. Carlos, que foi pescador num desses barcos, descreveu esses tempos: “Eram xalavares de dinheiro.” No entanto, Jaime, que foi armador de um desses barcos, confessou que não deseja nem aos inimigos a “vida de Marrocos”, pois os barcos não tinham condições de habitabilidade para as viagens que faziam. Sobre o valor do peixe, explica-me que, “naquela altura, havia movimento para fora. O nosso peixe ia para o estrangeiro e fornecia os supermercados. Mas, hoje, o peixe vem de fora, congelado e de aquacultura, um peixe que não vale nada”. Sobre o valor do peixe hoje, Carlos diz que, em lota, só aumenta “quando vêm os espanhóis, mas os mamões que estão na lota correm com eles, para comprarem ao preço que eles querem. A malta nota logo a diferença quando os espanhóis estão aí. Os portugueses querem ganhar muito. Se for preciso, compram a 8 ou a 9 e depois vão vender a 15 ou a 20”. Jaime dá o exemplo do malacueco (azevia) que, quando estão presentes no leilão os compradores espanhóis, “vai a 18 ou 19 quando não aparecem vai a 10 ou 11”. Depois, num tom pedagógico, diz-me que, “há 30 e tal anos para cá, os compradores podem pôr o preço que querem. Antigamente, não podiam, tinham uma margem de 30 %”. Carlos sugere que este problema do preço do peixe só pode ser contornado se houver uma cooperativa que imponha o preço mínimo de venda. Na sequência da conversa, comentaram um caso que eu própria já presenciei, tanta na lota de Setúbal como na de Olhão, sobre os compradores licitarem o peixe, anularem a compra, para depois voltarem a licitar por um valor muito mais baixo. Carlos conclui: “Isso não é gozar com o pescador?” Quando chegou o barco de Jaime, a companha dirigiu-se ao armazém onde estávamos.

¹³³ Acordo em Matéria de Pesca Marítima, assinado em Lisboa entre Portugal e Marrocos, em 25 de março de 1976, que permitia às embarcações nacionais pescarem ao largo de Marrocos. Estes acordos cessaram no fim dos anos 1990, tendo profundo impacto na frota de palangre do alto, com muita expressão em portos como Olhão e Sesimbra mas, também, Setúbal.

Perguntei ao mestre Justino se o vento não o tinha impedido de ir ao mar, ao que me responde “eu vou sempre, a carteira está vazia” e começou a rir.

Esta interação permitiu observar de que forma há uma dependência do mercado e como as dinâmicas da lota informam, influenciam e condicionam a atividade da pesca. O diálogo demonstra as diferentes dimensões inerentes ao mesmo assunto e a forma como os profissionais da pesca os articulam na sua visão sobre o estado atual do setor.

Em primeiro lugar, a interpretação sobre os processos históricos mais recentes norteia a avaliação que se faz da situação atual, como já vimos. Os altos níveis de dependência de fatores externos agravaram-se com a abertura proporcionada pela integração europeia. As mudanças provocadas, aquando da integração europeia, têm sempre destaque na memória de quem evoca esse período, mas este diálogo traz algumas questões concretas. Com a entrada para a Comunidade Económica Europeia, em 1986, e perante a necessidade de corresponder aos requisitos legais da Organização Comum dos Mercados (OCM), foi necessário efetuar “alterações imediatas no dispositivo intervencionista que ficara do Estado Novo” (Garrido 2018a, p. 91)¹³⁴. Nesse seguimento, promoveu-se a extinção de limitações aduaneiras para permitir a livre circulação do pescado entre os Estados-Membros e das normas de comercialização da primeira venda do pescado, para promover a competitividade. Até então, os comerciantes que adquiriam o pescado no leilão só podiam ter uma margem de lucro máxima de 30 %. Esta mudança é considerada, por muitas pessoas, danosa para o setor, dando liberdade para os comerciantes definirem o valor do pescado. Acresce a isto, a crescente introdução de pescado importado, da pesca industrial e/ou da aquacultura nos mercados nacionais, a preços com os quais a pequena pesca tem dificuldade em competir. Nesse seguimento, houve uma intensificação das flutuações inerentes à autorregulação do mercado. Todavia, o chamado “peixe nobre”, proveniente sobretudo da pequena pesca, valorizou, com o crescimento, ao longo das últimas décadas, da demanda da hotelaria, impulsionada com o aumento do turismo.

De uma forma geral, muitos profissionais do setor com quem falei consideram que o Estado deve regular os preços do pescado, através do estabelecimento de um preço mínimo e/ou de uma margem de lucro. O tema dos preços vai além da sua dimensão económica e levanta questões políticas, éticas e de justiça (Homs, Álvarez 2021, p. 15). Patrícia Homs e Bibiana Álvarez encontraram as mesmas reivindicações junto de agricultores em Espanha, que defendem que a existência de um preço mínimo — considerado o preço justo — deve cobrir os

¹³⁴ Para evitar monopólios que ainda vigoravam, deu-se a extinção de organismos como a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau.

custos de produção, de forma de garantir a sustentabilidade económica das unidades de produção agrícola (*ibidem*). O Estado escuda-se dizendo que não está ao seu alcance regular o mercado, o que releva a sua posição política.

Pelas palavras destes profissionais da pesca, nota-se um questionamento sobre a forma como o preço do peixe é definido e como se sentem impotentes neste processo. Como foi demonstrado, os pescadores não têm intervenção nos processos de definição do valor do peixe, o que os torna vulneráveis à constante instabilidade dos preços do peixe, que parece uma característica comum noutros contextos geográficos. Todavia, são as/os trabalhadoras/es por conta de outrem, as/os trabalhadoras/es independentes e as/os pequenas/os produtoras/es que estão mais expostos ao “mercado despótico” (Narotzky 2020, p. 5). Várias autoras têm vindo a demonstrar como é difícil entender essa instabilidade e por que razão os preços mudam de forma tão imprevisível, relacionando-se com históricos e cíclicos períodos de escassez ou abundância, questões locais, bem como forças económicas que transcendem as dinâmicas do mercado local (Rashid 1999). Os sistemas alimentares globais estão cada vez mais vulneráveis às crises e flutuações económicas, ecológicas e sociais bem como às investidas especulativas, o que impacta nos preços dos bens alimentares (Vivas, Montagut 2011, p. 25).

Os pescadores tendem, todavia, a associar essa mudança ou desvalorização dos preços como fruto da ação dos intermediários, dado que não existe nenhuma regra que os condicione. A expressão “mamões” manifesta bem a tensão que existe com quem compra o peixe na primeira venda em lota. A ênfase constante naqueles que são “intermediários/as”, ou seja, nos comerciantes que compram na primeira venda em leilão, resulta numa culpabilização por deixarem os preços baixar. Este caso também permite notar as diferenças entre o mercado português e o espanhol, com a maior preponderância que as compradoras espanholas têm na valorização do pescado nacional. A presença dos intermediários é um elemento constante na pesca e não está circunscrita ao contexto em análise, nem tampouco é fenómeno recente. Já Raymond Firth analisara o papel dos intermediários chineses na comercialização e formação do preço do pescado dos pescadores malaios (Firth 1946). Estes intermediários acabam por ser os mediadores com os mercados, criando uma barreira entre produtores e consumidores finais. Assim, são agentes com o poder de forçar a descida ou subida dos preços dos produtos, devido a demandas de mercado, mas também a circunstâncias locais ou interesses pessoais. Ainda assim, é importante notar que o valor do pescado é também definido pelas dinâmicas do comércio global e condicionado e orientado pelos princípios gerais do capitalismo, não sendo um produto de mecanismos abstratos do mercado (Bestor 2004, p. 16). Ou seja, o comércio

global de pescado interfere com os mercados locais, nomeadamente de espécies que são importadas e/ou exportadas.

A tendência crescente de importação de pescado, que se verifica desde os anos 1990, é também um tema muito presente nos discursos dos pescadores. Ainda que tenha ocorrido para satisfazer as demandas do mercado interno para dar resposta à quebra de produção, o pescado importado concorre diretamente com a produção pesqueira nacional. No que toca às primeiras, muitas vezes, o pescado importado tem um valor com o qual o pescado fresco local não consegue competir. Vejamos, por exemplo, o caso da pescada fresca do anzol e das postas de pescada vendidas em supermercados. No que toca às espécies exportadas, o seu valor depende da procura e também da sua valorização noutros mercados e não só em Portugal. Com a abertura dos mercados, verificou-se uma facilitação da entrada de pescado de outros países, cujos custos de produção baixos permitem preços finais mais competitivos. Associados aos preços, estes produtos são enquadrados em grandes cadeias de distribuição que permite que sejam colocados em redes de supermercados (Pascual-Fernández et al. 2019, p. 144). Além disso, também o pescado de aquacultura, seja de produção nacional ou não, concorre nos mesmos mercados. Esta conjuntura tem dificultado a comercialização do pescado local, sobretudo, porque não há uma eficaz diferenciação do pescado capturado pela pequena pesca local e costeira; e o pescado importado, de aquacultura e/ou da pesca industrial. Nesse sentido, apesar de a Docapesca ter apostado no esquema de etiquetagem CCL, já mencionado, a fim de diferenciar o produto através da sua rastreabilidade, promovendo cadeias de valor mais curtas, os seus efeitos são ainda diminutos. A isto soma-se a diminuição dos estabelecimentos de comércio de proximidade, como as peixarias. Esta conjuntura permite ver como a COM não favorece a pequena pesca, estando mais adaptada ao comércio de larga escala.

Atualmente, as espécies mais consumidas em território nacional são sardinha, carapau, polvo, pescada e peixe-espada, muitas capturadas pela frota nacional. O bacalhau tem um peso significativo no quadro das importações. Perante o hábito cultural de consumo de uma espécie que não existe em águas nacionais e uma frota longínqua diminuta, a importação é a única solução para responder à necessidade de abastecimento de bacalhau. No que toca à pescada, embora seja capturada pela frota nacional, grande parte também provém de importação, com um valor mais económico do que a nacional. Os hábitos alimentares e de consumo da população residente em Portugal foram também mudando, muito impulsionados pela introdução de novas espécies no mercado interno, como, por exemplo, o salmão de aquacultura. Esta concorrência acaba por ter impacto nos processos de valorização do pescado capturado pela frota nacional, ainda que, nas palavras dos pescadores, o pescado que vem de fora não *valha* nada.

Na antropologia económica clássica, cedo se demonstrou como o valor é socialmente produzido (Mauss 2001 [1950]), enunciado também reiterado na teoria marxista. Ainda que não seja o lugar para uma discussão em torno deste complexo conceito, pois já foi feito por vários autoras (Graeber 2001; Collins 2016; Narotzky, Besnier 2014; Kalb 2016), é importante evocar algumas das suas reflexões, ainda que ressaltando que valor é uma palavra com uma heterogeneidade de significados e aplicações, bem como alvo de uma extensa produção teórica, pelo que deve ser clarificado o âmbito do seu uso.

As relações capitalistas de valor têm configuração hegemónica, bem como manifestações locais concretas, mas interagem com outras formas de conceber o valor. Ou seja, existem regimes de valores que vão para lá do valor de mercado. Para dar conta disto, têm sido avançados vários termos, como, por exemplo, valor de uso e valor de troca ou a distinção entre o valor e os valores. O valor está associado ao mercado, a uma troca comercial, e com expressão através do preço e os valores, por seu turno, refletem outras dimensões — morais, políticas e sociais —, que não podem ser encapsuladas na linguagem monetária. As categorias clássicas da economia política dizem que as diferenças entre valor de uso e valor de troca é o que gera, na maioria dos casos, tensões (Gallagher, DiNovelli-Lang 2014). Estas reflexões permitem demonstrar como os valores estão além dos bens, serviços ou mercadorias trocados, ao contrário do que a hegemonia neoliberal professa (Collins 2016; Graeber 2001).

Ainda que o preço seja uma componente determinante para quem depende da pesca para viver, o pescado é avaliado por vários regimes de valor/valores que não se circunscrevem ao preço de mercado, como aliás é característica dos produtos alimentares (Harper, Siniscalchi 2020). Kopytoff resalta como algo é produzido como mercadoria, mas que também tem de ser culturalmente classificada como tal (Kopytoff 1986). Se o pescado é claramente uma mercadoria, como foi demonstrado, ele é também considerado um alimento, sobre o qual incidem diferentes formas de valorização. Esta constatação vai ao encontro da dupla valência dos alimentos identificada por Harper e Siniscalchi (2020), que os identifica simultaneamente como mercadorias e sustento humano básico; e é nos interstícios destas duas valências que vemos surgir as tensões entre regimes de valores e que emergem contestações ao valor hegemónico do mercado.

Apesar de os pescadores avaliarem uma maré de pesca cada vez mais pelo preço do pescado no mercado, ainda está muito presente a conceção do peixe como um alimento, associando-lhe um valor de uso. Barbara Neis demonstra como a globalização tem perturbado redes locais de pesca e a comercialização, que tem resultado numa privação dos trabalhadores de beneficiarem do peixe como fonte de alimento. Se recuperarmos o vocabulário clássico da economia,

podemos afirmar que há um cruzamento entre o valor de mercado, mais associado ao processo produtivo e extrativista, e o valor de uso, associado quer ao processo laboral de captura do pescado quer a dimensões sociais e simbólicas de valorização desse pescado. Nem sempre há um encontro entre estes regimes de valores. Como foi demonstrado, o valor de mercado é produzido numa cadeia de valor mais ampla associada a processos macroeconómicos. Já o valor de uso tem por referência aspetos mais localizados, aos quais se somam outros valores. Por isso, na ótica do valor de uso, os pescadores nem sempre consideram justo que o pescado fruto do seu trabalho e fonte de alimento humana tenha determinado valor monetário. Também por isso consideram o peixe importado e de aquacultura sem valor. Ou seja, a apreciação dos próprios pescadores do valor do pescado em questão e da sua qualidade nem sempre se traduz na sua valorização monetária. Com este último caso, poderia dizer que os pescadores definem o valor de forma diferente da sua conceção hegemónica associada ao preço, sendo essa conceção informada por outras dimensões mais subjetivas. Assim, existe oposição e resistência entre o valor definido hegemónico e os valores considerados a partir da economia moral das pessoas. David Graeber foi um dos responsáveis por retomar os debates em torno do valor e expandir o seu âmbito de análise. Nesse empreendimento, o antropólogo defendeu que, na conjuntura atual, a grande disputa não é tanto pela apropriação do valor, mas pela definição do que é o valor (Graeber 2001, p. 88), o que se torna particularmente visível neste caso, uma vez que se nota que os pescadores procuram definir o valor a partir de outros valores, o que faz emergir a sua própria agência ao contestar o valor hegemónico.

Quando Justino diz que tem sempre de pescar, mesmo perante condições climáticas instáveis, porque “a carteira está vazia”, ele está a chamar a atenção para “a tensão entre a autonomia dos processos de trabalho e as coações impostas para produzir” (descrição de Gerald Sider em 1980 de localidade piscatória em Newfoundland, citado por Howard). Ou seja, há uma tensão entre a variação na produção e a remuneração (Penny McCall Howard 2012, p. 201). Apesar de não ser armador, Justino decide se, quando, onde e como irá pescar, avaliando as condições para tal, e, nessas decisões, os mestres das embarcações de pesca são influenciados pelas estimativas mentais sobre os preços das suas capturas, por forma a avaliarem o sucesso de uma viagem. Justino é impelido a intensificar o trabalho, porque depende diretamente da pesca (produção) e do seu valor no mercado. Deste modo, tanto os armadores e mestres como a companhia vão tendo conversas frequentes sobre o preço do peixe e vão monitorizando as suas tendências, uma vez que o rendimento de todos depende disso, o que mostra o papel determinante que as dinâmicas do mercado, quer a nível local quer internacional, têm na vida e no sustento das pessoas. Ainda assim, o retorno económico daquilo que capturam nem sempre

corresponde à forma como valoram o seu pescado, uma vez que não têm somente em conta o seu valor de mercado, como também outras dimensões morais e simbólicas.

A pergunta retórica de Carlos “isto não é gozar com o pescador?” traduz um sentimento de injustiça sentido em relação à forma como o preço do pescado é definido e como afeta a sustentabilidade da vida, aqui entendida como a possibilidade de continuar a produzir comida articulada com a de manter o seu modo de vida e vê-lo ser valorizado para, assim, projetar um futuro.

À escapa ou à candonga: práticas informais e de subsistência

Numa manhã, na doca de Setúbal, encontrei António e o filho a bordo a safar redes. Não foi uma boa pescaria, era verão e a quantidade de algas aumenta, devido ao aquecimento da temperatura da água do mar. Por isto, ambos estavam algo soturnos, ainda que me parecesse que houvesse outra razão. Sem que tivesse de perguntar, António contou-me um episódio que se passara há uns dias e o deixara chateado: as capturas tinham sido quase nulas, razão pela qual não colocaram peixe na lota. Decidiram levar o que apanharam: “O peixe para o almoço, já amanhã, uns 3 ou 4 kg que eu amanhei”, ou seja, correspondia ao seu quinhão. Quando saíram do barco, encontraram um guarda fiscal que os abordou e pediu para ver o balde que carregavam consigo. Depois da interação, o guarda disse que estavam “a roubar o Estado”, assumindo de imediato que se tratava de uma fuga à lota. Depois explicaram que era o quinhão, comprovado pelo facto de estar o peixe amanhã e cortado e sem sinais de ser para venda. O guarda apreendeu o pescado e deixou-os ir sem serem autuados, mas com um aviso: os mestres têm a obrigatoriedade de descarregar o quinhão dos camaradas em lota para que fique registado. Depois, os pescadores têm de ir levantar a guia com a autorização, para poderem circular com o peixe. António desabafou dizendo: “Fazem leis sem noção de ser, isto para mim é só a lei da caça à multa, não é mais nada. Pensam que têm direito de multar quem trabalha.”

Há um enquadramento legal para esta prática. De acordo com o Decreto-Lei n.º 81/2005, o pagamento em espécie “que não se destinar à comercialização, bem como o pescado destinado à alimentação dos armadores, só pode sair do recinto da lota acompanhado por documento emitido, em triplicado, por um representante da embarcação que o capturou e autorizado pela entidade que explorar a lota, ou emitido por esta último”. O não cumprimento desta regra pode resultar na aplicação de coima e/ou na apreensão do pescado, como aconteceu.

A existência do quinhão é elemento quase transversal à atividade piscatória¹³⁵. Pescadores ficam com uma parte do pescado capturado, sendo uma forma de retribuição em espécie. Esta prática ainda que possa obedecer a algumas regras decididas pelos mestres, de acordo com as hierarquias a bordo (quando aplicável) ou estar fixada por regulamentação coletiva de trabalho, não tem um carácter formal. A quantidade e a diversidade das espécies constantes são diferentes de dia para dia, porque varia de acordo com as capturas e as estratégias de venda. Em muitos casos que testemunhei, os mestres e/ou armadores não supervisionam a divisão do pescado que é alocado ao quinhão e este é negociado entre os tripulantes. Neste caso específico, uma vez que a quantidade de peixe capturado foi reduzida e dado que os dois pescadores são familiares e um é armador da embarcação, a estratégia foi não colocar as capturas em lota e dividir entre si. A obrigatoriedade de registo de quinhão em lota entra em tensão com a prática quotidiana, que não se coaduna com estes processos administrativos e burocráticos e que se pretende mais pragmática. Por isso, ao longo do trabalho de campo, nunca testemunhei uma embarcação a registar o quinhão. Inclusive, cheguei a ser contemplada, embora fosse contra este enquadramento legal. Para os pescadores, este é mais um procedimento que traz um peso burocrático para as embarcações e “não tem razão de ser” nas palavras de António, sendo visto, também, como uma forma de controlo.

Esta obrigatoriedade é justificada pelo objetivo de garantir que todo o pescado capturado é registado, a fim de melhor monitorizar os recursos extraídos. Uma das grandes bandeiras da Política Comum de Pesca é o combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e não Regulamentada. Outro é a Obrigação das Descargas. A não declaração do que é capturado (seja em lota, seja em diário de pesca quando aplicável) é considerada uma contraordenação punível com coima. Deste modo, os pescadores e embarcações/armadores podem ser autuados em caso de incumprimento, mesmo quando se trata do quinhão. Além disso, há a possibilidade de “perda, a favor do Estado, do pescado objeto de transação ou movimentação”. Neste caso, apesar de se ter verificado apenas a perda do pescado, a interação entre o agente de autoridade e os pescadores foi marcada por tensão. Em primeiro lugar, devido à acusação de “roubar o Estado” e, em segundo, à intimidação pela possibilidade da autuação. Há um clima constante de medo, aquando de uma interação com algum agente fiscalizador, porque os pescadores sentem que existe uma “caça à multa” e, além disso, muitos já me confessaram que nem sempre conseguem

¹³⁵ Em algumas localidades esta prática é denominada de caldeirada como, por exemplo, na Póvoa do Varzim (Martins 2007, p. 272).

acompanhar todo o rol de normas e regulações e, portanto, têm receio de cair em infração sem saber, questão que será retomada no capítulo 7.

Aqui importa notar como a malha regulatória e administrativa dificulta que os pescadores beneficiem daquilo que consideram um direito: uma parte do pescado que capturaram. Tradicionalmente, o pescado do quinhão era destinado a consumo próprio e/ou vendido a familiares e amigos sobretudo pelas esposas, mães e filhas dos pescadores. Muitas vezes, os pescadores dizem que a venda do quinhão permite gerar dinheiro “aviação”, ou seja, para a sua alimentação a bordo. Há quem diga, em tom de brincadeira, que é o subsídio de alimentação que os pescadores têm. A impossibilidade de venda do seu quinhão, sobretudo quando se trata de pescadores que não dispõem dos meios de produção, limita a possibilidade de uma remuneração extra. O que, ainda assim, não impede de que a prática continue a ter lugar nos contextos piscatórios, sendo utilizadas diferentes estratégias para evitar a vigilância, nomeadamente fazer a venda nas zonas habitacionais em vez de nas imediações do porto e lota.

Com esta restrição, a venda direta deste pescado proveniente do quinhão considera-se uma “fuga à lota” e torna-se uma prática ilegalizada e alvo de vigilância. A acusação inicial do guarda fiscal a António sobre o roubo do Estado revela que considerou ser uma fuga à lota, uma vez que os pescadores nesse dia nem foram descarregar nenhum pescado. Perante as autoridades, o ato de vender o pescado capturado fora da lota é considerado mais grave do que o não registo do quinhão.

Todas as capturas que não cumpram a obrigatoriedade de descarga, registo e venda em lota, salvo as exceções enunciadas anteriormente, fazem parte da INN. Aquilo que comumente se chama fuga à lota, ou seja, venda fora dos circuitos legais, é também considerada uma pesca não declarada, ainda que a captura possa ser legal e regulamentada, e é classificada como infração grave, pelo que é também alvo de contraordenações¹³⁶. Em Setúbal, a prática de fuga à lota é denominada como venda à candonga e, em Olhão, como venda à escapa. Esta venda fora dos circuitos legais é comum nas duas localidades e toma diferentes formas, desde a venda do quinhão a familiares e a amigos, o abastecimento de negócios familiares à venda direta a peixarias ou a restaurantes, por exemplo. É algo sobre o qual se fala abertamente, já que em cada doca sabe-se as melhores estratégias para o fazer, nomeadamente no que diz respeito aos horários e locais, a fim de evitar a fiscalização.

Eduardo é um pescador-armador reformado e a sua esposa Fernanda, uma peixeira reformada num mercado da cidade. Durante toda a vida tiveram estas ocupações laborais. Há

¹³⁶ Como infração grave conta também para o sistema de pontos.

umas décadas, esta era uma composição familiar comum. Apesar de hoje ser menos frequente, ainda há bastantes peixeiras casadas com pescadores. Neste caso, o casal admite que, durante toda a sua atividade laboral, parte do pescado capturado pelo barco do Eduardo era colocado diretamente na “pedra”¹³⁷ de Fernanda. A outra parte era colocada em lota. Fernanda também ia aos leilões, comprava sobretudo espécies que o marido não havia capturado. Além disso, com o objetivo de “ter o papel”, comprava, mas em menor quantidade, alguns exemplares do pescado que já tinha para venda. O enquadramento legal que limita e proíbe a venda direta do pescado condiciona estas famílias. Dado que ambos tinham como negócio o pescado, não lhes fazia sentido ser proibida a comercialização direta. Esta obrigatoriedade de venda em lota não só implica mais custos, como também não garante que o peixe que se consiga adquirir seja do barco da família (a não ser em casos de contratos de abastecimento ao abrigo das OP, como já mencionado).

O caso de Eduardo e Fernanda é considerado uma fuga à lota, sendo uma prática recuada e reiterada. A ausência de enquadramento legal faz com que esta prática esteja debaixo daquilo que comumente se classificou por economia informal, por atravessar já as teias regulatórias do Estado. No entanto, apesar de serem tidas como informais, partem, ainda assim, da lógica da economia dominante. Esta economia informal paralela faz parte das regras sociais partilhadas sendo uma prática socialmente aceite, sobretudo porque a subsistência de toda a família está dependente da comercialização do pescado. Esta candonga permite que o pescado seja comercializado pelas unidades de produção familiares, o que pode resultar num aumento dos rendimentos, uma vez que a mais-valia fica na família e não há outros custos associados. Ainda que resulte em vantagens económicas claras, há o risco de ser uma prática ilegal. Assim, Eduardo e Fernanda desenvolveram estratégias para evitarem esse risco.

De notar que ambos vendiam e compravam pescado fora deste circuito familiar. Mantendo algumas vendas e compras através dos canais formais, conseguiam ter registos para efeitos fiscais e contributivos. Outra razão prende-se com a importância do “papel”, ou seja, de ter recibos de compra. Por exemplo, se Eduardo colocasse na banca de Fernanda 30 kg de choco, ela compraria 10 kg de choco no leilão, a fim de ter o recibo de compra em lota. Deste modo, deixaria à vista na banca os 10 kg de choco, que, caso aparecesse algum agente fiscalizador, mostrava esse recibo e ele não teria como saber que esse pescado não havia passado por lota. Os restantes chocos estariam escondidos debaixo da banca ou na carrinha frigorífica. A terceira razão que sustenta a necessidade de manter vendas e compras fora desta dinâmica barco-banca

¹³⁷ Nome dado às bancas de venda do peixe nos mercados locais.

relaciona-se com a necessidade de diversificação dos rendimentos. Em primeiro lugar, o casal avaliava se seria economicamente mais proveitoso vender em lota ou colocar diretamente o pescado na banca da esposa. Além disso, as quantidades eram distribuídas, porque a banca não conseguia escoar todo o pescado capturado. Em segundo lugar, Fernanda tinha de comprar outras espécies para diversificar a oferta para o consumidor. Assim, não ficavam dependentes das capturas do barco de Eduardo e conseguiam diversificar as fontes de rendimento.

As conversas sobre as dinâmicas das lotas e as regras que presidem à comercialização de pescado são frequentes. Ainda que a venda à candonga/escapa seja, na maioria das vezes, socialmente aceite, o pescador olhanense Adelino, mestre-armador de um pequeno barco em parceria com um amigo, defende a importância da venda em lota: “Só faz bem é para a gente e para o nosso futuro. E para termos mais força enquanto pescadores. Então, se a gente não apresentar ganhos ao país, que força é que a gente tem? Não chegamos a ter força nenhuma.” Depois, acrescentou que a venda fora de lota também prejudica no que toca à definição de quotas de pesca, porque, caso não se venda em lota, não há registo do pescado, o que pode levar a assumir a escassez de determinada espécie. Prossegue com desvantagens, dizendo que “a facada maior é das finanças”. Por isso admite: “Às vezes, dá jeito vender fora da lota, sobretudo quando se apanha pouco. Quando se apanha muito metemos na lota, é o melhor.” Fala de como é prática comum vender só o limite mínimo para manutenção/renovação da licença e depois “fogem” para não serem colocados noutra escala de IRS.

Por um lado, os pescadores reconhecem a importância da venda em lota, quer porque facilita a comercialização do pescado sem que eles tenham de encontrar canais de venda, quer para efeitos da sua carreira contributiva. Adelino acrescenta mais duas razões. Em primeiro lugar, deve olhar-se para as vendas em lota como uma forma de a pesca “apresentar ganhos ao país”. Esta afirmação parte de uma perceção de que a importância do setor é medida pelo seu peso económico, sendo essa a única forma de “ter mais força”, isto é, de ter visibilidade política. A ideia de que o setor não tem expressão no Produto Interno Bruto está presente e há uma marginalização que o setor sente no seio da economia do mar, como foi demonstrado. A segunda razão apresentada por Adelino está relacionada com as quotas de pesca que são muitas vezes definidas a partir dos dados de descargas, visto que há uma deficiente investigação sobre o estado dos recursos, como será visto no capítulo 7. Apesar disso, em última instância, o pescador admite que nem sempre vende em lota.

As motivações que presidem à opção pela fuga à lota são diversas e fazem parte de estratégias pessoais e/ou familiares e são condicionadas por circunstâncias particulares. Neste caso, Adelino demonstra que há situações em que “dá mais jeito” a venda fora dos circuitos da

lota e noutras verifica-se o contrário. As quantidades são determinantes nessa equação. Um volume maior de pescado é difícil de escoar e, sobretudo, de fazer circular sem levantar suspeitas. Além disso, há momentos em que o preço em lota é superior do que fora de lota. Muitas vezes, Adelino vende a restaurantes nas imediações da sua casa ou a um intermediário que tem um armazém de distribuição de pescado, noutra localidade próxima. Decide a quem vender conforme o valor que lhe dão pelo pescado. Os donos dos barcos e/mestres tendem a fazer uma avaliação destes fatores para irem adaptando as suas estratégias diariamente. Além disso, a fim de evitarem uma maior carga fiscal, os armadores vão acompanhando o valor anual das vendas para não mudarem de escalão do IRS.

Júlio, um pescador que trabalha com o filho na sua lancha, contou-me as várias peripécias de “fuga” às autoridades pelas quais já passou. Enquanto falávamos deste assunto, Júlio estava a safar as redes e ia tirando canilhas¹³⁸ da rede e atirava-as para um balde com água salgada. No fim, alou um cabo que estava preso ao barco e surgiu um saco de rede já com canilhas, às quais juntou as que tinha no balde. Fechou o saco de rede, olhou em volta e voltou a submergi-lo. Explicou-me que acumula canilhas durante dois ou três dias até que o saco fique cheio. Vende sempre fora de lota, porque as canilhas têm maior valor, o que permite compensar os dias em que a pesca é mais fraca (vai a 15 €/kg). No que toca ao restante pescado capturado, disse-me que coloca sempre na lota para fazer o “mínimo para a licença. Tenho de fazer 14 ordenados mínimos até ao fim do ano”. Depois, acrescentou: “Andam é em cima da gente, que andamos aqui a trabalhar. Ao outro perdoaram uma dívida de 116 milhões¹³⁹ de euros e a nós apanharam-nos há 4 ou 5 anos com polvo e tivemos a guarda 3 dias a controlar a gente. Ficámos sem polvo e apanhámos uma multa!” Ainda assim, diz que apesar de haver muita fiscalização, é fácil fugir à lota.

A venda fora de lota é, muitas vezes, compensatória dada a ausência de intermediários e outros custos de transação. Além disso, e sobretudo no caso de espécies valorizadas como é o caso da canilha, há uma maior procura, o que valoriza o preço. Acresce a isto, que este tipo de venda fora de lota é feito entre comerciantes e pescadores, os quais desenvolvem relações a longo prazo, que permitem uma maior negociação do preço do pescado. O caso de Júlio ilustra como articula duas formas de comercialização das capturas, uma legal e outra ilegal. Assim, como a literatura sobre informalidade tem vindo a analisar, as atividades cunhadas, a partir do Estado, como informais com frequência contemplam práticas ilícitas e lícitas que são

¹³⁸ *Bolinus brandaris*, espécie de búzios muito abundante na zona mediterrânica. Ver artigo <https://www.ipma.pt/resources.www/docs/publicacoes.site/docweb/2008/Reln47final.pdf>

¹³⁹ Referia-se à dívida que a banca portuguesa perdoou ao empresário João Pereira Coutinho

articuladas entre si. Nesse seguimento, há uma codependência entre aquilo que é classificado como economia formal e economia informal (Ledeneva 2017).

A pergunta “Afinal, quem rouba o Estado?” surgiu numa conversa com um grupo de pescadores, enquanto me contavam sobre um caso insólito que se passara dias antes da nossa conversa. Um pescador, com 80 e tal anos, tem uma reforma de perto de 300 euros e, como muitos, “andam aí para se desenrascarem, porque a reforma é para os comprimidos”. Por isso, costuma ir à maré, ou seja, ir ao marisqueio na Ria Formosa, para depois vender amêijoas aos vizinhos — atividade sujeita a uma licença, por forma a controlar o número de mariscadores a trabalhar na Reserva Natural da Ria Formosa. Este pescador fá-lo sem muita regularidade, quando o corpo lhe permite, pelas descrições dos colegas. No entanto, nesse dia, tinha sido autuado por ter apanhado 700 gramas de amêijoas sem licença. Enquanto relatam este episódio, os pescadores começam todos a falar chateados, sobrepondo-se vozes. No fim, um pescador pergunta-me, recorrendo à ironia: “Já viu bem a fuga ao fisco que aquele homem ia fazer? Este homem aqui é que tem dado cabo do país. Não foi o Ricardo Salgado, nem o Berardo, nem esses gajos, este homenzinho é que tem dado cabo do país todo. É este homenzito que está a fazer um grande estrago ao Estado?”

O Estado tende a condicionar as práticas económicas informais e a tornar certas práticas ilícitas, o que, em alguns casos, pode resultar na sua criminalização. As formas de fiscalização pretendem garantir que as normas de comercialização sejam cumpridas, mas, muitas vezes, transmitem uma sensação de vigilância e controlo excessivas, como as palavras de Virgílio expressam. Como resposta, os profissionais da pesca comunicam entre si quando veem algum guarda ou alguma ação de fiscalização, como pude presenciar várias vezes. Adelina Domingues também observou, no contexto de apanha de bivalves na baía do Seixal, várias práticas de subsistência que estão na fronteira entre legalidade e ilegalidade, com vista a fugir ao controlo do Estado, muitas vezes criticado e responsabilizado pelas situações de crise e dificuldades que passam (Domingues 2020).

A comparação entre diferentes atividades criminalizadas é comum e se, por um lado, a fuga à lota é entendida como fuga ao fisco e um “roubo ao Estado/ao fisco”, por outro, os pescadores tendem em dar exemplos de outras formas de lesar o Estado, que, na sua ótica, têm maior gravidade pela sua escala. Por isso, Virgílio enunciou o exemplo de um empresário que lesou a banca portuguesa em milhões e foi “perdoado”, e André falou de casos como Ricardo Salgado ou Joe Berardo, banqueiro e empresário, que também estiveram envolvidos em processos-crime. Assim, utilizam a comparação entre casos díspares para mobilizar noções de justiça/injustiça, a fim de legitimarem as suas práticas.

A remuneração por partes na pesca que, como vimos pela ausência de um salário, é frequentemente enfatizada com uma manifestação de independência de um patrão. Os pescadores-armadores também sentem uma autonomia laboral por serem produtores. Analisando as práticas dos “pequenos produtores independentes” de explorações agrícolas, Susana Narotzky (1997) demonstrou que se, por um lado, há um certo controle sobre o processo laboral, por outro, não há um controle sobre a organização da produção, dado que o fruto desse trabalho se torna uma mercadoria e, como tal, fica sujeito à lógica e dinâmicas do mercado. Na pesca, é ténue a linha que separa a independência do mercado laboral e a dependência para efeitos de remuneração das trocas comerciais no mercado, atravessadas por flutuações e instabilidades que contribuem para um quadro de incerteza.

As práticas económicas quotidianas dos trabalhadores da pesca podem ser enquadradas no termo de ética de subsistência camponesa (Scott 1985), proposto para caracterizar um comportamento económico orientado para a subsistência, articulado num princípio moral de direito à subsistência. Não obstante as especificidades inerentes à economia camponesa, em particular ao contexto geográfico onde Scott conduziu o seu trabalho, podemos fazer um paralelismo com os contextos piscatórios em análise, como já foi feito por outras autoras (Susilo E, Purwanti P 2017). Mais do que direcionada para a acumulação de capital, a pequena pesca é realizada por pessoas que dela dependem para a sua subsistência diária. Assim, ainda que acomodem a incerteza nos seus quotidianos e aceitem a flutuabilidade dos seus rendimentos e das capturas, as famílias esperam que o mínimo de subsistência não seja afetado, sobretudo por fatores relacionados com decisões humanas, isto é, fatores relacionados com a legislação e/ou o mercado. As contestações e tensões que existem na pesca radicam, muitas vezes, numa tensão em torno do sustento que não é garantido, porque os rendimentos também não são garantidos.

A pesca está inserida numa cadeia alimentar e compete com os agronegócios, cada vez mais concentrados e monopolizados por um pequeno conjunto de multinacionais. Os princípios fundamentais da economia internacional do setor não mudaram, mas há elementos particulares e novos, nomeadamente relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); com a maior mobilidade do capital; com o papel dos governos e das organizações internacionais que facilitam e liberalizam fluxos de comércio e capital, encorajando a desregulação e privatização (MacDonald 2002, p. 21). Quadros nacionais e internacionais estão a ser reconfigurados para apoiarem este tipo de comércio que subsume a sociedade à economia. O que é novo é, precisamente, o processo através do qual surge uma estrutura institucional que intensifica ritmos e promove a uniformidade, sendo difícil que a pequena produção subsista.

Capítulo 6 — “Éramos todos a trabalhar”: reprodução social e estratégias de sustento

Desde os anos 1970 que várias teóricas feministas têm vindo a criticar a abordagem dicotómica produção/reprodução, desafiando a economia enquanto campo delimitado à produção de mercadorias e trazendo para o debate uma reflexão sobre reprodução social (Dalla Costa, James 1975). Edholm *et al.* (1978) chamaram a atenção para a necessidade de distinguir analiticamente três tipos de reprodução: a reprodução biológica dos seres humanos; a reprodução da força de trabalho, ou seja, manutenção diária dos trabalhadores; e a reprodução social que diz respeito à reprodução das condições de produção social na sua totalidade. Este conceito tem sido alvo de sucessivas formulações e reformulações, a partir de abordagens distintas, demonstrando a sua complexidade, com o potencial analítico de “identificar e refletir sobre os distintos elementos dos quais depende a continuidade de uma sociedade e o bem-estar da sua população” (Carrasco Bengoa 2017, p. 54)¹⁴⁰.

Seguindo esta proposta, pretendo integrar na análise os processos reprodutivos para entender os processos económicos para, assim, e à semelhança do que propõe Katz (2001, p. 711), analisar a articulação e relação dialética produção/reprodução. Uma perspetiva da reprodução social permite ir além da visão dicotómica produção/reprodução e entender, enquanto processo complexo de fazer vida ou ganhar a vida e as tensões e conflitos daí decorrentes (Narotzky, Besnier 2014), englobando igualmente aspetos relacionados com a reprodução quotidiana, mas também a longo termo. Além disso, esta perspetiva permite reconhecer como outras formas de trabalho geram valor, inclusive o trabalho não pago associado à esfera doméstica (Dalla Costa, James 1975, p. 33).

As mudanças que o setor da pesca atravessa não podem ser dissociadas das transformações nas relações familiares e de género nem da forma como se influenciam mutuamente. Se, por um lado, a integração da pesca na economia mundial e na Comunidade Económica Europeia provocaram alterações nos processos de trabalho aumentando a incerteza, por outro, impulsionaram a mudança das unidades produtivas em vários aspetos, dos quais se destaca a redução do esforço de pesca, que significou a redução de oportunidades de trabalho no setor, como decorreu noutros países europeus e internacionais (Neis, Gerrard, Power 2013). Assim, teve consequências nas unidades domésticas com impacto nas relações de género e

¹⁴⁰ Tradução livre.

intergeracionais, alterando a tradicional divisão do trabalho, atenuando a articulação e dependência entre os eixos produção-reprodução e transformando as formas de continuidade de classe, não só em Portugal (Martins 2007) como noutros países europeus (Nadel-Klein 2000; Gustavsson, Riley 2019; Neis, Gerrard, Power 2013). Não obstante estas transformações, a nível nacional e nível mundial, na pequena pesca, predominam unidades produtivas de base familiar e a maioria dos pescadores mantém a propriedade e controlo dos instrumentos e meios de produção, o que é visto como uma forma de resiliência perante os múltiplos desafios que tenho vindo a identificar.

Na sequência do capítulo anterior, em que analisei as relações sociais de produção através da dimensão laboral, neste capítulo, irei centrar-me no quadro de reprodução social que mantém a existência continuada do modo de produção pesqueiro, seja através do trabalho não pago, da continuidade geracional e/ou do trabalho fora do setor. Assim, através da observação da relação contínua entre atividades no mar e em terra, ou seja, entre ocupações laborais relacionadas com a pesca e outras fora do setor e no seio das unidades domésticas, analisa-se a gestão quotidiana da incerteza, explorando como as atividades produtivas e reprodutivas são informadas mutuamente e de que forma são articuladas na busca por estabilidade e sustento. Posteriormente, analiso algumas estratégias e práticas como a pluriatividade, o cuidado e a gestão doméstica, como formas de lidar com um quotidiano incerto.

Produção e reprodução social na pesca

Um dos textos fundadores do subcampo disciplinar da Antropologia das pescas foi assinado por Raymond Firth, sobre a sua pesquisa na zona costeira de Kelantan, na Malásia, nos anos 30. Dessa pesquisa resultou o livro *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, no qual analisou a economia piscatória, focando-se na produção e distribuição de riqueza (Firth 1946), seguindo uma orientação formalista. Como era comum à época, o antropólogo conduziu a pesquisa ao lado da sua esposa, Rosemary Firth, autora do livro *Housekeeping Among Malay Peasants* (Firth 1942), que aborda as economias domésticas da mesma região. O trabalho de Rosemary Firth foi visto como um trabalho complementar ao do seu marido e teve menor visibilidade, estando (quase) ausente nos artigos de revisão disciplinar da Antropologia Marítima/das pescas.

Este episódio da história da Antropologia é particularmente elucidativo em duas dimensões. Em primeiro lugar, põe em evidência como, no decorrer do século XX, muitas mulheres antropólogas ficaram secundarizadas por comparação aos seus companheiros de pesquisa que, por vezes, também eram companheiros de matrimónio. Em segundo lugar, e mesmo

reconhecendo que o trabalho de campo e os livros foram produzidos em condições historicamente específicas, é um dos exemplos mais recuados na disciplina que promove a distinção analítica entre o domínio do económico e do doméstico nos contextos piscatórios, paradigma que, embora tenha tido o seu legado, encontra-se há décadas em questionamento.

A atividade da pesca em Kelantan é descrita como sendo exclusivamente masculina e, argumenta Raymond Firth, mais do que uma tradição, decorreria de uma “necessidade física”, sendo que as mulheres e crianças apenas participavam em “processos secundários” (Firth 1946, p. 3). Nesse seguimento, o próprio Raymond Firth sublinhou o papel relevante que as mulheres tinham na gestão e controlo das finanças da família, bem como o seu envolvimento noutras atividades que faziam aumentar o rendimento disponível (Firth 1946, p. 80), mas secundarizou esse contributo e centrou o seu foco nas atividades desempenhadas por homens. No fundo, o livro de Raymond Firth aborda aquela que era considerada a dimensão produtiva da atividade, baseada numa ideia de *homo economicus*. Por seu turno, o próprio título do trabalho de Rosemary Firth demonstra como analisa a economia doméstica e aborda como o valor e riqueza gerados eram utilizados na esfera doméstica. Como a própria escreveu na introdução ao seu livro: “Enquanto ele [Raymond Firth] estava a investigar a produção e distribuição de riqueza, eu estava a tentar descobrir como essa riqueza era usada”¹⁴¹ (Firth 1942).

Esta distinção acabou por configurar as tarefas desempenhadas pelas mulheres como complementares às dos homens, secundarizando as suas atividades e enquadrando-as como parte das obrigações domésticas (Williams 2019, p. 399). Ainda assim, o trabalho metucioso de Rosemary Firth fornece um fresco de como também as mulheres criavam riqueza através de uma diversidade de tarefas, como, por exemplo, a venda de peixe fresco ou cozinhado (2019, p. 400). Os trabalhos do casal Firth defendiam a existência de uma divisão sexual do trabalho, e essa perspetiva analítica foi replicada em muitos outros estudos posteriores sobre dinâmicas de género na pesca (nomeadamente Andersen, Wadel, 1972; Frangoudes, Gerrard, 2018).

Os primeiros trabalhos etnográficos de Antropologia Marítima seguiram esta mesma esteira, ainda que desde cedo tenha existido um reconhecimento da importância das mulheres na pesca, tal passava, sobretudo, por breves descrições das tarefas, formais e/ou informais que desempenhavam (Gustavsson, Riley 2018). As antropólogas Jane Nadel-Klein e Dona Lee Davis (1988) denunciaram o androcentrismo, que dominou os estudos marítimos durante muitas décadas. A partir dos anos 1970, e no âmbito do desenvolvimento da teoria feminista, começaram a surgir mais trabalhos que davam visibilidade à participação das mulheres na vida

¹⁴¹ Tradução livre

social, mostrando a sua relevância e colocando o enfoque analítico nos diferentes papéis desempenhados pelas mulheres, no seio das comunidades piscatórias (Davis, Nadel-Klein 1988; Gerrard 1995; Cole 1994). Apesar da importância e inovação teórica destes trabalhos, o seu contributo teve pouca visibilidade, no âmbito das pesquisas sobre a pesca (Frangoudes, Gerrard 2018, p. 118).

Um olhar para a evolução da Antropologia das Pescas/Marítima permite notar como, ainda que analiticamente fossem separadas, implicitamente descreveu com frequência a articulação e interdependência entre a esfera doméstica e a laboral, ou seja, entre a esfera produtiva e a reprodutiva, sendo difícil separá-las enquanto dois campos de análise distintos. Em contextos em que predomina a pequena pesca, ainda que histórica e culturalmente específicos, é frequente que a produção seja “o epifenómeno dos processos reprodutivos” (Martins 2007, p. 218). Nesse seguimento e fazendo a ponte com o debate em torno da “questão agrária”, no setor primário, as pequenas produções têm persistido no tempo, ainda que coexistindo com outros modelos hegemónicos e mais capitalistas, o que muitas das autoras associam ao papel da família que permite um modo de “reprodução simples”, ou seja, da reprodução dos membros de uma unidade doméstica e dos meios de produção (Marks 2012, p. 229). Esta articulação com a unidade doméstica em contexto de produção primária, tem vantagens, porque permite uma “autoexploração” dos membros que compõem a unidade doméstica. De frisar, todavia, que essa relação vai além do envolvimento direto de todos os membros no setor da pesca. Um olhar a partir da teoria da reprodução social permite analisar como as unidades domésticas de uma forma integrada procuram o sustento, mas também reproduzir-se geracionalmente e enquanto classe, aproveitando recursos internos e externos ao setor.

O contexto político do Estado Novo, com uma política económica de capitalismo contido e de contração industrial (Henriques 2019), fez com que existissem poucas alternativas à pesca, na maioria dos contextos piscatórios. Durante a ditadura, em Olhão e Setúbal, essas alternativas relacionavam-se sobretudo com atividades económicas ligadas ao setor marítimo, sobretudo porque existia alguma industrialização relacionada com as conservas de peixe. Além disso, em Olhão, o embrionário desenvolvimento do turismo e, em Setúbal, a indústria portuária e outras permitem outras oportunidades de trabalho. E, em paralelo, como foi analisado, a estrutura produtiva do setor foi-se transformando, acompanhada por mudanças da organização social e familiar.

Como observou Sally Cole nos anos 1980, em Vila Chã, “a casa contemporânea é menos uma unidade independente de produção e reprodução (como na pesca antes de 1960)”. Definidas as unidades de produção que estavam articuladas com unidades domésticas, passou-

se para uma maior diversidade de padrões de organização produtiva, laboral, familiar e social que resultou numa maior heterogeneidade ocupacional, com a alienação da produção para fora da unidade doméstica (Cole 1994, p. 164).

As mudanças na composição ocupacional dos membros dos agregados tiveram um claro recorte de género, como foi mencionado. A partir dos anos 1970, as pescas sofrem mudanças a nível internacional relacionadas com alterações nos modos de produção e tecnologias, com a transformação no paradigma de regulação e com uma crescente preocupação com o estado dos recursos, começando a ser alvo de iniciativas para a redução da atividade (Neis et al. 2005, p. 2). Estes fatores exógenos começaram a ter influência no setor da pesca em Portugal, ainda no período da ditadura, mas o forte intervencionismo do Estado Novo na economia fazia com que existissem poucas alternativas à pesca e à indústria conserveira, nas localidades da costa portuguesa, cenário que se alterou aquando da revolução. O processo de democratização em Portugal, e posterior entrada para a então Comunidade Económica Europeia, trouxe mudanças para a economia portuguesa, muito influenciadas pela abertura à economia mundial capitalista.

O trabalho da pesca em Portugal historicamente era garantido pela unidade doméstica nuclear e, caso necessário, a mais alargada (Martins 2007, p. 211), sendo a estrutura familiar a base do processo produtivo, pois “preenchia uma parte substancial das necessidades: tinha as pessoas, a sabedoria e a competência para lançar as bases de uma companhia” (Martins 2007, p. 211). As embarcações eram propriedade dos pescadores que nela trabalhavam com os membros da sua família. A pesca costeira era mais híbrida, havia armadores que eram pequenos empresários locais, mas com família ligada ao setor.

A partir dos anos 1980, o declínio da pesca e a sua simultânea modernização provocaram mudanças no setor da pesca. Vários estudos sobre os impactos da globalização e as políticas neoliberais na pesca demonstram que estes processos afetaram as redes locais de pesca e a comercialização do pescado, o que tem transformado a estrutura laboral do setor (Neis et al. 2005, p. 90), pelo que a unidade doméstica passou a ter menor envolvimento na atividade, e os filhos e filhas dos pescadores passaram a seguir outras ocupações profissionais. A par deste processo, começava, nos anos 1980, a feminização global do trabalho (Standing 1989), resultando em mais atividades laborais para as mulheres, o que também teve impacto nas mulheres dos contextos piscatórios. A intervenção das mulheres no setor foi diminuindo através do seu crescente afastamento do trabalho direto na pesca, muitas vezes alocado à esfera doméstica e, portanto, não pago. Assim, muitas mulheres dos contextos piscatórios passaram a trabalhar noutras atividades económicas, cada vez mais diversificadas e afastadas do setor, e a obter o seu próprio rendimento. Estas alterações devem ser historicamente enquadradas. O

mercado de trabalho fora da pesca conseguiu absorver a mão de obra feminina numa altura de mudanças na economia — transição para o pós-fordismo — e no mercado laboral, que pode ser enquadrado num fenómeno da “feminização global do trabalho”, ocorrido a partir dos anos 1980 (Standing 1989). Enquanto muitas unidades domésticas dos contextos piscatórios diversificaram os seus meios de subsistência, através do trabalho feminino fora da atividade — assalariado ou não e, na maioria dos casos, em condições de precariedade —, houve em simultâneo uma tendência para a especialização individual dos membros masculinos dedicados à pesca.

Atualmente, há uma maior separação entre a unidade doméstica reprodutiva e a unidade produtiva na pesca, à semelhança do que aconteceu na agricultura com os processos de mecanização e modernização. Nesse seguimento, como coloca Luís Martins, “a reprodução da força laboral passa para a economia local e para o sistema educativo” (2007, p. 191). A integração europeia e o acesso aos fundos comunitários para modernização da pesca e das embarcações provocaram alterações na estrutura produtiva, passando a comparar-se mais a um “sistema empresarial” (Martins 2007, p. 211). Ainda assim, há uma diversidade de unidades produtivas e, como tal, de relações sociais de produção, que produz *nuanças* nas relações laborais.

Todavia, não se pode analisar estas transformações apenas como consequências inevitáveis da capitalização e transformações estruturais do setor. Devem antes ser pensadas enquanto fruto de estratégias concertadas no seio das unidades domésticas definidas de acordo com projetos de vida e influenciadas por condições socioeconómicas mais alargadas. Além disso, merece nota que, a par destas transformações ocorridas nos contextos sociais piscatórios, houve, em simultâneo, uma alteração na própria perspetiva analítica que permitiu ver como as atividades que comumente recaem sobre as mulheres, nomeadamente na gestão doméstica e no cuidado, são formas de trabalho não remunerado, mas produtivo que permitem a continuidade da pesca e da vida dos grupos.

Meios de vida: Interconexão e interdependência

As pequenas produções familiares são caracterizadas pelas suas constantes adaptações a mudanças e pressões. Na pequena pesca, os desafios internos e/ou externos são fontes de incerteza e instabilidade, podendo afetar os meios de subsistência dos grupos. Deste modo, as unidades domésticas adaptam-se, desenvolvendo estratégias articuladas que, não raras as vezes, mobilizam todos os elementos da unidade, bem como as redes de parentesco e vizinhança.

Teresa tem 69 anos e é natural do Alentejo¹⁴². Aos 17 anos, mudou-se com os seus padrinhos para Lisboa, pois não queria trabalhar na agricultura e assim conseguiu completar o 5.º ano de escolaridade. Passado um ano, veio morar para Setúbal, para trabalhar na bilheteira dos barcos que faziam a travessia fluvial Setúbal-Troia. Conheceu o futuro marido, Afonso, que então trabalhava na Marinha Mercante e morava nas Fontainhas, um histórico bairro de pescadores varinos, perto do local de trabalho de Teresa. Antes de ingressar na Marinha Mercante, Afonso foi pescador juntamente com o seu pai e à semelhança da maioria dos homens da família.

Quando casaram e tiveram filhos, Afonso decidiu retornar à pesca local para poder passar mais tempo com a família, uma vez que sentia que os seus dois filhos já não o reconheciam. Então, dedicou-se à pesca profissional, atividade que desenvolveu até à reforma. Afonso comprou um pequeno barco de pesca polivalente local e, depois, quando conseguiu, adquiriu um barco de pesca costeira com cerca de 10 metros.

Durante a crise da década de 1980, em Portugal, com particular impacto em Setúbal, a empresa em que Teresa trabalhava fechou, altura em que cresceu a taxa de desemprego na cidade¹⁴³, o que fez com que Teresa também ficasse desempregada. Simultaneamente, a pesca começou a atravessar um período de mudança estrutural, já aqui mencionado, ao qual acresceu o peso das despesas de um barco de maior porte.

Perante algumas dificuldades financeiras do agregado e dada a condição de desemprego de Teresa, Afonso teve a ideia de ensinar a sua esposa a entralhar redes de pesca para reduzir as despesas. Lembrou-se desta possibilidade, porque, “se ela fazia camisolas de malha, também podia fazer redes e assim eu não teria de pagar a alguém para o fazer”, explicou. Teresa disse-me que aprendeu muito rapidamente, pois já estava acostumada a fazer tricô e encontrou semelhanças, embora no entralho só se use uma agulha. Entretanto, ingressou num curso de formação de redeiras dinamizado pelo FOR-Pescas¹⁴⁴, com o objetivo de aperfeiçoar a técnica, mas, sobretudo, porque tinha também o atrativo de poder beneficiar de uma pequena bolsa de formação.

¹⁴² Durante o século XX, Setúbal acolheu muitos alentejanos que procuravam, na cidade, trabalho nas diferentes indústrias ou serviços, por isso é comum ter vários interlocutores que têm essa origem ou ascendência (Escola Secundária D. João II 2006).

¹⁴³ Período no qual Portugal atravessava uma grave crise económica e social, com taxas de desemprego muito elevadas, nomeadamente na Península de Setúbal, devido a um processo de desindustrialização que estava em curso, entre outros fatores (Santos 2017). Nos anos 1980, vários eram os relatos que davam conta de situações de fome em Setúbal, entre os quais pelo Bispo D. Manuel Martins.

¹⁴⁴ Centro de formação profissional das pescas, hoje intitulado FOR-MAR.

A partir de então, Teresa começou a trabalhar permanentemente no entralho das redes do barco do seu marido. Afonso decidiu alargar as artes de pesca que utilizava para diversificar as capturas, já que havia abundância de polvo. Assim, começou a pescar com covos (armadilhas) e Teresa tornou-se responsável por fazê-los. “Éramos todos a trabalhar nisso”, conta-me, enfatizando como até os seus filhos, por já serem mais crescidos, a ajudavam nessa tarefa. Assim, todo o agregado familiar estava mobilizado e envolvido na atividade da pesca, ainda que apenas Afonso fosse oficialmente reconhecido como trabalhador do setor. Este fenómeno pode ser entendido à luz do que Antónia Pedrosa Lima denominou de “grupo doméstico como grupo de trabalho”, na Madragoa. A autora observou como, num contexto de precariedade e irregularidade dos rendimentos, os grupos mobilizam as pessoas do agregado para a participação na atividade que fornece remuneração ao lar, assim, todos contribuem para o trabalho do qual dependem para sobreviver (Lima 1992). Neste caso, a mobilização desta força de trabalho foi central para a redução dos custos de produção associados ao barco.

Afonso tinha um armazém (*cacifo*) junto ao porto de pesca. Nesse espaço, estavam todos os materiais relacionados com a atividade. Ainda assim, o trabalho de Teresa foi sempre feito em casa e só se deslocava ao armazém se estivesse acompanhada por Afonso, sobretudo aos fins de semana, para alguma *almoçarada*. Afonso levava para casa os panos de rede novos, os cabos e os chumbos, e Teresa entralhava. O remendo e o desentralho das redes era feito por Afonso no *cacifo*, porque se tratava de rede *suja*. Se antes a presença pública das mulheres era cenário comum em Setúbal, como mencionei no capítulo 3, hoje, os espaços da atividade masculinizaram-se, cresparam-se, tornando-se pouco recetivos para quem não encaixe no perfil de pescador homem. As formas de socialidade são baseadas na afirmação de uma masculinidade hegemónica, quer através dos corpos, não raras as vezes desnudos, ou de conversas sobre mulheres, sexos e orientações sexuais. Em parte, este ambiente contribuiu para o afastamento de Teresa dos armazéns, optando por trabalhar em casa, o que também contribuiu para a sua invisibilidade enquanto trabalhadora do setor, reproduzindo uma segregação espacial que remete as mulheres ao domínio da casa. Além disso, o entralho em casa traduziu-se em maior flexibilidade e permitiu uma melhor articulação diária com as obrigações domésticas e de cuidado.



Figura 12: Teresa a entralhar redes em casa

No final dos anos 1990, no período intenso dos abates de embarcações em Portugal, Afonso decidiu também abater o seu barco, que estava envelhecido e já a tornar-se difícil de o manter. Com o dinheiro da indemnização, comprou um barco mais pequeno com o qual trabalhou até à reforma. Teresa deixou de entralhar redes quando teve de ficar com a sua neta recém-nascida a cargo e de cuidar de outro neto durante os fins de semana, já por volta de 2008. Nessa época, Afonso já estava a pensar reformar-se e o seu barco estava em más condições, pelo que decide colocá-lo à venda. Enquanto esperava pela reforma, Afonso ingressou como camarada noutra embarcação. Aquando da escrita da presente tese, o processo de solicitação de pensão de reforma já havia sido concluído, o que lhes deu alguma estabilidade financeira. Por seu turno, a pensão de reforma de Teresa é muito reduzida, uma vez que teve poucos “descontos”. No período da pandemia, a mãe de Teresa (90 anos) foi viver com eles. Afonso assumiu a função de *babysitting* para que a sua esposa pudesse cuidar da mãe. Hoje, é Afonso que entralha redes para outros pescadores no ativo e, assim, consegue um complemento às suas reformas, sendo que a sua é superior à de Teresa, uma vez que teve mais contribuições para a Segurança Social. Como foi mencionado no capítulo 4, habitualmente, é comum pescadores reformados realizarem tarefas que anteriormente eram também desempenhadas por mulheres. Neste caso, Afonso consegue tirar um rendimento monetário, ao contrário de Teresa que nunca deu esse passo, ficando economicamente mais dependente do marido, como ainda hoje se verifica.

Durante cerca de duas décadas, este foi o trabalho de Teresa que, no entanto, não o assume como tal. Disse-me que “estava a ajudar o marido”, vendo a sua participação como um prolongamento das suas obrigações domésticas, necessárias num momento de desemprego para poder contribuir para o sustento da família. Marilyn Porter analisou o momento em que as

mulheres passaram a trabalhar embarcadas na pesca, no Canadá, e também falavam em “ajuda”, em vez de trabalho (Porter 2012, p. 68). É frequente noutros contextos em que as mulheres passam a trabalhar na atividade do cônjuges, que vejam o seu envolvimento como ajuda, questão já considerada por várias autoras (Lima 1992; Comas D’Argemir 1995). Afonso assumiu o papel daquele que “ganha o pão”/o provedor da família, ou seja, aquele que fornece o rendimento da unidade doméstica, um padrão comum aos contextos piscatórios, como Gustavsson (2016) também notou no País de Gales. Este modelo é ainda eco de um ideal normativo descendente do capitalismo industrial, mas que ainda tem repercussões na era pós-industrial e neoliberal, que pressupunha núcleos familiares heteronormativos, em que o homem era o principal provedor dos ganhos, criando uma dependência feminina estigmatizada (Fraser 2013), que oculta a articulação e dependência entre esferas de trabalho remunerado e não remunerado. Ainda assim, acompanhando as mudanças mais abrangentes, Afonso passou progressivamente a assumir um papel mais participante nas atividades de cuidado das crianças e em algumas tarefas domésticas, sobretudo depois da reforma de ambos.

A noção de complementaridade merece, assim, uma problematização, sobretudo porque é expressão da ideia de que “o valor social da mulher é como mãe e esposa” (Gerber 2015) e, portanto, a sua posição define-se por relação ao homem. Além disso, cria uma hierarquia entre trabalhos pagos e não pagos, que é uma manifestação da distinção entre economia visível/formal e invisível/informal (Dalla Costa, James 1975). A situação de Teresa demonstra que a sua participação na pesca não pode ser analisada meramente como uma ajuda. Em primeiro lugar, teve um carácter de continuidade e foi decisiva para a atividade da pesca levada a cabo por Afonso. Afonso admite que ela foi determinante no seu percurso na pesca e reconhece: “Ela entralha melhor que eu.” Em segundo, foi necessário adaptar e adquirir novos conhecimentos para a execução das tarefas. O conhecimento de Teresa revelou-se central, levando-a a convocar as suas competências prévias, socialmente associadas ao feminino, para adquirir novas e operar num domínio socialmente dito masculino. O corpo é palco de diferenciação de género, mas também permite às mulheres mobilizá-lo em função das necessidades, o que se pode tornar como uma forma de agência (Sarkis, Matos 2020).

Teresa, no entanto, revela que gostava mais de trabalhar fora de casa porque: “Eu aqui (casa) não recebia dinheiro [ria-se]. Se estivesse a trabalhar, fora recebia...” Esta é uma situação comum, em que várias mulheres trabalham na pesca de modo informal, sem rendimento, o que contribui para a sua invisibilidade (Gustavsson, Riley 2018; Gerber 2015). O trabalho de muitas mulheres nas atividades não extrativas é geralmente feito no agregado, de modo informal, podendo traduzir-se numa situação de precariedade por não ter uma remuneração alocada. A

ausência de rendimento é, para Teresa, a expressão maior de que o que fazia não era um trabalho, reproduzindo a visão hegemónica que exclui os trabalhos ditos informais. Esta desvalorização do seu próprio trabalho relaciona-se com a associação hegemónica de trabalho a rendimento, sendo um fenómeno comum em casos de trabalho doméstico, expressão da falta de valorização e reconhecimento social (Comas D'Argemir 1995, p. 123). A sua ocupação não se traduzia em independência e autonomia, embora não o diga abertamente, aceitando o rumo da sua vida como uma inevitabilidade para garantir o sustento do agregado. Afonso, todavia, tem uma visão diferente, porque ter tido a sua esposa a trabalhar consigo permitiu que não tivesse de pagar um rendimento a terceiros, o que foi relevante num momento de agudização das condições de vida.

Como foi aqui discutido, a pequena pesca é caracterizada por ser um setor em que frequentemente “a estrutura familiar é a base do processo produtivo” (Martins, Furtado, Leitão 2016), composto por atividades realizadas entre homens e mulheres, que articulam atividades pré e pós capturas feitas em terra, com as atividades levadas a cabo a bordo dos barcos, aquando das capturas. As unidades domésticas relacionadas com a pesca para enfrentarem a flutuação e instabilidade características à atividade — às quais se somam outras fontes de instabilidade da conjuntura mais geral — desenvolvem estratégias adaptativas para garantir a subsistência e as condições de continuidade (Frangoudes, Gerrard 2018, p. 211). Estas estratégias familiares resultam de uma articulação entre uma série de escolhas, podendo revelar tensões e conflitos, como demonstra o presente caso, uma vez que as dinâmicas do grupo e as estratégias da unidade produtiva foram afetadas e condicionadas pela necessidade de assegurar condições de sustento. Assim, apesar de Afonso ter tido a iniciativa de ensinar Teresa, houve uma estratégia familiar negociada que impeliu que Teresa passasse a trabalhar na manutenção das artes de pesca, ainda que não correspondesse ao seu desejo de trabalho ideal, entenda-se, remunerado e fora do âmbito doméstico.

A configuração e estratégias desta unidade doméstica permitiram reduzir os custos de produção e aumentar o rendimento da pesca e, portanto, o rendimento disponível para a gestão do agregado. Os custos de produção foram reduzidos graças ao trabalho não pago realizado por Teresa na esfera doméstica, o que foi determinante não só para o sucesso da pesca e da unidade produtiva, como Afonso reconhece, mas também para a própria sobrevivência da unidade doméstica. Esta estratégia evitou que Afonso recorre-se ao mercado de trabalho fora da esfera doméstica, em que teria de pagar uma remuneração pelo serviço prestado. Por isso, o trabalho não remunerado, a partir da esfera doméstica, tem valor económico intrínseco ainda que esteja muitas vezes ocultado. Federici defende que este trabalho é central na reprodução dos grupos

sociais e do sistema capitalista, pelo que desconstrói a separação fictícia entre a esfera pública e privada, demonstrando como ambas estão interlaçadas, defendendo que aquelas que contribuem para a produção das pessoas que produzem valor são elas mesmas produtoras desse valor (Federici 2019, p. 56).

Mobilizo agora uma nova vinheta etnográfica para demonstrar como algumas atividades reprodutivas têm, intrinsecamente, um valor associado se não forem realizadas na esfera doméstica e nem motivadas pelo cuidado. Bruno mora em Setúbal, tem 63 anos e está reformado. Hoje, pesca com uma licença de pesca desportiva, para ter um complemento da sua pensão que não chega ao ordenado mínimo. Quando era jovem, fazia temporadas de trabalho fora de Portugal como estucador, mas, quando voltava a Setúbal, ia sempre à pesca. As oportunidades de trabalho no estrangeiro diminuíram, e Bruno dedicou-se, em exclusivo, à pesca de chocos e polvos no rio, com um pequeno bote recreativo. Durante esse período, estava casado, mas, entretanto, divorciou-se. Contou-me que esse episódio mudou a sua vida, nomeadamente a organização do seu quotidiano. Hoje em dia, mora numa pequena casa sozinho, sendo responsável pelas tarefas domésticas. Como diz que não foi habituado a tal, tenta encontrar formas de minimizar essas tarefas, por exemplo, deixa a sua roupa numa lavandaria, aos domingos, prepara a sopa para a semana toda e/ou compra comida no *takeaway*, todos os dias prepara a aviação para levar para o mar. Além disso, faz a limpeza da sua casa e, por vezes quando os ganhos o permitem, contrata uma “mulher a dias para fazer umas horas”. Observei-o a interagir com colegas casados, referindo como hoje dá valor ao trabalho que as mulheres têm, pois, como está sozinho, esse trabalho recai sobre si. Desabafou várias vezes comigo sobre ter encargos que muitos homens não têm, nomeadamente com a lavandaria e a alimentação e como essas despesas eram dificilmente suportadas. Este caso é expressão concreta da importância económica do trabalho não remunerado, indo ao encontro do argumento de Dalla Costa e Selma James: “O trabalho doméstico não produz somente valor de uso como é uma função essencial na produção de mais-valia” (Dalla Costa, James 1975, p. 33). Ou seja, demonstra como o trabalho doméstico não remunerado é essencial para a reprodução social, mas também para a reprodução das próprias atividades económicas do capitalismo. Neste caso, a ausência de alguém a desempenhar esse trabalho leva a que a pessoa que necessita dele procure serviços no mercado que supram as necessidades e, como tal, há um valor associado. Tal vai ao encontro daquilo que Federici (2019) identificou como a mercadorização das atividades reprodutivas no giro neoliberal.

Voltando ao percurso de Teresa, vemos como se observa o modo como as atividades desempenhadas pelas mulheres na pesca são influenciadas por questões específicas

relacionadas com as dinâmicas de cada unidade doméstica e de cada localidade, mas também enquadradas na economia política das pescas e na economia política global. Além disso, permite analisar como as economias morais integram a economia política e se manifestam em práticas de reprodução social (Homs, Álvarez 2021), ou seja, como se articulam processos estruturais macroeconómicos com práticas económicas baseadas em obrigações mútuas, a fim de garantir a continuidade social. Numa situação de crise, Teresa ficou sem emprego, o que coincidiu com um momento de declínio no setor, com uma diminuição do número de profissionais ligados às atividades pré-capturas e os custos de produção a aumentar. Nessa conjuntura e com dois filhos a cargo, o trabalho informal e não pago foi o único que Teresa teve à sua disposição para poder contribuir para o sustento, revelando motivações morais para o fazer, ainda que entrassem em conflito com as suas aspirações pessoais. A ocupação laboral de Teresa pode ser entendida no âmbito da “economia moral doméstica”, que articula práticas formais e informais. Estas últimas encontram-se num regime de a-legalidade, porque não estão enquadradas num dispositivo regulatório. Assim, durante esses anos, Teresa não efetuou contribuições para a Segurança Social e, por isso, a sua pensão de reforma é mínima, sendo necessário que Afonso tenha, ainda hoje, de manter um trabalho exterior para complementar os seus rendimentos, o que faz prolongar a sua dependência económica do marido.

As atividades femininas são, muito frequentemente, multidirecionadas em diferentes contextos (Gerber 2015; Lima 1992). A responsabilidade pela gestão e trabalho doméstico foi sempre recaindo sobre Teresa. Entre o trabalho nas redes, Teresa tratava da manutenção da casa (limpeza, cozinha, lavandaria, etc.) e cuidava dos filhos e, mais tarde, perante dificuldades financeiras da sua filha (situações sucessivas de desemprego), ficou com o encargo de dois netos, poupando em potenciais mensalidades de infantários e amas. Estas diferentes tarefas desempenhadas por Teresa são vistas como parte das suas obrigações domésticas e de cuidado. Entende-se cuidado como Antónia Lima o define: simultaneamente, enquanto conjunto de práticas (tratar dos outros) e de valores (Lima 2016, p. 80). Esta (re)configuração do cuidado intrafamiliar vai ao encontro de uma alteração que se verifica no domínio dos cuidados, em que a tendência é que os pais ajudem os filhos até mais tarde e as pensões dos mais velhos serem uma garantia de rendimento, sobretudo na consequência das políticas de austeridade que condicionaram as possibilidades de vida (Lima 2016). A ocupação de Teresa permitia que tivesse flexibilidade horária para se dedicar mais a essas tarefas, sobretudo para ir levar e buscar as crianças à escola. Além disso, as pensões de ambos e o trabalho de entralho de redes de Afonso permitia uma relativa estabilidade que possibilitava ajudar a filha.

Ao contrário do padrão que encontrei durante o trabalho de campo, Afonso foi tendo um papel mais ativo na esfera doméstica, sobretudo quando se reformou e passou a estar mais envolvido na educação dos netos e nas idas às compras, uma vez que Teresa estava sobrecarregada com o cuidado da sua mãe. Ainda assim, quando os conheci, era Teresa quem preparava a roupa e a *aviação* (comida) que Afonso levava para o mar e que tinha a responsabilidade de organizar da maioria das atividades relacionadas com a manutenção da casa e cuidado das crianças; e Afonso apenas “ajudava”, termo que escutei diversas vezes.

Teresa foi a principal responsável pelo cuidado da casa. Em primeiro lugar, pelos filhos, como é expectável, mas essa obrigação prolongou-se quando teve de assumir o cuidado dos netos. Em simultâneo, seguindo o padrão, acolheu a sua mãe, enquanto parte da sua obrigação moral e afetiva. Só nesse momento, Afonso passou a copartilhar mais ativamente as responsabilidades. Além disso, aquela que foi a ocupação de Teresa durante parte da vida foi cunhada como uma ajuda ao marido e, por extensão, como uma forma de cuidar da subsistência do agregado familiar, ainda que tivesse sido essa ocupação que permitiu concentrar no agregado a mais-valia gerada pelo barco. Ou seja, ao longo da sua vida de casados, Teresa acumulou o trabalho doméstico, o trabalho de entralhar redes e o trabalho de cuidado, enquanto Afonso se focava exclusivamente no trabalho na pesca, trabalho esse só possível devido a esta rede de suporte proporcionada por Teresa. Todas estas diferentes formas de trabalho estão enquadradas em motivações afetivas e morais, com vista ao bem-estar da unidade doméstica, que, por sua vez, está relacionado com o preenchimento das necessidades humanas (Matos 2020). Este caso está enquadrado numa implícita ética do cuidado que pressupõe a obrigação moral de cuidar dos outros (Tronto 1993; Narotzky, Pusceddu 2020).

O cuidado não se expressa somente em tarefas alocadas, como também manifesta uma inerente noção de obrigação feminina, naturalizando-se as responsabilidades, neste caso, no quadro de subsistência do agregado (Lima 2016). Como muitas mulheres em contexto de crise, Teresa evoca valores morais de sacrifício pela casa para justificar as atividades que foi tendo ao longo da vida. Ainda assim, se analisarmos o cuidado como uma prática e uma forma de ação (Tronto 1993), podemos ver como Teresa se tornou a principal agente de reprodução do agregado, ou seja, o cuidado configurado como uma forma de agência e não só de subjugação feminina (Sarkis, Matos 2020).

Esta vinheta permite mobilizar vários debates em torno da reprodução social e, em particular, nos contextos piscatórios. Em primeira instância, como várias autoras têm vindo a defender, a economia reprodutiva tem sido um suporte para a dimensão produtiva da pesca, em diversos contextos (Williams 2019). O trabalho não pago é diretamente influenciado por uma

a ética do cuidado que se relaciona com processos económicos (Narotzky, Pusceddu 2020, p. 149). Além disso, permite articular a análise de como se tem dado uma extensão das responsabilidades do cuidado, entre uma mesma geração e entre gerações distintas, que se torna necessário no contexto de deterioração dos meios de subsistência da classe trabalhadora e perante a insuficiência das respostas sociais do Estado. Outra dimensão que este caso permite notar é como nas práticas quotidianas e de sustento se encontram e cruzam esferas privadas e públicas e a dimensão mercantil e não mercantil e como se articulam para possibilitar a continuidade da vida e a satisfação das necessidades, no sentido atribuído por Fraser (2013).

Continuidades e descontinuidades entre os grupos domésticos e percursos laborais

A persistência de unidades de produção familiares, na pesca contemporânea, em contexto capitalista, é afetada pela capacidade (ou ausência de) de sucessão intergeracional. Os padrões de herança que permitiam o acesso aos meios de produção, a transmissão de conhecimentos e as ligações afetivas eram os fatores que garantiam a continuidade da pesca ao longo de gerações, em diferentes contextos. Hoje, a renovação geracional da pesca é um dos grandes desafios que enfrenta o setor, tanto em Portugal como na Europa. Desde os anos 1980 que se verifica uma tendência decrescente do número de profissionais do setor no nosso país: em 1986, estavam matriculados 41 775 pescadores e, em 2020, o número de profissionais era de 15 324¹⁴⁵. Em paralelo, deu-se o declínio do número de embarcações. Embora vários sejam os fatores que tenham contribuído para esta quebra significativa, muitos deles já referidos no capítulo 2 da presente tese, é de realçar a conjuntura política influenciada pelas normativas comunitárias que promoveu a redução do esforço de pesca, com o abate de embarcações.

Simultaneamente, a estrutura etária dos pescadores tem vindo a aumentar, com 56,7 % dos pescadores na faixa dos 35-54 anos (Instituto Nacional de Estatística 2021b). O FOR-MAR, entidade estatal responsável pela formação marítima, todos os anos, abre vários cursos relacionados com a pesca, mas tal não se traduz em ingressos efetivos na atividade. Há um número reduzido de pessoas novas a ingressar na profissão, com ou sem ligação anterior à atividade, o que não colmata a saída de pessoas para a reforma. Cada vez mais, é frequente que os pescadores reformados continuem no ativo por falta de profissionais nas embarcações. A par

¹⁴⁵ Fontes/Entidades: INE, PORDATA

dessa situação, em alguns portos e segmentos de pesca, começa-se a contratar mão de obra não nacional para dar resposta às necessidades¹⁴⁶.

De acordo com Luís Martins, na Póvoa do Varzim, a família era o grande agente de coesão e transmissão em contextos piscatórios e era no seio da casa que preparavam os filhos para a pesca (Martins 2007, p. 190). Atualmente, o cenário transformou-se, e os jovens das famílias piscatórias são cada vez menos incentivados e encorajados a prosseguir a carreira da pesca. Aliás, em várias conversas sobre o problema da falta de profissionais, os pescadores diziam que, além das dificuldades e desafios que o trabalho acarreta, uma das razões para essa situação era o maior distanciamento das crianças à pesca. Dizem que tal acontece porque a regulação já não é tão permissiva ao embarque dos filhos dos pescadores, aquando das férias ou fins de semana, e, como a idade escolar se prolonga, é pouco provável que um “moço” de 21 anos tenha vontade de ir para o mar, se não foi socializado como as gerações anteriores. Outros admitem, simultaneamente, que também não encorajam os filhos a seguir as suas pisadas. Assim, as gerações mais novas tendem a optar por outras profissões, pois, como já aqui mencionado, o acesso das classes trabalhadoras à educação foi um dos fatores decisivos para a abertura de outras oportunidades de vida.

A esta conjuntura de desafios e dificuldades, a pequena pesca tem respondido com um significativo grau de resiliência. Apesar das probabilidades e das tendências económico-políticas dominantes que direcionam para a contração da frota e concentração do esforço de pesca em grandes empresas, a pequena pesca tem conseguido persistir e manter uma estrutura produtiva de base familiar ou alicerçada em redes de amizade e vizinhança, ainda que dependam diretamente de um contexto de mercado capitalista (Marks 2012). A manutenção da pequena produção é um bastião de resistência no contexto dos sistemas alimentares mundiais, cada vez mais concentrados em grandes multinacionais.

¹⁴⁶ Aquando do trabalho de campo, praticamente, não encontrei situações de contratação de pescadores estrangeiros, apesar de ser prática comum em portos mais a norte do país. No entanto, durante a escrita da tese, vim a saber de alguns barcos que, perante a incapacidade de encontrar pescadores com cédula, acabaram por contratar trabalhadores de outros países. Todavia, à semelhança do que acontece a Norte, embora muitos desses pescadores (na maioria indonésios) tenham formação em atividades marítimas e experiência de trabalho embarcado, não dispõem de Cédula, pelo que são matriculados como observadores, o que os coloca numa situação laboral precária, sem terem direitos laborais garantidos, resultando em algumas situações de maior exploração laboral. O FOR-MAR tem vindo a acompanhar a situação e a tentar criar cursos que permitam facilitar a obtenção da cédula (Formação Combinada para Marítimos Estrangeiros). Este fenómeno merece uma abordagem futura, uma vez que, além das questões de incerteza, soma-se desigualdade laboral e, em alguns casos, discriminação racial e xenófoba.

Ainda que seja um padrão menos frequente, os jovens profissionais que estão envolvidos no setor têm, na sua maioria, alguma ligação afetiva e/ou familiar à pesca. Em unidades domésticas que dispõem da propriedade do barco, essa continuidade é mais frequente, ainda que não seja garantida, como também notou Menzies, no contexto francês (2003). As unidades domésticas colocam na balança as necessidades de sustento diário, as aspirações de futuro e o desejo de continuidade da classe, mas nem sempre coincidem ou se articulam. Por exemplo, alguns jovens com quem contactei, embora manifestem o interesse de trabalhar na pesca, foram levados a desempenhar outras ocupações profissionais, a fim de ter maior estabilidade, e outros articulam ocupações, a fim de diversificar as fontes de rendimento.

Vejamos um exemplo. Diogo tem 64 anos, é pescador e trabalha a partir do porto de pesca de Olhão, embora seja natural da Ilha da Culatra. Começou a pescar com o seu pai (natural de Setúbal), que tinha uma pequena lancha, ainda em criança, razão pela qual diz: “Eu nasci para isto. Eu gosto do mar! Eu gosto de trabalhar no mar. Eu nasci para isto. Comecei logo de pequenino com o meu pai. O meu pai e o meu irmão. Nasci nisto. Tenho quase cinquenta anos de andar ao mar. A gente tirava a cédula aos catorze e aos dez ou doze anos já ajudava o meu pai.” Apesar de ter 50 anos de profissão, ainda não está reformado. Tem dois filhos, um rapaz e uma rapariga. O rapaz, Ivo, tem 41 anos e também é pescador. Começou a ter os primeiros contactos com a pesca através do seu avô e pai e foi no barco da família que começou a trabalhar. Conta-me que tem o “vício da pesca” por ter começado desde pequeno na “borda d’água”, afirmando: “Eu, às vezes, quando fico três ou quatro dias sem ir ao mar... uma pessoa parece que fica parva, não sabe o que faz”, apontando como motivo principal para ter seguido as pisadas dos seus antecessores, começando a pescar no pequeno barco com o seu pai. Além de ser pescador, Ivo tem uma peixaria em conjunto com a sua esposa. Esta breve história familiar é expressão de como a sucessão geracional é um dos principais fatores que garante a transmissão do ofício da pesca e de como o acesso aos meios de produção é elemento central, mas traz à tona o desenvolvimento de uma pertença identitária, à semelhança do que Méndez encontrou junto dos pescadores do rio Paraná (Méndez 2018, p. 160). Esta pertença vai além da prática da pesca, estando simbolicamente associada a um legado familiar e/ou comunitário e a uma experiência comum tida desde criança que se imprime corporalmente moldando a pessoa, como as palavras de ambos denotam.

Ivo pesca com o seu amigo de infância, André, de 40 anos. André também descende de uma linhagem de pescadores. Ivo e André são amigos desde “moços” e possuem uma pequena lancha de 6 metros. São “sócios” e estendem essa “parceria” ao pai de Ivo, Diogo, que pesca sozinho noutro barco. Os três costumam pescar utilizando redes de emalhar e/ou tresmalho que

largam, sobretudo, na ria Formosa. Os mais jovens estão matriculados num barco e o mais velho noutra, porque não podem estar matriculados em dois barcos em simultâneo. Mas com frequência acompanham-se, decidem estratégias e dividem os proveitos. Esta estratégia tem sido benéfica para os três envolvidos, que assim se fortalecem. Diogo, por ser mais velho, conta com a energia de dois jovens, e os jovens contam com o conhecimento e experiência de Diogo, articulando-se assim reservas de conhecimento e mão de obra (Menzies 2003). Além disso, o que os une vai além da esfera laboral. Assim, a “parceria” entre estes três pescadores alicerça-se em relações familiares e de amizade que garantem um modo de reprodução simples, ou seja, permitem manter a unidade de produção suficiente que contribuiu para a subsistência das três unidades domésticas associadas aos dois barcos. Essa manutenção é feita através de estratégias concertadas que são garantidas, na sua maioria, pelos três que dividem assim os riscos e proveitos.

Ainda que seja um modo de reprodução simples, o seu sucesso tem permitido acumular algum capital que possibilitou aos dois jovens comprar outra unidade produtiva (com o complemento de um crédito bancário): um barco de pesca costeira, para se dedicarem a outro tipo de pesca, com covos (armadilhas). Diogo explicou-me a situação:

“Eles já têm um barquinho para se desenrascar, mas havia esses polvos e pensaram em investir, investiram, mas correu mal! Não conseguem arranjar pessoal capaz. É um barco grande e eles não conseguem arranjar pessoas para trabalhar. A vida do polvo é uma vida que se leva umas horas no mar, tem de ser uma pessoa preparada. Os barcos grandes hoje dão muita despesa, é difícil uma pessoa vencer. Não é fácil. Uma pessoa defende-se melhor com um barquinho pequenino do que se defende com um barco destes, dá muitas despesas, hoje em dia dá. Esta vida do polvo é uma vida mais *safa*, mas é muitas horas por cima de água... os homens chegam a levar dez a doze horas dentro de água. A vida do barco pequenino é diferente. É duas a três horas. Às vezes, larga-se e suspende-se logo, outra vez larga-se e deixa-se. Quando o barco veio, estava a precisar de obras, fibra e tal. E eles estiveram a tratar do barco. Estão a ganhar, por um lado, e a gastar, por outro. Um barco destes precisa no mínimo de três pessoas.”

André e Ivo optaram por ampliar a sua ação na pesca, porque são jovens e esperam progredir, ao contrário de Diogo que já só está à espera da reforma. No entanto, a embarcação comprada é maior e a pescaria mais exigente, pelo que não conseguem embarcar sozinhos, e o Diogo já não se sente com saúde e força para os acompanhar. Além disso, não era objetivo de ambos passar a pescar no barco maior, porque querem continuar a pescar como têm feito até então, mantendo uma atividade que conhecem melhor e que lhes permite equilibrar as contas, além de ser mais flexível em termos do número de horas de trabalho. O novo barco está, de

momento, parado, pois não encontram camaradas que considerem capazes para formar uma companhia, nomeadamente jovens.

Como diz Diogo, “uma pessoa defende-se melhor com um barquinho pequenino”. A utilização do verbo “defender” expressa o facto de, na aceção de Diogo, um pequeno barco estar menos exposto aos riscos. Ao contrário do que poderia ser expectável numa sociedade dominada pela economia capitalista, que promove a concentração e a acumulação de capital, para o pequeno produtor da pesca, a manutenção de unidades produtivas de pequena escala pode ser a chave da sua resiliência (Marks 2012). As despesas associadas a um barco mais pequeno são menores, nomeadamente por irem para pesqueiros perto da costa ou, como descreve Diogo, por “trabalhar pela borda d’agua”. Nesse seguimento, por serem barcos de pesca local, têm a vantagem de poder pescar dentro da milha, local onde há mais diversidade de espécies, além de que estão mais protegidos de fenómenos meteorológicos mais adversos. Acresce a isto, o trabalho necessário ser menos exigente e flexível por depender de menos pessoas. Estes elementos permitem que a pesca seja menos exposta ao risco, uma vez que o capital envolvido também é menor.

De acordo com a categorização de Ian Scoones, as estratégias de subsistência em contexto rural de produção agrícola, mas que tem aspetos que se relacionam com o contexto produtivo da pesca, podem ser de intensificação ou diversificação (Scoones 1998, p. 9). A intensificação resulta da tentativa de retirar mais renda com a atividade através de investimentos (monetários ou não), como este caso demonstra, dando-se uma tentativa de alargamento da atividade. Este fenómeno pode ser entendido como uma transição para um “modo de reprodução expandida” (Marks 2012), mas que resultou em mais desafios, como foi explanado, uma vez que o trabalho familiar tornou-se insuficiente para garantir a unidade produtiva e o próprio capital também se tornou limitado. Paul Foley analisou como a mudança para barcos maiores e mais dispendiosos, na costa canadiana, levou alguns pescadores de pequena escala a ter de recorrer a empréstimos financeiros, criando novas dependências face ao capital, que deixou de estar exclusivamente ligado ao trabalho (Foley 2019). Neste caso, é a pequena produção que permite manter uma unidade produtiva maior e que se encontra “improdutiva” e cumprir as obrigações financeiras associadas à compra do novo barco.

Tanto André como o Ivo não são otimistas relativamente ao futuro da pesca. No entanto, continuam a pescar, porque trabalham por conta própria, pois como diz Ivo: “Trabalhar para os outros aqui no mar nunca dá nada”. André, por seu turno, partilha: “A malta nova foge toda do mar. Um moço trabalha a semana toda, sem horários, e no fim da semana o patrão dá-lhe 100 euros. Quem trabalha a semana toda por 100 euros? Eles preferem ser seguranças e ganhar 700

euros, mas ao menos dormem em casa. Para começar, hoje em dia, não está fácil.” Perante este caso, vemos como a exigência de mais mão de obra para lá daquilo que as unidades domésticas podem fornecer é um ponto fraco que inviabiliza a própria atividade. Com este exemplo, pequenos produtores que se baseiam em mão de obra familiar (e/ou de vizinhança ou amizade) têm maior flexibilidade e capacidade para lidar com crises, nomeadamente crises de mão de obra, demonstrando também como duas unidades familiares e produtivas unem gerações em torno de projetos de continuidade da pesca e da vida, numa articulação entre gerações e pessoas com diferentes ocupações laborais distintas.

Fábio tem 52 anos e pesca desde os 13. A maioria dos membros masculinos da sua família de gerações anteriores era pescador ou tinha alguma profissão do setor marítimo na cidade de Setúbal, mas trabalhavam por conta de outrem¹⁴⁷. As mulheres, por seu turno, eram, na sua maioria, operárias conserveiras, peixeiras ou empregadas nas limpezas. Fábio começou a pescar desde cedo em botes no rio, nos tempos-livres. Depois de desistir da escola, tirou a cédula marítima para poder ser pescador profissional, porque “tinha o vício da pesca”, seguindo os passos dos seus familiares. Chegou a estar embarcado na pesca longínqua, em Marrocos. Durante esse período, casou e teve três filhos. A sua esposa, Luísa, é repositora numa grande superfície comercial. Entretanto, Fábio tirou a carta de arrais local e começou a trabalhar como mestre num barco de um vizinho. Há 7 anos, conseguiu alcançar o seu objetivo de vida: comprar o seu próprio barco. Zeferino, o camarada que acompanhou Fábio durante largos anos enquanto trabalhou por conta de outros, transitou também para o novo barco. Assim, continuaram com a mesma organização laboral, com a diferença de que o barco se tornou propriedade de Fábio. Nunca me detalhou as condições da compra, mas deu a entender que um amigo lhe emprestou parte do dinheiro, dívida que, entretanto, já saldou, porque, diz-me, quer ser o único a “governar” o seu próprio barco. Mas outra parte foi resultado de uma pequena acumulação de capital feita pela unidade doméstica que, nas palavras de Fábio, só foi possível graças à sogra: “Devo muito à minha sogra por conseguir ter um barco hoje, ela alimentou muitas vezes os meus filhos e só assim consegui.” Depois, acrescentou, que também deve à sua esposa por ter um “ordenado fixo”, o que permitiu estabilizar os rendimentos da unidade doméstica em condições de maior escassez de peixe ou quebra de preços.

Fábio contou-me que o seu filho, Ricardo, tinha acabado a escola e “andava a portar-se mal”, além de não ter perspectivas de trabalho, ao contrário dos dois irmãos. Então, decidiu levá-

¹⁴⁷ Alguns membros da família de Fábio tiveram pequenos botes de madeira com os quais pescavam no rio, aquando do defeso da sardinha.

lo consigo para pescar para, assim, não se tornar um encargo em casa. Contou-me que, na altura, também estava a precisar de “mais dois braços” a bordo, porque a pesca estava a correr bem e o trabalho tornou-se mais exigente, devido ao tamanho do barco, artes escolhidas e viagens para lugares de pesca mais distantes (por exemplo, Sines). Explica-me que, além disso, atualmente, é difícil encontrar um “bom camarada” e assim tinha a oportunidade de ensinar ao filho. Ricardo adaptou-se bem e “ganhava para os seus botões”. Todavia, passado uns tempos, encontrei-o a trabalhar num outro barco que opera com arte de ganchorra. Quando perguntei a Fábio as razões da mudança, explicou-me: “Ele comigo ganhava só meia parte, os filhos são sempre enteados. Está melhor lá. É mais certo. Eles trabalham com encomendas e ele ganha mais. E é bom para se fazer à vida. Agora está a tirar outra carta para ir subindo.” Com receio que pensassem que estava a favorecê-lo por ser seu filho, Fábio não lhe pagava como a outro camarada. Para Fábio, é bom que o filho adquira experiência noutras embarcações, com outras tecnologias de pesca e, sobretudo, passa-se pela experiência de ser “camarada”. Acredita que, assim, quando deixar de trabalhar na pesca, o filho terá melhores condições para governar o seu barco, porque passou pelas várias categorias.

O percurso de Fábio pode ser entendido à luz da abordagem da reprodução social. A articulação entre gerações permitiu garantir o sustento diário, bem como articular projetos de vida. Além disso, a existência de um salário fixo no agregado forneceu estabilidade para garantir o pagamento das despesas domésticas e, por vezes, do próprio barco. Simultaneamente, permitiu que se articulassem necessidades imediatas, como a ocupação laboral do filho, com uma necessidade futura, garantindo a transmissão do meio de produção. Há, assim, uma ligação de gerações em torno de projetos domésticos para ganhar a vida e aumentar oportunidades futuras, nas quais o género também opera, uma vez que, nesta conjuntura, foi o trabalho reprodutivo e o cuidado, a cargo da esposa e sogra, que forneceram uma base que permitiu o bem-estar das gerações presentes e deu perspectivas de vida futura.

O trabalho assalariado da sua esposa, em conjunto com o trabalho de cuidado prestado pela sua sogra, foram elementos cruciais que permitiram que acumulasse as condições necessárias para adquirir uma embarcação e progredir no setor. Ou seja, ainda que aparentemente o trabalho produtivo da pesca seja da responsabilidade de Fábio, os trabalhos remunerados e não remunerados das mulheres da família foram determinantes para o seu percurso de pescador. Na pequena pesca, o objetivo último dos pescadores é conseguir ter condições para ter o seu próprio barco e trabalhar por conta própria para sustentar a sua família, sem depender de terceiros. Por outro lado, o barco nunca foi um projeto só seu; foi motivado pelo desejo de transmissão aos seus filhos e como forma de sustento da casa. Como Marks aponta, na pesca, a continuidade é

alcançada através do recrutamento entre membros jovens da família, que são integrados e iniciados na atividade junto das suas companhas de familiares mais velhos. Fábio revela preocupação em garantir essa continuidade e, perante uma situação que prejudicava a unidade doméstica, o desemprego do filho, optou por mobilizá-lo para a unidade produtiva. Deste modo, garantiu mais força de trabalho, possibilitou o acesso a uma profissão e remuneração ao seu filho e, ainda, ficou com a expectativa de poder transmitir o seu legado. O corpo de Fábio começa a acusar o desgaste do trabalho e, por isso, não prevê que continue a ir para a pesca durante muitos mais anos. No entanto, e porque o próprio Fábio não herdou os meios de produção, considera relevante que o filho trabalhe fora da esfera familiar. Assim, como parte da estratégia, incentivou-o a ter outras experiências enquanto “camarada” para, no futuro — e à sua semelhança —, ter a sensibilidade e o conhecimento para governar o seu barco e uma companha.

A transferência intergeracional na família e o envolvimento das mulheres no setor são dois elementos centrais para compreender como se lida com a incerteza nos contextos piscatórios. No seguimento da secção anterior, em que mostrei como as relações de género são centrais para sustentar a continuidade da pesca, podemos também analisar como as relações intergeracionais têm o potencial de permitir a continuidade da pesca a longo prazo. Charles Menzies assinala como a viabilidade económica e o sucesso de uma embarcação não depende somente da capacidade económica de capturar e vender o peixe no mercado. O autor defende que é determinante a capacidade de, por um lado, conseguir reservas de capital — por um lado, possíveis pelo trabalho assalariado da mulher e pelo cuidado prestado pela sogra — e, por outro, mobilizar a rede familiar e de vizinhança —, neste caso, mantendo um vizinho de confiança como camarada e recrutando um dos seus filhos (Menzies 2003, p. 72). É a articulação destas dimensões que permite a manutenção das estruturas produtivas e cria uma estrutura capaz de lidar com o carácter incerto da atividade, permitindo a continuidade da atividade.

Pluriatividade como estratégia de sustento

Na pequena pesca, são desenvolvidas várias estratégias, a fim de garantir ou manter níveis de subsistência, que podem passar pela flexibilidade da atividade ou na aposta de atividades paralelas e podem ocorrer ao nível individual e/ou familiar. Uma análise dessas estratégias passa também por entender a intencionalidade das ações dos membros de uma unidade doméstica (Lima 1992, p. 94) e de que modo as escolhas são resultado das relações sociais dentro e fora do núcleo familiar, como será visível no próximo caso etnográfico. Ian Scoones

defende que o grau de especialização ou diversificação dos meios de subsistência de uma unidade doméstica é influenciado por vários fatores, entre os quais se destacam os recursos disponíveis, os dispositivos regulatórios e a avaliação dos riscos associados, mas também a existência de alternativas viáveis (Scoones 1998, p. 10). Nos contextos em análise, há uma tendência para a diversificação, uma vez que as unidades domésticas tendem a combinar diferentes atividades e a mobilizar distintos recursos e relações, a fim de fornecer maior estabilidade no que toca à subsistência.

Virgílio e Rosalina são um casal, ela tem 68 anos, ele tem 69 e moram no centro de Olhão. Estão ambos reformados. Têm dois filhos. Num dos primeiros almoços de família em que participei, ao sábado, encontrei Virgílio sentado à mesa. Disse-me que tinha ido ao mar e já tinha amanhado os polvos. Enquanto conversávamos, Rosalina ia preparando o almoço, tratando de várias tarefas em simultâneo e acudindo às solicitações dos netos. Virgílio ia brincando com Rosalina dizendo que ela nunca pára, mas nunca se levantando da mesa para a ajudar. Por fim, rematou dizendo que “é uma mulher de trabalho, se parar morre”.

Rosalina é natural de uma localidade rural perto de Faro, é “montanheira”, como se diz no Algarve. Ainda adolescente teve de deixar os estudos e veio “servir” para uma gelataria em Olhão, em troca de um pequeno ordenado, casa e alimentação, para poder ajudar a mãe a criar os irmãos mais novos. Entretanto, conheceu Virgílio, um jovem pescador setubalense que se havia mudado para Olhão, com quem casou. Rosalina continuou a trabalhar em setores ligados à restauração e ao turismo, sobretudo na limpeza e na cozinha de casas particulares, acumulando diferentes trabalhos para ter várias fontes de rendimento, a maioria deles sem vínculos formais e com uma remuneração paga à hora. Virgílio, como pescador, esteve matriculado em barcos de pesca local e andou embarcado na pesca longínqua, em Marrocos. Entre viagens, ia combinando o trabalho na pesca com outras oportunidades em terra que iam surgindo. Com os fins de acordos da pesca em Marrocos (1999), Virgílio retornou à pesca local, como trabalhador por conta de outrem, o que se traduziu numa maior flutuação e quebra de rendimentos. Por esse motivo e com dois filhos a cargo, Virgílio continuou a ter outras ocupações em terra para ajudar nos momentos em que era necessário maior rendimento. Muitas vezes, era incitado por Rosalina, que ia sabendo de oportunidades de trabalho, devido aos contactos dos seus próprios empregadores. Virgílio foi motorista em camiões de distribuição de mercadorias e trabalhou como operário na fábrica do gelo. Enquanto tinha esses trabalhos, ia à pesca ao fim de semana, para ter um rendimento extra, mas também para trazer pescado para casa. Por vezes, trocava o peixe por outros produtos, como hortícolas.

Rosalina nunca teve um trabalho direto na pesca e também nunca trabalhou numa fábrica de conservas, como era comum às mulheres em Olhão. Acompanhando os quotidianos deste agregado familiar, pude comprovar, todavia, que descartar o papel que Rosalina foi tendo na pesca seria um erro analítico. As decisões de Virgílio sobre a pesca foram concertadas com Rosalina, decididas e negociadas no que concerne ao bem-estar da unidade doméstica, o que se estende até aos dias de hoje. Por exemplo, o pequeno bote em que Virgílio hoje pesca foi comprado e trazido de Sesimbra por ambos e tem o nome de Rosalina. É ela quem controla a “papelada” do barco e quem o aconselha diariamente sobre qualquer problema ou dúvida de Virgílio. Quando ele trabalha todos os dias, mesmo doente, é ela que exige que fique em casa, que o leva ao médico. Ou seja, o seu papel na pesca não é, de todo, passivo.

Hoje, estão ambos reformados, mas continuam a trabalhar. Dado a sua ocupação principal ter sido a pesca, Virgílio conseguiu pedir a pensão de reforma aos 55 anos¹⁴⁸. No período da austeridade, viu a sua pensão congelada e recebia duodécimos. Já Rosalina, viu-se afetada pela sucessiva extensão da idade da reforma e só recentemente passou a ser pensionista. Ainda assim, e segundo me disseram, o valor de ambas as reformas não permite que façam frente a todas as despesas. Por essa razão, Rosalina faz limpezas em diversas casas de segunda habitação e Virgílio vai, quase todos os dias, à pesca do polvo e/ou choco com uma licença de pesca recreativa. Além das ocupações mencionadas, ambos são responsáveis por uma horta de um dos empregadores de Rosalina e ficam com as colheitas. Estas atividades extra permitem-lhes usufruir de relativa estabilidade, fator que lhes permite auxiliar os filhos e cuidar dos netos. A filha de Rosalina e Virgílio tem um emprego assalariado (limpezas) numa empresa de transportes públicos, mas articula essa ocupação com o trabalho, aos sábados de manhã, numa feira de produtos locais, auxiliando uma amiga. O filho é pescador, mas devido a problemas de saúde tem uma reforma por invalidez que, por ser insuficiente, complementa com o marisqueio e outros “biscates”, não especificados. Ambos moram a menos de 5 minutos da casa dos pais. Rosalina ficou como tutora legal de uma das netas e quase diariamente fornece refeições aos restantes, sobretudo quando a filha vai trabalhar. O papel de Virgílio é mais lateral e, em casa, é Rosalina quem faz todas as tarefas domésticas.

Numa das conversas que tive com Rosalina sobre a falta de estacionamento no centro de Olhão, confidenciou-me que é ela quem gere o orçamento familiar e, por isso, afirma: “Temos de escolher bem as nossas despesas. Chega ao fim do mês é água, é luz, é gás e pouco sobra.”

¹⁴⁸ A pesca, a par da atividade mineira, é considerada uma profissão de desgaste rápido e, por isso, está previsto no Decreto Regulamentar 40/86 que os pescadores podem aceder à reforma aos 55 anos, desde que completados 30 anos de serviço.

Por isso, não querem ter o encargo do estacionamento fixo. Têm alguma estabilidade financeira por terem rendimentos de diferentes fontes. É Rosalina que gere as duas reformas, que procuram poupar. Virgílio geralmente vende os chocós e polvos a restaurantes e fica com uma parte do dinheiro, para gasolina e tabaco, entregando o resto à sua esposa. Rosalina e Virgílio têm várias estratégias para poupar. Rosalina costuma ir a Aiamonte a cada dois meses comprar gás e, com o que poupa nas botijas de gás, consegue encher o depósito de gasolina. Aproveita e traz também botijas para os filhos e compras para os netos. Virgílio conta que, desde que começaram a ter esta dinâmica, têm poupado. O dinheiro proveniente do trabalho de Rosalina e das vendas de Virgílio são para os gastos diários. Além disso, os produtos da horta e o peixe que Virgílio traz para casa ajudam a “poupar no supermercado”. O casal gosta de afirmar que o “dinheiro das reformas fica no banco” e que se vão “governando” com o dinheiro que auferem dos seus trabalhos informais.

Ainda que possam ser subtis, as contribuições das mulheres no seio das comunidades são tangíveis e determinantes para a pesca (Jentoft 2019). Como pudemos ver, a gestão quotidiana dos meios de subsistência é da responsabilidade de Rosalina, ele é a administradora do dinheiro do agregado, quem o redistribui, de acordo com as necessidades, e gere os recursos disponíveis, fenómeno que encontrei noutras unidades domésticas com quem trabalhei. Ao longo dos anos, foi a responsável pela casa, pelos filhos, mas também por Virgílio, cuidando da roupa que leva para o mar e da *aviação*¹⁴⁹. Este modelo de controlo económico da mulher, também descrito por Lima nas famílias da Madragoa, pode dotar as mulheres com alguma autonomia e autoridade (Lima 1997). O suporte proporcionado por Rosalina não estava nem está apenas relacionado com os rendimentos e sua gestão. Pelo contrário, Rosalina acumulou com os seus trabalhos formais, um trabalho emocional e de cuidado que não deve ser desvalorizado.

Várias autoras têm vindo a argumentar que o cuidado é uma das características mais naturalizadas no que toca à construção social de género (Tronto 1993; Comas D’Argemir 1995; Lima 2016). Tendo em conta o modelo de família existente em Portugal e o peso que a chamada “sociedade-providência” (Santos 1993) ainda tem, as práticas de cuidado são centrais na esfera doméstica e *genderizadas*, constituindo uma forma de trabalho não pago.

Os trabalhos de Rosalina e o seu suporte na unidade doméstica contribuíram para a estabilidade da família e de Virgílio, que assim pode continuar na pesca mesmo em momentos de maior escassez, o que tem sido observado por outras investigadoras noutros contextos piscatórios (Neis et al. 2005; Frangoudes, Gerrard 2018). Este caso permite analisar como há

¹⁴⁹ Comida que os pescadores levam para o mar.

uma certa dependência dos rendimentos de Rosalina, sobretudo porque resultam de atividades externas à pesca e, por isso, são mais estáveis, na medida em que há um rendimento fixo. Rosalina garantiu, assim, a reprodução da força de trabalho. Enquanto isso, foi sempre trabalhando e aproveitando as oportunidades que iam surgindo. O tom de orgulho na voz de Virgílio, ao dizer que Rosalina “é uma mulher de trabalho”, é uma forma, ainda que discreta, de reconhecer a sua centralidade, mas também revela a “cultura do trabalho” (Lima 1992). É um discurso que, simultaneamente, reitera uma condição de identidade através do trabalho e manifesta a exploração da força de trabalho, quer no seio da unidade doméstica quer fora dela.

A organização desta unidade doméstica mostra como as mulheres são os membros responsáveis não só do cuidado e do trabalho doméstico, como da gestão da economia doméstica, centrais nas tomadas de decisão, tendo, portanto, um papel crucial na economia piscatória.

Na pesca, os desafios endêmicos e externos que o setor enfrenta — e que afetam os agregados familiares que deles dependem — e o ambiente em constante mudança têm sido alvo de adaptações de diferentes teores. Como vimos, a diversificação dos meios de subsistência é uma das formas de adaptação mais comuns e resulta, muitas vezes, na combinação de rendimentos decorrentes de produção primária com outros trabalhos remunerados (*ibidem*), o que, habitualmente, se denomina por pluriatividade. Embora haja dois níveis pelos quais se pode analisar a pluriatividade: individual — no qual uma pessoa pode ter mais do que uma ocupação (em simultâneo e/ou no curso da sua vida) — ou familiar — em que cada membro se envolve em diferentes atividades laborais (podendo ou não se especializar nelas) —, este caso demonstra a comum articulação entre ambos.

A pluriatividade não é uma prática recente nem circunscrita ao contexto piscatório, uma vez que tem sido um padrão histórico em muitos meios rurais de produção agrícola (Narotzky, Smith 2006) ou em contextos de precariedade económica (Lima 1992). Não entrando por discussões teóricas nem genealogias do conceito, pluriatividade pode ser definida, de uma forma genérica, como a forma de obter rendimento através de mais do que uma atividade económica/laboral. Ou seja, usando a curta definição de Narotzky e Smith, é “a busca de renda, ou seja, de valor de troca” (Narotzky, Smith 2006, p. 50). Não obstante ser um fenómeno comum a muitas economias regionais e locais, uma descrição estática como esta é insuficiente para captar a sua complexidade e diferenciação a diferentes escalas, bem como captar a sua extensão e múltiplas expressões (*ibidem:51*).

A pluriatividade é uma estratégia cada vez mais encontrada nos agregados familiares na pesca (Salmi, Sonck-Rautio 2018; Frangoudes, Gerrard 2018), para não ficarem totalmente

dependentes — e, por isso, vulneráveis — desta atividade e da sua incerteza endémica. É uma procura que se dá através da diversificação da forma de obtenção de rendimentos para uma ou mais unidades domésticas, nas quais a maioria ou todos os membros contribuem (Lima 1992) e que pressupõe um “uso extensivo dos recursos disponíveis e da força de trabalho” (Narotzky, Smith 2006).

De notar que, ainda que a pluriatividade não seja determinada pelo género, é significativamente influenciada por este, na medida em que condiciona o tipo de ocupações laborais desempenhadas. Nesta unidade doméstica, o modelo de homem provedor já não se cumpriu. Tanto Rosalina como Virgílio tiveram várias ocupações ao longo do curso da sua vida, algumas em simultâneo, que lhes permitiram algum grau de estabilidade e independência. Rosalina nunca trabalhou só para um “patrão”, facto que reiteradamente menciona, mas trabalhou sempre sob vínculo precário, tendo sido afetada pelos diferentes períodos de crise económica. Virgílio trabalhava fora da pesca, sobretudo em momentos de quebra de rendimentos, devido à escassez de rendimentos e/ou intervenções externas como o fim da pesca em Marrocos. A filha do casal optou por seguir o mesmo padrão, tendo mais do que uma fonte de rendimentos. Além disso, ambas as unidades domésticas têm acesso a bens alimentares através das suas diferentes ocupações (pesca, horta e venda de hortícolas), o que se revela um aproveitamento dos recursos disponíveis.

Sendo a pluriatividade de constituição flexível, pode envolver outras unidades domésticas (Narotzky, Smith 2006, p. 99). Neste caso, os diferentes trabalhos desempenhados por Rosalina e Virgílio permitiram que se combinassem diferentes fontes de rendimento que, assim, foram dando estabilidade à unidade doméstica e permitindo ainda garantir apoio aos seus filhos. Os filhos de Rosalina e Virgílio beneficiam simultaneamente da pluriatividade dos pais e das suas diferentes ocupações, a fim de terem outras fontes de rendimentos. Esta responsabilidade intrafamiliar (*ibidem*) demonstra a dependência e articulação entre unidades domésticas e expõe a precariedade económica, na medida em que a vida só consegue ser mantida através de longas horas de trabalho, adaptações, procura de recursos, redes de parentesco e amizade.

A análise destes casos etnográficos mostra-nos como nas unidades domésticas existem estratégias que são perseguidas de acordo com necessidades internas ou externas e/ou circunstanciais que são condicionadas pelo acesso não só ao capital económico, como também ao capital natural e social (Scoones 1998). Além disso, permitiu demonstrar a influência que as políticas de austeridade tiveram no acesso à pensão de reforma.

Este capítulo permitiu traçar a continuidade entre a esfera doméstica e a produtiva, através de uma análise das estratégias adaptativas adotadas pelos grupos domésticos. A análise permitiu mostrar a importância da diversificação das fontes de rendimento que resultam, simultaneamente, das possibilidades oferecidas pela atividade económica da pesca como também das oportunidades no mercado laboral, fora da atividade. Sobretudo, possibilitou avaliar a relevância da mobilização de todos os recursos disponíveis, inclusive a força de trabalho, para garantir o bem-estar e a subsistência dos grupos domésticos.

Em última instância, estes grupos domésticos procuram satisfazer as suas necessidades, o que permite alargar a análise apresentada no capítulo anterior sobre a existência de uma ética de subsistência nestes contextos. Se, por um lado, a ética da subsistência se manifesta nas práticas económicas e reivindicações, por outro, estas não podem ser separadas das práticas reprodutivas e é a esse nível que se manifesta em primeira instância. James C. Scott demonstrou como as unidades domésticas começam sempre com uma demanda de consumo para a subsistência, condicionada pela sua dimensão e pelos recursos que têm disponíveis (Scott 1985). Quando possuem embarcação, as unidades domésticas são simultaneamente unidades de consumo e de produção. Todavia, como mostrei, estas unidades domésticas e produtivas não operam numa lógica de acumulação, mas sim norteiam as suas práticas para aquilo que permite a continuidade do grupo, quer ao nível da subsistência imediata, quer ao nível da reprodução futura das gerações e da própria atividade. No caso em que o trabalhador da pesca não possua os seus meios de produção, fica ainda mais vulnerável à instabilidade, sobrando-lhe poucas estratégias laborais para conseguir preencher o desígnio da subsistência. É, então, a partir da unidade doméstica que se procuram formas de diversificar rendimentos e/ou encontrar outras formas de aprovisionamento.

As famílias que estejam dependentes total ou parcialmente da atividade da pesca enfrentam desafios que derivam, entre outros, da aleatoriedade das capturas, da flutuação dos preços no mercado, das incertezas transmitidas por algumas práticas regulatórias e da ausência de salários fixos, estando vulneráveis e numa situação iminente de instabilidade. As opções para escapar a esses desafios são condicionadas, mas é ao nível da unidade doméstica que surgem mais frequentemente. Nesse sentido, como os diferentes casos demonstraram, as famílias procuram desenvolver estratégias para lidar com adversidades temporárias (má pescaria, desemprego, etc.) e/ou permanentes (por exemplo, a endémica instabilidade de rendimentos ou a falta de jovens). Para tal, há uma tentativa de mobilizar e/ou agregar recursos materiais e imateriais disponíveis, a fim de cobrir eventuais “choques” e possibilitar a subsistência de forma estável.

As estratégias passam pela combinação de práticas ditas formais e informais, ou seja, vão para lá da estrutura regulatória do aparelho de Estado, sobretudo em momentos em que não há resposta às necessidades mais imediatas (por exemplo, a ausência de subsídio de desemprego). Resultam de uma ponderação sobre as melhores escolhas, em termos de benefícios e necessidades das unidades domésticas, e são afetadas por condições endógenas do próprio agregado e da pesca (ex. desemprego de um dos membros, más capturas, etc.), bem como conjunturais (desvalorização do preço do pescado, efeitos das medidas de austeridade, etc.)

Consequentemente, há uma constante organização e negociação na esfera familiar que articula as obrigações mútuas e de cuidado, os dilemas de subsistência e as aspirações e realizações pessoais, podendo ser causa de tensões. As necessidades em torno do sustento são, muitas vezes, expressas em termos de relações entre gerações a nível individual ou familiar (Narotzky, Besnier 2014, p. 55). Estes casos permitiram, ainda, analisar as “inter-relações entre cuidado e relações económicas, deslocando-o da esfera do privado para o público e dotando-o assim de uma nova importância do ponto de vista da análise sociológica, económica e política” (Lima 2016, p. 97).

A abordagem da reprodução social tem potencial analítico, porque permite sublinhar que a reprodução da vida humana, quer a nível mais imediato quer a nível de continuidade entre gerações, é alcançada através de relações sociais e práticas económicas estabelecidas dentro e fora do mercado, na sua articulação quotidiana, nas unidades domésticas. Nesta ótica, vemos como a unidade doméstica é a primeira esfera de provisão (Matos 2020) e o cuidado com o processo pelo qual a vida é sustentada (Tronto 1993), sendo, assim, um elemento-chave para entender os processos económicos.

Ao longo do capítulo, discuti as diferentes extensões e formas da produção piscatória nos imbricamentos produção/reprodução. As diferentes formas de trabalho, formal e informal, remunerado e não remunerado, e demais tarefas e relações sociais, estão envolvidas na forma de fazer vida, navegando pela incerteza presente e futura. A continuidade da pesca depende das estratégias que são concertadas na unidade doméstica, quer ao nível da provisão diária, quer ao nível de recrutamento de trabalhadores para fornecer uma base de rendimentos diversificada. Um elemento central para a continuidade da pesca é o trabalho não pago feito pelas mulheres que, apesar de contribuir para o processo produtivo, fica invisibilizado por estar associado à esfera doméstica e ao cuidado. Assim, a produção piscatória, nas suas articulações com outras atividades, está situada na busca pela provisão de bens e serviços que garantam o bem-estar imediato, mas também a possibilidade de vida futura. A ética de subsistência condiciona as estratégias de vida que são orientadas para a manutenção diária, num quadro de incerteza, mas

também enquadra aspirações e expectativas, pelo que significa uma orientação para o presente, o que tem articulação com o encurtamento dos horizontes de expectativas, abordado no capítulo 4. Indo ao encontro daquilo que James C. Scott identifica como critério principal desta ética de subsistência: existe uma orientação para o preenchimento das necessidades humanas de uma forma fiável e estável (Scott 1985, p. 13). Esta orientação está enquadrada numa crescente luta pelas necessidades que tem marcado a contemporaneidade (Fraser 2013) e que se manifesta nas reivindicações relativas ao sustento, como irá ser visto no próximo capítulo.

Capítulo 7 — Entre o sustento e a sustentabilidade na pequena pesca

Sustentabilidade e sobrepesca são palavras que surgem em qualquer documento, diploma legal, notícia ou conversa sobre o estado do Oceano e, de forma mais geral, nos debates ambientalistas. A fauna e flora marítimas encontram-se ameaçadas, devido à sobre-exploração a que estão sujeitas, bem como às alterações climáticas. Frequentemente, os pescadores afirmam que, hoje em dia, pesca-se menos, ainda que os avanços técnicos e tecnológicos permitam maior intensidade das capturas.

Com o objetivo de conter a degradação dos oceanos, as políticas públicas e subsequentes quadros regulatórios têm-se focado em restringir os impactos da atividade piscatória, centrando-se em dimensões biológicas e/ou económicas. Apesar de se terem passado décadas de implementação das medidas para inverter a tendência negativa, muitas das espécies piscícolas continuam em declínio e/ou ameaçadas e as medidas têm vindo a adensar-se. Várias autoras têm vindo a apontar as consequências da omissão das dimensões sociais e culturais dessas medidas, nomeadamente desemprego, migração, desigualdades económicas, etc. que, por sua vez, tem levado a resistências ao cumprimento das medidas desenhadas no âmbito das políticas públicas do setor (McCormack 2017). A incerteza endémica da pesca é, pois, agravada pelos desafios ambientais e climáticos e, simultaneamente, pelas tentativas de respostas regulatórias que pretendem solucionar o problema.

Os conceitos de sobrepesca e sustentabilidade têm sido centrais neste debate e é em função deles que se têm desenhado pareceres científicos e medidas de gestão (Carreto, Martins 2021). Fiona McComarck defende que a sustentabilidade é o tema do nosso tempo (McCormack 2017, p. 49). Fabien Locher, por seu turno, realça como a sobrepesca parece ser uma das grandes questões ambientais contemporâneas (Locher 2020, p. 5). Álvaro Garrido e David Starkey (2020a) destacam como ambos evocam uma antinomia, sendo o primeiro postulado a solução para o segundo. São conceitos com estatuto científico associado, conferindo-lhes um valor normativo que permite que sejam utilizados em quadros jurídicos de gestão e dispositivos de regulação e povoem as agendas globais e locais. Embora sejam categorias hegemónicas, não têm consenso social (*ibidem*) e têm consequências para quem vive em contextos haliêuticos, sendo também uma expressão do neoliberalismo nos oceanos (Bresnihan 2018).

Neste capítulo, pretendo refletir sobre o paradigma de sustentabilidade na gestão das pescas, através da análise de como as principais orientações da Política Comum de Pescas, da União Europeia, são transpostas para a regulação portuguesa, como são aplicadas e que

impactos têm nas práticas quotidianas de trabalho e sustento. Posteriormente, procuro, a partir de casos etnográficos, compreender que retóricas subjazem ao desenho e à aplicação de medidas políticas, de que forma os pescadores percebem a legitimidade da ação do Estado e que quadro moral é mobilizado em momentos de transgressão às normas impostas. Por fim, exploro as tensões entre as noções de sustentabilidade e sustento.

Sustentabilidade(s): usos e tensões

Atualmente, a questão ambiental é um dos pilares principais nos debates contemporâneos à escala global, devido ao aumento do conhecimento sobre a degradação ambiental e à sua maior disseminação na população, criando um maior alerta e consciencialização para o tema.

A historiografia demonstra que as preocupações ambientalistas se estabeleceram nas agendas globais, essencialmente, a partir dos anos 60 do século XX, tendo vindo a ganhar destaque até aos dias de hoje (Locher 2020), emergindo, em paralelo, a noção de sustentabilidade. Em Portugal, só após o 25 de abril é que o ambientalismo começou a ter expressão social mais consolidada¹⁵⁰.

Não há consenso sobre quando a sustentabilidade emergiu enquanto conceito¹⁵¹. No período iluminista, na Alemanha, foi usado pela primeira vez a palavra sustentabilidade, ainda que com características diferentes das atuais (Brightman, Lewis 2017, p. 3) e ancorado no conceito cartesiano que subjugava a natureza às necessidades humanas. Mas a sustentabilidade só se tornou central dos discursos a partir dos anos 1980 (Burke 2016, p. 47). Numa conjuntura em que emergiram os primeiros movimentos ambientalistas, sobretudo no Norte Global, deu-se uma “internacionalização” dos debates ambientalistas com a emergência da percepção que o mundo é um sistema global (*ibidem*), o que levou diferentes instâncias de governação global e instituições nacionais a abordar a questão. Arturo Escobar chama a atenção para essas condições históricas específicas em que emergiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável, demonstrando que faz parte de um processo mais amplo de problematização das relações sociedade-natureza, num quadro de degradação ambiental (Escobar 1995, p. 8).

Em 1983, foi criada a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, que elaborou, em 1987, o relatório *Our common Future*, que cunhou o termo “Desenvolvimento Sustentável” (World Commission on Environment United Nations 1987). Esta conceção faz uma associação direta entre bem-estar humano, conservação de recursos, aspetos temporais,

¹⁵⁰ Para mais informação sobre a história ambiental em Portugal e movimentos ambientalistas, vide Rodrigues (1995) e Guimarães e Amorim (2016).

¹⁵¹ Para uma discussão sobre o conceito, vide (Burke 2016, p. 47).

dimensões económicas, sociais e ambientais¹⁵². Este relatório tem sido o ponto de partida para as críticas da antropologia acerca desta questão, sobretudo porque foi aí que se sedimentou a ideia de uma relação direta entre desenvolvimento e sustentabilidade, sendo uma manifestação de uma tendência “liberal” porque é reflexo do contexto em que foi elaborado, reproduzindo pressupostos da modernidade liberal do Ocidente, nomeadamente pela crença num conhecimento científico objetivo e pela perceção do mundo como exterior e que pode ser gerido (Escobar 1995, p. 9). Além disso, este relatório parte dos princípios da cultura económica ocidental, em que a natureza é reduzida a “recursos” (Ferry, Limbert 2008). Martinez-Alier nota como, desde então, os discursos passaram a utilizar termos como “recursos naturais”, “capital natural” ou “serviços de ecossistema” em vez de natureza (Martínez Alier 2002, p. 5). Já Raymond Williams havia analisado como a ideia de recursos coincidiu com a transição para um modo de produção inteiramente virado para o lucro e para a acumulação (Williams 1977). Mais recentemente, tem havido críticas a esta tendência, por reduzir a natureza a um conjunto de bens e serviços quantificáveis, ou seja, a recursos (Ferry, Limbert 2008).

Também foi a partir dos anos 1980 que a noção de Antropoceno, cunhada por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2013), começou a entrar nos debates, alertando para um novo período geológico impulsionado pelo impacto da atividade humana, desde 1800. Foi então que as crises ecológicas passaram a ser traduzidas para o conflito entre atividade humana não regulada e os limites biofísicos da natureza (Bresnihan 2017). Esta forma de classificação foi já largamente criticada e refutada por várias cientistas que têm proposto outras formas de adjetivar este período — por exemplo, capitaloceno —, pondo ênfase no sistema de acumulação capitalista (Moore 2016)¹⁵³. Antropoceno é um termo com cunho ocidental que nega as desiguais responsabilidades pelas alterações climáticas, excluindo os povos racializados e a suas ontologias (Barca 2020, p. 27).

A *Rio Earth Summit*, uma conferência da ONU sobre o meio ambiente, realizada em 1992, teve também profundas consequências para os debates ambientalistas, enfatizando a noção de

¹⁵² O relatório concebe o desenvolvimento sustentável com base num modelo que “responda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” [...] “Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.” (World Commission on Environment United Nations 1987).

¹⁵³ Tem havido outras derivações destes termos com vista a dar conta dos impactos e efeitos dos processos antrópicos no planeta, entre os quais destaco Chthuluceno e Plantationoceno, para discussões sobre o assunto, vide Haraway (2015).

biodiversidade, vertente da primeira corrente ambientalista identificada por Martínez-Alier como o “culto do selvagem” (Martínez Alier 2002, p. 2), que acabou por ser desafiada pela corrente mencionada anteriormente. A partir de 1995, tem lugar a Conferência das Partes (COP), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que se realiza anualmente, considerada o encontro global com maior destaque sobre questões ambientais. Estes encontros colocaram a preocupação com o meio ambiente no centro das agendas globais e foram antecedidos e sucedidos por muitos outros.

Na União Europeia, o Desenvolvimento Sustentável tornou-se um objetivo principal aquando da assinatura do Tratado de Amsterdão, em 1997. Em 2001, criou-se a primeira estratégia para o desenvolvimento sustentável. Desde então, em todas as diferentes instâncias da UE, emerge essa preocupação, com particular destaque para o caso da Política Comum de Pescas.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas lançou 17 “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável” (ODS), adotados pela maioria dos países do mundo. Nesta lista, merece destaque o ODS 14 que pretende “proteger a vida marinha”, a fim de “conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”. Desenvolvimento Sustentável tornou-se um conceito “guarda-chuva” pela sua maleabilidade e ambiguidade, disseminado em diversas instâncias, tornando-se uma retórica hegemónica (McCormack 2017; Naredo 2004).

A antropologia e demais ciências sociais têm sido vozes ativas e críticas em relação a este processo (Escobar 1995), nomeadamente porque soma impactos nos modos de vida e sustento, já em si afetados pela própria degradação ambiental (Burke 2016). Adam Burke traçou a origem deste conceito em associação com as noções de desenvolvimento, para realçar como ambos são contruídos politicamente no seio de agendas globais dominadas pelo Norte Global à guisa da preocupação com o impacto do crescimento populacional e com a maximização dos lucros (Burke 2016, p. 48). O autor expõe, ainda, como a noção que se tornou hegemónica tende a ser reduzida a uma construção política unificada que espera que sejam adotadas certas diretrizes por toda a população mundial (2016, p. 49). A elaboração de objetivos estratégicos associados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável serviu para a legitimação ideológica de políticas e práticas neoliberais, porque a degradação ambiental é vista como um impedimento para o desenvolvimento económico (McCormack 2017). A noção de desenvolvimento tem vindo a ser criticada por ecofeministas que acusam de ser um projecto pós-colonial (Shiva 1994). Por seu turno, sustentabilidade tem sido também um conceito contestado. Ailton Krenak é uma das vozes indígenas que tem vindo a criticar o termo, porque diz que uma visão

homogeneizada da humanidade exclui todos os outros seres, falando do “mito da sustentabilidade inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza”, baseando-se num “nós” que parte de uma concepção moderna de humanidade (Krenak 2019).

Em linha com as agendas globais e com as diretivas europeias, esta concepção de sustentabilidade tem sido colocada no centro das políticas em Portugal, o que se manifesta no discurso das várias entidades que regulam e nos documentos e diplomas, que são peçados de vários usos desse conceito e termos congéneres, nomeadamente no que concerne ao setor marítimo.

O Ministério do Mar, encabeçado na legislatura XXII pelo biólogo Ricardo Serrão Santos, tinha como objetivo a promoção de “uma economia do mar sustentável”, assumindo o compromisso de cumprir a Agenda 2030, nomeadamente no que diz respeito ao objetivo para o Desenvolvimento Sustentável n.º 14. Também a recém-aprovada Estratégia Nacional para o Mar 2021-30 se alinha com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e estrutura-se em torno de uma série de objetivos estratégicos que revelam “compromisso de Portugal com a proteção do ambiente marinho e com a sustentabilidade das atividades económicas”. Por seu turno, a DGRM, que assume a função de Autoridade Nacional das Pescas, pretende “assegurar o cumprimento da PCP e a gestão sustentável dos recursos pesqueiros”. No mesmo encadeamento, a Docapesca coloca como primeiro eixo o “desenvolvimento sustentável e a inovação”, a fim de promover a sustentabilidade das comunidades piscatórias e dos recursos pesqueiros. O quadro legal regulamentador do exercício da pesca¹⁵⁴ tem como objetivo a “definição de medidas adequadas à conservação e preservação a longo prazo, a gestão e o aproveitamento sustentável dos recursos da fauna e da flora”. Ou seja, estes exemplos permitem ver como há um campo semântico associado à sustentabilidade e que permeia os diplomas jurídicos e discursos políticos do setor.

No setor da transformação e comercialização do pescado, também o conceito de sustentabilidade aparece como uma “tendência”. Como várias autoras têm vindo a demonstrar, o selo de “sustentável” adiciona uma vantagem competitiva aos produtos, pelo que se pretendeu desenvolver estratégias de marketing focadas na sustentabilidade¹⁵⁵ (Hébert 2010).

Este breve olhar para a retórica da sustentabilidade utilizada pelas entidades públicas e outros organismos permite notar como se desenha o objetivo de preservação do ambiente, ao

¹⁵⁴ DL n.º 278/87, de 07 de julho Decreto-Lei n.º 73/2020, de 23 de setembro.

¹⁵⁵ Como, por exemplo, os ecolabels, já mencionados no capítulo 5.

mesmo tempo que se articula a sua relação com uma noção de desenvolvimento económico. O conceito de sustentabilidade e seus sucedâneos (eg. desenvolvimento sustentável) têm uma valência moral que permite justificar políticas e medidas restritivas implementadas em seu nome (McCormack 2017) e, simultaneamente, manter a premissa da natureza enquanto recurso-mercadoria (Hébert 2010), numa lógica de “*marketização* do ambiente”. Esta é uma tendência mundial e tem integrado discursos e práticas de legitimação ideológica do neoliberalismo, fazendo emergir conceitos como economia/capitalismo verde (McCormack 2017), uma diferente etapa do processo que já Karl Polanyi identificara como “mercadorização da natureza”, a que me referi no capítulo 5.

Embora seja possível analisar o conceito de sustentabilidade e seus congéneres, a partir de diferentes lugares e escalas, é importante traçar como surgiu de cima para baixo, em instâncias internacionais e supranacionais, como ONU ou Banco Mundial ou até em ONG que atuam localmente (Martínez Álvarez 2018, p. 198), e como de conceito se tornou prática através da implementação de políticas e quadros regulatórios.

Entre pescadores, a palavra sustentabilidade não emerge com tanta frequência nem faz parte do vocabulário corrente da maioria das pessoas com quem interagi. No entanto, à semelhança do que acontece em algumas atividades do setor agrícola e da pecuária (vide Martínez Álvarez 2018), por ser disseminado, através das políticas públicas, ideias de conservação e preservação dos recursos, começa a manifestar-se nos discursos e reivindicações de pescadores e suas organizações representativas, havendo múltiplas interpretações e apropriações do contexto.

Os discursos públicos dos coletivos representativos do setor surgem cada vez mais sensibilizados com preocupações ambientalistas, revelando como se apropriam de termos e conceitos a fim de se situarem nos debates, que têm sido dominados por organismos estatais, ONG e outros grupos ambientalistas, disseminando ideias que, na percepção de muitos pescadores, podem ser equivocadas em relação à realidade da atividade. Por exemplo, uma das organizações de produtores de Setúbal, a Bivalmar, fala com frequência da importância da cogestão da pesca de bivalves com ganchorra, em que cada OP é responsável pela proteção de recursos e controlo de capturas nas suas respetivas áreas, em conjunto com a DGRM e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). A pesca com ganchorra, por ser uma forma de arrasto rebocado por embarcação, é, muitas vezes, “atacada” por “destruir os fundos”, por isso há uma crescente preocupação em desfazer essa imagem e demonstrar as práticas de gestão baseadas em “contingentes de apanha”, que permite controlar as capturas.

Na sua raiz, a sustentabilidade tem sido desenhada — e redesenhada — por atores globais num processo que Brightman chamou “institucionalização da sustentabilidade” (Brightman,

Lewis 2017), sendo meta de vários organismos do setor público, privado e do terceiro setor. À bolina, como várias autoras têm vindo a demonstrar, o léxico da sustentabilidade tem implícitas premissas culturais, relacionadas com uma visão dualista da natureza e com perspectivas desenvolvimentistas (Escobar 1995; Bresnihan 2018; Brightman, Lewis 2017), que importa identificar. Além disso, os discursos de sustentabilidade seguem, segundo Medovoi, uma lógica de negação, porque admitem os danos que o capitalismo inflige ao ambiente e à vida humana, ao mesmo tempo que os repudia por não haver uma contradição entre a expansão do capital e a degradação ambiental (Medovoi 2011, p. 142). No entanto, analisando de uma perspectiva do ambientalismo dos pobres, avançada por Martinez-Alier, podemos argumentar que a sustentabilidade, enquanto conceito tecnocrata, está em desencontro com a necessidade material do meio ambiente, enquanto fonte e requisito de subsistência (Martínez Alier 2002, p. 11). Assim, a partir das abordagens em torno das ecologias populares de valores (Pusceddu 2020), pretendo uma visão situada destes processos com foco nas condições materiais da vida das pessoas e de como estas interferem nas práticas dos pescadores.

Sobrepesca: crise dos oceanos e paradigmas científicos

Quando entrevistei Miguel, um representante de um OP de Olhão, notei um discurso cuidado, que, volta e meia, era atravessado por afirmações sobre a necessidade da “preservação de recursos” devido à sua “escassez”. Com o desenrolar da entrevista, Miguel mudou ligeiramente esse discurso, tecendo duras críticas a algumas das acusações que fazem aos pescadores (por exemplo, da apanha de cavalos-marinhos), dizendo que “a pesca serve de bode expiatório para todos os problemas do mar”, uma ideia recorrente que encontrei entre os pescadores, que sentem que são muito atacados pela opinião pública pelas suas práticas. Sobre o assunto da apanha de cavalos-marinhos, Álvaro, um outro pescador olhanense, contou-me um episódio pelo qual passou e o deixou triste. Certo dia, o seu filho de 8 anos chegou da escola e perguntou-lhe: “Pai, também apanhas cavalos-marinhos? A minha professora diz que os pescadores matam os cavalos-marinhos.” Álvaro mostrou-se muito incomodado com a facilidade com que se acusam os pescadores e como esse discurso é veiculado até nas escolas. A ouvir esta conversa, estava Francisco que se insurge dizendo: “Nós podemos apanhar, vem na rede e a rede não é seletiva. Mas os cavalos-marinhos estão a desaparecer não é por causa da gente. É por causa das descargas que fazem aí, matam as sebas e onde é que está o agasalho do cavalo-marinho? Mas eles dão a culpa é ao pescador.” A conversa prosseguiu e Álvaro terminou perguntando: “Eles têm de pôr as crianças contra os pescadores porquê?”

A ideia de que há acusações injustas à pesca é reproduzida por vários pescadores, havendo um sentimento de perseguição. No entanto, é importante mencionar que os pescadores, entre si, denunciam aquelas que são consideradas más práticas (eg. excesso de artes no mar), debatem a validade e a eficácia das medidas de proteção ambiental, ainda que nem sempre existam consensos sobre os temas, demonstrando uma conceção diferente de sustentabilidade e das políticas que são implementadas em seu nome. Ou seja, a ideia generalizada de que os pescadores pescam excessivamente, sem ter preocupações ambientais, revela-se uma falácia, uma vez que muitos pescadores não negam problemas, ainda que possa diferir o grau de preocupação sobre eles. No terreno, encontrei narrativas que manifestavam uma consciência ambiental, comparando as práticas e os seus impactos. Assim, pescadores e seus representantes têm-se apropriado dos discursos relacionados com o ambiente e a sustentabilidade para se tentarem soltar do espartilho “pescador-predador” e, ao mesmo tempo, enunciarem a sua leitura dos problemas.

O tema da sobre-exploração da fauna e da flora, nomeadamente marinha, tem estado nas agendas globais. Segundo dados da FAO, cerca de 87 % das espécies piscícolas comercializadas estão sobre exploradas. Os desenvolvimentos técnicos e tecnológicos permitiram que a frota mundial se tornasse mais eficiente e móvel; a generalização da cadeia do frio possibilitou a conservação do pescado por um maior período; e as dinâmicas económicas mundiais aliadas ao crescimento da população provocaram uma crescente demanda do consumo de pescado, levando ao aumento das trocas comerciais internacionais. Estes fatores articulados contribuíram para que se aumentasse a produtividade pesqueira em muitas regiões do mundo, crescendo a pressão nas espécies.

A questão da conservação do Oceano e da depredação da fauna marinha emergiu sobretudo após o crescimento da pesca no período do pós Segunda Guerra Mundial, associado às novas tecnologias de captura, aos desenvolvimentos da cadeia de frio e à crescente demanda por pescado (Garrido, Starkey 2020b, p. 182). Em meados do século XIX, começam a surgir as primeiras denúncias da sobre-exploração dos recursos, nomeadamente dos marinhos. Já o conceito de sobrepesca é uma “descoberta recente”, embora não seja um fenómeno em si mesmo recente, desenvolvido apenas no início do século XX (Garrido, Starkey 2020b, p. 181) com a criação do Internacional Council for the Exploration of the Sea (ICES), em 1901.

Foi a partir dos anos 1940 que a produção científica começou a denunciar mais sistematicamente a sobrepesca e a criar modelos para a sua resolução. Em 1942, E. S. Russell editou um livro denominado *The overfishing problem* (O Problema da sobrepesca), no qual já denunciava os impactos das capturas excessivas. No ano seguinte, Michel Graham publicou

The Fish Gate. Os dois autores são os criadores da teoria moderna da sobrepesca e defendiam que a gestão dos recursos enquanto propriedade comum levava a uma tendência para a sua excessiva exploração (Garrido, Starkey 2020b). Nesse sentido, alertavam para a necessidade de se calcular matematicamente o impacto da sobrepesca para analisar até que ponto o esforço de pesca devia ser reduzido. Em 1957, o tratado de Beverton e Holt formalizou o modelo matemático de captura por recruta assentes em dois princípios basilares: a atividade humana é determinante para os estado dos *stocks* e é possível quantificar o impacto humano (Ramsay 2006).

Entre as décadas de 1950 e 1960, continuou a reflexão académica sobre o ambiente, associando os problemas ambientais globais ao aumento populacional, influenciados pela teoria do economista Thomas Malthus. Os teóricos e ativistas neomalthusianos estavam focados em contrariar a euforia causada pelo aumento da produção pesqueira no pós-guerra (Locher 2020). À época, o embrião da crise mundial das pescarias estava a desenvolver-se e já eram vários os avisos para a necessidade de proteção dos recursos marinhos. Nesta perspetiva, denunciou-se o crescimento da demanda e a competição pelos recursos limitados, levando à sua escassez (Locher 2020). O legado neomalthusiano tem posto particular ênfase na pesca por explorar bens comuns, vistos como mais vulneráveis à sobre-exploração porque não estão sujeitos a regimes de propriedade que permitam controlar e limitar a sua exploração.

A tragédia dos comuns, expressão cunhada pelo biólogo americano Garret Hardin, é uma das mais emblemáticas obras que emergiu neste contexto (Hardin 1968). O biólogo defendia, à semelhança de Russell e Graham, que os regimes e propriedade comum são incompatíveis com a exploração sustentável. Nesse seguimento, a solução seria acabar com a existência dos bens comuns, dando duas alternativas: a centralização da gestão por parte do Estado ou a privatização dos direitos de propriedade.

Este paradigma de pensamento e modelo de análise encontrou nas pescarias um dos seus campos mais férteis (Pascual-Fernández 1996). Hardin argumentou que a propriedade comum do mar e, conseqüentemente, dos peixes pode levar à sobrepesca (Hardin 1968), utilizando a pesca como um exemplo para demonstrar o falhanço de regimes de propriedade aberta, assentando na ideia de que os pescadores são intrinsecamente competitivos e irão pescar tanto peixe quanto conseguirem sem cooperarem para o interesse comum, no seguimento das teorias de “free rider” (Ramsay 2006, p. 88). Esta questão foi sobejamente discutida tanto nas Ciências Naturais como nas Ciências Sociais, e várias pensadoras fizeram uma crítica dos conceitos de propriedade utilizados pelo biólogo, a fim de clarificá-los.

A partir da segunda metade do século XX, a ideia de conservação tornou-se num valor muito enfatizado, sobretudo do Ocidente, sendo uma questão endereçada institucional, com vários organismos e convenções internacionais dedicados ao tema. Esta conjuntura teve repercussões nas pescarias mundiais, e, como já aqui se mencionou, a crise mundial das pescarias assumiu centralidade política a partir dos anos 70 do século XX (McGoodwin 1990).

Na década de 1980, a preocupação com o estado do Oceano entrou de forma mais sistemática nas agendas globais. A Conferência sobre o Direito do Mar de 1982, já mencionada, foi palco de discursos que salientaram que já então se assistia a uma crescente sobre-exploração de recursos acentuada pela industrialização do setor em várias latitudes geográficas e declarou o Oceano como património comum da humanidade. Foi nesse evento que se estabeleceu o conceito de Rendimento Máximo Sustentável (MSY), que irá ser explicado adiante. Neste paradigma, as espécies de peixes transformaram-se em *stocks* mensuráveis.

Os desenvolvimentos na produção científica, muito assentes num paradigma positivista (McCormack 2017, p. 13; Ramsay 2006), criaram uma conjuntura global de diagnóstico, alerta e denúncia para o problema da sobre-exploração de recursos marinhos. Estados, organizações não governamentais e organismos científicos foram-se imiscuindo nesta questão e no debate público, e o tema passou a surgir mais recorrentemente. A par, a ideia de emergência climática tornou-se cada vez mais difundida, uma vez que se começam a sentir de forma mais óbvia os efeitos das alterações climáticas, nomeadamente no Oceano, com o aumento da temperatura da água do mar e a acidificação das águas.

Todos estes elementos colocam a pesca na primeira linha de exposição à perda de biodiversidade, impactando diretamente no quotidiano da atividade, nas capturas e nos rendimentos, o que contribui para o adensar da incerteza. Citando Sá Couto que analisa os impactos da poluição por plásticos na pequena pesca em Setúbal: “O quadro em que se dá, hoje, o confronto entre prática piscatória, poluição por plásticos e políticas e discursos ambientalistas corretivos revelou as profundas fragilidades atuais da comunidade piscatória” (Sá Couto 2018, p. 68). Apesar disso, a pesca parece ser o setor que mais se encontra na mira de muitos movimentos ambientalistas e políticas públicas de sustentabilidade. Assim, os profissionais da pesca sofrem dos efeitos das alterações climáticas, da poluição e da degradação ambiental ao mesmo tempo que são acusados, em muitas instâncias, por serem os principais contribuidores.

Em março de 2021, numa influente plataforma digital, foi lançado o documentário *Seaspiracy*, do realizador Ali Tabrizi, com o objetivo de demonstrar os impactos da atividade humana na vida marinha, focando-se em questões de corrupção à escala mundial. Adotando uma linguagem sensacionalista e apresentando factos de uma forma pouco sistematizada, este

documentário veio dar ainda mais eco ao aceso debate mediático sobre a sobre-exploração dos recursos marinhos, colocando a atividade piscatória como a responsável pela crise no Oceano. Embora enumere os problemas dos mares e algumas das suas causas, radica sempre na conclusão de que a indústria da pesca é a responsável última pela perda de biodiversidade e pela poluição marinha. Termina fazendo um repto: a única forma de salvar o oceano e as suas cinco bacias é acabar com a pesca e deixar de consumir peixe.

O lançamento desta peça audiovisual beneficiou de uma conjuntura em que os debates sobre ambiente e alterações climáticas têm um crescente destaque mundial. Num mundo confinado devido à pandemia COVID-19, o documentário rapidamente se tornou viral e passou a povoar as redes sociais, multiplicando-se as acusações à indústria piscatória. A chamada para a ação acabou por influir também sobre o setor agroalimentar.

Os factos apresentados no documentário supramencionado foram desmontados por várias cientistas, pela sua incorreção ou interpretação duvidosa, que mostraram como o documentário simplificava uma questão complexa (Sousa 2021; Sá Couto 2021) e não tinha em conta as diferentes escalas, agentes e segmentos da pesca. O documentário também olvidou a questão da dependência da proteína do pescado e da atividade piscatória em muitos contextos geográficos, propondo uma solução que tem sido vista como um símbolo do elitismo eurocêntrico. Embora este não seja o espaço para uma análise detalhada da linguagem narrativa utilizada, é importante realçar como surge numa conjuntura historicamente situada em que as agendas globais estão cada vez mais focadas no problema da degradação ambiental e nos estados do Oceano, alicerçadas num paradigma científico positivista com tendências neomalthusianas e neoliberais.

Toda esta conjuntura de denúncia da sobrepesca e de defesa dos oceanos tem resultado em inúmeras acusações aos pescadores, partindo do princípio que quem pesca não tem consciência ambiental/preocupações ecológicas, apontando a sua responsabilização pelo estado de degradação do meio marinho, situação que confirmei no terreno. Igualmente, tem influenciado as políticas públicas que regulam o setor e que cada vez mais integram estas preocupações, criando quadros de regulação apertados e poucos flexíveis, como iremos analisar.

“Nós levamos com ela” — a política comum de pesca em Portugal

Desde os anos 50 do século XX que a gestão das pescas tem sido influenciada por esta conjuntura de produção científica e agendas políticas globais (Campling, Havice, Howard 2012). Como apontam Frangoudes e Gerrard na história da pesquisa científica sobre as pescas,

as ciências naturais foram as suas principais impulsionadoras, como tal, têm tido também maior influência nos debates mundiais e no desenho de políticas para o setor que, inevitavelmente, se foi centrando na gestão dos recursos em vez de aspetos sociais (Frangoudes, Gerrard 2018, p. 118). A geógrafa Becky Mansfield analisou as origens neoliberais do paradigma hegemónico de gestão das pescarias e concluiu que radicam na questão da propriedade dos recursos, associada a uma racionalidade de mercado (Mansfield 2004, p. 314). E, embora as suas formas dominantes tenham vindo a ser refinadas, os princípios basilares da gestão das pescas são os mesmos desde há 50 anos (Ramsay 2006).

Numa tentativa de racionalizar a pesca, criaram-se modelos baseados em parâmetros e objetivos quantificáveis que têm sido traduzidos em medidas burocráticas e técnicas tidas como inevitáveis para a proteção do ambiente (McCormack 2017; Mansfield 2004). Nesse sentido, e como Bresnihan argumenta, a partir da conceção foucaultiana de governamentalidade, também na gestão da pesca há uma tentativa de remover a política da prática governamental (Bresnihan 2018, p. 161), desenvolvendo-se medidas técnicas consideradas inevitáveis para o alcance da sustentabilidade. No entanto, não deixa de ser um processo altamente politizado, no qual uma visão universalizante da natureza é imposta e serve de base para a definição de quem deve controlá-la, como deve ser usada e por quem (McCormack, Forde 2020).

Um caso paradigmático é a gestão das pescas na União Europeia, já aqui mencionado. No Tratado de Roma, que instituiu a então Comunidade Económica Europeia (1957), a política para as pescas estava integrada na Política Agrícola Comum. Mas foi só a partir dos anos 1970 que se iniciaram os primeiros esboços do que viria a ser uma política comum de pesca e, em 1983, na sequência da Conferência sobre o Direito do Mar que implementou as ZEE e estabeleceu metas de conservação, estabilizou-se a primeira regulação de uma Política Comum de Pescas. Pretendendo ser uma política estrutural, e como o objetivo estava já relacionado com a conservação de recursos, a PCP tornou o conceito de “estabilidade relativa”, um pilar essencial no desenho das suas medidas, através do estabelecimento de Totais Admissíveis de Captura (TAC), ou seja, de limites às capturas de determinadas espécies para as proteger. Desde o início que esta política, que sucede também noutros modelos de gestão de pesca, configura a sustentabilidade biológica através da avaliação e quantificação de *stocks* (McCormack 2017). Este projeto político foi sendo revisto ao longo dos anos, afinando a sua vocação bio económica.

A integração de Portugal e Espanha na União Europeia, em 1986, alterou a estrutura e capacidade de captura da frota comunitária, o que, por seu turno, afetou a própria PCP, levando à sua revisão em 1992. Mais focada na “exploração responsável e racional dos recursos”, esta

revisão introduziu o conceito de esforço de pesca e passou a ter como grande objetivo a redução da frota, da capacidade de captura e do emprego na pesca.

A última revisão, aprovada em 2013 e em vigor desde o ano seguinte, pretendia provocar uma alteração profunda na política, uma vez que os diplomas anteriores não conseguiram reverter o problema da sobre-exploração dos recursos. De acordo com o publicitado nos meios institucionais da União Europeia, esta revisão pretendeu afirmar a PCP mais como uma política de gestão de pescas e da aquacultura do que de recursos (Parlamento Europeu 2022). Ainda assim, foi a primeira vez que a questão dos *stocks* piscícolas são assumidamente postos no centro da gestão das pescas, priorizando a reprodução das populações de peixes (Bresnihan 2018). Nesse sentido, surge enunciada uma abordagem precaucionária e ecossistémica, em que o Rendimento Máximo Sustentável (MSY) é postulado como um dos principais objetivos de gestão (McCormack 2017, p. 128), e, nesse seguimento, a União da Europeia indicou 2020 como meta a atingir, a fim de garantir uma exploração sustentável dos recursos marinhos, objetivo que não foi cumprido. A PCP tornou-se, assim, uma estrutura única de tomada de decisões e gestão das pescarias comunitárias (Urquhart et al. 2014), composta por uma comissão independente — comissão das pescas —, que prepara as propostas políticas, que, posteriormente, são discutidas e negociadas pelo Conselho de Ministros (AGRIPESCAS) e no Parlamento Europeu. Assim, dá-se a partilha das responsabilidades das tomadas de decisão entre os diferentes organismos na UE (Urquhart et al. 2014, p. 7).

Na prática, este modelo de gestão assenta essencialmente em dois âmbitos, em torno dos quais se desenham dispositivos de regulação: 1) “conservação dos recursos biológicos marinhos e uma gestão das pescas orientada para eles” e 2) “medidas de mercado e financeiras destinadas a apoiar a realização dos seus objetivos em relação aos recursos biológicos de água doce e às atividades da aquicultura, bem como a transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura” (Parlamento Europeu, Conselho 2013).

No que toca à conservação¹⁵⁶, as regras de acesso aos recursos e a regulação dos direitos de propriedade são centrais à PCP. Baseados nos pareceres científicos do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM)¹⁵⁷ e no Rendimento Máximo Sustentável, a Comissão Europeia anualmente faz a proposta dos Totais Admissíveis de Captura, o principal instrumento de gestão da PCP (McCormack 2017, p. 71). Essas metas são posteriormente discutidas e negociadas em sede de Conselho de Ministros¹⁵⁸, no qual é definida a alocação de

¹⁵⁶ Para medidas relativas ao mercado, vide capítulo 5.

¹⁵⁷ Em inglês International Council for the Exploration of the Sea (ICES).

¹⁵⁸ Conselho de Agricultura e Pescas com o acrónimo AGRIFISH.

quotas a cada Estado-Membro, que resulta de um balanço entre a capacidade de captura e os *stocks*. Posteriormente, cada Estado-Membro define como distribuiu essas quotas a nível nacional. Existe também um conjunto de medidas adicionais que pretendem pôr fim à degradação dos ecossistemas marinhos, como, por exemplo, a obrigatoriedade de descarga de todo o pescado capturado, elaboração de planos plurianuais.

A edificação do diploma da última revisão da PCP está alicerçada a objetivos de preservação dos recursos a partir das noções de propriedade e acesso, tendo sempre a sustentabilidade como o pilar central. Os objetivos de carácter mais social surgem em segundo plano, como está patente no artigo n.º 2 do regulamento. Várias cientistas sociais têm vindo a criticar este modelo, uma vez que sustenta a ideia de que as características do setor exigem uma intervenção externa forte em regime *top-down*, de modo a evitar o colapso dos recursos, e ignoram a dimensão social e comunitária da atividade. Um dos pressupostos assenta na ideia de que a pesca é uma atividade intrinsecamente competitiva e baseia-se numa conceção do sujeito normativo de pescador “explorador dos mares” (Campling, Havice, Howard 2012, p. 186), movido de forma individualista e orientados para o lucro (Ramsay 2006). Verifica-se uma tendência de transposição do “ónus das dificuldades de diálogo para as comunidades ribeirinhas, para o temperamento individualista de profissionais e armadores” (Carreto, Martins 2021, p. 250), ou seja, há um discurso de responsabilização dos pescadores, a partir de uma visão estereotipada dos seus comportamentos e temperamentos.

As consequências sociais das medidas para preservação dos recursos são vistas como externalidades (Urquhart et al. 2014, p. 7). Ainda assim, a reforma de 2013 introduziu uma mudança na noção de sustentabilidade, tornando-se mais abrangente, incluindo a sua dimensão social¹⁵⁹: “A Política Comum das Pescas deverá assegurar que as atividades piscícolas e aquícolas contribuam para a sustentabilidade ambiental, económica e social a longo prazo” (Parlamento Europeu, Conselho 2013). Nesse seguimento, no artigo 17 do diploma, é estabelecido que o acesso aos recursos deve basear-se em critérios de natureza ambiental, económica, mas também social. Acresce o objetivo de “contribuir para assegurar um nível de vida adequado às populações que dependem das atividades da pesca, tendo em conta a pesca costeira e os aspetos socioeconómicos”. Esta reforma acaba por ampliar o âmbito da PCP para lá da conservação dos recursos. Todavia, até à data, ainda não se fizeram sentir efeitos objetivos

¹⁵⁹ No texto introdutório do Regulamento de reforma, lê-se: “A Política Comum das Pescas deverá assegurar que as atividades piscícolas e aquícolas contribuam para a sustentabilidade ambiental, económica e social a longo prazo.” Regulamento (UE) N.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013.

desta alteração, nomeadamente no que concerne ao acesso a oportunidades de pesca (Said et al. 2020).

Um dos temas de conversa mais frequentes entre os pescadores é a gestão das pescas, discutindo as regras e normas, bem como a sua eficácia. Há a ideia de que as “leis” e as políticas para o setor levam a uma forma de gestão tida como ineficaz, replicada nos diferentes segmentos de pesca e por toda a costa portuguesa, questionando-se a legitimidade das medidas impostas.

A nível nacional, o rol de normas que incidem no setor da pesca é vasto e, embora existam muitas relacionadas com a organização da pesca (inscrição marítima, condições de trabalho a bordo, meios e dos processos de trabalho, etc.), a maioria pretende almejar o “aproveitamento sustentável”. Para tal, definem-se artes e tecnologias permitidas; o tempo e o espaço onde elas podem operar; as espécies que se podem pescar, quantidades e tamanhos. Este enfoque é resultado daquilo que é a espinha dorsal da gestão das pescas em Portugal: a transposição para o direito português dos diplomas comunitários. A estes acrescem regulamentos adicionais para áreas que não são diretamente intervencionadas pela União Europeia e o sistema de fiscalização, que tem como objetivo garantir o cumprimento dos diplomas, evocando metas relacionadas com a conservação, preservação e sustentabilidade.

Vasco e Henrique são pai e filho que pescam num pequeno barco de fibra, com sete metros. Inserem-se no segmento da pesca polivalente, porque utilizam várias artes conforme a espécie a que se dirigem: covos, alcatruzes e redes de emalhar. Num dos dias em que não foram ao mar por causa do vento sueste, encontrei-os a montar covos para captura do polvo e acompanhei-os na tarefa. A dimensão do barco permite levar poucos covos de cada vez, mas admitiram que têm muitas teias de covos suspensas no mar, mais do aquilo que é permitido. Dizem ser uma pesca mais “fácil e rentável”. Este problema do excesso de artes verifica-se noutras artes fixas, como nas redes de emalhar. Vasco explicou-me que “a malta pode usar mil covos, mas usa dois mil ou cinco mil, a gente tem muito poder de matança”, reconhecendo os impactos da sua atividade. Quando perguntei se é possível controlar o número de artes no mar, diz-me: “Eu tenho ordem para usar 600 covos, cada vez que a polícia me aborda, eu só tenho 200 covos, porque o meu barco não dá para mais. Mas, quando eles vão embora, eu largo aqueles e depois vou buscar mais 200 e por aí. Se eles me abordarem de novo, eu digo que são os mesmos 200.” Em vários portos do Algarve, incluindo Olhão, a frota está cada vez mais voltada para a captura do polvo com recurso aos covos. Sobre o assunto, Henrique desabafou dizendo: “Não sei como é que há tanto polvo no mar, é demais a captura.” Este testemunho revela como há uma tensão

entre o uso intensivo de artes de pesca e uma consciência da sua capacidade destrutiva, resultando em práticas contraditórias com o discurso.

Nas políticas públicas e até nos discursos de alguns movimentos ativistas, há uma tendência para reduzir os profissionais do setor da pesca a predadores e agentes económicos orientados para o lucro (Bresnihan 2018, p. 159). O diálogo entre estes dois pescadores permite-nos ir além desta visão mais simplista, porque nele transparece um dilema moral e ético entre a necessidade de sustento e a consciência ambiental, ainda que resultem em práticas contraditórias entre si, ou seja, denunciando o problema do excesso de artes, mas contribuindo para ele. Também Joana Sá Couto, a partir da sua etnografia em Setúbal, notou como alguns pescadores consideram certas artes de pesca, *eg.* redes de nylon, como “forças assassinas”, ainda que eles próprios as utilizem (Sá Couto 2018, p. 64).

Aquando desta conversa com Vasco, tinha entrado em vigor um despacho que proibia a pesca do polvo entre as 22h de sexta-feira e as 22h de domingo. Os pescadores revelaram-se perplexos com a medida, porque, nas palavras de Vasco, “vai dar ao mesmo, a arte está dentro de água, está a pescar à mesma. Assim, os pescadores em vez de fazerem 10/12 horas, fazem 24 horas que é pior”. Depois, comentaram como esta medida prejudica os barcos mais pequenos que nem sempre conseguem sair para o mar todos os dias, devido às condições meteorológicas, e aproveitam os fins de semana para compensar. “O problema é que quem está lá dentro (legisladores), se calhar, nem sabem o que é um cabo”, continuou Henrique, “fecha para os covos e as redes, então e os arrastos? Matam às centenas de uma vez e podem apanhar aos fins de semana”. De seguida, Vasco diz que “só há uma maneira de acabar com isto: quotas para tudo. Sofremos um ano ou dois para depois ganhar a dobrar”. O polvo é uma espécie que, embora não estando ainda sujeita a quota, já tem algumas medidas de gestão para a sua conservação. Entretanto, Henrique resume a proposta de ambos: “Façam uma quota diária de X kg por cada barco”. Por fim, o seu pai remata: “Se não se acaba com tudo, vai tudo morrer à fome. A vida do mar, com estas leis que estamos a levar, vai acabar tudo.”

A ideia de que as “leis” são ineficazes em muitos casos e não resolvem os problemas a que se dirigem é replicada nos diferentes segmentos de pesca e por toda a costa portuguesa. A conversa entre Vasco e Henrique é elucidativa de como os pescadores discutem sobre as melhores formas de gerir as pescas e como há uma consciência ambiental e um conhecimento do meio e da atividade. Além disso, permite ver como, ao contrário do que é mediaticamente difundido, não há uma resistência cega ao sistema de quotas. Embora se encontre relutância para seguir muitas das medidas impostas, se conteste a definição das quotas e, muitas vezes, as práticas contradigam o que se defende, como neste caso, os pescadores procuram encontrar

formas de compreender os problemas da pesca e reconhecem, em geral, a necessidade de se colocarem alguns limites à atividade e, portanto, ao seu próprio trabalho.

Não houve nenhum pescador com quem tenha falado que não assumisse, como uma evidência e um problema, o aumento do número de artes fixas no mar, ainda que alguns prefiram não falar sobre o assunto em público e outros demonstrem uma atitude mais defensiva, atacando outros segmentos de pesca. No entanto, muitos também admitem que contribuem para esse problema, justificando que, atualmente, com mais artes, captura-se a mesma quantidade de pescado e que são empurrados para o fazerem para terem rendimento suficiente para garantir o seu sustento e enfrentar as despesas inerentes à atividade. Além disso, também têm consciência de que há artes que são seletivas e que, por isso, pescam outras espécies sem ser aquelas às quais se dirigem, como é exemplo o caso dos cavalos-marinhos mencionado anteriormente, podendo ser um problema para a pesca a longo prazo.

A flutuação dos preços do pescado é um dos fatores que contribui para que o comportamento dos pescadores possa ser mais predatório, ou seja, o valor pode condicionar diretamente a intensidade da exploração dos recursos (capturas) (Pagani, Bertolotti 2008, p. 197), por isso não se pode dissociar da reflexão a relação entre a degradação ambiental e o sistema económico. A evidente menor abundância de pescado faz com que os pescadores pressionem ainda mais os recursos, porque, por sua vez e como demonstrei no capítulo 5, são alvo de pressões económicas e políticas para produzirem para um mercado altamente competitivo, sendo levados a pescar mais para se conseguirem sustentar.

O estabelecimento de TAC e o sistema de quotas são instrumentos centrais da Política Comum de pescas, a nível local. Como foi anteriormente referido, os TAC, vulgarmente referidos como possibilidades de pesca, correspondem à quantidade máxima de capturas de uma determinada espécie, que posteriormente é distribuída de acordo com um sistema de quotas, que corresponde à parte do TAC que cada Estado-Membro tem autorização para capturar. Nem todas as unidades populacionais de pescado são identificadas como estando em situação de sobrepesca e, por isso, nem todas estão sujeitas a sistemas de gestão que regulam o acesso às mesmas, bastando apenas cumprir alguns requisitos definidos pelos Estados-Membros. Inicialmente, as quotas eram atribuídas maioritariamente segundo direitos históricos, mas hoje já existem outras formas de alocação, como o caso das ITQ, quotas de pesca transferíveis, visto como uma das soluções para atingir objetivos de conservação, tendo sido vistas no quadro emergente do “ambientalismo de mercado” (McCormack 2017) e de

neoliberalização da natureza (Bresnihan 2017)¹⁶⁰. A forma de gerir o acesso a algumas das unidades populacionais de pescada, através de quotas e a alocação dos recursos, tem vindo a ser alvo de várias críticas por ser um modelo de gestão baseado no MSY que se considera redutor, uma vez que avalia a produtividade da pesca isoladamente. Nesse seguimento, a antropóloga argumenta que são avaliações que reduzem as espécies a *stocks* quantificáveis a serem geridos e que não incorporam a dinâmica ecossistémica entre espécies na equação (McCormack 2017). A situação da proibição da raia curva, como irá ser analisado, é mais uma manifestação destas limitações, o que gera reação em quem é por ela afetado.

Em 2009, no seguimento de uma recomendação e alerta do CIEM, foram definidos os Totais Admissíveis de Captura para as diferentes espécies de raias (*Rajidae*), mas duas delas foram proibidas. Desde então, foi decretada, pela União Europeia, a proibição da pesca, manutenção a bordo, transbordo ou desembarque da raia-curva (*Raja undulata*)¹⁶¹ (Council of the European Union 2009), que deve ser devolvida ao mar, aquando de uma captura. A raia curva é uma espécie que consta na lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (Said et al. 2020, p. 5) e, à época, havia desaparecido nas águas de outros países da Europa. Embora não seja meu objetivo analisar os critérios de alocação dos direitos de pesca através dos TAC, é relevante dar conta de como se efetuou a sua aplicação, como impacta nos quotidianos locais e de que forma revela uma gestão centralizada das pescas, causando tensões entre noções de sustentabilidade e sustento.

No caso português, a ausência de dados científicos sobre o estado desta espécie foi o motivo determinante para se aceitar a proibição como uma medida precaucionária¹⁶² (Serra-Pereira et al. 2018), dado que o IPMA, laboratório de Estado responsável pelo aconselhamento científico sobre a situação de exploração dos recursos pesqueiros da costa continental portuguesa, não tinha até então indicadores demográficos e reprodutivos da espécie (Serra-Pereira, Erzini, Figueiredo 2015). Os únicos dados que poderiam estar disponíveis seriam as descargas em lota, no entanto, antes desta medida, era comum que as raias curvas fossem descarregadas e

¹⁶⁰ Esta forma de gestão das quotas de pesca foi aplicada, pela primeira vez, na Nova Zelândia (1983), seguindo-se a Islândia (1984), a fim de gerir as possibilidades de pesca através da sua privatização. Atualmente, cerca de 18 país seguem este modelo. A última revisão da União Europeia introduziu esta possibilidade, mas Portugal não a adotou. Várias autoras criticam esta forma de gestão das pescas, por promover a concentração da riqueza, e argumentam que deve ser entendida à luz da reorganização neoliberal da economia política, na qual se reconfigurou a relação humano-ambiente (McCormack 2017; Bresnihan 2017).

¹⁶¹ A raia curva é uma espécie costeira que se encontra em fundos de areia, com particular incidência junto ao estuário do Sado e Algarve.

¹⁶² Para uma análise mais detalhada da proibição e das regras de acesso ao recurso, vide (Said et al. 2020)

registadas em lota com a categoria genérica de “raia”, não havendo a especificação da sua subespécie (Said et al. 2020).

A raia curva é maioritariamente capturada por embarcações locais da pesca polivalente, responsáveis por cerca de 95 % das descargas em lota (Said et al. 2020; Serra-Pereira et al. 2018). Tem particular presença em portos de pesca junto a sistemas estuarinos ou lagunares. É uma espécie bastante valorizada comercialmente na primeira venda, razão pela qual a sua proibição foi alvo de imediata contestação, como por exemplo em Setúbal, onde a captura da raia curva tem bastante expressão e onde os pescadores e suas associações alegaram de imediato a sua abundância na costa portuguesa.

Jorge e Pedro trabalham em embarcações da pesca polivalente em Olhão e Setúbal, respetivamente. Como tal, pescam uma grande quantidade de raias e, nomeadamente, de raia curva. São mestres experientes e ambos reconhecem a necessidade de haver controlo das capturas, mas, ainda assim, defendem que a raia curva não é uma espécie que esteja ameaçada, opinião generalizada entre pescadores de Setúbal e Olhão com quem trabalhei, mas também de Sesimbra¹⁶³. Por isso, desconsideram a preocupação ambiental subjacente a esta medida, porque o contacto diário com a espécie leva-os a defender a sua abundância na costa de Setúbal e algarvia.

“Não faz sentido, nós não conseguimos trabalhar com tanta raia, não há noutros países da Europa, mas aqui sempre houve muita.”

Pedro, pescador de uma embarcação da pesca polivalente, 50 anos

“Eles aqui também dizem que desapareceu... aqui na nossa Costa, pelo menos no Algarve, há. Aí para a zona de Faro e Tavira há com fartura. Também depende dos calouros com que se trabalhe, mas, quando ando aí por terra, apanho sempre. Das 20 braças, apanha-se, para fora, já não se apanha. É peixe mais de terra. Quando se anda aí com a rede de linguado por terra, apanha sempre raia com fartura. Eu estou deseioso que não apanhe nenhuma, para não ter trabalho. Há muita.”

Jorge, pescador e mestre de uma embarcação da pesca polivalente. 60 anos

Este conhecimento local não é reconhecido pelas instâncias que desenham e implementam as medidas, uma vez que o paradigma vigente tem a sua legitimidade em modelos científicos formais. Ainda assim, a reação imediata dos pescadores e suas organizações representativas

¹⁶³ Em virtude de outras atividades, tenho contacto com embarcações de Sesimbra, cujos mestres manifestaram a mesma opinião.

impulsionou um projeto de investigação, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, em 2014, a fim de iniciar a recolha de dados sobre esta unidade populacional, através da marcação de exemplares de raia e posterior monitorização ao longo do tempo. Para que o projeto pudesse ser executado, como acontece com tantos outros no âmbito da investigação pesqueira, foi necessária uma colaboração com associações do setor¹⁶⁴, pelo que várias embarcações de Setúbal colaboraram ativamente com as investigadoras através de licenças provisórias de captura.

Este projeto revela vários problemas estruturais da gestão das pescas. Por um lado, é desenhado como forma reativa após a contestação do setor. Por outro, embora tenha havido colaboração dos pescadores, o seu conhecimento não foi efetivamente integrado. Aliás, esta é uma questão já há muito apontada: o modelo de gestão de pesca da PCP não envolve diretamente o setor no processo de tomada de decisão, sendo apenas visto como um elemento consultivo (Urquhart et al. 2014). Além disso, foi um projeto com um recorte temporal relativamente pequeno, o que, por seu turno, faz transparecer o insuficiente investimento na investigação pesqueira em Portugal.

Com os resultados deste projeto, o Estado Português conseguiu negociar uma quota precaucionária de 12 toneladas, a fim de ter dados sobre o recurso. Desta forma, a DGRM elaborou uma série de medidas de gestão para a raia curva, com o objetivo “de recolha de informação, para a avaliação científica desta unidade populacional, na zona 9 do Conselho Internacional para a Exploração do Mar” (Ministério do Mar 2019). A quota é distribuída mediante uma licença experimental atribuída anualmente com critérios que são fixados em diferentes despachos. Assim, ficou definido que quem tem a licença só pode capturar até 30 kg por maré de raia curva, respeitando os tamanhos mínimos fixados e cumprindo com o período de defeso.

Em 2021, foram atribuídas 60 licenças a embarcações sobretudo da pesca local, abrangendo o território nacional, mas com claro destaque para os barcos matriculados em Setúbal, aos quais foram alocados 17 licenças. Em Olhão, só uma embarcação foi contemplada com essas licenças. As restantes embarcações podem capturar apenas um exemplar de raia curva em cada maré de pesca, o que muitos pescadores não compreendem. O IPMA continua a monitorizar as capturas de raia curva, que têm de ser, obrigatoriamente, acompanhadas pelo preenchimento de um formulário com a informação suplementar sobre a atividade de pesca e condições de captura. Os barcos que não cumprirem com essa obrigação ficam excluídos da possibilidade de pedir

¹⁶⁴ Projeto UNDULATA – N.º 31-03-01 FEP186.

nova licença, no ano seguinte. Estas medidas de gestão para a raia curva não são bem recebidas pelo setor, nomeadamente para aqueles que não possuem licença, criando um sentimento de injustiça e promovendo divisões internas no setor da pesca entre aqueles que têm a licença e aqueles que não têm.

Já em 2007, antes da última reforma da PCP, um relatório promovido pela Comissão Europeia e elaborado por Michael Sissenwine e David Symes expôs as limitações e fragilidades do sistema de quotas, devido à sua rigidez e ao facto de, muitas vezes, se basear em dados imprecisos que promovem medidas precaucionárias (Sissenwine, Symes 2007). Em Portugal, a investigação dos recursos pesqueiros continua deficiente, o que foi determinante para que o Estado não tivesse capacidade de negociação com a Comissão Europeia para uma quota de raia curva. Embora o IPMA disponha de um conjunto de navios de investigação (NI) e embarcações de apoio que permitem a realização de campanhas oceanográficas, existe um financiamento reduzido, o que resulta em barcos de pesquisa parados, como está patente nas declarações de Jorge:

“Eles não têm ninguém para estudar, para pescarem com as redes aí no mar. Eles têm barcos da INIP¹⁶⁵, mas isso são barcos para estar aí parados... deviam pôr redes e ver, redes destas nossas para ir experimentar a ver se não há raia. Ou então abrir a quota, abrir livre, depois as raias aparecem logo na lota. Já sabiam logo se havia arraias ou não havia. É que eles nem abrem, nem fazem estudos, está isto aqui parado.”

Jorge, pescador e mestre de uma embarcação da pesca polivalente. 60 anos

Através das suas associações, os pescadores têm contestado a proibição e posteriores medidas de gestão da pequena quota, não só porque alegam a sua abundância, mas porque não reconhecem a eficácia de um sistema de quotas que promove que se “jogue fora peixe bom”. Já o geógrafo Patrick Bresnihan analisou como o sistema de quotas, por ser inflexível na sua aplicação, tem promovido e incentivado o descarte de peixe de boa qualidade (Bresnihan 2017, p. 42), o que vai ao encontro da fala de Jorge:

“Essa Raia que a gente chama a raia Branca, que é a raia curva, já há mais de 6 ou 7 anos que está fechado. Então admite-se? Apanhamos raias e joga-se fora. Agora deixam vender uma. Alturas que nem uma tão pouco. Cada barco uma raia. Mas isso tem algum assunto?”

¹⁶⁵ Refere-se ao Instituto Nacional de Investigação das Pescas, antecessor do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar IPMAR, que, posteriormente, deu origem ao IPMA.

Jorge, pescador e mestre de uma embarcação da pesca polivalente. 60 anos

Neste caso, pode verificar-se o mesmo. Como Jorge admite, “joga-se fora raias”, porque é arriscado ter a bordo mais exemplares de raia curva do que o permitido, sob pena de serem autuados. Ainda que se faça pesca dirigida, a dimensão aleatória das capturas torna impossível prever e ter a certeza de qual o pescado se vai capturar e em que quantidades. As capturas acessórias, como são denominadas em termos de regulação, são sempre frequentes, mas têm vindo a aumentar, e várias autoras associam-na à implementação das quotas (Sissenwine, Symes 2007; Bresnihan 2017), uma vez que é difícil corresponder as capturas com quotas pré-determinadas. Esta tem sido uma situação problemática, comprometendo o objetivo inerente ao próprio estabelecimento de quotas, capturando-se muito mais pescado que acaba devolvido ao mar, morto, não sendo registado. Na última reforma da PCP, a UE decretou a obrigação de descarga para todo o pescado capturado para que se registassem os dados das capturas e, assim, obrigasse a uma pesca mais seletiva¹⁶⁶.

Como foi mencionado, os barcos que dispõem de licença apenas podem capturar 30 kg desde que não se esteja no período de defeso e ainda haja quota. Sobre o assunto, Armindo, armador de uma embarcação em Sesimbra, com licença para a captura de raia curva, diz que ainda assim é uma quota insuficiente para a quantidade de raias. Num dos anos em que teve licença, o mestre da sua embarcação colocou em lota lotes que excediam os 30 kg em algumas gramas (200 gr, 300 gr, etc.), e outros pescadores em Setúbal fizeram o mesmo. A perceção era que havia uma margem de erro para contemplar estas situações, uma vez que o tamanho das raias e o trabalho a bordo nem sempre permitem ter uma noção exata do peso do peixe que se captura. No entanto, as embarcações que descarregaram mais de 30 kg foram autuadas, porque haviam excedido o permitido. Esta situação, na perceção dos pescadores, é caricata, como conta Armindo em tom incrédulo: “Então, tinha de cortar uma parte da raia para fazer os 30 kg certinhos? Eles não sabem o que é o trabalho do mar!” Armindo é dirigente associativo há largos anos e tem contacto com várias funcionárias da DGRM, a quem expôs o caso. Foi aconselhado a contestar através de uma advogada. Assim, algumas embarcações de Setúbal e Sesimbra juntaram-se para o efeito, uma vez que consideraram as multas “injustas” e denunciaram uma aplicação “cega” das regras. Desde então, não tiveram mais novidades sobre o assunto.

¹⁶⁶ Patrick Bresnihan associa esta medida ao interesse da implementação das ITQ.

Há uma abordagem precaucionária demasiado “estrita” que dá prioridade à conservação dos recursos. Desta forma, compromete a sustentabilidade económica e social, por não ter em conta os impactos socioeconómicos das medidas e por não se contemplarem, atempadamente, formas de compensação (Sissenwine, Symes 2007). A aplicação cega das medidas, sem qualquer flexibilidade, como o caso das multas demonstra, é resultado de uma política burocrática e policiadora, que não tem flexibilidade e que pode provocar ainda mais transgressões à lei.

A revisão da PCP de 2002 reformulou o sistema de governança ao introduzir a necessidade de maior envolvimento dos chamados *stakeholders*. No entanto, na prática, a realidade é muito diferente e o envolvimento e integração dos pescadores e seus representantes dá-se com níveis de intensidade muito díspares (Pita et al. 2015, p. 277). A proibição deu-se a partir de um aconselhamento científico perante a ausência de dados sobre a espécie e a escassez em determinadas áreas de captura, que, por sua vez, determinou que se formulasse uma diretiva europeia genericamente aplicada aos 27 Estados-Membros, sem se ouvir o setor em cada um dos países. Consequentemente, definiram-se medidas políticas e técnicas para a gestão da quota sem também envolver de forma efetiva os pescadores. Além disso, houve uma omissão dos impactos socioeconómicos e uma ausência de medidas de compensação eficazes das consequências económicas desta proibição. Esta é uma consequência da inércia inerente aos processos *top-down*, característica da PCP, o que acaba por restringir a participação ativa dos pescadores (Pita et al. 2015). De acordo com a visão de Pedro, o problema radica na subjugação do Estado Português:

“Por uma lei que saiu na União Europeia, e nós como estamos ligados à União Europeia, levamos com ela também.”

Pedro, pescador de uma embarcação da pesca polivalente, 50 anos

A expressão “levamos com ela [a lei]” é elucidativa desta perceção local perante a transposição das diretivas comunitárias em Portugal que parece uma inevitabilidade accidental. Com frequência, os pescadores e seus representantes acusam o Estado Português de falta de autonomia em relação à União Europeia e à ausência de estratégia para o setor. Esta perceção é similar a outras áreas, nomeadamente do setor primário. A entrada para a UE significou a implementação de um quadro legislativo e burocrático em áreas não anteriormente contempladas na legislação, como aconteceu noutros setores de atividade.

Symes aponta que a UE, na sua expressão da PCP, tem um “problema de imagem”, sendo vista como “reguladora e executora, remota, burocrática e autoritária”, por aderir de forma

inquestionável à ciência da pesca (Sissenwine, Symes 2007, p. 51). Encontrei ecos desta descrição feita por Symes no terreno. As referências à UE e à PCP estavam envoltas num tom de questionamento e desconfiança. Exemplos como a proibição da raia curva são evocados com frequência. Em primeiro lugar, são vistos como “falhas”, por serem medidas desenhadas por quem os pescadores não reconhecem legitimidade, pois, como disse Jorge: “Os gajos que fazem as leis estão lá nos gabinetes. Não querem saber de nada. Sabem lá... Assim quem é que quer ir para o mar? Com o tempo vai acabar.” Os pescadores alicerçam-se no seu conhecimento empírico e não reconhecem legitimidade a quem consideram que não o tem, ainda que o conhecimento científico seja também empírico. Em segundo, há uma desconfiança que aponta para a ideia de que quase existe uma *agenda* para “acabar com as pescas”. Em terceiro lugar, surge a questão da falta de soberania do Estado português perante a UE.

Perante as sucessivas críticas e reivindicações do setor, acabam por se escudar e remeter a responsabilidade pelos impactos das políticas pesqueiras à União Europeia e, assim, demitem-se de responsabilidades. Neste caso, a implementação da medida restritiva é também resultado de uma deficiente pesquisa sobre o estado dos recursos nas águas de jurisdição nacional, consequência da falta de investimento na investigação sobre os recursos marinhos, ao longo das últimas décadas. Além disso, o Estado português limitou-se a acatar uma diretiva sem contestar ou negociar e tampouco desenvolveu medidas para minimizar os impactos.

O questionamento da legitimidade da medida compromete, de imediato, a sua implementação. A raia curva é uma espécie com considerável valor comercial, pelo que a sua proibição tem impactos económicos significativos no rendimento dos pescadores (Said et al. 2020). Tanto Pedro como Jorge admitem, à semelhança de outros, que descarregam mais raias curva do que o permitido e vendem fora do circuito legal, uma vez que alegam que a proibição tem impactos significativos nos seus rendimentos. Assim, e por estar proibida, torna-se um bem escasso no mercado, tornando-se, por isso, uma espécie mais valorizada, pelo que esta situação tende a tornar mais aliciante a sua captura e venda, ou seja, a própria medida precaucionária pode ter o efeito inverso e intensificar as capturas.

“É uma raia boa, a melhor. Nem sabe bem o prejuízo que dá... Uma pessoa vai ali por terra, apanha 15 ou 20 kg de linguados, apanha três ou quatro caixas de raia e não pode vender as raias. Eles não querem saber que a gente não ganhe nada. Pelo menos esses barcos pequenos que trabalham mais aí por terra são prejudicados e em monte, e de que maneira! Os grandes também.”

Jorge, pescador e mestre de uma embarcação da pesca polivalente. 60 anos

À medida que a dependência do mercado aumentou, o impacto do setor da pesca tornou-se mais evidente. Com a relação direta entre rendimentos e o preço do pescado, há uma pressão para uma eficiência das capturas, o que pode resultar numa tensão com as políticas públicas de preservação. Perante esta situação, os pescadores desenvolvem diferentes práticas com vista a conseguir maior rendimento na pescaria. Fazem-no através da *venda à candonga ou à escapa* [venda fora dos circuitos legais], quando apanham mais do que o permitido ou através da captura sem licença experimental. Esta prática é assumida abertamente, como anteriormente se constatou, sendo vista como aceitável pelos pescadores, porque percebem a restrição como injusta e baseada numa ideia que, para a maioria dos meus interlocutores, não tem evidência empírica. Ao analisar a venda de “vegetais ilegais” na zona do Vale do Ave, Carmen Leidreiter demonstrou que há um quadro moral que distingue práticas que não são estritamente legais, mas aceites pelas pessoas, e práticas que são inquestionavelmente ilícitas (Leidreiter 2019, p. 33). Segundo a autora, as primeiras são vistas como necessárias a fim de se cumprir com o objetivo de “fazer a vida”/retirar sustento. Neste caso, o “prejuízo” causado pela interdição da captura da raia curva pode levar a que não “se ganhe nada” e, como me dizia Jorge, quem decide as medidas não tem isso em consideração. Esta situação faz emergir um sentimento de injustiça, sobretudo quando comparam as suas práticas com outros casos que, na sua perspetiva, efetivamente lesam o Estado e o ambiente pela sua dimensão e escala, mas que parecem sair impunes. Há uma desarticulação entre as práticas moral e socialmente aceites e as disposições legislativas do Estado, que remete estas práticas para a ilegalidade.

O Estado responde com um *aparatus* de fiscalização e controlo, cada vez mais apertado. A venda fora dos circuitos legais, por não ser declarada e, neste caso, por ser uma espécie sujeita a um plano de gestão, consta na lista da classificação de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada¹⁶⁷. Esta terminologia foi utilizada pela primeira vez em 1997, no âmbito da Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos e na sequência das preocupações com a frota de pesca industrial. Desde então, foi sendo difundida em diferentes instâncias, nomeadamente na FAO, que, no final do século passado, declarou a INN como um dos principais problemas das pescarias (Doulman 2000). Na Política Comum de Pesca, esta classificação também é utilizada, havendo um diploma legal que estabelece o regime para prevenir, impedir e eliminar a INN. De acordo com a Resolução do Conselho, a INN “constitui uma das mais graves ameaças para a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e

¹⁶⁷ Em inglês: Illegal, unreported, and unregulated fishing (IUU).

representa igualmente uma ameaça importante para a biodiversidade marinha” (Conselho Europeu 2008).

Como Song *et al.* demonstraram, as medidas de combate à INN têm uma tendência para homogeneizar a atividade pesqueira, com maiores consequências para a pequena pesca. Além disso, as autoras argumentam que a categoria de pesca ilegal, não regulamentada e não declarada engloba estas três práticas que são muito diferenciadas entre si independentemente do contexto e das condições em que são levadas a cabo (Song et al. 2020). Com a transição para o paradigma ecológico na gestão das pescarias, os conceitos de legalidade/ilegalidade ganharam terreno (Martins, Leite, Caeiro 2014). O enquadramento regulatório e legislativo é tão denso que afunila do que é “legal”, pelo que tudo aquilo que fica fora do controlo do Estado e não está alinhado com regulamentos é cunhado, na maioria das vezes, como ilegal (Song et al. 2020).

Aquilo que é classificado como pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a par com a sobrepesca, são concebidas como principais ameaças à sustentabilidade dos recursos e, por isso, as autoridades fiscalizadoras não são flexíveis quando se deparam com uma situação destas, mesmo na sua reduzida escala. Atualmente, a pesca é uma das atividades mais reguladas e, sobretudo, mais fiscalizadas em terra e no mar por diferentes entidades. Na sequência dos dispositivos regulatórios de inspeção previstos na PCP, Portugal desenvolveu o sistema integrado de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca (SIFICAP), coordenado pela DGRM. Este sistema integra cerca de seis entidades¹⁶⁸, com a “finalidade de contribuir para uma melhor defesa e conservação dos recursos haliêuticos”. Existem outras entidades envolvidas na fiscalização ainda que não integrem este sistema, como, por exemplo, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). À semelhança de outros sistemas de vigilância e controlo, estes são também densamente burocráticos por envolverem diferentes entidades com competências similares (Garrido, Starkey 2020b). Perante as infrações, estas entidades têm o poder de passar multas, cujo valor vai variando. Além disso, há ainda um sistema de pontos com o objetivo de ter um efeito dissuasivo no sancionamento das infrações à Política Comum da Pesca. Esta malha de entidades, procedimentos e sanções é justificada como uma forma de garantir o cumprimento dos pressupostos da PCP e, assim, promover a sustentabilidade.

¹⁶⁸ DGRM, Marinha, Força Aérea, GNR, Direção Geral das Pescas da Madeira, Inspeção Regional das Pescas dos Açores.

É a atividade fiscalizadora que surge como um instrumento que garante a aplicação das normas, condicionando o comportamento dos pescadores e assumindo um crescente carácter performativo que instiga o medo do poder do Estado, característica comum à fiscalização noutros contextos, como no caso da venda de “vegetais ilegais”, já aqui mencionado (Leidereiter 2019). Os pescadores, tanto de Setúbal como de Olhão, quando falam da fiscalização, utilizam a expressão “o cerco está a apertar”, ou seja, enfatizam que há uma maior intensidade nas práticas de fiscalização e controlo e que a relação com os agentes fiscalizadores é mais distante, como as palavras de Francisco descrevem:

“Antes havia leis, regras, claro. Mas nós conhecíamos os guardas e criavam-se laços. Dávamos uns peixes e eles fecham os olhos quando podiam. Não é como hoje, mudam de 6 em 6 meses e querem mostrar trabalho. Antes também andavam em cima da gente. Mas não era como agora. Agora não perdoam nada.”

Francisco, pescador, 63 anos

A ideia de que há uma gestão distante do setor manifesta-se nas críticas ao desenho de políticas públicas por ser feito a nível comunitário, reivindicando-se uma soberania nacional para a gestão das pescas. Todavia, a gestão do Estado Central também parece padecer do mesmo mal: a distância entre “os gabinetes” e o que se passa nas praias e portos do país. No entanto, o Estado tende a escudar-se precisamente na ideia de que são apenas reproduções das diretrizes comunitárias. Além disso, como a declaração de Francisco sugere, há um legado histórico do Estado Novo que ainda está presente entre os pescadores, a relação com as entidades era feita através de trocas que permitiam contornar as regras impostas, criando-se desigualdades, pois nem todos conseguiam “dar peixe” para a criação de laços que Francisco menciona, ou seja, a própria relação aparentemente mais próxima com entidades do Estado era fictícia, porque a hierarquia continuava a existir e a manifestar-se.

A Política Comum de Pesca assenta num modelo positivista, que concebe a gestão da pesca como apenas um exercício científico do âmbito da biologia (Ramsay 2006). Manifestando uma tendência comum ao universo dos modelos de gestão das pescarias, a União Europeia estrutura a sua comunicação “em redor de acrónimos e dos conhecimentos e funções que estes sintetizam” (Carreto, Martins 2021, p. 250), tornando-se expressão maior da sua vertente tecnocrata. Também Fiona McComarck realça como há uma sopa de discursos em acrónimos baseados em preocupações administrativas e avaliações científicas (McCormack 2017, p. 54). Embora as suas sucessivas revisões, verifica-se “uma inércia institucional”, uma vez que o modelo não tem sofrido alterações estruturais, embora tenha vindo a falhar nos seus objetivos

principais (Urquhart et al. 2014, p. 8). Este quadro resultou, em muitas localidades dos diferentes Estados-Membros, numa “quebra de confiança e legitimidade” (Sissenwine, Symes 2007).

Ao longo de quase quatro décadas, o alcance da PCP foi-se afirmando como um modelo bio económico e neoliberal que propõe uma gestão centralizada das pescas, a fim de atingir a sustentabilidade dos recursos, expandindo em termos de jurisdição geográfica, devido às sucessivas adesões de novos Estados-Membros. Com a integração de novas Zonas Económicas Exclusivas, o número de espécies capturadas aumentou e a frota comunitária ficou cada vez mais heterogénea, o que, por sua vez, tornou a governação mais complexa (Symes 2012, p. 4). Apesar disso, como se viu pelos exemplos apresentados, os seus princípios continuaram a ser *top-down* e sem grandes tentativas de adequação regional ou integração dos membros do setor na tomada de decisões, criando conflitos e tensões.

“Então, os pássaros e os peixes têm mais valor do que as pessoas?” — entre o sustento e a sustentabilidade

Em março de 2019, durante a estada de campo em Olhão, tive a oportunidade de assistir a um plenário do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, dirigido a mariscadores e viveiristas¹⁶⁹. Como constava na convocatória, o mote era a “desenfreada ação fiscalizadora dirigida aos viveiristas e mariscadores”, devido, sobretudo, aos equívocos da fiscalização sobre a apanha de amêijoa-boia de semente (comprimento inferior a 4cm) para repovoamento dos viveiros. O plenário teve lugar no auditório das instalações do IPMA e era aberto a todas as pessoas mariscadoras e viveiristas, fossem ou não associadas do sindicato, a fim de “desenhar estratégias de luta”.

Cheguei e a sala já estava bem preenchida, mas ainda houve um compasso de espera para que chegassem mais participantes. Rodeada de viveiristas e mariscadores, começo a aperceber-me de que muitos são também pescadores e, ao escolher um lugar, juntei-me a um grupo que já conhecia: três viveiristas que são simultaneamente pescadores que foram partilhando comigo e entre si a sua visão da questão. Dois deles são tio e sobrinho e trabalham juntos na mesma embarcação e no mesmo viveiro da família. O outro é da Culatra, pescador reformado, mas tem viveiros, que lhe dão o complemento da reforma. As conversas cruzavam-se, mas todas acabavam por tocar no tema do plenário: a excessiva fiscalização não só na

¹⁶⁹ Como a maioria dos participantes do plenário já se conhecia, muitos não disseram os seus nomes aquando das intervenções, razão pela qual não são nomeados nesta vinheta etnográfica.

atividade viveirista e mariscadora, como também na pesca, já que a maioria dos presentes partilham ambas as ocupações. À bolina, vinham várias críticas a um conjunto de normas relacionadas com a apanha e transporte do marisco, nomeadamente a impossibilidade dos seus próprios barcos de pesca transportarem o marisco dos viveiros para terra¹⁷⁰. Atrás de nós, sentou-se um senhor que disse: “Vamos lá ver se isto vai dar alguma coisa ou se é só conversa”, demonstrando o desejo de que o plenário tivesse alguma consequência direta que pudesse resolver alguns dos problemas apontados.

O plenário começou com os seus dirigentes associativos a apresentar os principais temas que presidiam à reunião. Além de contestarem o “excesso de zelo” das autoridades que fazem muitas ações de fiscalização, também deram conta da resposta da tutela ao ofício do sindicato sobre a proibição da amêijoa-semente. Segundo um decreto-lei que “já tem mais de 30 anos”, não é permitido capturar amêijoa com menos de 4 cm, ainda que, nas palavras de Josué, representante do sindicato, esse tamanho seja “de comercialização e não de repovoamento”. Alguém na audiência gritou “eles sabem lá o que é amêijoa-semente!”. Na sequência do debate, iam surgindo outras questões, mas todas radicavam na ideia de que a fiscalização se faz de forma demasiado intensa e de que as regras são estabelecidas por quem conhece pouco a realidade da pesca. Depois de aberto o debate, um mariscador mencionou como em poucos meses foi autuado três vezes por estar a mariscar em zona proibida ou por ter amêijoa-semente, concluindo dizendo: “Sou multado, mas no outro dia vou lá outra vez. Tenho de dar comer aos meus filhos.” Quando se falava que estas normas se deviam ao Parque Natural da Ria Formosa, um viveirista disse em tom de acusação: “Então, as Águas do Algarve? Essas estão esquecidas”, apontando as culpas a “quem poluiu a ria”, pois “há muitos esgotos que vão diretamente para a ria sem nenhum tratamento”. Depois, alguém na audiência grita; “Uns são filhos e outros enteados”. No seguimento, um outro viveirista pediu a palavra para dizer: “Eles querem é tirar a gente daqui”, acrescentando que “querem pôr os grandes grupos económicos”, referindo-se aos grupos que têm interesse nas concessões de viveiros de ostra.

No fim, delinearam-se as estratégias de luta (abaixo-assinado e manifestação em Lisboa¹⁷¹), mas, como a urgência de se fazer algo era tão grande, os participantes decidiram ir de imediato para a porta da GNR – unidade de controlo costeiro para fazer uma concentração. Lá chegados, o tenente-mor da GNR pediu para falar com os representantes do sindicato em privado. Entretanto, enquanto esperava cá fora com o trio de pescadores-viveiristas, o tema alargou-se

¹⁷⁰ A regulação estabelece que têm de ser barcos auxiliares.

¹⁷¹ O Sindicato elaborou um abaixo-assinado que teve pouca adesão, porque as pessoas mostravam-se reticentes em partilhar os seus dados e assinatura. A manifestação em Lisboa não aconteceu.

para a pesca. Revelaram-se sensibilizados para a proteção ambiental e até demonstraram aceitação para o facto de haver locais de apanha proibida, bem como regras relativamente às artes de captura e quotas de pesca. Todavia, reiteravam que era necessário que os “deixassem trabalhar”. Depois, disseram: “Há uma zona em que nem os barcos podem sequer passar por causa dos pássaros!” Seguidamente, vários afirmaram que não fazem mal aos pássaros (que nidificam na Ria Formosa), nem ao peixe miúdo e, muito menos, aos cavalos-marinhos. Um deles até fez questão de contar um episódio em que salvou uma garça que estava ferida e a levou ao Instituto de Conservação das Natureza. Por fim, um deles disse: “Agora, os pássaros e os peixes valem mais do que as pessoas? Estão a tirar o nosso ganha-pão”. Os dirigentes do sindicato apareceram passados 15 minutos, informando que expuseram as reivindicações do plenário, na esperança de que a ação fiscalizadora diminuísse.

Aqui não será o espaço para analisar em detalhe as normas jurídicas que norteiam a atividade viveirista e mariscadora na Ria Formosa. Relato este episódio porque expõe várias tensões e conflitos socioambientais que afetam o setor da pesca. Por um lado, denota como há uma pressão nas capturas e apanha, devido à necessidade de subsistência, expressa pelas frases “tenho de dar comer aos meus filhos” ou “estão a tirar o nosso ganha-pão”, relacionado com a crescente dependência do setor da pesca em relação ao mercado, uma vez que os rendimentos são condicionados pelo preço do pescado. Por outro, isto faz com que surja alguma resistência às medidas de proteção ambiental e que empurra os profissionais para continuarem práticas de transgressão.

O paradigma de gestão das pescas ainda manifesta um certo culto da vida selvagem, articulado com a narrativa da ecoeficiência (Martínez Alier 2002), que entra em tensão com ecologias historicamente específicas. Neste caso, o uso da ria enquanto fonte de subsistência é recuado. Para as comunidades de pescadores que se fixaram no entorno da Ria Formosa, essa massa de água era vista como uma complementar fonte de alimentos e rendimentos. Como tal, a implementação de um parque natural¹⁷² e de direitos de acesso e propriedade encontrou resistências, pois, como me confidenciara um pescador mais velho, “nós não sabíamos que isto tinha dono”. Com o passar do tempo, pescadores, mariscadores e viveiristas passaram a articular-se com o rol de normas que medeia o acesso à ria, desenvolvendo até uma consciência da necessidade da sua proteção, como ficou patente no episódio descrito. Todavia, a escala de atuação da fiscalização e alguma arbitrariedade percebida pelos profissionais, a par com

¹⁷² Para mais informações sobre o contexto de criação do Parque Natural da Ria Formosa e reflexão sobre a interação entre este território política e administrativamente delimitado e as comunidades piscatórias, vide (Praça, Sena, Tomaz 2001).

uma percepção de que há atividades mais “perseguidas” que outras, leva à emergência de tensões e conflitos, quer com as autoridades quer entre si, porque não há consensos.

A natureza é um conceito contestado, na medida em que atravessa dimensões ambientais, mas também laborais e sociais, sendo um termo conceptualizado e agencializado de maneira diferente conforme quem o mobiliza (Barca 2017). Ainda assim, a retórica da sustentabilidade e da conservação/preservação ambiental tornou-se omnipresente nos programas e políticas para o setor da pesca, baseando-se numa conceção cartesiana de natureza.

Luís Martins afirmou que não encontrou, na história das pescas portuguesas, iniciativas populares de conservação de recursos nem notou algo que pudesse ser classificado de uma “ética da conservação” (Martins 2007), mas, ainda assim, há momentos pontuais da história das pescas em que houve organização contra práticas mais extrativistas. Vejamos o exemplo das lutas no início do século XX contra os vapores de arrasto em Setúbal, que resultaram numa greve em 8 de dezembro de 1910, ou as oposições dos pescadores de Sines contra o petróleo, já em 1982. De facto, há uma certa resistência a algumas medidas subjugadas a essa ética, mas, como foi demonstrado anteriormente, tal não significa que os profissionais do setor da pesca estejam destituídos de preocupações com o seu entorno. No terreno, quer em Setúbal, quer em Olhão, participei em várias conversas com trabalhadores da pesca, em que também permeava um léxico relacionado com sustentabilidade e conservação, que emergia sobretudo na conversa sobre possibilidades de pesca e/ou áreas marinhas protegidas. Com alguma frequência, valores morais associados à preservação do ambiente também surgiam, ainda que imiscuídos noutra léxico, mais relacionados com o conhecimento empírico. Várias vezes, os pescadores denunciaram as indústrias poluentes, quer no Estuário do Sado quer na Ria Formosa, fazendo menção a alterações que vão verificando no ecossistema, por exemplo, quando a “seba”¹⁷³ nas muralhas ficava castanha, os pescadores associavam a uma descarga industrial. Apesar destas e de outras denúncias a pressões que encontram no seu entorno, no terreno, não encontrei nada que pudesse ser classificado como movimentos ambientalistas subalternos (Martínez Alier 2002), ainda que os debates sobre o assunto possam ajudar a pensar estas questões.

A expressão “estão a tirar-nos o nosso ganha-pão” pode ser entendida à luz dos contributos da ética da subsistência, já aqui enunciada (Scott 1985, p. 7), dos debates sobre ambientalismo dos pobres/subalternos (Martínez Alier 2002) e dos ambientalismo da classe trabalhadora (Barca 2012), porque demonstra como o pão, ou seja, a subsistência depende, em grande medida, do acesso aos ditos recursos naturais, e como esse acesso tem vindo a ser dificultado.

¹⁷³ Designação local para algumas plantas marinhas/algas.

Como menciona Júlio Sá Rego: “Movimentos ambientalistas subalternos são manifestações locais de justiça ambiental por parte de populações e comunidades subordinadas. Eles surgem, em contraposição aos ambientalismo globais dominantes, para a reivindicação do direito de acesso aos recursos naturais com o objetivo de subsistência” (Sa Rego 2021, p. 67).

Os trabalhadores do setor da pesca estão enquadrados numa unidade de produção e consumo que procura minimizar os riscos para não comprometer um limiar mínimo de subsistência. Existe, entre os pescadores e mariscadores, um interesse material no ambiente enquanto fonte e requisito para os meios de subsistência, daí o pedido “deixem-nos trabalhar”. Este limiar é, em última instância, conseguido pelo trabalho, fornecido pelo ambiente e condicionado pelas normas regulatórias e pelo mercado, havendo múltiplas fontes de incerteza que o podem comprometer. As políticas com objetivos de promover a sustentabilidade podem produzir e distribuir precariedade, indo ao encontro do que Adam Burke (2016) demonstrou a partir da sua investigação sobre a implementação de um parque natural nas Ilhas Galápagos. Neste caso, as políticas com o objetivo da sustentabilidade contribuem para a precariedade, porque afetam os meios de subsistência estruturais nestes contextos. Como pude comprovar, muitas políticas com o objetivo de “gestão sustentável” das pescas provocam alterações de práticas nos quotidianos, muitas vezes comprometendo a capacidade das comunidades de se adaptarem e de sustentarem a sua vida, ou seja, podem comprometer o princípio moral de direito à subsistência (Scott 1985).

No Encontro Nacional – Valorizar as Pescas e o Mar que teve lugar em Sesimbra em outubro de 2021, num painel dedicado aos desafios e dificuldades enfrentados pela pesca, um representante de uma associação do Norte do país interveio dizendo: “A palavra sustentabilidade deixa-me confuso. De quem? O pescador primeiro tem de se sustentar a si e à sua família. A partir do momento que se sustentar é que o mar vai ser sustentável.” Os outros pescadores presentes acenaram com a cabeça. No terreno, vários pescadores fizeram a associação entre sustentabilidade, que parece ser um conceito distante, com sustento, uma preocupação diária e com o qual estão familiarizados. Nesse seguimento, alguns pescadores disseram-me que a pressão sobre os recursos iria continuar se o retorno da atividade continuasse a ser deficiente, o que coloca em causa a própria continuidade da atividade. Ou seja, só garantindo o sustento se pode promover a sustentabilidade do meio em que estão inseridos, pois concebem-se como parte do “ecossistema”, como um pescador me disse. Assim, a questão da sustentabilidade tem de ser analisada na sua relação com a reprodução social. Também Bibiana Martínez Álvarez observou que, entre explorações agrícolas na Galiza, a sustentabilidade

significa, para as pessoas relacionadas com o setor primário, a conservação do seu modo de vida (Martínez Álvarez 2018, p. 208).

Leerom Medovoi partiu dos significados semânticos de sustentabilidade (em inglês) para demonstrar como está dependente do verbo sustentar que, entre outras coisas, significa suprir as necessidades da vida, conotação partilhada pela palavra sustentabilidade e pela palavra sustento (Medovoi 2011). Nesse sentido, Medovoi faz uma reflexão sobre como sustentabilidade evoca uma ética da provisão e como é necessário refletir sobre o que vale a pena sustentar. Também Ailton Krenak questiona “Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?” (Krenak 2019). Estas questões têm, por sua vez, ressonância com a questão: “Então, os pássaros e os peixes têm mais valor do que as pessoas?”

A noção de “ecologias populares de valor”, cunhada por Antonio Pusceddu (2020), permite pensar como a experiência vivida num quadro de contradições socioecológicas pode gerar pela tensão entre valores. A questão condensa o cerne dos conflitos socioecológicos: a tensão entre diferentes formas de valor que cria um dilema. Por um lado, o valor dominante direcionado para a acumulação faz-se presente, pois há “poderes económicos” com interesse na Ria e, alargando o debate, no mar e que, na perceção dos profissionais, parecem escapar às regras de preservação ambiental. Esta dimensão articula-se, também, com o valor do ambiente concebido como “recurso” que deve ser gerido a fim da sua preservação. Há ainda o valor metabólico que emerge entre quem trabalha com processos naturais para atender às suas necessidades quotidianas (Barca 2017), o que pode ser pensado em conjunto com outras formas de valores que estão ancorados no que Ariel Salleh (a partir de Hardt) identificou como “valor da vida” (Salleh 2010). Este último diz respeito a formas de vida que não são passíveis de mensuração, ao contrário das anteriores. Todos estes valores contribuem para moldar a relação material sociedade/entorno. A porosidade é característica destas diferentes formas de valores que coexistem, sobrepõem-se e, indo mais longe, estão dependentes umas das outras, não sendo possível desarticulá-las na análise. Se, por um lado, o paradigma de conservação e sustentabilidade vigente é concebido em torno de parâmetros quantificáveis, por outro, a vida humana e animal, na perspetiva das pessoas com quem falei, é difícil de valorar, fazendo emergir um dilema de como se pode buscar o equilíbrio entre as necessidades humanas e o entorno, ou seja, como se podem sustentar e tornar sustentáveis as suas práticas.

O conceito de ambientalismo da classe trabalhadora, como proposto por Barca, pode ajudar a enquadrar algumas das questões aqui levantadas: “Lutas quotidianas que os trabalhadores de base conduzem, tanto individualmente quanto de forma organizada, para defender a integridade e a segurança de seu ambiente de trabalho e do ambiente onde vivem as suas famílias e

comunidades. [...] A ecologia é entendida como um conjunto de conexões entre as esferas da produção e da reprodução: a ecologia é, portanto, o sistema de relações entre o que se usa para produzir, o que é produzido, o desperdício da produção, os corpos de aqueles que produzem e o ambiente em que a produção, reprodução e desperdício ocorrem” (Barca 2012, p. 67). Nesse sentido, pude perceber que existe uma consciência ecológica que articula as dimensões produção/reprodução, sendo que a sustentabilidade não tem apenas a leitura hegemônica de preservação dos “recursos”, mas está também associada ao sustento e, portanto, à continuidade da atividade e do meio, pois os pescadores consideram que a sustentabilidade na pesca só é alcançada se lhes for garantido o sustento. Assim, os pescadores, mariscadores e viveiristas colocam a sua subsistência em primeiro lugar, mas essa subsistência depende, por sua vez, do entorno que está cada vez mais ameaçado e sobre o qual incidem políticas de sustentabilidade que geram fricções. Os trabalhadores do setor da pesca encontram-se, assim, no dilema entre o sustento e a sustentabilidade(s), dilema esse que faz parte do quadro de incerteza em que vivem.

Ao longo deste capítulo, analisei a tendência para a hiperbolização da regulação na pesca e a sua relação com uma concepção de sustentabilidade, que nem sempre é eficaz por encontrar várias resistências a nível local. Em paralelo, defendi que há modelos e conceitos de sustentabilidade pensados em diferentes escalas, que, em última instância, relevam uma disputa sobre os recursos, produzindo desigualdades e diferenciações entre pescadores e segmentos de pesca, gerando possíveis conflitos nestes grupos e entre estes grupos e o Estado. Como pano de fundo, a crescente degradação ambiental, sendo os trabalhadores da pesca (a par de outras classes trabalhadoras) os mais vulneráveis aos seus efeitos, uma vez que a sua subsistência depende diretamente de um meio que era já em si atravessado pelo perigo e pela incerteza, que se agravam neste quadro.

David Graeber demonstrou como as dinâmicas económicas já não se prendem tanto às lutas pela apropriação de valor, mas sim para estabelecer o que é o valor (Graeber 2001, p. 88). Neste caso, e seguindo os contributos da abordagem da reprodução social, o valor para quem trabalha da pesca define-se, em primeira instância, pela capacidade de suster-se na vida e ter as suas necessidades supridas, ou seja, pela garantia do seu sustento e, sobretudo, ter uma vida que valha a pena viver e a garantia de continuidade da atividade, o que depende, por seu turno, de um lugar onde valha a pena viver (Pusceddu 2022, p. 16), ou seja, um local onde exista pescado e condições materiais, institucionais e sociais que permitam que se continue a pescar. Atualmente, a busca por esses objetivos passa por estratégias que permitem “safar a vida”, mas

que entram, por vezes, em tensão com algumas interpretações mais estritas de sustentabilidade ambiental e com o Estado, enquanto entidade que implementa medidas que cada vez mais restritivas.

Safar a vida — considerações finais

Esta tese teve como foco o modo como a incerteza se torna constitutiva dos quotidianos nos contextos piscatórios de Setúbal e Olhão. Para tal, adotei uma abordagem etnográfica historicamente informada, multi-escalar e centrada na experiência quotidiana, a fim de refletir sobre como a incerteza se manifesta e que impactos tem nas atividades produtivas e reprodutivas. Em simultâneo, analisei como as pessoas lidam com a incerteza no seu dia a dia, que estratégias desenvolvem na procura por sustento, como projetam uma vida que valha a pena viver e a continuidade da atividade piscatória. Dito por outras palavras e *repescando* o título da tese, analisei como as pessoas “safam a vida” nesta conjuntura e de que forma tal pode condicionar as perspetivas futuras.

Afirmar que, na pesca, existe uma incerteza endémica não constitui uma novidade analítica: os trabalhadores e demais pessoas que lidam com a atividade estão acostumados a navegar pela incerteza. A dependência de um ecossistema dinâmico, de espécies móveis e de abundância limitada e imprevisível imprime uma aleatoriedade às capturas, o que faz gerar flutuações na produção. Por sua vez, estas flutuações são também afetadas pelo comportamento do mercado que determina o valor do peixe e, conseqüentemente, dos rendimentos. Estes são fenómenos estruturais da pesca e aos quais os grupos se foram adaptando, sendo que há uma aceitação e acomodação da incerteza nos quotidianos. No entanto, a reconfiguração institucional do setor, a concentração do tecido produtivo em grandes empresas pesqueiras a nível mundial, a conjuntura económico-política com um mercado cada vez mais competitivo e marcado por flutuações e os crescentes efeitos da degradação dos ecossistemas tornaram a experiência da incerteza cada vez mais intensa, tomando novas formas e outros impactos, condicionando o modo como os pequenos pescadores olham para o futuro, quer no que toca ao desenho de projetos individuais e familiares de vida, quer à continuidade da própria atividade. Deste modo, defendi que às ameaças a curto prazo relacionadas com a incerteza endémica se somam ameaças a longo prazo, influenciadas por fatores locais e extralocais, que, na perceção das pessoas, coloca em causa a própria continuidade deste modo de vida. As incertezas constituem hoje emaranhados e é através delas que as pessoas experienciam as contradições das conjunturas nas quais estão inseridas (Scoones, Stirling 2020, p. 6).

A especificidade dos contextos piscatórios não deve levar a uma afirmação de que as práticas dos pescadores e as suas unidades domésticas operam segundo uma mesma lógica unitária e estanque. Pelo contrário, ainda que não se tenha optado por uma abordagem comparativa, foi possível demonstrar como as trajetórias são heterogêneas e existem vários

fatores de diferenciação entre a classe piscatória e os seus agregados, havendo lugares de contradições e tensões nos quotidianos, resultando em diferentes estratégias para lidar com a incerteza. Sublinhar a incerteza nestes contextos também não significa que é característica única dos meios piscatórios, mas que tem a sua especificidade relativamente a outros contextos.

Esta simultânea heterogeneidade e especificidade dos contextos piscatórios em análise ajuda a traçar a relação entre contextos particulares, os seus problemas e as questões que surgem através deles e à sua volta, destacando questões características, mas permitindo analisá-las em conjunto. No entanto, defendo que não se deve enfatizar a particularidade das atividades, a fim de deixar em aberto a possibilidade de conexões com outros contextos. Nesse sentido, poderá ser revelante fazer, no futuro, uma análise comparativa com outros sistemas produtivos e com um foco mais multidisciplinar.

Ao chegar a terra depois da navegação que foi a escrita desta tese, tenho presente os *baixios* e *funduras* da pesquisa, ou seja, dimensões de análise mais e menos aprofundadas e consigo identificar quais carecem de investigação. É agora claro que uma investigação mais focada nas relações de trabalho a bordo, em paralelo com as relações entre os pescadores e o mundo mais do que humano em que trabalham, poderá contribuir para melhor compreender o desencontro entre a noção de ambiente veiculada pelas políticas públicas e pelos ambientalistas e o *ambiente* como é experienciado pelos pescadores. Uma abordagem futura centrada nestas questões contribuirá para uma articulação entre a ecologia política, a antropologia económica e antropologia ecológica e para a compreensão mais alargada de que a destruição do planeta, em particular do mar, deriva de interesses de exploração material dos denominados *recursos*, visão que é consequência do dualismo cartesiano natureza/cultura e que coloca os pescadores numa situação de alienação. Além disso, uma maior atenção às dinâmicas internas das unidades domésticas, observando relações de poder, hierarquias e desencontros de necessidades, poderá contribuir para pensar como as estratégias de sustento se fazem a partir destes cruzamentos e como se podem aproximar ou afastar da dependência do setor. Ou seja, o foco na pesca acabou por limitar o aprofundamento da análise dos outros trabalhos que são desempenhados pelos membros dos agregados.

Apesar destas e de outras limitações, esta tese pretende contribuir para a literatura sobre contextos piscatórios, numa perspetiva que parte da ecologia política e antropologia económica. Para tal, procurei uma análise integrada que articulou e enquadrou as práticas quotidianas nos contextos institucionais, políticos, económicos e ecológicos particulares e mais abrangentes em vez de distinguir as esferas da produção e da reprodução e separar escalas de análise. Assim, defendi a importância de partir da teoria reprodução social, porque é uma “arena crítica” que

permite analisar como se dá a “criação, manutenção e exploração de uma força de trabalho fluidamente diferenciada, as produções (e destruições) da natureza” (Katz 2001, p. 711), a curto e a longo prazo. Além disso, com esta tese, trago um contributo para a ainda limitada pesquisa antropológica sobre contextos piscatórios em Portugal. Por último, proponho pensar, em articulação, a incerteza como, simultaneamente, uma condição endémica da pesca e uma condição cada vez mais transversal aos processos neoliberalismo, compreendendo como este último altera, transforma e intensifica a primeira.

Analisando a história das pescas, notei como as conjunturas institucionais e económicas ladrilharam a continuidade de um registo de decadência e de uma crónica noção de crise no setor, não sendo algo específico do presente. No entanto, as circunstâncias aos quais esses registos se dirigem são diferentes, pelo que não é possível estabelecer uma linearidade inequívoca. Mesmo assim, a vulnerabilidade do tecido produtivo a constantes mudanças (ambientais, tecnológicas, políticas, económicas, etc.) e a intervenção estatal deficiente são dois fatores que fizeram com que o setor em Portugal estivesse continuamente numa situação desafiante, tornando a classe piscatória cronicamente empobrecida, independentemente das variações históricas, regionais e segmentos de pesca. Ainda que a situação se tenha alterado e trazido uma melhoria generalizada das condições médias de vida, hoje ainda emergem discursos de crise e decadência, que denotam que continuam a existir dificuldades nos quotidianos. Assim, entre gerações de pessoas que dependem da pesca, há a transmissão da ideia de crise permanente, porque as famílias vivem e viveram preocupadas com o sustento imediato, que nunca está garantido, o que as coloca numa constante situação de vulnerabilidade perante pressões endémicas e conjunturais e, por isso, vivem com horizontes de expectativas encurtados.

Esta tese pretende fornecer uma lente crítica ao entendimento das políticas públicas e órgãos de gestão que concebem a pesca como uma atividade que pode ser racionalizada e os pescadores como atores que são movidos exclusivamente por interesses pessoais e económico. Ao longo dos capítulos, pretendi mostrar a complexidade da pesca e como está inserida numa conjuntura de relações entre pessoas, lugares, meio não humano e instituições que operam em diferentes escalas. Defendendo que é cada vez mais necessário um entendimento etnograficamente informado da relação das pessoas com o seu trabalho e com o seu sustento e considerando as pressões e forças que neles exercem, tornou-se imperativo prestar atenção ao modo como as dificuldades no processo produtivo pesqueiro influenciam a esfera reprodutiva e como esta, por sua vez, influencia as decisões no domínio da produção, ou seja, como estão articuladas entre si e enquadradas em contextos mais abrangentes. Portanto, defendi a

necessidade de se alargar o conceito de pesca, a fim de abarcar todas as atividades, tarefas e relações que contribuem para a atividade, a montante e a jusante, incluindo também aquelas que se fazem na esfera da economia invisível, informal/paralela e/ou doméstica. Assim, notei como há contributos que ficam invisibilizados, mas que são essenciais para o trabalho produtivo, porque é a sua articulação que permite a reprodução da força de trabalho e dos membros da unidade doméstica, e como aí reside a capacidade de adaptação a um quotidiano atravessado por imprevisibilidades e instabilidades. Esta questão tem inerentemente um recorte de género, uma vez que a divisão social do trabalho pressupõe que as mulheres têm a responsabilidade pela maior parte do trabalho de reprodução e, no caso da pesca, é comum que, mesmo quando as mulheres estão envolvidas diretamente na produção pesqueira, seja percecionado em nome do bem-estar da unidade doméstica. Todavia, defendi que a diversidade de atividades desempenhadas pelas mulheres, através do trabalho direto na pesca, do trabalho fora do setor, das práticas de cuidado e do apoio burocrático, é um eixo central para compreender a capacidade de subsistência das famílias.

Demonstrei que a presente conjuntura — nomeadamente o crescente peso da inserção do setor nas relações capitalistas de produção, a influência das dinâmicas do mercado, os impactos da degradação ambiental e das políticas que se implementam em nome de uma noção neoliberal sustentabilidade — afeta os meios de subsistência e leva a que muitas estratégias de vida se alterem e reformulem. Deste modo, analisei como os rendimentos da pesca não dependem necessariamente do trabalho e capital investidos, podendo ser afetados por questões que excedem a escala local, mas com impactos locais concretos, nomeadamente ao nível do sustento. Defendo, portanto, que é nas unidades domésticas que se devem analisar os impactos concretos do contexto macroeconómico e local na vida das pessoas.

Propus mapear os meios de subsistência que estão disponíveis, analisando como são feitas as escolhas entre diferentes estratégias e aquilo que a conjuntura permite ou impossibilita, em articulação com os discursos morais em torno destes processos. Verifiquei que é também nas unidades domésticas que se concentram as estratégias de superação e de sustento. O emaranhado de incertezas impulsiona uma necessária articulação e interdependência entre gerações e atividades e o desenvolvimento de estratégias que passam pela diversificação de fontes de rendimentos, alianças e cooperação, autoprodução, venda fora dos circuitos legais e mobilização de diferentes recursos, etc.

Assim, mostrei como as pessoas agem de acordo com uma economia moral do sustento que vai além de uma motivação exclusivamente económica, porque se relaciona não com a acumulação, mas com a capacidade de assegurar a continuidade da vida. Argumentei como as

peessoas procuram o preenchimento das suas necessidades através das reivindicações pelo sustento, não que todas vivam em pobreza, mas porque vivem numa incerteza quanto à sua capacidade para se reproduzir e garantir o seu futuro e o da atividade. É a busca pelo sustento que tem servido de base moral para justificar alguma resistência ao cumprimento das restrições previstas nas políticas públicas para o setor.

A sensação de crise permanente é acompanhada pelos discursos de decadência, que, por sua vez, estão associados a uma gama ampla de situações que colocam em situação de incerteza o sustento e a continuidade da atividade. A mobilização destes discursos permite evocar um sentido de urgência relacionado com a vida imediata, porque a garantia de reprodução está envolta em incerteza. Além disso, estes discursos são atravessados por memórias e interpretações do passado que sustentam a ideia de crise e decadência, o que também revela uma reflexão de longa duração, demonstrando como são fenômenos que têm continuidade ao longo do tempo apesar das suas variações.

Tornou-se pertinente recuperar o conceito de ética da subsistência de Scott para entender as reivindicações pelo subsistência e como se dá uma “vida vivida no presente” (Day, Papataxiarchēs, Stewart 1999), ou seja, uma vida no presente e sem grandes perspectivas futuras com, simultâneo, agravamento do receio de “extinção” da própria atividade pela impossibilidade de continuar a reproduzir um modo de vida que não permite uma reprodução das unidades domésticas de forma digna e estável.

A triangulação entre decadência (ilusão, ideia de extinção), crise e incerteza surge como eixo central dos quotidianos nos contextos piscatórios, estando envoltos em lutas de valor, que se manifestam na reivindicação pela subsistência: em última instância, os valores são avaliados através do preenchimento das necessidades humanas, sendo o valor da sua vida *a agulha de marear* que norteia as práticas dos pescadores e suas famílias, o que cria um desencontro com o valor mercantil que domina as sociedades contemporâneas e que determina o valor do peixe e do trabalho dos pescadores. As necessidades constituem-se como uma “moralidade vernacular” (Matos 2020) que guia as práticas e percepções dos grupos.

Tendo em conta os efeitos materiais e sociais da conjuntura vivida, há uma agência das pessoas que sofrem quotidianamente o seu impacto. Assim, as pessoas discutem e contestam as orientações e intervenções das políticas públicas, emergindo uma tensão frequente com entidades de gestão, resultado de entendimentos sobre justiça/injustiça, noções orientadas pela busca do sustento. Como argumentei anteriormente, e voltando de novo a James C. Scott (2013), existe um conjunto de estratégias quotidianas de resistência que resultam dessa tensão,

que se verificam em várias vertentes: individual, familiar, de grupo e de institucional/de classe, ainda que este último seja o que tem menor expressão.

Uma das grandes questões transversais aos contextos piscatórios resulta, portanto, da incerteza e da tensão e entre sustento e sustentabilidade(s), onde desaguam os diferentes conflitos socioecológicos e económicos que atravessam a pesca. Perante a incerteza que se torna elemento constitutivo dos quotidianos, *safar a vida* corresponde à articulação e mobilização de um conjunto de relações, estratégias e recursos, a fim de garantir continuidade e estabilidade num *chão que não é direito*. Ter uma vida *safa* é conseguir ter o sustento garantido através de diferentes estratégias e práticas, superando a conjuntura de incerteza e escapando ao horizonte de perdas possíveis que nela se existe. Ou seja, argumento como *safar* pode ser uma metáfora para o modo de vida, no qual há a aceitação, acomodação da incerteza e, simultaneamente, uma atitude ativa para lidar, contornar ou evitá-la, a fim de minimizar os seus efeitos no sustento e na reprodução futura.

Figura 13: Companhia e ajudas da embarcação “Estrela da Galé” a safar as redes



Referências Bibliográficas

- ABREU, Helena, 2012. *Governança das Pescas em Portugal Continental e a Interacção entre os Grupos de Intervenientes: O Caso de Estudo da Pesca Artesanal na Murtosa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- ACHESON, James M., 1981. Anthropology of Fishing. *Annual Review of Anthropology* [em linha]. 1981. vol. 10, no. 1, p. 275–316. DOI 10.1146/annurev.an.10.100181.001423. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.an.10.100181.001423>
- ALENCAR, Edna F., 1993. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. Em: *Povo das águas – realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 63–81.
- ALLISON, Anne, 2016. Precarity: Commentary. *Cultural Anthropology Online Curated Collection Series* [em linha]. 2016. [Acesso em 28 Janeiro 2020]. Disponível em: <https://journal.culanth.org/index.php/ca/precarity-commentary-by-anne-allison>
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 1995. *Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições. ISBN 9789727540778.
- ALONSO-POBLACIÓN, Enrique e NIEHOF, Anke, 2019. On the power of a spatial metaphor: Is female to land as male is to sea? *Maritime Studies*. 2019. vol. 18, no. 3, p. 249–257. DOI 10.1007/s40152-019-00148-z.
- ALONSO POBLACIÓN, Enrique, 2014. *O mar é femia. Riesgo y trabajo entre los pescadores de una villa costera gallega* [em linha]. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. [Acesso em 20 Abril 2022]. Disponível em: https://www.academia.edu/11196955/O_mar_é_femia_Riesgo_y_trabajo_entre_los_pescadores_de_una_villa_costera_gallega
- AMANTE, Maria de Fátima, 2015. A escolha do terreno: ruralidade, familiaridade e reflexividade na construção dos terrenos etnográficos. *Análise Social*. 2015. vol. 217, no. 4, p. 810–829.
- AMIT, Vered, 2000. *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. London: Routledge. ISBN 0415198305.
- AMORIM, Inês (ed.), 2001. *História do Trabalho e das Ocupações, vol. II: As Pescas*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 9789727741274.
- AMORIM, Inês, 2005. Mulheres no sector das pescas na viragem do século XIX. *Arquipélago - História*. 2005. vol. IX, no. 2ª série, p. 657–680.
- AMORIM, Joana Iglésias e AMORIM, Vanessa Iglésias, 2021. *Caminhos com História: Memórias dos bairros dos Pescadores e do Grito do Povo*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.
- AMORIM, Vanessa Iglésias, 2015. *Marés de incerteza: Etnografia do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal* [em linha]. Lisboa: Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. [Acesso em 13 Outubro 2020]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10402>
- APPADURAI, Arjun, 2012. The Spirit of Calculation. *The Cambridge Journal of Anthropology*. 2012. vol. 30, no. 1, p. 3–17. DOI 10.3167/ca.2012.300102.
- BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, 1887. *Planta Hidrográfica da Enseada, Barra e Porto de Setúbal, e Relatório sobre a Pesca Marítima e Fluvial nesta Localidade*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BALDAQUE DA SILVA, António Arthur, 1891. *O Estado Actual das Pescas em Portugal, Compreendendo a Pesca Marítima, Fluvial e Lacustre em Todo o Continente do Reino, Referido ao Anno de 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BARCA, Stefania, 2012. On working-class environmentalism: a historical and transnational overview. *Interface: A Journal for and About Social Movements*. 2012. vol. 4, no. 2, p. 61–80.
- BARCA, Stefania, 2017. Labour and the ecological crisis: The eco-modernist dilemma in western Marxism(s) (1970s-2000s). *Geoforum*. 1 Janeiro 2017. vol. 98, p. 226–235. DOI 10.1016/J.GEOFORUM.2017.07.011.

- BARCA, Stefania, 2020. *Forces of Reproduction: Notes for a Counter-Hegemonic Anthropocene*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 9781108878371.
- BAUMAN, Zygmunt, 2007. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar. ISBN 8571109931.
- BEAR, Laura et al., 2015. Gens: A Feminist Manifesto for the Study of Capitalism. *Cultural Anthropology* [em linha]. 2015. [Acesso em 25 Maio 2020]. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/gens-a-feminist-manifesto-for-the-study-of-capitalism>
- BECK, Ulrich, 1992. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications. ISBN 9780803983465.
- BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony. e LASH, Scott., 1994. *Reflexive modernization: politics, tradition and aesthetics in the modern social order*. Stanford: Stanford University Press. ISBN 9780804724722.
- BERNSTEIN, Henry, 2010. *Class Dynamics of Agrarian Change*. Rugby, Warwickshire: Practical Action Publishing Ltd. ISBN 9781788532174.
- BERTHOMÉ, François et al., 2012. Preface: Cultivating uncertainty. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* [em linha]. 2012. vol. 2, no. 2, p. 129–137. DOI 10.14318/hau2.2.008. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau2.2.008>
- BERTOLOTI, María Isabel et al., 2008. *Principios de política y economía pesquera* [em linha]. Buenos Aires: Dunken. [Acesso em 3 Maio 2021]. ISBN 978-987-02-3085-4. Disponível em: <http://nulan.mdpu.edu.ar/500/>
- BESTOR, Theodore C., 2004. *Tsukiji : the fish market at the center of the world*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press. ISBN 9780520220249.
- BJØRNDAL, Trond, LAPPO, Alena e RAMOS, Jorge, 2015. An economic analysis of the Portuguese fisheries sector 1960-2011. *Marine Policy*. 2015. vol. 51, p. 21–30. DOI 10.1016/j.marpol.2014.06.004.
- BOHOLM, Åsa, 2003. The cultural nature of risk: Can there be an anthropology of uncertainty? *Ethnos* [em linha]. 2003. vol. 68, no. 2, p. 159–178. DOI 10.1080/0014184032000097722. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0014184032000097722>
- BORDONARO, Lorenzo et al., 2009. *A crise é a vida normal: a antropologia face à crise* [em linha]. Lisboa. [Acesso em 18 Fevereiro 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/10645>
- BOURDIEU, Pierre, 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge : Cambridge University Press. ISBN 9780521291644.
- BOURDIEU, Pierre, 2001. *Masculine domination*. Stanford: Stanford University Press. ISBN 9780804738187.
- BRANDÃO, Raul, 1923. *Os Pescadores*. Lisboa: Bertrand.
- BRANDÃO, Raul, 2013. *A Pedra ainda espera dar flor - dispersos*. Lisboa: Quetzal Editores. ISBN 9789897220722.
- BRANDÃO, Veralisa Galveia Jacinto, 2012. *O Compromisso Marítimo de Olhão (1765-1873)* [em linha]. Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. [Acesso em 11 Janeiro 2022]. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/10668>
- BRESNIHAN, Patrick, 2017. *Transforming the Fisheries*. UNP - Nebraska. ISBN 9780803285866.
- BRESNIHAN, Patrick, 2018. Revisiting neoliberalism in the oceans: Governmentality and the biopolitics of ‘improvement’ in the Irish and European fisheries: *Environment and Planning A: Economy and Space*. 27 Setembro 2018. vol. 51, no. 1, p. 156–177. DOI 10.1177/0308518X18803110.
- BRIGHTMAN, Marc e LEWIS, Jerome, 2017. Introduction: The Anthropology of Sustainability: Beyond Development and Progress. Em: *The Anthropology of Sustainability*. New York: Palgrave Macmillan US. p. 1–34.
- BRØGGER, Jan, 1992. *Pescadores e Pés-calçados*. Nazaré: Livraria Suzy.
- BURKE, Adam, 2016. *The Performativity of Sustainability: Assessing the Continuity of Artisanal*

- Fishing Livelihoods in Galápagos' Precarious Waters Signature Removed*. University of Cape Town.
- BYRON, Reginald, 1988. Luck and Leadership, The management of Decisions in Shetland Fishing crews. *Maritime Anthropological Studies*. 1988. vol. 1, no. 1, p. 3–14.
- CAMPBELL, Hugh e MICHAEL, Mayerfeld Bell, 2000. The Question of Rural Masculinities. *Rural Sociology* [em linha]. 2000. vol. 65, no. 4, p. 532–546. [Acesso em 2 Fevereiro 2022]. DOI 10.1111/J.1549-0831.2000.TB00042.X. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1549-0831.2000.tb00042.x>
- CAMPLING, Liam, HAVICE, Elizabeth e HOWARD, Penny McCall, 2012. The Political Economy and Ecology of Capture Fisheries: Market Dynamics, Resource Access and Relations of Exploitation and Resistance. *Journal of Agrarian Change* [em linha]. 2012. vol. 12, no. 2–3, p. 177–203. [Acesso em 4 Fevereiro 2021]. DOI 10.1111/j.1471-0366.2011.00356.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1471-0366.2011.00356.x>
- CAPUTO, Virginia, 2003. At ‘home’ and ‘away’ : Reconfiguring the field for late twentieth-century anthropology. Em: *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World* [em linha]. London: Routledge. p. 27–39. ISBN 9780203450789. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780203450789-2/home-away-virginia-caputo>
- CARRASCO BENGOA, Cristina, 2017. La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción. *Ekonomiaz: Revista vasca de economía*. 2017. no. 91, p. 52–77.
- CARRETO, Carlos e MARTINS, Luís, 2021. Garrido, Álvaro e David J. Starkey (eds) (2020) Too Valuable to be Lost – Overfishing in the North Atlantic since 1880. Em: *Imaginários do mar: uma antologia crítica vol 2* [em linha]. IELT. p. 247–251. [Acesso em 25 Julho 2022]. ISBN 978-989-8968-08-1. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/garrido-álvaro-e-david-j-starkey-eds-2020-too-valuable-to-be-lost>
- CASHDAN, Elizabeth A., 1990. *Risk and uncertainty in tribal and peasant economies*. London: Westview Press. ISBN 9780813378213.
- CASTANHEIRA, José Marcelino Correia, 2021. *A pesca no Algarve Medieval* [em linha]. Universidade do Algarve. [Acesso em 13 Janeiro 2022]. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/16750>
- CLAUSEN, Rebecca e CLARK, Brett, 2005. The metabolic rift and marine ecology: An analysis of the ocean crisis within capitalist production. *Organization and Environment*. 2005. vol. 18, no. 4, p. 422–444. DOI 10.1177/1086026605281187.
- CLAUSEN, Rebecca e CLARK, Brett, 2016. The Metabolic Rift and Marine Ecology: An Analysis of the Ocean Crisis Within Capitalist Production. *Organization & Environment*. 2016. vol. 18, no. 4, p. 422–444. DOI 10.1177/1086026605281187.
- COENTRÃO, Abel, 2018. “Há um encantamento tecnocrata com a Economia Azul”: Entrevista a Álvaro Garrido. *Público* [em linha]. 2018. [Acesso em 13 Abril 2022]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/09/economia/entrevista/ha-um-encantamento-tecnocrata-com-a-economia-azul-1837014>
- COHEN, Anthony P., 1978. Ethnographic method in the real community. *Sociologia Ruralis*. 1978. vol. 18, no. 1, p. 1–22. DOI 10.1111/J.1467-9523.1978.TB00232.X.
- COHEN, Anthony P., 1985. *The Symbolic Construction of Community*. London: Tavistock.
- COLE, Sally, 1994. *Mulheres da praia: o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-1193-6.
- COLETIVO ACORDO QUEEROGRÁFICO, 2012. Acordo Queerográfico*. *e-cadernos CES*. 2012. no. 18. DOI 10.4000/ECES.1539.
- COLLINS, Jane L., 2016. Expanding the labor theory of value. *Dialectical Anthropology*. 2016. vol. 40, no. 2, Special Issue: The Fortieth Anniversary, p. 103–123.
- COMAROFF, Jean e COMAROFF, John L., 2001. *Millennial capitalism and the culture of*

- neoliberalism*. Duke University Press. ISBN 0822327155.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolores, 1995. *Trabajo, género y cultura. La construcción de desigualdades entre hombres y mujeres*. Barcelona: Icària-Institut Català d'Antropologia. ISBN 9788474262544.
- CONNELL, R. W. e MESSERSCHMIDT, James W., 2016. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender and Society*. 2016. vol. 19, no. 6, p. 829–859. DOI 10.1177/0891243205278639.
- CONSELHO EUROPEU, 2008. *Regulamento (CE) nº 1005/2008 que estabelece um regime comunitário para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada*. 2008.
- COOPER, Elizabeth e PRATTEN, David (eds.), 2015. *Ethnographies of Uncertainty in Africa*. London: Palgrave Macmillan UK.
- COSTA, Albérico Afonso, 2020a. Greve dos Marítimos de 1931. Em: *Setúbal no centro do mundo: 165 anos do jornal O Setubalense*. Setúbal: Primeira Hora – Editora e Comunicação. p. 95–98.
- COSTA, Albérico Afonso, 2020b. O 18 de janeiro de 1934 em Setúbal. Em: *Setúbal no centro do mundo: 165 anos do jornal O Setubalense*. Primeira Hora – Editora e Comunicação. p. 103–107.
- COSTA, Catarina Alves, 2013. Filme etnográfico e pescadores: à procura de uma perspectiva antropológica. *Argos - Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*. 2013. vol. 1.
- COSTA, Fausto, 2000. *A Pesca do Atum nas Armações da Costa Algarvia*. Lisboa: Bizâncio. ISBN 9789725300923.
- COSTA, Nuno Miguel, 2009. *Mulheres de Bacalhoeiros: Sazonalidade e Género (1950 – 1974)* [em linha]. Lisboa: Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. [Acesso em 23 Março 2021]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1469>
- COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2009. *Council Regulation (EC) No 43/2009 of 16 January 2009 fixing for 2009 the fishing opportunities and associated conditions for certain fish stocks and groups of fish stocks*. 2009.
- CRUTZEN, Paul J. e STOERMER, Eugene F., 2013. The ‘Anthropocene’ (2000). Em: *The Future of Nature*. Yale University Press. p. 479–490.
- CUNHA, Lucia, 1988. Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. Em: *II Encontro das Ciências Sociais e do Mar no Brasil*. 1988.
- CUNHA, Manuela Ivone e LIMA, Antónia, 2010. Ethnography and the public sphere: summarizing questions. <http://journals.openedition.org/etnografica> [em linha]. 1 Fevereiro 2010. vol. 14, no. 1, p. 61–69. [Acesso em 8 Abril 2022]. DOI 10.4000/ETNOGRAFICA.158. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/158>
- CUNHA, Paulo, 2001. O Pescador: representações do Homem e do seu meio no Cinema Português. *Oceanos*. 2001. vol. 47–48, p. 200–224.
- DALLA COSTA, Mariarosa, 2007. Fishermen and women for food sovereignty. Em: *Globalisation and uneven development. The political challenge of subaltern movements*. Madrid: The Commoner. 2007.
- DALLA COSTA, Mariarosa e CHILESE, Monica, 2015. *Our Mother Ocean: Enclosure, Commons, and the Global Fishermen's Movement*. New York: Common Notions. ISBN 978-1-942173-00-7.
- DALLA COSTA, Mariarosa e JAMES, Selma, 1975. *Women and the Subversion of the Community*. Falling Wall Press Ltd. ISBN 0950270245.
- DAVIS, Dona Lee e NADEL-KLEIN, Jane, 1988. *To work and to weep: women in fishing economies*. St. John's Newfoundland: Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland. ISBN 9780919666603.
- DAVIS, Dona Lee e NADEL-KLEIN, Jane, 1992. Gender, culture, and the sea: Contemporary theoretical approaches. *Society and Natural Resources*. 1992. vol. 5, no. 2, p. 135–147. DOI

10.1080/08941929209380782.

- DAY, Sophie., PAPATAXIARCHÈS, Euthymios e STEWART, Michael (eds.), 1999. *Lilies of the field: marginal people who live for the moment*. Westview Press. ISBN 08133 35310.
- DE L'ESTOILE, Benoît, 2014. "Money Is Good, but a Friend Is Better". *Current Anthropology* [em linha]. 2014. vol. 55, no. S9, p. S62–S73. DOI 10.1086/676068. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/676068>
- DELGADO, João, 2017. *Caracterização de um sector profissional e as práticas locais no processo de mutação de uma comunidade piscatória: O caso da Nazaré*. 2017. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- DEVILLARD, Marie José, FRANZÉ MUDANÓ, Adela e PAZOS, Álvaro, 2012. Apuntes metodológicos sobre la conversación en el trabajo etnográfico. *Política y Sociedad*. 2012. vol. 49, no. 2, p. 353–369. DOI 10.5209/rev_poso.2012.v49.n2.36512.
- DGRM, Direção Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos, 2020. *DATAPESCAS n° 127*.
- DIEGUES, António Carlos, 1983. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Cemar-USP.
- DOCAPESCA PORTOS E LOTAS S.A., 2022. CCL – Comprovativo de Compra em Lota. [em linha]. 2022. [Acesso em 26 Julho 2022]. Disponível em: <http://www.docapesca.pt/pt/ccl.html>
- DOMINGUES, Adelina Gomes, 2020. Experiências, práticas e discursos num contexto de pesca. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 2020. vol. 60, p. 255–272.
- DOUGLAS, Mary, 1992. *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory* [em linha]. New York: Routledge. [Acesso em 17 Fevereiro 2021]. ISBN 9781138126619. Disponível em: <https://www.routledge.com/Risk-and-Blame-Essays-in-Cultural-Theory/Douglas/p/book/9780415119993>
- DOUGLAS, Mary e WILDAVSKY, Aaron, 1983. *Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley: University of California Press. ISBN 9780520050631.
- DOULMAN, David J., 2000. *Illegal, Unreported and Unregulated Fishing: Mandate for an International Plan of Action* [em linha]. Rome. [Acesso em 24 Novembro 2021]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/y3274e/y3274e06.htm>
- DURKHEIM, Émile, 1933. *On The division of labor in society*. New York: Macmillan.
- DYCK, Noel, 2003. Home field advantage?: Exploring the social construction of children's sports. Em: *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. London: Routledge. p. 40–61. ISBN 9780203450789.
- EDHOLM, Felicity, HARRIS, Olivia e YOUNG, Kate, 1978. Conceptualising Women. *Critique of Anthropology* [em linha]. 1978. vol. 3, no. 9–10, p. 101–130. [Acesso em 10 Dezembro 2021]. DOI 10.1177/0308275X7800300905. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308275X7800300905>
- ELLIS, Carolyn, 2007. Telling Secrets, Revealing Lives: Relational Ethics in Research With Intimate Others. *Qualitative Inquiry* [em linha]. Janeiro 2007. vol. 13, no. 1, p. 3–29. [Acesso em 6 Maio 2020]. DOI 10.1177/1077800406294947. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800406294947>
- ERIKSEN, Thomas Hylland, 1995. *Small Places, Large Issues: An Introduction To Social And Cultural Anthropology*. London: Pluto Press.
- ERIKSEN, Thomas Hylland, 2016a. Sobreaquecimento: pequenos lugares e grandes questões na antropologia do século XXI. *Etnográfica* [em linha]. 2016. no. vol. 20 (1), p. 197–208. DOI 10.4000/etnografica.4204. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/4204>
- ERIKSEN, Thomas Hylland, 2016b. *Overheating: An Anthropology of Accelerated Change*. LONDON: Pluto Press. ISBN 0745336345.
- ESCALLIER, Christine, 1999. O papel das mulheres da Nazaré na economia haliêutica.

- Etnográfica*. 1999. P. 293–308.
- ESCOBAR, Arturo, 1995. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. *Ecología política, Cuadernos de Debate Internacional*. 1995. no. 9, p. 7–25.
- ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II, 2006. *De Sol a Sol - O Alentejo dos nossos avós*. Setúbal: Escola Secundária D. João II.
- ESTEVES, Isabel Maria Taveres Ribeiro, 2012. *Contrato de Trabalho a bordo - especificidades*. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Direito.
- FABINYI, Michael, 2007. Illegal Fishing and Masculinity in the Philippines A Look at the Calamianes Islands in Palawan. *Philippine Studies* [em linha]. 2007. vol. 55, no. 4, p. 509–529. [Acesso em 2 Fevereiro 2022]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42633932>
- FAO, 2015. *Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication* [em linha]. Rome. [Acesso em 3 Outubro 2015]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4356e.pdf>
- FAO, 2017. *Towards Gender-Equitable Small-Scale Fisheries Governance and Development. A Handbook. In Support of the Implementation of the Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication* [em linha]. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations . [Acesso em 7 Maio 2020]. Disponível em: <http://www.fao.org/policy-support/resources/resources-details/en/c/1105891/>
- FAUBION, James D. e MARCUS, George E. (eds.), 2009. *Fieldwork is Not what it Used to be: Learning Anthropology's Method in a Time of Transition*. Ithaca: Cornell University Press. ISBN 0801475112.
- FEDERICI, Silvia, 2018. *El patriarcado del salario. Criticas feministas al marxismo*. Madrid: Traficantes de Sueños. ISBN 978-84-948068-3-4.
- FEDERICI, Silvia, 2019. Social reproduction theory: History, issues and present challenges. *Radical Philosophy*. 2019. no. 204, p. 55–57.
- FERGUSON, James, 1999. *Expectations of modernity : myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press. ISBN 978-0520217027.
- FERREIRA, Diogo, 2015. *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)* [em linha]. [Acesso em 19 Janeiro 2022]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/17683>
- FERRY, Elizabeth Emma e LIMBERT, Mandana E. (eds.), 2008. *Timely Assets - The Politics of Resources and Their Temporalities* [em linha]. Santa Fe: School for Advanced Research Press. [Acesso em 1 Agosto 2022]. Disponível em: <https://unmpress.com/books/timely-assets/9781934691069>
- FIRTH, Raymond, 1946. *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*. [em linha]. London: Kegan Paul. [Acesso em 4 Junho 2020]. Disponível em: <https://academic.oup.com/ej/article/56/224/653-654/5259857>
- FIRTH, Rosemary, 1942. *Housekeeping Among Malay Peasants*. London: London School of Economics and Political Science.
- FOLEY, Paul, 2019. Social-ecological reproduction and the substance of life in commodity frontiers: Newfoundland fisheries in world market shifts. *Capital and Class* [em linha]. 2019. vol. 43, no. 4, p. 543–560. [Acesso em 5 Janeiro 2022]. DOI 10.1177/0309816819880786. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0309816819880786>
- FRANGOUES, Katia e GERRARD, Siri, 2018. (En)Gendering Change in Small-Scale Fisheries and Fishing Communities in a Globalized World. *Maritime Studies*. 2018. vol. 17, no. 2, p. 117–124. DOI 10.1007/s40152-018-0113-9.
- FRANGOUES, Katia, GERRARD, Siri e KLEIBER, Danika, 2019. Situated transformations of women and gender relations in small-scale fisheries and communities in a globalized world. *Maritime Studies*. 2019. vol. 18, no. 3, p. 241–248. DOI 10.1007/s40152-019-00159-w.
- FRASER, Nancy, 2013. Struggle over needs outline of a socialist-feminist critical theory of late-

- capitalist political culture. Em: *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London: Verso.
- FREITAS, Joana Gaspar de, 2010. *O litoral português na época contemporânea : representações, práticas e consequências: os casos de Espinho e do Algarve (c.1851 a c. de 1990)* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa. [Acesso em 5 Maio 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3004>
- GALAPPATHTHI, Madu et al., 2021. Linking social wellbeing and intersectionality to understand gender relations in dried fish value chains. *Maritime Studies* [em linha]. 2021. vol. 20, no. 4, p. 355–370. [Acesso em 3 Março 2022]. DOI 10.1007/S40152-021-00232-3/FIGURES/2. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40152-021-00232-3>
- GALLAGHER, Patrick e DINOVELLI-LANG, Danielle, 2014. Nature and Knowledge: Contemporary Ecologies of Value. *Environment and Society* [em linha]. 2014. vol. 5, no. 1, p. 1–6. [Acesso em 14 Fevereiro 2022]. Disponível em: https://www.academia.edu/49010335/Nature_and_Knowledge_Contemporary_Ecologies_of_Value
- GARCÍA-ALLUT, A. Y FREIRE, J., 2002. Procesos de Producción Pesquera e Incertidumbre : La Comercialización de los Productos Pesqueros en la Pesca Artesanal de Galicia. *Andar o Mar, II Xornadas Internacionais de Cultura Traidicional*. 2002. P. 151–178.
- GARRIDO, Álvaro, 2001. Henrique Tenreiro — «patrão das pescas» e guardião do Estado Novo. *Análise Social*. Setembro 2001. vol. 36, no. 160, p. 839–862. DOI 10.2307/41011555.
- GARRIDO, Álvaro, 2006a. *Economia e política das pescas portuguesas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 9789726711803.
- GARRIDO, Álvaro, 2006b. Mitologias. O Mar que nós perdemos. *Rua Larga. Revista da Retórica da Universidade de Coimbra*. 2006.
- GARRIDO, Álvaro, 2008. O Estado Novo e as pescas: a recriação historicista de uma “tradição marítima nacional”. Em: *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória* [em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 99–118. [Acesso em 23 Fevereiro 2021]. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/32197>
- GARRIDO, Álvaro, 2010. A Cultura do Mar: Perspectivas e Desafios. Em: *Políticas Públicas do Mar : para um novo conceito estratégico nacional*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- GARRIDO, Álvaro, 2012. Assistência e Previdência no mar português: A ação social das Casas dos Pescadores (1933-1968). *Ler História* [em linha]. 2012. no. 62, p. 7–29. [Acesso em 23 Fevereiro 2021]. DOI 10.4000/lerhistoria.541. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/541>
- GARRIDO, Álvaro, 2018a. *As Pescas em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN 9789898863706.
- GARRIDO, Álvaro, 2018b. As pescas em Portugal no século XX: um balanço histórico centrado nas políticas públicas. Em: *Memórias 2018*. Lisboa: Academia da Marinha. 2018. p. 35–70.
- GARRIDO, Álvaro e STARKEY, David J., 2020a. Too valuable to be lost: Overfishing in the North Atlantic since 1880. *Too Valuable to be Lost: Overfishing in the North Atlantic since 1880*. 2020. P. 1–198. DOI 10.1515/9783110641738/HTML.
- GARRIDO, Álvaro e STARKEY, David J., 2020b. A utopia under construction. Em: *Too Valuable to be Lost: Overfishing in the North Atlantic since 1880*. Berlin: De Gruyter. p. 181–188. ISBN 978-3-11-063758-8.
- GEERTZ, Clifford, 1973. *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, Inc., Publishers.
- GERBER, Rose Mary, 2013. *Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil* [em linha]. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. [Acesso em 15 Março 2021]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107184>

- GERBER, Rose Mary, 2015. *Mulheres e o Mar - Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC. ISBN 978-85-328-0733-5.
- GERRARD, Siri, 1995. When women take the lead: changing conditions for women's activities, roles and knowledge in North Norwegian fishing communities. *Social Science Information* [em linha]. 30 Dezembro 1995. vol. 34, no. 4, p. 593–631. [Acesso em 5 Junho 2020]. DOI 10.1177/053901895034004004. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901895034004004>
- GERRARD, Siri, 2013. Mobilities, materialities, and masculinities: Interconnected mobility practices in Norwegian coastal fisheries. *Norsk Geografisk Tidsskrift* [em linha]. Dezembro 2013. vol. 67, no. 5, p. 312–319. [Acesso em 15 Março 2021]. DOI 10.1080/00291951.2013.847482. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00291951.2013.847482>
- GODDARD, Victoria, 2016. Work and Livelihoods : An Introduction. Em: *Work and Livelihoods: History, Ethnography and Models in Times of Crisis*. New York: Routledge. p. 1–27. ISBN 9781315747804.
- GODELIER, Maurice, 1972. *Rationality and Irrationality in Economics*. New York e London: New Left Books.
- GODINHO, Paula, 2007. Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo. *Arquivos da Memória*. 2007. vol. 2, p. 66–83.
- GRAEBER, David, 2001. *Toward An Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams*. New York: Palgrave Macmillan US.
- GRANJO, Paluo, 2006. Quando o conceito de «risco» se torna perigoso. *Análise Social*. 2006. vol. XLI, p. 1167–1179.
- GRIFFITHS, Melanie, 2013. Living with Uncertainty: Indefinite Immigration Detention. *Journal of Legal Anthropology* [em linha]. 2013. vol. 1, no. 3, p. 263–286. DOI 10.4059/jla.2013.2616. Disponível em: [www](http://www.jla.org).
- GUIMARÃES, Paulo E. e AMORIM, Inês, 2016. A História Ambiental em Portugal: a emergência de um novo campo historiográfico. [em linha]. 2016. [Acesso em 29 Setembro 2022]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/88046>
- GUSTAVSSON, Madeleine, 2016. *Examining the socio-cultural contexts of fishing lives on the Llŷn Peninsula, UK*. University of Liverpool.
- GUSTAVSSON, Madeleine e RILEY, Mark, 2018. Women, capitals and fishing lives: exploring gendered dynamics in the Llŷn Peninsula small-scale fishery (Wales, UK). *Maritime Studies*. 2018. vol. 17, no. 2, p. 223–231. DOI 10.1007/s40152-018-0102-z.
- GUSTAVSSON, Madeleine e RILEY, Mark, 2019. (R)evolving masculinities in times of change amongst small-scale fishers in North Wales. *Gender, Place and Culture*. 1 Fevereiro 2019. vol. 27, no. 2, p. 196–217. DOI 10.1080/0966369X.2019.1609914.
- HACKING, Ian, 1990. *The Taming of Chance* [em linha]. Cambridge. Cambridge. ISBN 0521380146. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2290231?origin=crossref>
- HACKING, Ian, 1995. The looping effects of human kinds. Em: *Causal Cognition. A Multidisciplinary Approach*, [em linha]. Clarendon Press/Oxford University Press. p. 351–394. [Acesso em 21 Maio 2020]. ISBN 9780198524021. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1995-98256-012>
- HADJIMICHAEL, Maria, 2018. A call for a blue degrowth: Unravelling the European Union's fisheries and maritime policies. *Marine Policy*. 1 Agosto 2018. vol. 94, p. 158–164. DOI 10.1016/J.MARPOL.2018.05.007.
- HARAWAY, Donna, 2015. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities* [em linha]. 1 Maio 2015. vol. 6, no. 1, p. 159–165. [Acesso em 1 Agosto 2022]. DOI 10.1215/22011919-3615934. Disponível em: www.environmentalhumanities.org

- HARDIN, Garrett, 1968. The tragedy of the commons. *Science*. 1968. vol. 162, no. 3859, p. 1243–1248. DOI 10.1126/science.162.3859.1243.
- HARPER, Krista e SINISCALCHI, Valeria, 2020. Value and Values in Food Projects in Europe. Em: *Food Values in Europe*. London: Bloomsbury Academic.
- HARPER, Sarah et al., 2017. Contributions by Women to Fisheries Economies: Insights from Five Maritime Countries. *Coastal Management*. 4 Março 2017. vol. 45, no. 2, p. 91–106. DOI 10.1080/08920753.2017.1278143.
- HARVEY, David, 2005. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- HÉBERT, Karen, 2010. In Pursuit of Singular Salmon: Paradoxes of Sustainability and the Quality Commodity. *Science as Culture*. Dezembro 2010. vol. 19, no. 4, p. 553–581. DOI 10.1080/09505431.2010.519620.
- HÉBERT, Karen, 2015. Enduring Capitalism: Instability, Precariousness, and Cycles of Change in an Alaskan Salmon Fishery. *American Anthropologist* [em linha]. Março 2015. vol. 117, no. 1, p. 32–46. [Acesso em 16 Janeiro 2019]. DOI 10.1111/aman.12172. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/aman.12172>
- HENRIQUES, Francisco, 2019. Política Económica e modernização industrial no Estado Novo | Revista Portuguesa de História. *Revista Portuguesa de História*. 2019. vol. 50, p. 241–261.
- HOFFMAN, Lisa, DEHART, Monica e COLLIER, Stephen J, 2006. Notes on the Anthropology of Neoliberalism. *Anthropology News* [em linha]. 2006. vol. 47, no. 6, p. 9–10. [Acesso em 21 Janeiro 2020]. DOI 10.1525/an.2006.47.6.9. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1525/an.2006.47.6.9>
- HOMS, Patricia e ÁLVAREZ, Bibiana Martínez, 2021. Dignity and just prices: The moral economies of farming in the age of agro-industry. *Disparidades. Revista de Antropologia*. 1 Junho 2021. vol. 76, no. 1. DOI 10.3989/DRA.2021.006.
- HOWARD, Penny, 2012. Sharing or Appropriation? Share Systems, Class and Commodity Relations in Scottish Fisheries. *Journal of Agrarian Change*. 2012. vol. 12, no. 2–3, p. 316–343. DOI 10.1111/j.1471-0366.2011.00355.x.
- HOWARD, Penny M., 2018. The anthropology of human-environment relations: Materialism with and without marxism. *Focaal*. 2018. vol. 2018, no. 82, p. 64–79. DOI 10.3167/fcl.2018.820105.
- HOWARD, Penny McCall, 2012. «Working the ground» labour, environment and techniques at sea in Scotland - University of Aberdeen. University of Aberdeen. Dept. of Anthropology.
- HOWARD, Penny McCall, 2018. *Environment, labour and capitalism at sea*. Manchester: Manchester University Press.
- ICNF, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, [sem data]. *Parque Natural da Ria Formosa*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021a. Censos 2021 – Resultados Provisórios. [em linha]. 2021. [Acesso em 5 Novembro 2022]. Disponível em: https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2021b. *Estatísticas da Pesca: 2020* [em linha]. Lisboa. [Acesso em 4 Janeiro 2022]. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=280980980&PUBLICACOESstema=55505&PUBLICACOESmodo=2
- JACKSON, Anthony, 1987. *Anthropology at Home*. London: Tavistock Publications.
- JARAMILLO, Pablo, 2013. Etnografías en transición: Escalas, procesos y composiciones. *Antipoda*. Junho 2013. no. 16, p. 13–22. DOI 10.7440/antipoda16.2013.02.
- JENTOFT, Svein, 2019. *Life Above Water: Essays on Human Experiences of Small-Scale Fisheries* [em linha]. TBTI Global Book Series 1 . [Acesso em 14 Maio 2020]. ISBN 978-0-88901-494-7. Disponível em: <http://toobigtoignore.net/life-above-water/>
- JOHNSON, Twig, 1979. Work together, eat together: Conflict and conflict management in a Portuguese fishing village. Em: *North Atlantic Maritime Cultures: Anthropological Essays on*

- Changing Adaptations*. De Gruyter Mouton. p. 241–252. ISBN 9789027978301.
- JOUVENEL, Bertrand De, 1957. From Political Economy to Political Ecology. *Bulletin of the Atomic Scientists*. 1957. vol. 13, no. 8, p. 287–291. DOI 10.1080/00963402.1957.11457581.
- KALB, Don, 1997. *Expanding class: power and everyday politics in industrial communities, the Netherlands, 1850-1950*. Durham and London: Duke University Press. ISBN 978-0-8223-2022-7.
- KALB, Don, 2016. Regimes of Value and Worthlessness : How Two Subaltern Stories Speak. *Work and Livelihoods*. 1 Dezembro 2016. P. 123–136. DOI 10.4324/9781315747804-11.
- KATZ, Cindi, 2001. Vagabond Capitalism and the Necessity of Social Reproduction. *Antipode* [em linha]. 1 Setembro 2001. vol. 33, no. 4, p. 709–728. [Acesso em 13 Dezembro 2021]. DOI 10.1111/1467-8330.00207. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-8330.00207>
- KNIGHT, Daniel, 2012. Cultural proximity: Crisis, time and social memory in central Greece. *History and Anthropology*. 2012. vol. 23, no. 3, p. 349–374. DOI 10.1080/02757206.2012.697064.
- KNIGHT, Daniel M., 2017. Fossilized Futures: Topologies and Topographies of Crisis Experience in Central Greece. *Social Analysis*. 2017. vol. 61, no. 1, p. 26–40. DOI 10.3167/sa.2017.610102.
- KNIGHT, Frank H., 1921. *Risk, uncertainty and profit*. Boston and New York: Houghton Mifflin Company. ISBN 1614276390.
- KNOWLES, Caroline, 2000. Here and there: Doing transnational fieldwork. Em: *Constructing the Field - Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. London: Routledge. p. 54–70. ISBN 0-415-19830-5.
- KOPYTOFF, Igor, 1986. The cultural biography of things: commoditization as process. Em: *The Social Life of Things*. Cambridge University Press. p. 64–92.
- KOSELLECK, Reinhart, 2006. Crisis. *Journal of the History of Ideas* [em linha]. 2006. vol. 67, no. 2, p. 357–400. [Acesso em 3 Março 2021]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30141882?seq=1>
- KRENAK, Ailton, 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras. ISBN 9788535932416.
- LACERDA LOBO, Constantino, 1812. Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal. Em: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo IV*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- LAMAS, Maria, 1950. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actúalis.
- LAVE, Jean e WENGER, Etienne, 1991. *Situated learning legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LE SANN, Alain, 1998. *A livelihood from fishing: globalization and sustainable fisheries policies*. London: Intermediate Technology Publications. ISBN 1853393983.
- LEDENEVA, Alena, 2017. *The Global Encyclopaedia of Informality, Volume 1* [em linha]. London: UCL Press. [Acesso em 8 Agosto 2019]. ISBN 9781911307907. Disponível em: <http://discovery.ucl.ac.uk/10041167/>
- LEIDEREITER, Carmen, 2019. «We Have Always Been in Crisis» *An Ethnography of Austere Livelihoods in Northern Portugal*. Amsterdam: University of Amsterdam, Faculty of Social and Behavioural Sciences.
- LIMA, Antónia Pedroso de, 1992. *A família e a unidade doméstica na Madragoa: valores e práticas entre 1930 e 1990*. ISCTE.
- LIMA, Antónia Pedroso de, 1997. Trabalho de campo com famílias da elite empresarial de Lisboa: um terreno para a análise e o exercício de relações de poder. *Etnologia*. 1997. vol. 6–8, p. 105–122.
- LIMA, Antónia Pedroso de, 2016. Care as a factor for sustainability in situations of crisis: Portugal

- between the Welfare State and interpersonal relationships*. *Cadernos Pagu*. 2016. vol. 2016, no. 46, p. 79–105. DOI 10.1590/18094449201600460079.
- LOBÃO, Júlio, 2020. Do Ideal ao Material: Uma anatomia sócio-comportamental de um leilão holandês em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 2020. no. 94, p. 79–96. DOI 10.7458/SPP20209415006.
- LOCHER, Fabien, 2020. Neo-malthusian Environmentalism, World Fisheries Crisis and the Global commons, 1950s-1970s. *The Historical Journal*. 2020. vol. 63, no. 1, p. 187–207. DOI 10.1017/S0018246X19000116.
- LOFGREN, Orvar, 1989. The Reluctant Competitors, Fisherman’s luck in two swedish maritime settings. *Maritime Anthropological Studies*. 1989. vol. 2, no. 1, p. 34–58.
- LUMMIS, Trevor, 1985. *Occupation and society: the East Anglian fisherman, 1880-1914*. Cambridge University Press. ISBN 9780521521253.
- MACDONALD, M., 2002. Lessons and linkages. Building an analysis of gender globalization and the fisheries. Em: *Changing Tides - Gender, Fisheries and Globalization*. Halifax: Fernwood Publishing.
- MACEDO, Joana, 2015. A Casa dos Pescadores de Olhão: O enquadramento corporativo dos “homens do mar” de Olhão. *Embarco*. 2015. vol. 1, p. 108–135.
- MAGALHÃES, Ivone Baptista e BAPTISTA, João Paulo, 2007. Mulheres do Mar Português. *Ardentia*. 2007. vol. 4, p. 43–50.
- MALDONADO, Simone C., 2000. A Caminho das Pedras Percepção e Utilização do Espaço na Pesca Simples. Em: *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec.
- MANSFIELD, Becky, 2004. Neoliberalism in the oceans: “rationalization,” property rights, and the commons question. *Geoforum*. 2004. vol. 35, no. 3, p. 313–326. DOI 10.1016/j.geoforum.2003.05.002.
- MARCUS, George E., 1995. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology* [em linha]. 1995. vol. 24, p. 95–117. [Acesso em 8 Abril 2022]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2155931>
- MARKS, Brian, 2012. The Political Economy of Household Commodity Production in the Louisiana Shrimp Fishery. *Journal of Agrarian Change*. 2012. vol. 12, no. 2–3, p. 227–251. DOI 10.1111/J.1471-0366.2011.00353.X.
- MARTÍNEZ ALIER, Juan, 2002. *The environmentalism of the poor : a study of ecological conflicts and valuation*. Cheltenham: Edward Elgar Pub. ISBN 978-1843764861.
- MARTÍNEZ ÁLVAREZ, Bibiana, 2018. *Tensiones entre los distintos aspectos de la sostenibilidad económica, social y medioambiental: el caso de las explotaciones agropecuarias gallegas* [em linha]. Universitat de Barcelona. [Acesso em 29 Novembro 2021]. Disponível em: <http://www.tdx.cat/handle/10803/667231>
- MARTINS, Humberto, 2012. “Tu não és daqui... estás só aqui durante um tempo!”: explorando os lados sombra de uma experiência de trabalho de campo. *Etnográfica*. 2012. vol. 16, no. 3, p. 525–546. DOI 10.4000/ETNOGRAFICA.2112.
- MARTINS, Luís, 1997. Baldaque da Silva e a Identificação das Comunidades Costeiras. *Etnográfica* [em linha]. 1997. vol. 1, no. 2, p. 271–293. [Acesso em 9 Junho 2020]. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/1997_01_02.php
- MARTINS, Luís, 2007. *Mares poveiros: histórias, ideias e estratégias de pescadores da Póvoa de Varzim*. Póvoa do Varzim: Câmara Municipal / Na linha do horizonte - Biblioteca Poveira 17. ISBN 978-972-9146-51-0.
- MARTINS, Luís, FURTADO, Gilmar e LEITÃO, Maria, 2016. Usos da Fotografia: estudos de caso na investigação das pescas e a presença do feminino. Em: *Gênero, Educação e Comunicação*. Ed. Universitária da UFPE. p. 213–227. ISBN 9788541507691.
- MARTINS, Luís, LEITE, Alberto e CAEIRO, Maria dos Anjos, 2014. *Culturas legislativas: do paradigma do desenvolvimento ao da preservação*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.

- MATOS, Patrícia, 2019. Locating precarization: the state, livelihoods and the politics of precarity in contemporary Portugal. *Dialectical Anthropology*. 2019. vol. 43, no. 1, p. 15–30. DOI 10.1007/S10624-019-09543-8.
- MATOS, Patrícia, 2020. Austerity Welfare and the Moral Significance of Needs in Portugal. *Grassroots Economies*. 11 Outubro 2020. P. 113–130. DOI 10.2307/J.CTV17PPCCG.11.
- MAUSS, Marcel, 2001. *Ensaio Sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- MCCORMACK, Fiona, 2017. *Private Oceans: The Enclosure and Marketisation of the Seas*. London: PlutoPress. ISBN 9780745399102.
- MCCORMACK, Fiona e FORDE, Jacinta, 2020. Fishing. Em: *Oxford Research Encyclopedia of Anthropology*. Oxford University Press.
- MCGOODWIN, James R., 1990. *Crisis in the world's fisheries : people, problems, and policies*. Stanford: Stanford University Press. ISBN 9780804723718.
- MCMICHAEL, Philip, 2009. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*. 2009. vol. 36, no. 1, p. 139–169. DOI 10.1080/03066150902820354.
- MEDOVOI, Leerom, 2011. A Contribution to the Critique of Political Ecology: Sustainability as Disavowal. *New Formations*. 2011. vol. 69, no. 69, p. 129–143. DOI 10.3898/NEWF.69.07.2010.
- MENDES, Paulo, 2013. *O mar é que manda: comunidade e percepção do ambiente no litoral alentejano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 9789723114751.
- MÉNDEZ, Florencia Magdalena, 2018. *Estrategias socio-laborales y de reproducción de pescadores artesanales en el Delta del Río Paraná (2012-2017)* [em linha]. Universidad Nacional de General Sarmiento. [Acesso em 13 Dezembro 2021]. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/93690>
- MENESES, Inês Salema e MENDES, Paulo Daniel, 1996. *Se o mar deixar : comunidade e género numa povoação do litoral alentejano*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISBN 9789726710455.
- MENZIES, Charles R, 2003. Fishing, Families, and the Survival of Artisanal Boat- Ownership in the Bigouden Region of France Fishing, Families, and the Survival of Artisanal Boat- Ownership in the Bigouden Region of France. *MAST*. 2003. vol. 2, no. 1.
- MENZIES, Charles R., 2002. Work First! Then Eat – Skipper/Crew Relations on a French Fishing Boat. *Anthropology of Work Review* [em linha]. 1 Março 2002. vol. 23, no. 1–2, p. 19–24. [Acesso em 2 Julho 2021]. DOI 10.1525/awr.2002.23.1-2.19. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1525/awr.2002.23.1-2.19>
- MILLS, Mary Beth, 2016. Gendered Divisions of Labor. Em: *The Oxford Handbook of Feminist Theory* [em linha]. Oxford: Oxford University Press. [Acesso em 18 Abril 2022]. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199328581.001.0001/oxfordhb-9780199328581-e-15>
- MINISTÉRIO DO MAR, 2019. *Portaria nº 4/2019, de 3 de janeiro*. 2019. Portugal: Diário da República n.º 2/2019, Série I.
- MOORE, Jason W. (ed.), 2016. *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press. ISBN 9781629631486.
- MOREIRA, Carlos Diogo, 1987. *Populações Marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOREY, Cruz, 2017. *The Off Season: Masculinities, Rurality, and Family Ties in Alaska Commercial Fishing*. Linfield University.
- MUNK-MADSEN, Eva, 2000. Wife the deckhand, husband the skipper: Authority and dignity among fishing couples. *Women's Studies International Forum*. 2000. vol. 23, no. 3, p. 333–342. DOI 10.1016/S0277-5395(00)00091-1.
- MURDOCK, George Peter e PROVOST, Caterina, 1973. Factors in the division of labor by sex: a

- cross-cultural analysis. *Ethnology* [em linha]. 1973. vol. 12, p. 203–225. [Acesso em 4 Julho 2022]. Disponível em: <https://hrf.yale.edu/ehc/documents/280>
- NADEL-KLEIN, Jane, 2000. Granny baited the lines: Perpetual crisis and the changing role of women in Scottish fishing communities. *Women's Studies International Forum*. 2000. vol. 23, no. 3, p. 363–372. DOI 10.1016/S0277-5395(00)00094-7.
- NADEL-KLEIN, Jane, 2003. *Fishing for heritage: modernity and loss along the Scottish coast*. Berg. ISBN 9781859735671.
- NAKAMURA, Julia, CHUENPAGDEE, Ratana e EL HALIMI, Mostafa, 2021. Unpacking legal and policy frameworks: A step ahead for implementing the Small-Scale Fisheries Guidelines. *Marine Policy*. 2021. vol. 129, p. 104568. DOI 10.1016/J.MARPOL.2021.104568.
- NARAYAN, Kirin, 1993. How Native Is a “Native” Anthropologist? *American Anthropologist*. 1 Setembro 1993. vol. 95, no. 3, p. 671–686. DOI 10.1525/AA.1993.95.3.02A00070.
- NAREDO, José Manuel, 2004. Sobre el origen, el uso y el contenido del término sostenible. *Cuadernos de Investigación Urbanística*. 2004. vol. 0, no. 41, p. 7–18.
- NAROTZKY, Susana, 1988. *Trabajar en familia :Mujeres, hogares y talleres*. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim. ISBN 84-00-06766-5.
- NAROTZKY, Susana, 1997. *New directions in economic anthropology*. London: Pluto Press. ISBN 9781783718528.
- NAROTZKY, Susana, 2018a. The Payoff of Love and the Traffic of Favours: Em: *Flexible Capitalism:Exchange and Ambiguity at Work*. Oxford: Berghahn Books. p. 173–206.
- NAROTZKY, Susana, 2018b. Rethinking the concept of labour. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. 1 Abril 2018. vol. 24, no. S1, p. 29–43. DOI 10.1111/1467-9655.12797.
- NAROTZKY, Susana, 2020. Introduction: Grassroots Economics in Europe. Em: *Grassroots Economies: Living with Austerity in Southern Europe*. London: Pluto Press. p. 1–22. ISBN 978 0 7453 4023 4.
- NAROTZKY, Susana e BESNIER, Niko, 2014. Crisis, Value, and Hope: Rethinking the Economy. *Current Anthropology* [em linha]. 2014. vol. 55, no. S9, p. S1–S3. DOI 10.1086/676666. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/676666>
- NAROTZKY, Susana e PUSCEDDU, Antonio Maria, 2020. *Social Reproduction in Times of Crisis: Inter-Generational Tensions in Southern Europe*. Pluto Press. ISBN 9780745340234.
- NAROTZKY, Susana e SMITH, Gavin, 2006. *Immediate struggles : people, power, and place in rural Spain*. Berkeley: University of California Press. ISBN 9780520245693.
- NEIS, Barbara et al. (eds.), 2005. *Changing Tides - Gender, Fisheries and Globalization*. Halifax: Fernwood Publishing. ISBN 1-55266-159-8.
- NEIS, Barbara, GERRARD, Siri e POWER, Nicole G., 2013. Women and Children First: the Gendered and Generational Social-ecology of Smaller-scale Fisheries in Newfoundland and Labrador and Northern Norway. *Ecology and Society*. 2013. vol. 18, no. 4. DOI 10.5751/ES-06010-180464.
- NETO, José Dias Colaço, 2012. *Quanto custa ser pescador artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal*. Universidade Federal Fluminense.
- NIEHAUS, Isak, 2013. Confronting uncertainty: Anthropology and zones of the extraordinary. *American Ethnologist*. 2013. vol. 40, no. 4, p. 651–660. DOI 10.1111/amet.12045.
- NUNES, Francisco Oneto, 1999. O Problema do Aleatório: da Coerção dos Santos ao Idioma da Inveja . *Etnográfica*. 1999. vol. III, no. 2, p. 271–291.
- NUNES, Francisco Oneto, 2003. O trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar. *Etnográfica* [em linha]. 1 Maio 2003. vol. 7, no. vol. 7 (1), p. 131–158. [Acesso em 18 Agosto 2022]. DOI 10.4000/ETNOGRAFICA.2877. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/2877>

- NUNES, Francisco Oneto, 2005. *Hoje por ti, amanhã por mim: a arte-xávega no litoral central português* [em linha]. Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16082/1/Francisco Oneto - Hoje por ti%2C amanhã por mim %28Tese de Doutoramento%29.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16082/1/Francisco%20Oneto%20-%20Hoje%20por%20ti%20e%20amanh%C3%A3%20por%20mim%20-%20Tese%20de%20Doutoramento%20.pdf)
- NUNES, Francisco Oneto, 2008. Dois séculos de arte xávega: capitalismo, decadência e organização do trabalho. Em: *Culturas Marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora Editora.
- O'MALLEY, Pat, 2012. *Risk, uncertainty and government*. London: Taylor and Francis. ISBN 9781843146025.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim, 1988. *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa: Portugal de Perto.
- OLIVEIRA MARTINS, J.P., 1889. *Portugal nos mares: ensaios de crítica, história e geographia*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- OWEN, Harry e CARPENTER, Griffin, 2018. *Fish dependence day 2018: The reliance of EU on fish from elsewhere* [em linha]. [Acesso em 17 Junho 2020]. Disponível em: <https://neweconomics.org/2018/05/fish-dependence-day-2018>
- PAGANI, Andrea e BERTOLOTI, María Isabel, 2008. Incertidumbres pesqueras. Em: *Principios de política y economía pesquera* [em linha]. Buenos Aires: Dunken. p. 181–215. [Acesso em 1 Julho 2021]. ISBN 978-987-02-3085-4. Disponível em: <http://nulan.mdp.edu.ar/2234/>
- PÁLSSON, Gísli, 1991. *Coastal economies, cultural accounts: human ecology and icelandic discourse*. Manchester: Manchester Univ Press. ISBN 0719043867.
- PALSSON, Gisli, 1994. Enskilment at Sea. *Man*. Dezembro 1994. vol. 29, no. 4, p. 901. DOI 10.2307/3033974.
- PARLAMENTO EUROPEU, 2022. Política comum das pescas: criação e evolução. [em linha]. 2022. [Acesso em 5 Novembro 2022]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/114/politica-comum-das-pescas-criacao-e-evolucao>
- PARLAMENTO EUROPEU e CONSELHO, 2013. *Regulamento (UE) nº 1380/2013 de 11 de dezembro de 2013 relativo à política comum das pescas*. 2013.
- PASCUAL-FERNÁNDEZ, José, 1999. The Share System in Fishing: The Case of the Canary Islands. *Europaea*. 1999. vol. 2, no. Clave A, p. 65–87.
- PASCUAL-FERNÁNDEZ, José J., 1996. El paradigma de «la tragedia de los comunes» y el caso de los pescadores - Dialnet. Em: *La gestión comunal de recursos : economía y poder en las sociedades locales de España y de América Latina*. Icaria Editorial. p. 143–168. ISBN 84-7426-280-1.
- PASCUAL-FERNÁNDEZ, José J. et al., 2019. Markets, Distribution and Value Chains in Small-Scale Fisheries: A Special Focus on Europe. Em: *Transdisciplinarity for Small-Scale Fisheries Governance*. Springer. p. 141–162.
- PELKMANS, Mathijs, 2013. *Ethnographies of Doubt: Faith and Uncertainty in Contemporary Societies*. Bloomsbury Publishing.
- PERALTA, Elsa, 2003. O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*. Outubro 2003. vol. 9, no. 20, p. 83–96. DOI 10.1590/S0104-71832003000200005.
- pesca | Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa, [sem data]. [em linha]. [Acesso em 8 Abril 2022]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pesca>
- PINA CABRAL, João de, 1991. A «minha» casa em Paço: um estudo de caso. Em: *Lugares de aqui*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. p. 119–140. ISBN 9791036516375.
- PINELLO, Dario, GEE, Jennifer e POLYMEROS, Konstantinos, 2018. An unconventional approach to estimating crew remuneration in fisheries. *Marine Policy*. 2018. vol. 87, p. 226–233. DOI 10.1016/j.marpol.2017.08.031.
- PINHO, António Duarte, 1998. *Pescas nacionais: pedaços de uma década perdida*. Lisboa:

- Meribérica/Liber. ISBN 972-45-1314-9.
- PINHO, António Duarte, 2019. *O consumo de pescado e a internacionalização do setor das pescas em Portugal : uma abordagem estatística integrada do setor das pescas em Portugal*. Editorial Minerva. ISBN 9789725919101.
- PINK, Sarah, 2003. 'Informants' who come 'home'. Em: *Constructing the Field: Ethnographic Fieldwork in the Contemporary World*. London: Routledge. p. 104–127. ISBN 9780203450789.
- PINKERTON, Evelyn, 2015. The role of moral economy in two British Columbia fisheries: Confronting neoliberal policies. *Marine Policy*. 2015. vol. 61, p. 410–419. DOI 10.1016/j.marpol.2015.04.009.
- PITA, Cristina, 2014. Small-scale fisheries in Portugal: a brief overview. Em: *Enhancing Stewardship in Small-Scale Fisheries: Practices and Perspectives*. CERMES Technical Report.
- PITA, Cristina et al., 2015. The Traditional Small-Scale Octopus Fishery in Portugal: Framing Its Governability. Em: *Interactive governance for small-scale fisheries: Global reflections*. Springer, MARE Publication Series 13. p. 117–132.
- PITA, Cristina et al., 2020. *Impactos da pandemia de COVID-19 nos sectores da pesca e aquicultura em Portugal*.
- PITA, Cristina e GASPAR, Miguel, 2020. Small-scale fisheries in Portugal: current situation, challenges and opportunities for the future. Em: *Small-Scale Fisheries in Europe: status, resilience and governance*. (in press). Springer, MARE Publication Series. ISBN 9783030373702.
- POLANYI, Karl, 2012. *A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70. ISBN 9789724416601.
- PORTER, Marilyn, 2012. Why the Coast Matters for Women: A Feminist Approach to Research on Fishing Communities. *Asian Fisheries Science*. 2012. vol. 25S, p. 59–73.
- PRAÇA, Gonçalo, SENA, Pedro e TOMAZ, Sofia, 2001. *Gestão Social dos Recursos Naturais: As populações piscatórias e viveiristas do sotavento algarvio* [em linha]. Centro de Estudos de Antropologia Social - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. [Acesso em 11 Janeiro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3694>
- PRISTA, Pedro, 2019. Quarta Parede. Em: *O Meu País é o Que o Mar Não Quer - Catálogo da Exposição*. Ílhavo: Museu Marítimo de Ílhavo.
- PULIDO VALENTE, Vasco, 1981. Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social* [em linha]. 1981. vol. Vol. XVII, no. 67-68-69, p. 615–678. [Acesso em 19 Janeiro 2022]. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=12
- PUSCEDDU, Antonio Maria, 2020. Grassroots Ecologies of Value: Environmental Conflict and Social Reproduction in Southern Italy. *Antipode* [em linha]. 1 Maio 2020. vol. 52, no. 3, p. 847–866. [Acesso em 3 Abril 2020]. DOI 10.1111/anti.12609. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/anti.12609>
- PUSCEDDU, Antonio Maria, 2022. Southern Chronicles: The Political Ecology of Class in the Italian Industrial Periphery. *Capitalism Nature Socialism* [em linha]. 27 Julho 2022. P. 1–19. [Acesso em 2 Agosto 2022]. DOI 10.1080/10455752.2022.2104335. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10455752.2022.2104335>
- QUINTAS, Maria da Conceição, 1998. *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária 1880-1930*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 9789722410281.
- QUIST, Cornelie, FRANGOUEDES, Katia e O'RIORDAN, Brian, 2010. *Recasting the net: Defining a gender agenda for sustaining life and livelihoods in fisheries and aquaculture*. Brest.
- RAMOS, Manuel João et al., 2003. Managing Natural Resources in Eastern Algarve, Portugal: an assessment of the policy uses of local knowledge(s). Em: *Negotiating Local Knowledge: power and identity in development*. London: Pluto Press. p. 155–170.
- RAMSAY, Alison Kay, 2006. *Fishing the past, managing the future: crisis and change in Shetland*

- fisheries*. University of Aberdeen.
- RANGEL, Mafalda et al., 2019. Do fisher associations really represent their members' needs and opinions? The case study of the octopus fishery in the Algarve (south Portugal). *Marine Policy*. 2019. vol. 101, p. 276–284. DOI 10.1016/j.marpol.2018.04.011.
- RASHID, Saifur, 1999. Anthropology of Fishing: Some Conceptual and Theoretical Issues. *Social Science Review* [em linha]. 1999. vol. 16, no. 1, p. 382–405. [Acesso em 14 Fevereiro 2022]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340952492_Anthropology_of_Fishing_Some_Conceptual_and_Theoretical_Issues
- REDFIELD, Robert, 1955. *The little community and Peasant society and culture*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 9780226706702.
- RIBEIRO, Orlando, 2004. *A Arrábida: esboço geográfico*. Lisboa: Fundação Oriente. ISBN 972-785-057-X.
- RIBEIRO, Sofia Isabel Fonseca, 2015. *Vilas Piscatórias Algarvias. Análise da Evolução Urbana* [em linha]. Lisboa: Instituto Superior Técnico . [Acesso em 24 Fevereiro 2021]. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/cursos/ma/dissertacao/565303595500096>
- RICHARDS, Paul, 2018. Peasant farming as improvisation: what theory do we possess and how might it be used? *Journal of Political Ecology*. 2018. vol. 25, no. 1, p. 647–655. DOI 10.2458/V25I1.23088.
- RODRIGUES, Eugénia, 1995. Oficina nº 60: *Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal*. Coimbra.
- ROSAS, Fernando, 1994. Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*. 1994. vol. XXIX, no. 128, p. 871–887.
- RUBIO-ARDANAZ, Juan, 2011. Etnografía de las formas de economía: distribución del pescado y correspondencia con una pequeña producción de mercado (Abra del Nervión, Euskal Herria). Em: *Joxemartin Apalategi Begiristainen oroimenez. En recuerdo de Joxemartin Apalategi Begiristain*. Sociedad de Estudios Vascos. p. 141–151.
- SÁ COUTO, Joana, 2018. *Lixo marinho e práticas piscatórias: o estudo de caso do Estuário do Sado* [em linha]. Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. [Acesso em 17 Outubro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17192>
- SÁ COUTO, Joana, 2021. Fishing in the Anthropocene . *Blogue SHIFT* [em linha]. 2021. [Acesso em 17 Outubro 2022]. Disponível em: <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2021/06/09/fishing-in-the-anthropocene/>
- SA REGO, Julio, 2021. «De sol a sol»: dois estudos pastoris de prevenção de incêndios rurais. [em linha]. 20 Dezembro 2021. [Acesso em 17 Outubro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/24159>
- SAID, Alicia et al., 2020. Small-scale fisheries access to fishing opportunities in the European Union: Is the Common Fisheries Policy the right step to SDG14b? *Marine Policy*. 1 Agosto 2020. vol. 118. DOI 10.1016/j.marpol.2020.104009.
- SAID, Alicia e MACMILLAN, Douglas, 2020. ‘Re-grabbing’ marine resources: a blue degrowth agenda for the resurgence of small-scale fisheries in Malta. *Sustainability Science*. 2020. vol. 15, no. 1, p. 91–102. DOI 10.1007/s11625-019-00769-7.
- SALAZAR, António Oliveira, 1932. A indústria e o comércio de conservas de peixe. *Indústria Portuguesa*. 1932.
- SALLEH, Ariel, 1995. Nature, woman, labor, capital: Living the deepest contradiction. *Capitalism Nature Socialism*. 1995. vol. 6, no. 1, p. 21–39. DOI 10.1080/10455759509358619.
- SALLEH, Ariel, 2010. From Metabolic Rift to “Metabolic Value”: Reflections on Environmental Sociology and the Alternative Globalization Movement. *Organization & Environment*. 2010. vol. 23, no. 2, p. 205–219. DOI 10.1177/1086026610372134.
- SALMI, Pekka e SONCK-RAUTIO, Kirsi, 2018. Invisible work, ignored knowledge? Changing

- gender roles, division of labor, and household strategies in Finnish small-scale fisheries. *Maritime Studies*. 2018. vol. 17, p. 213–221. DOI 10.1007/s40152-018-0104-x.
- SAMIMIYAN-DARASH, Limor, 2013. Governing future potential biothreats: Toward an anthropology of uncertainty. *Current Anthropology*. Fevereiro 2013. vol. 54, no. 1, p. 1–22. DOI 10.1086/669114/0.
- SAMIMIYAN-DARASH, Limor e RABINOW, Paul (eds.), 2015. *Modes of Uncertainty: anthropological cases*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 9780226257105.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1985. Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*. 1985. vol. XXI, no. 87/88/89, p. 869–901.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1993. O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semi-Periferia: O Caso Português. Em: *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Dóris, 2013. Representações visuais da Nazaré. Entre o mar e o paradigma. *Argos - Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*. 2013. vol. 1, p. 68–81.
- SANTOS, Dóris, 2020. *Arte, museus e memórias marítimas. Identidade e representação visual da Nazaré* [em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [Acesso em 24 Março 2021]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/107858>
- SANTOS, Marco Pais Neves dos et al., 2012. A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade. *Revista de Gestão Costeira Integrada* [em linha]. Dezembro 2012. vol. 12, no. 4. [Acesso em 4 Janeiro 2021]. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722012000400002
- SANTOS, João Pedro, 2017. «Somos operários, é malta do ferro» - *Desindustrialização, Classe e Memória Operária em Setúbal* [em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [Acesso em 19 Julho 2022]. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/20773>
- SARKIS, Diana e AMARIANAKIS, Stamatis, 2020. Austerity from Below: Class, Temporality and Scale in Grassroots Analyses of Crisis. Em: *Grassroots Economies: Living with Austerity in Southern Europe*. Pluto Press. p. 214–238.
- SARKIS, Diana e MATOS, Patricia, 2020. The Body Politics of Austerity in Portugal and Spain. Em: *Grassroots Economies*. London: Pluto Press. p. 192–213.
- SCHÜLL, Natasha Dow, 2015. Gaming of Chance: Online Poker Software and the Potentialization of Uncertainty - University Press Scholarship. Em: *Modes of Uncertainty: Anthropological Cases*. Chicago: University of Chicago Press. p. 46–66.
- SCOONES, Ian, 1998. *72: Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis* [em linha]. Brighton: IDS. [Acesso em 6 Janeiro 2022]. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/3390>
- SCOONES, Ian, 2019. *105: What is Uncertainty and Why Does it Matter?* [em linha]. Brighton. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/publications/what-is-uncertainty-and-why-does-it-matter-2/>
- SCOONES, Ian e STIRLING, Andy (eds.), 2020. *The Politics of Uncertainty: Challenges of Transformation* [em linha]. Abingdon: Routledge. [Acesso em 12 Fevereiro 2021]. ISBN 9780367903350. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-Politics-of-Uncertainty-Challenges-of-Transformation/Scoones-Stirling/p/book/9780367903350>
- SCOTT, James C., 1985. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale: Yale University Press. ISBN 9780300033366.
- SCOTT, James C., 2013. *A Dominação e a Arte da Resistência - Discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre. ISBN 978-989-8268-18-1.
- SERRA-PEREIRA, B., ERZINI, K. e FIGUEIREDO, I., 2015. Using biological variables and reproductive strategy of the undulate ray *Raja undulata* to evaluate productivity and susceptibility to exploitation. *Journal of Fish Biology*. 2015. vol. 86, no. 5, p. 1471–1490. DOI

10.1111/JFB.12653.

- SERRA-PEREIRA, Bárbara et al., 2018. *A investigação realizada no IPMA de suporte ao aconselhamento científico para a gestão de espécies de raia* [em linha]. [Acesso em 11 Março 2020]. Disponível em: <https://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/publicacoes/ipma/rct-ipma-sd-21.pdf>
- SERRA, Filomena, 2020. A Nazaré como heterotopia cinematográfica: imagens e representações do mar e dos seus actores. Em: *Imaginários do Mar: Uma antologia crítica*. Lisboa: Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT). p. 95–120.
- SHIVA, Vandana, 1994. Development, ecology, and women. Em: *Living With Contradictions: Controversies In Feminist Social Ethics*. New York: Routledge. ISBN 9780429967696.
- SILVEIRA, Mariela Felisbino da, 2021. «Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes»: fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da Culatra - Faro, Portugal [em linha]. Instituto Universitário de Lisboa; Universidade Federal de Santa Catarina. [Acesso em 19 Setembro 2022]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/209329>
- SISSENWINE, Michael e SYMES, David, 2007. *Reflections on the Common Fisheries Policy: Report to the General Directorate for Fisheries and Maritime Affairs of the European Commission*.
- SMITH, Estellie M., 1977. *Those who live from the sea: A study in maritime anthropology*. West Publishing Co. ISBN 0829901396.
- SMITH, Linda Tuhiwai, 1999. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. New York: Zed Books. ISBN 1856496244.
- SONG, Andrew M. et al., 2020. Collateral damage? Small-scale fisheries in the global fight against IUU fishing. *Fish and Fisheries*. 2020. vol. 21, no. 4, p. 831–843. DOI 10.1111/FAF.12462.
- SOUSA, Emily de, 2021. The science of Seaspiracy . *Sustainable Fisheries* [em linha]. 2021. [Acesso em 17 Outubro 2022]. Disponível em: <https://sustainablefisheries-uw.org/science-of-seaspiracy/>
- SOUTO, Henrique, 2003. Movimentos migratórios de populações marítimas portuguesas. *GeoInova*. 2003.
- SOUTO, Henrique, 2007. *Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX*. Lisboa: Academia da Marinha. ISBN 978-972-781-098-7.
- ST MARTIN, Kevin, 2007. The Difference that Class Makes: Neoliberalization and Non-Capitalism in the Fishing Industry of New England. *Antipode*. 2007. vol. 39, no. 3, p. 527–549. DOI 10.1111/J.1467-8330.2007.00538.X.
- STANDING, Guy, 1989. Global feminization through flexible labor. *World Development*. 1989. vol. 17, no. 7, p. 1077–1095. DOI 10.1016/0305-750X(89)90170-8.
- STANISLAWSKI, Dan, 1963. *Portugal's other kingdom: the Algarve* . Austin: University of Texas Press. ISBN 0292741820.
- STENSRUD, Astrid B. e ERIKSEN, Thomas Hylland, 2019. Introduction: Anthropological Perspectives on Global Economic and Environmental Crises in an Overheated World. *Climate, Capitalism and Communities: An Anthropology of Environmental Overheating*. 2019. no. July, p. 1–21.
- STRATHERN, Marilyn, 1987. The Limits of Auto-Anthropology. Em: *Anthropology at home*. London: Tavistock Publications.
- STRATHERN, Marilyn, 1996. For the Motion debate The concept of society is theoretically obsolete. Em: *Key Debates in Anthropology*. London and New York: Routledge.
- STRATHERN, Marilyn, 2005. *Partial Connections*. California: AltaMira Press.
- SUSILO E e PURWANTI P, 2017. New perspective on subsistence ethics: criticism on the fishery development in Indonesia. *Journal of Research in Ecology* . 2017. vol. 5, no. 2, p. 810–819.
- SYMES, David, 2012. Regionalising the Common Fisheries Policy: context, content and controversy. *Maritime Studies 2012 11:1*. 6 Junho 2012. vol. 11, no. 1, p. 1–21. DOI

10.1186/2212-9790-11-6.

- SYMES, David, PHILLIPSON, Jeremy e SALMI, Pekka, 2015. Europe's Coastal Fisheries: Instability and the Impacts of Fisheries Policy. *Sociologia Ruralis*. Julho 2015. vol. 55, no. 3, p. 245–257. DOI 10.1111/soru.12096.
- THE WORLD BANK, 2012. *Hidden Harvest: The Global Contribution of Capture Fisheries* [em linha]. Washington. [Acesso em 13 Maio 2020]. Disponível em: www.worldbank.org
- THOMPSON, E.P., 2008. *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Lisboa: Antígona. ISBN 978-972-608-198-2.
- THOMPSON, E P, 1967. Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism. *Oxford University Press*. 1967. vol. 38, p. 57–96.
- TRONTO, Joan C., 1993. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge. ISBN 0415906423.
- TSING, A L, 2011. *Friction: An ethnography of global connection*. Princeton University Press. ISBN 9780691120652.
- TSING, Anna Lowenhaupt, 2015. *The Mushroom at the End of the World*. Princeton: Princeton University Press. ISBN 9780691178325.
- UNITED NATIONS, 1982. *United Nations Convention on the Law of the Sea*.
- URQUHART, Julie et al. (eds.), 2014. *Social Issues in Sustainable Fisheries Management*. Dordrecht: Springer Netherlands. MARE Publication Series.
- VAN GINKEL, Rob, 2013a. The Cultural Seascape, Cosmology and the Magic of Liminality. Em: *Coastal cultures: liminality and leisure*. Eastbourne: Leisure Studies Association. p. 45–64.
- VAN GINKEL, Rob, 2013b. The Share System in the Fisheries: Co-venturing on the Dutch Island of Texel. *Argos*. 2013. vol. 2013, no. 1, p. 15–28.
- VIGH, Henrik, 2008. Crisis and chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline. *Ethnos* [em linha]. 2008. vol. 73, no. 1, p. 5–24. DOI 10.1080/00141840801927509. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00141840801927509>
- VIVAS, Esther e MONTAGUT, Xavier, 2011. *Do Campo para a Mesa: os circuitos de produção e distribuição de alimentos*. Carcavelos: Sururu, Produções Culturais.
- WACQUANT, Loïc, 2003. Ethnografeast: A progress report on the practice and promise of ethnography. *Ethnography*. 2003. vol. 4, no. 1, p. 5–14.
- WACQUANT, Loïc, 2012. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*. 2012. vol. 25, no. 66, p. 505–518. DOI 10.1590/S0103-49792012000300008.
- WILLIAMS, Meryl, 2019. Expanding the horizons: connecting gender and fisheries to the political economy. *Maritime Studies*. 1 Dezembro 2019. vol. 18, no. 3, p. 399–407. DOI 10.1007/s40152-019-00149-y.
- WILLIAMS, Raymond, 1977. *Marxism and literature*. New York: Oxford University Press. ISBN 9780198760610.
- WITTE, Annika, 2018. *An Uncertain Future - Anticipating Oil in Uganda*. Göttingen: Göttingen University Press. Göttingen Series in Social and Cultural Anthropology. ISBN 978-3-86395-360-7.
- WOLF, Eric R., 1982. *Europe and the People Without History*. University of California Press. ISBN 0520048989.
- WOORTMANN, Ellen F., 1991. Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. . 1991. vol. 11, p. 1–115.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT UNITED NATIONS, 1987. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*.
- XIANG, Biao, 2013. Multi-scalar ethnography: An approach for critical engagement with migration and social change. *Ethnography*. 2013. vol. 14, no. 3, p. 282–299. DOI

10.1177/1466138113491669.

YODANIS, Carrie L., 2000. Constructing Gender and Occupational Segregation: A Study of Women and Work in Fishing Communities. *Qualitative Sociology* 2000 23:3. 2000. vol. 23, no. 3, p. 267–290. DOI 10.1023/A:1005515926536.

ZULAIKA, Joseba, 1981. *Terranova: The Ethos and Luck of Deep-sea Fishermen*. Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, Inc. ISBN 0-89727-010-9.